CAHIERS DES AMÉRIQUES LATINES

54-55

2007 / 1-2

IHEAL ÉDITIONS

SOMMAIRE

CHRONIQUE 5

- **Rio de Janeiro : sociabilidade e violência** 7
  par Gilberto Velho

DOSSIER

LA QUESTION ENVIRONNEMENTALE EN AMÉRIQUE LATINE 13

- **Des pôles de croissance au développement durable. Vers de nouvelles formes de gestion des ressources naturelles dans les espaces périphériques latino-américains ?** 15
  par Didier Ramousse

- **Processus de qualification et structuration des filières agro-alimentaires : quels impacts sur le développement rural en Amérique latine ?** 31
  par Denis Requier-Desjardins et Aurélie Carimentrand

- **La gestion des ressources en eau dans les États de la Paraiba et du Rio Grande do Sul. Enjeux, conflits et gouvernance locale** 53
  par François Laurent, Pedro Vianna, Roberto Verdum et Ivo Mello

- **En el encuentro del ordenamiento territorial y la lucha contra la desertificación : la pobreza** 71
  par Elena Abraham, Elsa Laurelli, Elma Montaña, Gabriela Pastor et Laura Torres

- **La « nature » contre le territoire : les contradictions de la politique des aires protégées en Uruguay** 89
  par Dorothée Capo, Pierre Gautreau et Laurent Simon

- **Protection du patrimoine naturel et gestion territoriale : la région de Valparaiso** 105
  par Sébastien Velut, Loïc Ménanteau et Jorge Negrete

- **Les paysages culturels entre tourisme, valorisation patrimoniale et émergence de nouveaux territoires. La Quebrada de Humahuaca (Nord-Ouest argentin)** 121
  par Élodie Salin

- **Développement durable, contestation et légitimité : la perspective des mouvements altermondialistes** 137
  par Carlos R. S. Milani et Chloé Keraghel

ÉTUDES 153

- **La politique de concession de titres de Castille et de grandesses d'Espagne à La Havane entre 1759 et 1833** 155
  par Dominique Gonçalves

- **Exil et terrorisme d'État en Argentine. Les images de l'exil dans le discours politique des militaires** 175
  par Marina Franco

- **L'entrée en scène des périphéries. Citoyenneté des milieux populaires et rapport à l'espace à Buenos Aires (1916-1946)** 191
  par Marianne González Alemán

- **Dynamiques de résistance aux normes révolutionnaires à Cuba** 211
  par Marie-Laure Geoffray

INFORMATION SCIENTIFIQUE 229

Lectures 231

CHRONIQUE

Gilberto Velho*

Rio de Janeiro : sociabilidade e violência

A cidade do Rio de Janeiro foi capital do Brasil de 1763 a 1960, desde o final do período colonial, atravessando o regime monárquico, incluindo a estadia da corte portuguesa de 1808 a 1821 e, já com o país independente, na condição de Império, de 1822 a 1889, quando foi proclamada a República. Até a transferência da capital para Brasília, em 1960, totalizou 197 anos de centro político da sociedade brasileira. O antigo Distrito Federal passou a ser estado da Guanabara até 1975 quando, durante o regime militar, houve processo de fusão com o Estado do Rio de Janeiro. Assim, a antiga capital da Colônia, do Império e da República passou a ser capital do estado do Rio de Janeiro.

Inegavelmente, perdeu poder e prestígio, afetando-a em sua vida econômica e cultural. Embora ainda seja a segunda maior cidade do país, depois de São Paulo, perdeu sobretudo sua condição privilegiada de sede dos poderes da República. Atualmente, o município do Rio de Janeiro, unidade política básica, tem mais de 6 milhões de habitantes, mas a região metropolitana pode dobrar esse número, chegando à cerca de 12 milhões.

A riqueza do Rio de janeiro foi desigualmente distribuída desde o início de sua ocupação, particularmente no regime escravocrata, abolido apenas em 1888, um ano antes da proclamação da República. O seu desenvolvimento e modernização nas primeiras décadas do século XX foram acompanhados por um crescimento acelerado de sua população, com forte movimento migratório de várias regiões do país, que se somavam a estrangeiros que, em certos períodos atingiam elevada proporção, e ao próprio aumento demográfico vegetativo.

* Professor titular e decano do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Conselho Científico dos *Cahiers des Amériques latines*.

Já nesse período começam a surgir as favelas, principalmente nos morros que passaram a abrigar boa parte das camadas populares. Outros segmentos destas se deslocaram para os subúrbios, chegando à periferia da região metropolitana, como a Baixada Fluminense.

A criminalidade, por sua vez, era objeto de permanente preocupação desde a Colônia mas, acentua-se de modo dramático nos últimos cerca de 30 anos. De um lado, pode-se constatar um agravamento da desigualdade e da tensão social. A abolição da escravidão e seus antecedentes já vinham produzindo uma massa numerosa de pessoas desprovidas de recursos e com poucas possibilidades de afirmação social. O processo de declínio e extinção do sistema escravocrata eliminou um tipo de iniqüidade social mas gerou outras, como grande número de indivíduos precariamente inseridos no mercado de trabalho. A estes se juntaram migrantes, como já foi dito, especialmente das regiões Norte e Nordeste, em muitos casos fugindo de desastres naturais e sociais, como as secas. De outro, especialmente depois da perda de condição de capital, uma deterioração progressiva do poder público em todos os níveis, incluindo educação, saúde, habitação, transporte e segurança pública produziram uma situação de crescente frustração e ressentimento sociais.

A falta de uma política social conseqüente, acompanhada por uma mudança no universo de aspirações de significativa parcela das camadas populares estimula o desenvolvimento cada vez mais acelerado do banditismo e de uma *cultura da violência*. Isso vai ficando cada mais evidente a partir dos anos 1970. Esta *cultura da violência* se manifesta pela multiplicação de bandos e grupos ligados ao tráfico de drogas e de armas, incrementado, entre outras razões, por processos de globalização que permitem que sejam encontradas nas mãos dos criminosos até metralhadoras antiaéreas, fuzis AR-15, granadas e armas de uso militar, provindas de arsenais de várias partes do mundo, inclusive das próprias forças armadas e polícia brasileiras. O contrabando de drogas e de armas se dá de modo incontrolável através das extensas fronteiras do país e mesmo dos aeroportos das principais cidades. As organizações criminosas assumem o controle da maioria das favelas, espalhadas pela cidade, da periferia e da região metropolitana. Passam a constituir o que já é denominado de "poder paralelo", fenômeno que ocorre em quase todo o país, mas que no Rio de Janeiro ocupa lugar emblemático tanto por sua dimensão, como pela importância da cidade. Esta, apesar de suas crises e deterioração, permanece no imaginário e na prática uma referência simbólica fundamental para os brasileiros e para a opinião pública internacional. Os acontecimentos que ocorrem no Rio têm ampla e intensa repercussão, maior do que eventos igualmente ou até mesmo mais assustadores que podem ocorrer em cidades como São Paulo. Mas é inegável a gravidade da situação que se vive em terras cariocas e fluminenses.

A irrupção de violência, no entanto, deve ficar bem claro, trata-se de um fenômeno nacional e que não pode ser restringido, tanto em termos de diagnóstico, como de atuação pública a cidades e localidades específicas. No ano de 2007, segundo dados do Ministério da Saúde, houve 50 000 homicídios no Brasil. Entre 1979 e 2003, segundo a UNESCO, mais de 550 000 pessoas morreram no país vítimas de armas de fogo, sendo que 205 000 tinham entre 15 e 24 anos. Já no Rio, só em 2002, registraram-se mais de 8 000 assassinatos. Esse número tem se mantido, com pequenas variações, até hoje, produzindo um clima de grande insegurança e medo, numa cidade que, mesmo com seus tradicionais e antigos problemas de desigualdade e pobreza, apresentava uma dimensão de intensa sociabilidade e riqueza cultural com o encontro e cruzamento de diversas correntes e fluxos de criatividade das mais variadas origens geográficas e sociais. A cultura popular, muitas vezes em clara e explícita interação com setores de camadas médias e de elite, gerou na história da cidade um panorama de extraordinária vitalidade, que se traduzia na música, nas artes plásticas, no cinema, na literatura, no teatro, nos esportes, entre outras manifestações da vida social. O samba e o carnaval aparecem como manifestação dessa pujança, mesmo com os novos mecanismos de mercantilização e massificação, denunciados pelos mais puristas.

Isso tudo não desaparece com o crescimento da violência, mas tem que buscar fórmulas e canais que possam coexistir com os sangrentos confrontos entre bandidos e entre estes e a polícia, num clima de permanente insegurança. Parte da cidade é controlada pelos criminosos, principalmente favelas e adjacências. Outra peculiaridade do Rio que não deve ser esquecida é a sua geografia e organização social urbanas, com a presença de favelas em bairros mais abonados, como Tijuca, Santa Teresa, Botafogo, Copacabana, Ipanema e Leblon, possibilitando interações complexas e paradoxais, como através dos bailes funk. Estes criaram um espaço de encontro entre diversas categorias sociais jovens constituindo-se em um exemplo a mais da dinâmica de relacionamento entre distintos níveis culturais no Brasil.

O poder público perde a autoridade sobre o território de diversas áreas, onde só podem entrar pessoas autorizadas ou toleradas pelos bandidos. Um dos pontos mais delicados dessa situação é a atuação da polícia, dividida em civil e militar. Há freqüentes denúncias de corrupção e de envolvimento direto de indivíduos e grupos das forças de segurança pública com a criminalidade. Há, paralelamente, o crescimento de empresas de segurança particular para proteger o comércio, a indústria, condomínios e residências, compostas, em grande parte, por policiais ou ex-policiais cuja atuação é, no mínimo, polêmica. Nos últimos anos desenvolveu-se o fenômeno das milícias, compostas principalmente por policias e bombeiros, da ativa e da reserva, que passam a disputar com as organizações criminosas o controle de áreas da cidade, como algumas

favelas notórias. Na sua ação, portanto, a polícia não só é, em geral, violenta, como está contaminada em vários níveis e de diversos modos pela corrupção. O recente filme *Tropa de elite,* de José Padilha, que obteve muito sucesso nacional e internacional, expressa de modo dramático esse quadro. A responsabilidade social pela segurança pública é dos estados da federação. Existe, permanentemente, troca de acusações e cobrança de responsabilidade entre os níveis municipal, estadual e federal. Nos últimos anos, formularam-se planos de segurança em nível nacional mas que tem sido implementados de modo precário e nitidamente insuficiente para dar conta do agravamento da insegurança social generalizada.

A sociabilidade, em geral, sofre limitações e empecilhos, fazendo com que os modos de utilização da cidade se alterem em termos de horários e circulação. A vida noturna declina, restaurantes e bares fecham mais cedo, as pessoas saem menos. O turismo é prejudicado. Os mais jovens desenvolvem, no seu processo de adaptação, estratégias mais ou menos conscientes para lidar com os riscos permanentes de andar pela cidade. Ao medo, amplamente disseminado, adiciona-se um fatalismo ao nível do senso comum, que já chega à naturalização dos perigos e dos crimes. São freqüentes, por exemplo, as vítimas de balas perdidas, originadas dos tiroteios já mencionados, das brigas entre facções criminosas, e destas com os órgãos de segurança pública. É mais um risco que se soma a tantos.

Sabemos que outras grandes cidades do mundo sofrem com violência de diferentes tipos, como Joanesburgo, Cidade do México, Caracas, Bogotá, Mumbai. No Brasil, São Paulo, Recife, Salvador e Fortaleza apresentam altos índices de criminalidade, assim como a periferia de Brasília, áreas de Porto Alegre, Belém do Pará, entre tantas. O paradoxo do Rio é que continua sendo uma metrópole atraente, com belas praias, florestas surpreendentes, paisagens inesquecíveis, aura romântico-erótica, no meio de grande desordem urbana e violência. Esta, na realidade, já se apresenta mais como modo de vida do que uma estratégia de sobrevivência de populações carentes. Parte destas, sobretudo nos segmentos masculinos mais jovens, opta por um caminho em que o acesso às drogas e as armas abre um leque de possibilidades que inclui acesso a bens de consumo, como roupas, tênis, relógios, celulares, sedução das mulheres e temor por parte da sociedade em geral. Há entrevistas e declarações de jovens criminosos que sublinham a dimensão de afirmação pessoal em que os riscos e perigos são mesmo valorizados em detrimento da pobreza e humilhação de gerações mais velhas, possivelmente mais conformadas. Essas mudanças têm se dado na sociedade brasileira como um todo. É preciso evitar cair na armadilha de uma nostalgia do passado, mas é inegável que os modos de sociabilidade que vigiam há 40 ou 50 anos atrás, permitiam um convívio menos agressivo e uma vida mais tranqüila na maior parte do país. Isso não impedia

manifestações de violência, inclusive a opressão das oligarquias e a presença permanente de um nível de criminalidade mas que ficava muito aquém do fenômeno que hoje vivemos.

O Rio de Janeiro vive hoje, indiscutivelmente, uma experiência limite muito dolorosa de convívio social, em que fica patente uma crise de valores e de falência da gestão pública. Há aqui e ali sinais de busca de caminhos que viabilizem a afirmação social pacífica das camadas populares, através de iniciativas e alianças entre indivíduos e grupos altamente diferenciados mas que compartilham a preocupação com qualidade de vida em uma sociedade democrática. Embora os pobres sejam as vítimas principais do banditismo, as camadas médias e as elites têm sido sistematicamente objeto de violência nas mais variadas formas. Adultos, mulheres, crianças e idosos são atacados nas ruas. Casas são invadidas, pessoas são feridas, seqüestradas e mesmo mortas em situações em que se encontram totalmente indefesas. Um dos grandes riscos provindos desse cenário é a tentação de ver na repressão às camadas populares, como a saída para superar o problema. Relembre-se que truculências são praticadas, cotidianamente, por bandidos e policiais nas favelas e áreas mais pobres da cidade.

A consciência da gravidade do processo que estamos vivendo talvez possibilite o desenvolvimento de um projeto de cidadania mais conseqüente do que até agora tem havido. Lidamos com um fenômeno que abarca múltiplas dimensões, econômica, política, cultural, ética, exigindo, portanto, análises e ações de natureza ampla, mais aprofundada e duradoura.

BIBLIOGRAPHIE

- **Valladares Licia do Prado,** ***A Invenção da Favela*****, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2005.**
- **Velho Gilberto,** ***Mudança, Crise e Violência : política e cultura no Brasil contemporâneo*****, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.**
- **Velho Gilberto (org.),** ***Rio de Janeiro : cultura, política e conflito*****, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.**
- **Vianna Hermano,** ***O mundo funk carioca*****, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.**
- **Vianna Hermano,** ***O mistério do samba*****, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.**
- **Zaluar Alba,** ***A máquina e a revolta*****, Rio de Janeiro, Brasiliense, 2000.**

DOSSIER

La question environnementale en Amérique latine

Coordination : Didier Ramousse et Élodie Salin

Didier Ramousse*

Des pôles de croissance au développement durable

Vers de nouvelles formes de gestion des ressources naturelles dans les espaces périphériques latino-américains ?

Le concept de développement durable s'affirme à la fin des années 1980, alors que les politiques traditionnelles de développement sont remises en cause par la vague néolibérale et que certaines voix dénoncent l'échec d'un modèle occidental historiquement daté. L'idée visant à reproduire au Sud le processus d'industrialisation et de modernisation expérimenté avec succès par les pays du Nord s'est imposée en Amérique latine dans la seconde moitié du XX^e^ siècle. Cette stratégie a favorisé une diversification des activités économiques et une augmentation du niveau de vie de la société malgré la persistance de fortes inégalités, avant que la plupart des pays en voie de développement ne se retrouvent piégés dans une situation d'endettement et de dépendance accrue. Les pôles de croissance, fondés sur l'exploitation et la transformation des ressources naturelles dans le cadre de grands projets s'inscrivant dans la logique de substitution aux importations, ont constitué un des paradigmes de l'ancien modèle de développement pour les espaces périphériques de l'Amérique latine. Puis l'aide au développement s'est tarie et l'accès au crédit est devenu plus difficile, précipitant les États latino-américains dans une spirale régressive au cours de la décennie 1980.

* Université de Versailles – Saint-Quentin-en-Yvelines / C3ED.

Au lendemain de la Conférence de Rio (1992), la notion de développement durable s'est diffusée en Amérique latine sous la pression des institutions internationales et d'ONG disposant de relais sur place pour proposer une alternative face à l'affaiblissement du rôle de l'État et à l'effondrement de l'ancien modèle. La formule magique allie en principe croissance de la production, meilleure répartition des richesses et préservation de la planète pour les générations futures, même si la dimension environnementale tend souvent à occulter les volets économique et social. La fin du XX^e siècle a été ainsi marquée par l'expansion des aires protégées : le développement durable, associé aux aires protégées érigées en réserves stratégiques ou vouées à une gestion patrimoniale, constitue un nouveau paradigme. Malgré les efforts déployés pour intégrer conservation et développement, ces stratégies ne renvoient-t-elles pas à « un nouvel usage occidental du monde » ?

L'objectif de développement durable conditionne les programmes internationaux de coopération et la répartition des financements attribués à tel secteur ou zone géographique aux dépens des autres, la protection d'une nature idéalisée ayant supplanté la lutte contre la pauvreté. Même si des pays comme le Brésil ont compris que l'affirmation d'une sensibilité verte pouvait leur éviter des ingérences fâcheuses, les politiques environnementales ne sont jamais purement nationales, pas plus que les modalités de gestion locale ou décentralisée des ressources ne sont purement locales. Les stratégies, les enjeux et les débats locaux sont traversés par le global, que ce soit en termes de représentations exogènes, d'acteurs extérieurs ou d'intermédiaires jouant à l'interface des différents échelons. Le contrôle des ressources naturelles demeurant un enjeu déterminant dans les relations économiques et géopolitiques internationales, l'accès à celles-ci est au centre des préoccupations stratégiques des grandes puissances, de même que les questions relatives aux représentations, à l'appropriation, à la gestion et à la valorisation des ressources localisées sont au cœur des réflexions sur le développement durable des territoires [Gecorev, 2006]. On peut alors se demander si l'argument du développement durable n'est pas le nouveau moyen utilisé par les pays du Nord pour exercer un contrôle indirect sur les ressources du Sud.

Les conditions d'émergence de la notion de développement durable dans les espaces périphériques latino-américains

La notion de développement durable occupe une place croissante dans les débats en Amérique latine, où elle est reprise tant par les acteurs publics que par les acteurs privés dans le sillage des organismes internationaux et du monde associatif. Mais cette expression est souvent utilisée comme levier de communication et de marketing, sans engagement sur des objectifs précis. Au-delà d'un discours consensuel sur la nécessité de mettre en œuvre un développement

durable, les actes qui traduiraient dans les faits ce concept aux multiples interprétations sont encore peu nombreux. Ils se heurtent au modèle économique dominant et relèvent plus d'actions isolées que d'une stratégie politique, alors qu'une telle orientation implique une refondation des rapports entre société, économie et environnement s'appuyant sur un changement culturel.

Dans un continent où l'histoire économique a été caractérisée par une succession de cycles d'exploitation rapide des ressources naturelles, celles-ci ont longtemps alimenté et continuent d'alimenter un courant d'exportations primaires vers les pays industrialisés. Mais, à partir des années 1960, la théorie des pôles de croissance a inspiré des stratégies volontaristes fondées sur leur transformation. Des complexes sidérurgiques ou pétrochimiques ont surgi à proximité des sources d'énergie et des gisements de matières premières dans les espaces périphériques du Mexique, du Brésil, de l'Argentine et du Venezuela, introduisant une rupture avec le schéma de concentration des investissements industriels dans les régions centrales du Nord et du Sud. Ces grands aménagements ont aussi débouché sur un bouleversement des écosystèmes, ainsi que sur des phénomènes d'exclusion et de marginalisation.

Au lendemain de la Conférence mondiale de Stockholm sur l'environnement (1972), qui témoigne de l'émergence d'une conscience écologique à l'échelle planétaire, l'Amérique latine n'est pas restée longtemps étrangère aux préoccupations relatives à la protection de l'environnement. En effet, le « pillage de l'Amazonie » a été un des principaux détonateurs de la mobilisation internationale en faveur d'un écodéveloppement intégrant les considérations d'ordre écologique à côté des impératifs économiques et sociaux. En liaison avec la diffusion du concept de développement durable prôné par le rapport Brundtland [1988], la Conférence de Rio a marqué en 1992 un tournant dans les discours et certains comportements en Amérique latine. Cependant l'imprécision du concept a contribué à en faire un alibi qui permet seulement d'aménager à la marge les modes d'exploitation, grâce à l'incorporation de quelques paramètres environnementaux ou à la constitution d'îlots de protection précaires. Bref, la volonté de concilier les préoccupations des pouvoirs publics, des partisans de la conservation et des praticiens du développement a donné naissance à une approche plus ou moins consensuelle et réformiste de cette notion.

On ne peut envisager un développement durable sans une remise en question des pratiques individuelles et collectives, ainsi que des formes supérieures d'organisation des sociétés. La progression des activités extractives ou prédatrices n'a pas été endiguée par la multiplication des aires protégées, dont une partie a été érigée en réserves stratégiques dans une optique « ressourciste » *(resource conservation)*. Quand il y a une demande pour des ressources naturelles convoitées ou la consommation touristique de paysages emblématiques, la tentation de leur exploitation commerciale est forte pour des États

prisonniers de leur dette extérieure et des entreprises attirées par des gains rapides, sans que l'environnement et le sort des populations locales soient toujours pris en considération. Le renversement des priorités passe donc par un changement de valeurs, de sorte que les finalités du développement soient identifiées avec les nécessités humaines fondamentales dans le respect de l'environnement. Les solutions aux problèmes résultant des interactions entre l'homme et son environnement (gestion des ressources naturelles, prévention des risques, qualité de vie, etc.) nécessitent donc le recours à des modes stratégiques d'intervention pour faire converger les logiques d'acteurs et parvenir à une harmonisation des besoins spatiaux de l'économie et de la société avec la dynamique écologique et culturelle des territoires.

Au cours des trente dernières années la question environnementale s'est progressivement immiscée dans les analyses sur le développement en Amérique latine [Gligo, 2001]. Tous les gouvernements de la région ont, à des degrés divers, inscrit cette problématique dans un cadre administratif et juridique afin de promouvoir des politiques environnementales. Dans le sillage de la démocratisation, certaines fractions de la société civile se sont mobilisées en interaction avec les organismes internationaux, les agents économiques et les pouvoirs publics, pour conduire des expériences plus respectueuses de l'environnement. Peut-on parler pour autant de progrès dans la voie d'un développement durable ?

Le Venezuela est le premier pays d'Amérique latine à avoir créé en 1974 un ministère de l'Environnement et des Ressources naturelles (MARNR), le Mexique, l'Argentine et le Brésil se dotant à la même époque de secrétariats d'État à l'environnement. Dans les pays andins, des instituts de gestion des ressources naturelles liés aux secteurs agropastoral, halieutique ou minier ont vu le jour, tandis que la politique environnementale de la zone caraïbe s'articulait plutôt avec le secteur du tourisme. Après l'adoption de la constitution de 1988, un institut (IBAMA) gérant un fonds national de l'environnement a été créé au Brésil pour agir en faveur de la protection de la faune et de la flore. Mais, face à l'ampleur de la tâche, les organismes en charge de l'environnement ont disposé de peu de moyens, de telle sorte que la capacité des pouvoirs publics à enrayer la détérioration des écosystèmes et à contrôler la pollution est demeurée limitée.

Des changements sont pourtant intervenus au lendemain du Sommet de la Terre à Rio de Janeiro. La législation environnementale a enregistré des progrès significatifs au cours de cette période, en liaison avec la mise en place d'instruments de planification et de normes techniques pour l'aménagement du territoire et les études d'impact, le contrôle de la pollution et les systèmes d'aires protégées. Les États de la région ont élaboré deux stratégies distinctes : l'une considère l'environnement comme un secteur à part entière, tandis que

l'autre le perçoit comme un thème transversal. On relève dans plusieurs pays (Venezuela, Argentine, Brésil, Colombie, Équateur, Mexique, Bolivie) l'existence de ministères de l'Environnement ou du Développement durable, dont les compétences englobent la lutte contre la pollution et la gestion des ressources naturelles et hydriques. D'autres nations ont opté pour la création de Commissions ou Conseils intersectoriels de l'Environnement (Chili, Pérou).

Parallèlement au nouveau cadre administratif et législatif défini par les pouvoirs publics, dans un contexte influencé par les processus de démocratisation et de libéralisation économique, cette décennie a été marquée par la prolifération des initiatives émanant de fondations privées ou d'ONG en faveur de l'environnement. Celles-ci ont consolidé leur présence en Amérique latine après la Conférence de Rio, en se rapprochant des ONG de développement rural pour combiner protection de l'environnement et lutte contre la pauvreté. Le sous-continent est alors devenu une cible prioritaire pour les organisations de conservation de la nature du Nord, qui constituent un relais privilégié des organismes de financement internationaux dont l'aide est conditionnée à la prise en compte du facteur environnemental [Dumoulin-Kervran, 2006]. Mais des contradictions subsistent entre la pression exercée sur les ressources naturelles et les impératifs environnementaux, alors que les pays latino-américains ont souscrit à la plupart des conventions internationales sur l'environnement et amorcé une coopération régionale dans ce domaine.

Malgré les efforts pour prendre en compte l'impact des politiques de développement sur l'environnement, la dégradation de celui-ci menace certains espaces périphériques de faible densité, sensibles aux perturbations et voués à l'exploitation des ressources naturelles. L'Amérique latine n'est pas parvenue à rompre avec les cycles économiques spéculatifs ayant marqué son histoire depuis les débuts de la conquête et de la colonisation : de nouveaux booms liés à l'exploitation des ressources du sous-sol (Bolivie, Argentine, Venezuela), à la culture du soja (Argentine, Brésil, Paraguay, Bolivie), à l'intensification de la pêche et de l'aquaculture (Argentine, Chili) ou à l'essor mal maîtrisé du tourisme dans certaines régions, peuvent mettre en péril l'intégrité des patrimoines naturel et culturel des pays concernés. Cependant les questions de régulation territoriale sont revenues à l'ordre du jour avec l'expansion des aires protégées, en stimulant la réflexion sur la mise en place de nouveaux instruments de gouvernance destinés à encadrer les interactions entre société, économie et environnement.

Des territoires appréhendés comme des réserves stratégiques (Amazonie, Patagonie) sont confrontés à la nécessité d'articuler les dynamiques liées à la mondialisation avec des stratégies de développement local, dans une logique de rupture avec les formes d'exploitation primaire qui y ont longtemps prévalu. La conservation des sols et leur utilisation raisonnée, celle des ressources en eau,

en biodiversité, en énergies fossiles et en minerais, impliquent de prendre conscience qu'elles représentent un patrimoine dont les sociétés contemporaines sont dépositaires avec la mission de le transmettre dans les meilleures conditions possibles aux générations futures. Le patrimoine naturel est souvent indissociable des paysages et des sociétés qui les ont façonnés. Largement invoqué dans l'approche territoriale des trajectoires de développement durable, le patrimoine est constitué d'éléments naturels et culturels. Il renvoie à un héritage et à un ancrage dans un espace identitaire, où il fait l'objet d'une appropriation collective pouvant induire des formes de gestion concertée.

Pour illustrer ces réflexions il est possible de mieux cerner les ruptures, continuités et défis, liés aux modèles de développement se référant soit aux pôles de croissance soit à un hypothétique développement durable fondé sur une gestion patrimoniale des ressources.

Les pôles de croissance « périphériques » : illusions et héritages

Dans la seconde moitié du XX^{e} siècle les politiques inspirées par la théorie des pôles de croissance ont donné lieu à de grands aménagements dans les périphéries latino-américaines, à l'origine de nouveaux déséquilibres aux plans écologique, social et territorial.

La notion de pôle de croissance se réfère à une activité motrice qui exerce des effets d'entraînement auprès d'unités subordonnées, en engendrant une croissance déséquilibrée au niveau sectoriel et des effets d'agglomération au plan spatial [Perroux, 1955]. Cette approche a été utilisée comme outil de développement dans plusieurs pays latino-américains, où la création de nouveaux foyers d'industrie lourde a été associée à des opérations de planification urbaine et régionale pour promouvoir un rééquilibrage des espaces nationaux [Friedmann, 1969]. L'agglomération de Ciudad Guayana a surgi dans ce contexte à la confluence de l'Orénoque et du Caroni, en 1961, en liaison avec un pôle métallurgique ayant mis à profit les ressources minières et le potentiel hydroélectrique du massif guyanais pour développer la sidérurgie et l'industrie de l'aluminium. D'autres foyers industriels périphériques fondés sur l'exploitation des ressources naturelles en minerais, bois, énergies fossile et hydraulique, ont vu le jour dans le cadre des politiques de développement régional mises en œuvre sur la côte du Golfe du Mexique et celle du Pacifique, sur le littoral du Nordeste brésilien et en Amazonie, dans les zones pétrolières de l'Ouest et du Nord-Est vénézuélien ou bien encore dans le Sud de l'Argentine et du Chili. La théorie des pôles de croissance a également trouvé des applications dans d'autres domaines que l'industrie lourde, puisque les grands complexes touristiques littoraux planifiés au Mexique sur le modèle de Cancún sont assimilables à des pôles de développement.

L'État a joué alors un rôle moteur dans la réalisation des grands projets de développement « périphériques », en ouvrant ainsi la voie aux investissements du secteur privé. Les grandes entreprises publiques, les fonds nationaux d'investissement (Fonatur pour le tourisme au Mexique) et les corporations de développement régional contrôlées par l'État (Sudene, Sudam, Corporation vénézuélienne de Guyane) ont été les maîtres d'œuvre de ces opérations. La diffusion de modèles standard et la consolidation de technostructures ont contribué à la normalisation économique et à l'homogénéisation des territoires, avec la création de pôles qui irradient autant du pouvoir que du développement. Cette volonté politique a pu s'exercer à l'encontre des groupes économiques régionaux, en privilégiant des partenariats nationaux ou internationaux dans le cadre d'entreprises mixtes. Les populations locales ont été confrontées aux expropriations foncières, aux travaux d'aménagement et aux bouleversements du marché du travail induits par les pôles de développement, sans toujours parvenir à s'insérer dans les nouvelles activités. Il y a donc eu des gagnants et des perdants à la suite de décisions prises en fonction d'impératifs économiques et politiques nationaux, aux dépens de l'environnement et de la satisfaction des besoins sociaux les plus urgents.

Les retombées des pôles de développement ont été assez inégales en termes d'emplois et de bénéfices économiques. Après la phase des grands travaux d'aménagement mobilisant une main-d'œuvre peu qualifiée, la création d'emplois et les gains liés à l'essor de la production ont été plus ou moins importants selon la taille des pôles et le type d'activité.

Les emplois directs engendrés par le complexe producteur d'acier et d'aluminium de Ciudad Guayana sont à l'origine d'un appel de main-d'œuvre provenant du reste du pays. Ils s'élevaient à près de 40 000 en 1989, avant d'être divisés par quatre au terme du processus de restructuration et de privatisation des années 1990. Il faut y ajouter les emplois indirects résultant des enchaînements productifs et des effets d'entraînement exercés sur les services, qui ont assuré la croissance rapide de l'agglomération, même si les activités de transformation de la filière métal-mécanique se concentrent dans la région du littoral central vénézuélien.

L'inauguration du pôle touristique de Cancún sur le littoral du Yucatán, en 1975, s'inscrit dans la même logique de « fordisme périphérique d'État » [Hiernaux, 2006]. Ceci est renforcé par la reproduction d'un tourisme de masse, fondé sur l'implantation de grandes chaînes hôtelières et le transport aérien, dans le cadre d'une division du travail où les services touristiques sont assurés par des populations rurales sous-qualifiées tandis que les cadres viennent de la capitale ou de l'étranger. D'un point de vue économique le tourisme a été un complément de l'industrialisation, en offrant des emplois (dont une majorité d'emplois indirects dans le secteur informel) et en contribuant pour plus de 7 % au PIB du Mexique.

Il a parfois fallu attendre assez longtemps pour que les bénéfices générés par ces grands projets compensent les investissements énormes réalisés (de l'ordre de un à plusieurs milliards de dollars) ou les sacrifices consentis en termes de subsides et de ressources fiscales non perçues. Quant à l'apport de devises lié au tourisme, il a été réduit par la prépondérance d'un modèle qui ne favorise pas la transmission intégrale des dépenses effectuées pour l'achat de prestations touristiques aux structures locales réceptrices.

La principale externalité négative dérivée des pôles de développement concerne les dommages causés au milieu naturel, avec leur cortège de conséquences au plan social. Les atteintes à l'environnement peuvent même sembler irréversibles dans le bassin du lac de Maracaibo, où l'exploitation pétrolière a cumulé ses effets à long terme avec les pollutions diverses dues au complexe pétrochimique d'El Tablazo inauguré en 1974 [Ramousse, 1997]. Les conditions dans lesquelles le potentiel minier et hydroélectrique de l'Amazonie a été exploité sont aussi révélatrices de la conception de l'industrialisation et de la modernisation qui s'est imposée au Brésil après le coup d'État militaire de 1964, en relation avec la volonté d'intégrer cette vaste région à la dynamique économique du pays. Le projet Grand Carajas s'inscrit dans la continuité de cette politique avec l'appui de financements internationaux. Le barrage de Tucurui, l'exploitation des ressources minières de l'État du Para et l'implantation de plusieurs unités sidérurgiques utilisant le charbon de bois le long de la voie ferrée reliant les gisements à l'océan ont provoqué un désastre écologique avec l'ennoiement de vallées et l'intensification de la déforestation en Amazonie orientale. Les aménagements liés à ces grands projets ont souvent entraîné des expulsions et des déplacements de populations (petits agriculteurs, indigènes, communautés de pêcheurs) au profit de sociétés privées et de grands propriétaires. Plusieurs groupes locaux ont été exclus ou marginalisés, la compétition pour l'occupation du sol et l'accès aux ressources ayant eu des répercussions négatives sur les secteurs non liés aux activités dominantes.

De la théorie à la pratique, ces stratégies de développement se sont heurtées à plusieurs difficultés. La première concerne l'articulation d'un concept économique avec la façon dont il prend forme sur le plan territorial. Le second problème renvoie au passage du concept de pôle de croissance à la notion de pôle de développement, en tant qu'instrument d'une politique visant à créer les conditions nécessaires à la propagation des effets d'entraînement liés à une activité motrice, avec le risque que cette dernière s'apparente à une greffe étrangère à son environnement et demeure une « cathédrale dans le désert ». Cependant l'homogénéisation des territoires par l'État, à travers la diffusion de modèles standard d'industrialisation ou de mise en tourisme, a ouvert la voie à l'afflux d'investissements étrangers. Les rapports noués avec le capital transnational dans le cadre de sociétés mixtes traduisent les modifications intervenues dans la division internationale du travail, tout en perpétuant des

relations de dépendance entre « nations foyers » et « nations affiliées » [Perroux, 1955]. Si les effets multiplicateurs des pôles de croissance n'ont pas toujours été au rendez-vous dans les lieux de leur implantation, ils ont engendré des bouleversements sur le plan environnemental et socio-économique en créant de nouveaux déséquilibres intrarégionaux. Ces héritages sont à prendre en compte pour assurer la transition des pôles de développement confrontés à une nécessaire reconversion vers une dynamique de développement durable.

Gestion concertée des ressources naturelles et de l'environnement pour un développement durable des espaces périphériques ?

L'opposition entre pays développés et pays en voie de développement est recouverte, au niveau mondial, par l'affirmation d'un archipel de régions métropolitaines au milieu de zones plus ou moins marginalisées qui peuvent faire l'objet de mesures de protection. En Amérique latine ces espaces périphériques correspondent souvent à des réserves stratégiques dont le contrôle est devenu un enjeu majeur, alors qu'on assiste à une réorientation des régimes de croissance économique vers la valorisation des ressources naturelles (énergétiques, minières, végétales ou touristiques), dans le cadre d'une gestion territoriale s'efforçant de combiner conservation et développement local à travers des systèmes d'aires protégées. Ces évolutions révèlent de nouveaux modes de régulation qui tendent à modeler des territoires et des sociétés locales largement connectés à des réseaux internationaux. Dans ce contexte, l'appropriation et la gestion des ressources localisées sont au cœur des réflexions sur le développement durable. La question des droits d'accès aux ressources est posée par rapport à un cadre spatial, tandis que la gestion collective des ressources renvoie à des procédures de délibération et de régulation territoriale où interviennent des acteurs opérant à des niveaux différents, mais où la décentralisation et le caractère participatif des processus de décision au plan local tendent à être privilégiés dans le cadre d'une bonne gouvernance.

La référence au territoire et au patrimoine est largement présente dans les approches en matière de développement durable, en particulier dans les processus de qualification relatifs aux produits biologiques, au commerce équitable ou aux indications d'origine géographique [Requier-Desjardins]. Cette notion de patrimoine commun renvoie à une forme d'appropriation collective par des groupes patrimoniaux plus ou moins étendus et à des modes de gestion concertée [Ollagnon, Vivien, 2005]. Dans quelle mesure ce type d'approche est mis en œuvre dans les espaces périphériques latino-américains, à la suite de la révision des politiques de développement intervenue à partir des années 1990 ?

Face aux aberrations de ce qu'on appelle au Brésil la politique de « modernisation » nationale, une réflexion critique a été menée sur les concepts de

modernité et de développement, sans mettre un terme définitif aux modes de planification et aux pratiques hérités de la période dictatoriale [Domingues, 1999]. Le programme de développement régional *Avança Brasil* (2000-2007) se présente ainsi en Amazonie sous la forme d'une centaine de projets, dont l'impact sur le milieu forestier a été dénoncé par la presse et les milieux scientifiques [Droulers, 2004]. Ces projets initiés par le gouvernement fédéral ne répondent pas aux demandes collectives et s'intègrent difficilement aux actions planifiées au niveau local. Mais l'instauration de zonages écologiques/économiques conduit la société à reposer la question de la protection de la nature, de l'usage des ressources et du développement dans toutes ses dimensions, en faisant des aires protégées et des pratiques d'agroforesterie les points d'ancrage territoriaux encore fragiles du développement durable amazonien. Des dispositifs de consultation et de participation tendent à se multiplier. Les expériences visant à favoriser le développement local sur une base intercommunale et participative, dans le cadre de pôles de développement intégré ou de comités de bassin, se heurtent à des résistances liées aux structures sociales inégalitaires et au caciquisme dans le Nordeste, alors que de nouveaux modes de gouvernance parviennent effectivement à s'imposer dans le sud du Brésil [Laurent, Viana, Verdum, Mello]. Cette approche est à mettre en parallèle avec le projet de lutte contre la désertification et la pauvreté mené auprès de la communauté indigène Huarpe dans la province argentine de Mendoza [Abraham, Laurelli, Montaña, Pastor, Torres].

Au Venezuela des programmes spécifiques concernent les zones pétrolières (districts sociaux pétroliers et gaziers) et les zones rurales (projet PAIS-SARAOS pour un système de villages ruraux autogérés durables). Le financement de ces opérations doit être assuré grâce à la rente pétrolière, recyclée dans une nouvelle version très sociale (voire socialiste) de la grande promesse jamais accomplie de semer le pétrole. Le plan *Siembra Petrolera* (2006-2012) repose sur de grands projets liés à l'intensification de la mise en valeur des hydrocarbures de la ceinture de l'Orénoque et au projet d'exploitation *off-shore* du gaz de la plateforme Delta-Caraïbe. Les investissements sont estimés à 56 milliards de dollars, 70 % de ce montant devant être apportés par la compagnie pétrolière nationale (PDVSA) et le reste par le secteur privé national ou étranger. L'originalité de ce programme, qui prétend introduire une rupture par rapport aux déficiences des anciens pôles de développement, consiste à réinjecter une part significative de la rente pétrolière dans des districts sociaux pétroliers et gaziers pour lutter contre l'exclusion sociale grâce à la constitution de foyers de développement endogène. Dix-sept districts sociaux placés sous la tutelle des responsables locaux de PDVSA ont déjà été définis dans la plupart des zones pétrolières et gazières du pays, tandis que PALMAVEN (filiale de PDVSA vouée à l'appui aux activités agricoles) s'occupe de promouvoir le développement endogène des régions non pétrolières. Outre les investissements en infrastructures et services sociaux, il

s'agit d'encourager des projets de développement agro-industriel et touristique en privilégiant leur ancrage territorial. Ces projets prévoient un encadrement assez strict des populations par les institutions et les entreprises de l'État, les coopératives, les entreprises de production sociale, les comités pour la terre et les conseils techniques de l'eau…, l'allégeance au régime étant un facteur discriminant pour bénéficier de ses largesses. On peut donc craindre que les contradictions entre l'autoritarisme du régime et l'approfondissement des démarches participatives n'aillent en s'aggravant et ne débouchent sur des impasses.

La volonté de promouvoir un tourisme mieux inséré dans le milieu local, avec le souci de valoriser les ressources patrimoniales en favorisant une répartition équilibrée des revenus, tend à prendre le relais des formes d'implantation touristique qui échappent au contrôle des acteurs locaux. Un plan fédéral stratégique du tourisme durable a été élaboré dans cet esprit en Argentine, alors que ce pays s'affirme comme une destination émergente. Si l'emprise du modèle dominant reste forte dans les stations balnéaires et les lieux touristiques où l'on se presse pour admirer le spectacle d'une nature mise en scène (parc national des glaciers, chutes d'Iguazú), certaines provinces ont choisi de suivre les nouvelles orientations préconisées au niveau fédéral. La province de Jujuy, située au nord-ouest du pays, s'est ainsi dotée de son propre plan de développement touristique durable en 2006. Celui-ci s'appuie sur un processus de patrimonialisation illustré par la constitution de la réserve de biosphère des Yungas [2002] et l'inscription de la Quebrada de Humahuaca sur la liste du patrimoine mondial de l'Unesco. L'objectif est de promouvoir une offre touristique de qualité dans le cadre d'une réglementation adaptée, en s'appuyant sur la participation de la communauté et de l'ensemble des acteurs concernés pour consolider une identité culturelle *jujeña* qui représente, avec des paysages remarquables et diversifiés, un atout majeur pour attirer les touristes nationaux et étrangers. Cette approche patrimoniale visant à utiliser le tourisme comme levier de développement, en s'appuyant sur la reconnaissance du local sous l'angle du terroir et de l'affirmation identitaire, semble avoir trouvé un écho favorable auprès des acteurs de la Quebrada de Humahuaca qui se mobilisent dans le cadre de l'intercommunalité avec des moyens financiers limités [Salin].

Ces exemples mettent en évidence une rupture avec les pratiques antérieures, sans que toutes les contradictions entre une utilisation raisonnée des ressources naturelles, la protection de l'environnement et les exigences du développement local aient pu être résolues à travers une gestion territoriale adaptée, comme cela transparaît aussi dans le cas de l'Uruguay [Capo, Gautreau, Simon] ou celui de la région de Valparaiso [Velut, Ménanteau, Negrete].

La question environnementale a pris une importance croissante en Amérique latine au cours des dernières décennies, en liaison avec la prise de conscience internationale par rapport aux problèmes écologiques. De nouvelles

approches proposent une articulation des efforts de conservation et de développement à travers la mise en valeur différenciée de territoires s'inscrivant dans une continuité spatiale. Plutôt que d'ériger des enclaves de protection stricte au milieu de zones livrées à une exploitation incontrôlée, la tendance actuelle privilégie une protection extensive et graduée s'appuyant sur des systèmes intégrés d'aires protégées reliées entre elles par des corridors écologiques ou des routes culturelles. Cette vision systémique peut se décliner à différentes échelles : régionale, nationale et transnationale.

Plusieurs pays d'Amérique latine sont engagés dans la constitution de systèmes nationaux d'aires protégées. En 2004, une étude préliminaire de l'Union internationale pour la conservation de la nature (UICN) évaluait à quatre-vingt-quatre les projets de corridors écologiques en Amérique du Sud, dont une quinzaine de corridors transfrontaliers. On peut aussi mentionner un projet de corridor biologique mésoaméricain depuis le sud du Mexique jusqu'au Panama et un projet de route culturelle (le Grand Chemin inca) que l'Unesco essaye de promouvoir entre six pays andins. À la même époque, une recommandation de l'UICN invitait les États signataires des conventions sur la diversité biologique et le patrimoine mondial à favoriser l'inscription des phénomènes naturels et culturels d'importance mondiale en tant que « routes sérielles du Patrimoine mondial » (Congrès mondial de la nature, 2003). Parallèlement les États de la région ont entrepris de mettre en place, avec l'appui des organisations régionales, des corridors de communication et de développement dans le cadre du Plan Puebla Panama et du projet d'Intégration des Infrastructures régionales de l'Amérique du Sud (IIRSA). Or, ces axes multimodaux d'intégration recoupent ou longent la plupart des corridors biologiques et des routes potentiellement touristiques, ainsi que des réserves d'eau, de minerais et d'énergies fossiles. Aux yeux des opposants à la Zone de libre-échange des Amériques (ZLEA) et des altermondialistes (Milani, Keraghel), ils faciliteront surtout l'accès à des ressources naturelles convoitées par les transnationales en vue de leur exploitation.

Il est donc nécessaire de s'interroger sur les finalités des systèmes d'aires protégées, dans la mesure où se pose le problème de leur articulation avec les « projets de territoire » émergents au niveau local. D'un côté, une approche transnationale financée par la coopération bilatérale Nord/Sud et divers organismes internationaux (Banque mondiale, Fonds mondial pour l'Environnement, Banque interaméricaine de Développement), avec l'appui des grandes ONG conservationnistes (conservatrices) (Conservation international, WWF, etc.) et de leurs relais locaux, met l'accent sur la protection des écosystèmes dans une perspective qui n'exclut pas des arrière-pensées ressourcistes chez certains acteurs. D'un autre côté, une vision émanant du terrain privilégie une coopération décentralisée et des objectifs de développement local s'inscrivant dans une logique de valorisation patrimoniale et territoriale [Ramousse et Salin, 2007].

Conclusion

Il est possible de mettre en évidence des ruptures et des continuités dans la gestion des ressources naturelles des espaces périphériques latino-américains au cours de la seconde moitié du XX^e siècle. L'importance accordée au facteur environnemental, dans le cadre de processus délibératifs où de nouveaux acteurs se sont affirmés face à l'État centralisateur, constitue une première rupture. De plus, si le concept économique de pôle de croissance a souvent pris forme de façon imparfaite au plan territorial, les approches qui se réfèrent au développement durable et aux modes de gestion concertée privilégient un fort ancrage local. Cela peut occasionner des tensions lorsque les programmes définis sous l'égide d'instances internationales freinent l'élaboration et la mise en œuvre de projets de territoire par les acteurs locaux. Le défi relatif à l'intégration entre conservation et développement ne pourra être relevé qu'à travers des formes de régulation articulant les différentes échelles, afin de résoudre les contradictions entre le dirigisme imposé au nom d'un « patrimoine mondial » par des élites transnationales, les formes d'appropriation privée des ressources naturelles et les revendications des populations locales relatives à un patrimoine communautaire enraciné dans un territoire [Rodary, Castellanet et Rossi, 2003].

BIBLIOGRAPHIE

- Cormier-Salem Marie-Christine, Juhe-Beaulaton Dominique, Boutrais Jean, Roussel Bernard, *Patrimonialiser la nature tropicale. Dynamiques locales, enjeux internationaux*, Paris, IRD, 2002.
- Domingues José Mauricio, *Criatividade social, subjetividade colectiva e a modernidade brasileira contemporanea*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.
- Droulers Martine, *L'Amazonie. Vers un développement durable*, Paris, Armand Colin, 2004.
- Dumoulin-Kervran David, « Les ONG latino-américaines après l'âge d'or : internationalisation et dispersion », *in* P. Zagefka (dir), *Amérique latine*, Paris, La Documentation française, 2006.
- Friedmann John, « Estrategia de los polos de crecimiento como instrumento de planificación urbana e industrial », *Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación*, vol. VIII, n° 9-10, 1969.
- GECOREV, *Gestion concertée des ressources naturelles et de l'environnement*, Colloque international, Saint-Quentin-en-Yvelines, UVSQ, 26-28 juin 2006 (Cd-Rom), 2006.
- Gligo Nicolo, *La dimensión ambiental en el desarrollo de América Latina*, Santiago, CEPAL, n° 58, 2001.
- Hiernaux Daniel, « Tourisme au Mexique : modèle de masse, de l'étatisme au marché », *in Expansion du tourisme : gagnants et perdants*, Louvain-la-Neuve, Centre Tricontinental/Syllepse, 2006.
- Ollagnon Henry, « Stratégies patrimoniales pour un développement durable », *in* C. Barrere *et al.* (eds), *Réinventer le patrimoine. De la culture à l'économie, une nouvelle pensée du patrimoine ?*, Paris, L'Harmattan, 2005.
- PDVSA, *Distritos Sociales para la Siembra Petrolera*, Caracas, Min. de l'Énergie et du Pétrole, 2006.
- Perroux François, « La notion de pôle de croissance », *in L'économie du xx^e siècle*, Grenoble, PUG, 1991, 1955.
- Perroux François, « Les pôles de développement et l'économie internationale », *ibidem*, 1991, 1958.
- Ramousse Didier, *Stratégie d'industrialisation, organisation de l'espace et insertion du Venezuela dans l'économie-monde. Des pôles de développement à la reconversion du système technico-industriel*, Villeneuve d'Ascq, Thèse Paris III – Sorbonne, Presses universitaires du Septentrion, 1997.
- Ramousse Didier, Salin Élodie, « Aires protégées des périphéries sud-américaines : entre réserves stratégiques et valorisation patrimoniale », *in Mondes en Développement*, vol. 35-2007-1, n° 137, 2007.
- Rodary Etienne, Castellanet Christian, Rossi Georges, *Conservation de la nature et développement. L'intégration impossible ?*, Paris, GRET/L'Harmattan, 2003.
- Vivien Franck-Dominique, « Et la nature devint patrimoine », *in* C. Barrere *et al.* (eds), *Réinventer le patrimoine. De la culture à l'économie, une nouvelle pensée du patrimoine ?*, Paris, L'Harmattan, 2005.

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

Ce texte met en évidence les ruptures et continuités dans la gestion des ressources naturelles, en fonction des paradigmes de développement ayant prévalu dans les espaces périphériques latino-américains. Les pôles de croissance des années 1960 à 1980, fondés sur l'exploitation des ressources naturelles, ont été l'instrument de politiques de développement et d'aménagement régional plus attentives à homogénéiser le territoire national grâce aux migrations et à une modernisation standard qu'à préserver l'environnement et le patrimoine des populations locales. La crise de ce modèle a ouvert la voie à de nouvelles formes de gouvernance ancrées territorialement, mais les tensions entre les acteurs intervenant aux différentes échelles rendent problématique l'intégration entre conservation de la nature et développement.

Este trabajo enfatiza rupturas y continuidades relativas a la gestión de los recursos naturales, según los modelos de desarrollo que han prevalecido en los espacios periféricos de América Latina. Los polos de crecimiento basados en la explotación de los recursos naturales, desde los años 1960 hasta 1980, fueron una herramienta para políticas de desarrollo y ordenamiento más preocupadas en homogeneizar el territorio nacional a través de migraciones y de una modernización estandardizada que en preservar el medio ambiente y el patrimonio de las poblaciones locales. La crisis de este modelo favoreció la emergencia de nuevas formas de gobernanza con un anclaje territorial, pero las tensiones entre los actores actuando a distintos niveles hacen problemática la integración entre conservación de la naturaleza y desarrollo.

This text investigates ruptures and continuities in the management of natural resources, according to the paradigms of development that prevailed in marginal spaces of Latin America. The growth poles founded on an intensive exploitation of the natural resources, from the years 1960 to 1980, were the instrument for development and regional planning policies more attentive to homogenize the national territory by stimulating migrations and modernisation, than to preserve the environment and the cultural inheritance of the local populations. The crisis of this model opened the way to new forms of governance based on a territorial anchoring, but the tensions between the actors operating on the various scales make difficult the conciliation between nature conservation and development.

MOTS-CLÉS

- **Ressources naturelles**
- **Pôles de croissance**
- **Développement durable**
- **Aires protégées**
- **Gouvernance territoriale**

PALABRAS CLAVES

- **Recursos naturales**
- **Polos de crecimiento**
- **Desarrollo sostenible**
- **Areas protegidas**
- **Gobernanza territorial**

KEYWORDS

- **Natural resources**
- **Growth poles**
- **Sustainable development**
- **Protected areas**
- **Territorial governance**

Denis Requier-Desjardins et Aurélie Carimentrand*

Processus de qualification et structuration des filières agro-alimentaires :

quels impacts sur le développement rural en Amérique latine ?

L'Amérique latine a vu récemment l'émergence d'une production de biens et de services agroalimentaires bénéficiant de signes de qualité en liaison avec des caractéristiques de durabilité du développement, que cette durabilité soit écologique (agriculture biologique) ou sociale (commerce équitable). Ces biens et services s'adressent essentiellement à des marchés d'exportation. Ce mouvement reflète sa richesse en biodiversité naturelle ou agricole de même que l'importance des petits producteurs relevant de l'agriculture familiale.

La valorisation de biens privés sur les marchés peut contribuer à la préservation de l'environnement et de la biodiversité, tout en réduisant la pauvreté et en augmentant les capacités des populations rurales marginalisées. La relation entre ces activités et les niveaux de vie des populations concernées peut cependant faire débat[1]. La contribution de ces dispositifs au développement local dans les zones concernées est donc un élément essentiel de leur efficacité en termes de durabilité. Cette communication se veut une contribution à ce débat à partir du cas des pays d'Amérique latine.

* Respectivement IEP de Toulouse / LEREPS et IHEAL / C3ED.

1. Cette réévaluation critique s'est imposée dans le débat sur la gestion « patrimoniale » des aires de conservation et le transfert de gestion aux populations locales. [Arnold et Perez, 2001] Elle peut s'appliquer également au processus de développement rural.

Nous dresserons tout d'abord un bilan des dispositifs de qualification concernés dans les pays d'Amérique latine et de leur impact. Puis nous reviendrons sur l'analyse économique de la qualification pour évaluer l'efficacité propre de ces dispositifs en matière de développement durable. Enfin nous analyserons leur articulation avec les formes du développement rural.

Qualification et activités en zones rurales en Amérique latine

Le marché des produits agroalimentaires biologiques ou du commerce équitable, concerne essentiellement les pays du Nord, qui sont également producteurs[2]. Cependant une des caractéristiques de la production bio et équitable (pour ce dernier label c'est d'ailleurs une exigence) : être aussi largement produite dans des pays du Sud. Cette production est essentiellement exportée vers les marchés du Nord, ce qui fait de ces flux, malgré leur relativement faible volume, un élément des relations commerciales Nord-Sud. Or l'Amérique latine est l'exportateur principal de ces produits en direction de l'Europe et de l'Amérique du Nord.

D'après les chiffres de l'IFOAM, la surface agricole dédiée à l'agriculture biologique en Amérique latine a atteint 6,4 millions d'hectares en 2006, soit 20 % du total mondial estimé à 31,5 millions d'hectares. Ce résultat place l'Amérique latine à la troisième place au niveau mondial derrière l'Océanie (12,1 millions d'ha. et 39 %) et l'Europe (6,5 millions d'ha. et 21 %). L'Amérique latine est le continent où il y a le plus grand nombre d'exploitations dédiées à l'agriculture biologique (plus de 150 000 soit 31 % du total),

Tableau n° 1 : Évolution de la répartition estimée de la superficie certifiée en agriculture biologique de 2001 à 2006

Région	Superficie certifiée biologique en ha.			%		
	2001	2004	2006	2001	2004	2006
Océanie	7 634 700*	10 050 000	12 100 000	44,91	41.80	39
Europe	4 214 300	5 600 000	6 500 000	24,79	23,10	21
Amérique latine	3 683 900	5 800 000	6 400 000	21,67	24,02	20
Amérique du Nord	1 314 100	1 500 000	1 400 000	7,73	5,90	
Asie	93 500	880 000	4 000 000	0,55	3,10	
Afrique	59 500	320 000	1 000 000	0,35	1,30	
Total	17 000 000	24 160 000	30 500 000	100,00		

Source : Vallejo, Willer et Yussefi.

2. Les pays qui ont la part la plus importante de leur superficie en bio sont d'ailleurs des pays européens comme la Suisse ou la Norvège.

reflet de la prédominance des petites exploitations dans ce secteur [Willer et Yussefi, 2006]. Par ailleurs L'Amérique latine comptait, en 2006, six millions en « wild forest area » soit 33 % du total mondial, ce qui montre l'intégration des ressources de la biodiversité naturelle dans ce processus.

Les données des tableaux 2 et 3 reflètent différents cas de figure :

Tableau n° 2 : Classement des pays d'Amérique latine en fonction de leur superficie en agriculture biologique en 2005-2006

Pays	Superficie	Producteurs certifiés bio	Produits biologiques majoritairement exportés
Argentine	2 800 000	1824	Ovins (Patagonie), bovins, poires, pommes, citrons, oranges, maïs, soja, blé, maté, sucre
Brésil	887 637	14003	Soja, maïs, blé, sucre, pommes, raisins, bovins
Uruguay	759 000	500	Bovins (99%)
Chili	639200	1000	Ovins (Patagonie), asperges, kiwis, framboises, fraises, saumon, citrouilles, miel
Bolivie	364 100	6500	Cacao, café, quinoa, fruits déshydratés
Mexique	295 046	120 000	Café, maïs bleu, sésame, bananes, pommes, légumes
Pérou	260 000	23400	Café, cacao
Paraguay	91 414	2 827	Soja, sucre
République Dominicaine	72 425	819	Bananes, café, cacao, mangues, noix de coco
Colombie	33 000	4 500	Café, sucre, bananes, palme
Nicaragua	59 000	??????	Café
Equateur	27 436	2427	Café
Venezuela	16 000	4	Café
Guatemala	14 746	2 830	Café, bananes, noix de cajou, fruits, légumes, miel

Source: Willer et Yussefi [2006].

Tableau n° 3 : Poids des petits producteurs dans la production agricole certifiée biologique et Amérique latine

Pays	Mexique	Costa Rica	Guatemala	Argentine	République Dominicaine
% de petits producteurs	98,6	94,1	99	64,3	99,2
% de la superficie agricole biologique détenue par des petits producteurs	84,2	53,3	59,7	5,0	80,0

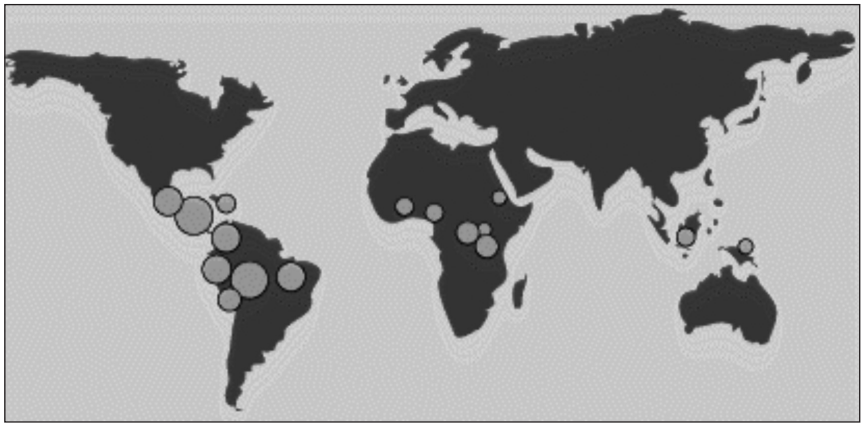
Source : Damiani [2002].

En premier lieu, les pays qui ont une spécialisation dans la production de produits de l'élevage ovin ou bovin, principalement les pays du cône sud et le Brésil, ont une superficie en bio importante, liée avant tout à l'importance des pâturages extensifs certifiés bio. Le nombre des exploitations est modéré ; elles sont donc souvent de grande taille. Pour les cultures végétales, on distinguera les pays plutôt spécialisés dans les cultures de climat tempéré, essentiellement fruit et légumes, dans les pays du cône sud, le Brésil (dans sa partie sud), ainsi que le Nord du Mexique, et les pays spécialisés dans les produits tropicaux, où dominent le café et le cacao, le Mexique, les pays d'Amérique Centrale et des Caraïbes ainsi que certains pays andins pour le quinoa (Bolivie) ou même le café et le cacao (Bolivie, Pérou, Equateur). Les pays andins et tropicaux sont plutôt caractérisés par un nombre important de petites exploitations alors que les pays du cône sud, comme l'Argentine spécialisés sur les produits tempérés, sont caractérisés par de grandes exploitations.

Si l'on s'en tient aux seuls produits agroalimentaires[3], les pays d'Amérique latine sont largement dominants dans les flux de commerce équitable : les cartes ci-dessous, établies pour le café et le cacao qui représentent une majorité des flux en témoignent ainsi que le nombre des organismes bénéficiant de la certification FLO.

La labellisation équitable concerne principalement les pays d'Amérique centrale et andine et des Caraïbes mais aussi certains pays du cône Sud depuis l'élargissement des standards FLO pour le vin, le miel et les agrumes à l'Argentine. La liste des produits est proche de celle des produits sous labelli-

Carte n° 1 : Répartition de la production de café équitable labellisée FLO dans le monde



Source : Max Havelaar.

3. Si on regroupe l'artisanat et les produits agroalimentaires, la première zone exportatrice de produits du commerce équitable est l'Asie.

Carte n° 2 : Répartition de la production de cacao équitable labellisée FLO dans le monde

Source : Max Havelaar.

sation bio avec laquelle elle se combine très souvent : café, cacao, fruits frais (bananes, mangues, avocats…) et déshydratés, jus de fruits, sucre, quinoa, miel, vin… Le café est le principal produit concerné. Parmi les 203 groupements de producteurs enregistrés en 2004 par FLO en Amérique latine, 165 concernent le café (dont 40 au Mexique et 52 en Amérique centrale). Ainsi le Mexique, cinquième producteur mondial, avec trois millions de personnes, dont 60 % d'indigènes, qui dépendent du café, est un des pionniers de la culture certifiée biologique du café et comptait en 2000, 29 organisations inscrites au registre des producteurs de café du commerce équitable tenu par FLO, contribuant à 25,1 % des ventes totales des organisations de Commerce Équitable. De même on estime que 30 % de la production de café au Pérou est biologique [Willer et Yussefi, 2004].

Les filières labellisées *Max Havelaar* ont permis le référencement des produits du commerce équitable dans les grandes surfaces de distribution, l'augmentation de la notoriété du concept de commerce équitable auprès des consommateurs et la hausse des ventes de produits agroalimentaires équitables importés d'Amérique latine et d'autres régions du Sud[4].

Le marché des produits biologiques et équitables en Amérique latine est essentiellement un marché à l'exportation vers les pays du Nord, compte tenu d'une consommation locale qui reste faible. Willer et Yussefi [2004] estiment ainsi que les exportations hors du continent représentent 90 % du total de la

4. Entre 2002 et 2005, le volume de café et de bananes commercialisés dans les 21 pays du Nord où existe ce label est passé respectivement de 15 779 à 32 747 tonnes et de 36 641 à 101 586 tonnes ; le chiffre d'affaires de détail des produits labellisés Max Havelaar et Transfair est passé de 238 millions d'euros à 1,2 milliard d'euros.

production. Les exportations vers l'Europe ont un poids relatif important. C'est notamment le cas pour la production biologique argentine (83 % des exportations en 2003 contre 10 % pour les États-Unis selon le SENASA), [2004] et dans une moindre mesure pour le Brésil. Les exportations des pays d'Amérique Centrale et Andine se font également majoritairement vers l'Europe même si le poids des États-Unis est sensiblement plus important sur les produits tropicaux.

La prime correspondant à la labellisation biologique s'étale entre 22 % et 175 % pour un échantillon de produits tropicaux exportés par le Mexique, les pays d'Amérique Centrale et des Caraïbes [Damiani, 2002]. La combinaison des deux labels, biologique et équitable, permet aux petits producteurs d'accéder à des prix plus rémunérateurs. Par exemple en 2001, le prix était de moins de 50$ pour une t. de café, mais de 125 pour du café équitable et de 145 pour du café équitable et biologique. Pour le quinoa, les standards FLO établissent un prix minimum de commerce équitable de 711US$? par tonne de quinoa conventionnel et de 861 US$ par tonne de quinoa biologique.

Enfin, même s'il est très minoritaire dans les débouchés il existe un marché local. Le Brésil se détache des autres pays dans la mesure où une part significative de la production est écoulée sur le marché national : sur un total de 150 millions de $ de chiffre d'affaires de l'agriculture biologique en 2003 on estimait à 20 millions de $ la part du marché local (Sociedade Nacional de Agricultura). Il semble que ce marché concerne surtout les centres urbains du sud du pays (il existe par exemple cinq « marchés bios » à São Paulo). L'Argentine a vu également l'émergence d'un marché urbain. Dans les autres pays (Mexique, Pérou) il n'y a que des tentatives marginales de développement du marché national sous la forme de marchés bios organisés dans la capitale.

En ce qui concerne la normalisation, la situation est elle aussi variable, que ce soit pour l'établissement de législations nationales établissant des normes pour la production biologique ou pour la mise en place de la certification :

– L'établissement d'une législation nationale concernant les produits biologiques, prévoyant en particulier la certification par délégation à un tiers, existe dans un certain nombre de pays (Argentine, Costa-Rica, Mexique, Pérou, Brésil, Chili, Guatemala, Nicaragua). Ces normes officielles peuvent cependant être incomplètes (par exemple l'élevage n'est pas inclus dans la norme mexicaine).
– La certification de la production biologique latino-américaine a d'abord été réalisée par des organismes certificateurs nord-américains (OCIA, FVO, …) et européens (Naturland, IMO, Skal, Ecocert…) qui ont déployé leur savoir-faire à l'international. Progressivement, on a assisté à la création d'organismes de certification nationaux d'origine publique, privée ou associative (Argencert

en Argentine, INKA CERT au Pérou, BIOPACHA et BOLICERT en Bolivie, BIOMUISCA en Colombie et CENIPAE au Nicaragua…). En 1997 quatre de ces organismes de certification nationaux se sont regroupés dans un organisme à l'échelle continentale, qui couvre essentiellement les pays andins et d'Amérique centrale, BIOLATINA [Rojas, 2003]. Au Mexique CERTIMEX a été créé par des associations de petits producteurs des états d'Oaxaca et du Chiapas, notamment par des producteurs de café biologique [Maldonado, 2003].

L'accès aux principaux marchés d'exportation pour les produits biologiques d'Amérique latine est réservé aux producteurs qui parviennent à obtenir un certificat reconnu par les pays importateurs. Afin de pouvoir être commercialisés avec le label européen et/ou les labels nationaux de l'agriculture biologique, les produits biologiques exportés vers l'Union Européenne doivent être issus de systèmes de production respectant le règlement européen sur l'agriculture biologique (le règlement CEE N°2092/91) et être présentés en douane avec un certificat original de contrôle émis par un organisme certificateur accrédité.

Dans le cas des pays tiers, dont la réglementation nationale sur les produits biologiques est reconnue équivalente au règlement européen sur l'agriculture biologique (en Amérique latine, l'Argentine et le Costa Rica), un produit certifié par un organisme de certification accrédité au niveau national peut être commercialisé directement en tant que produit biologique dans l'Union Européenne. Pour les autres pays disposant d'une réglementation qui n'est pas reconnue pour équivalente, des dispositifs dérogatoires étaient autorisés jusqu'en décembre 2006 : l'existence d'une convention entre un organisme certificateur national qui réalise l'inspection et un organisme certificateur européen accrédité dans un État membre de l'Union Européenne. (CERTIMEX coopère avec trois organismes européens de certification en Suisse, en Allemagne et en Suède) ; la certification par un organisme certificateur accrédité dans un État membre de l'Union Européenne (cas de BIOLATINA, accrédité par l'Allemagne) ; la certification par les filiales d'organismes certificateurs européens accrédités par l'UE, par exemple par le bureau Skal implanté dans la capitale péruvienne.

Afin d'obtenir une accréditation auprès d'un pays européen, les organismes de certification latino-américains doivent mettre en place des procédures de contrôle basées sur le respect des normes européennes et respecter la norme EN 45011. Cette norme, dont l'équivalent dans le système de l'organisation internationale de normalisation est représenté par la norme ISO 65, concerne les exigences générales relatives aux organisations procédant à la certification des produits : indépendance vis-à-vis de la profession, compétence, efficacité et confidentialité.

Les producteurs latino-américains qui souhaitent valoriser la qualité biologique de leur production sur les marchés européens doivent donc se conformer au respect des critères définis dans le cahier des charges officiel européen et payer les services d'un organisme de certification. Dans le cas des produits transformés, l'entreprise de transformation doit, elle aussi, être certifiée. De même, l'octroi du label nord-américain pour les produits biologiques importés est soumis au respect des standards nord-américains sur l'agriculture biologique, décrits dans le *Organic Foods Production Act of USA* (ou US NOP), et au contrôle par un organisme accrédité par les États-Unis. BIOLATINA, mais aussi d'autres organismes comme Bolicert, sont accrédités pour la certification de la norme nord-américaine.

Par ailleurs, si les organismes certificateurs nationaux et régionaux ont été créés dans le but de réduire les coûts associés à la certification, certains pays, comme le Brésil, où il existe un marché national, peuvent voir se développer des systèmes nationaux de certification moins exigeants que les normes internationales pour générer un processus d'apprentissage de la certification auprès des producteurs. Quant aux standards internationaux pour l'agriculture biologique développés par l'IFOAM et par le Codex Alimentarius, ils peuvent servir de base pour l'élaboration de standards nationaux mais ne peuvent pas être utilisés comme référence pour la certification.

En tout état de cause le coût des systèmes de certification constitue un obstacle majeur au développement de l'agriculture biologique pour l'exportation en Amérique latine : dans certains types de production, comme le quinoa, rares sont les producteurs ayant les moyens financiers de payer à titre individuel les services d'un organisme certificateur. Deux options se présentent alors : adhérer à une organisation de producteurs pour bénéficier d'une certification collective, ou bien travailler sous contrat avec un transformateur qui prend en charge le coût de la certification.

La certification collective permet de réduire considérablement les coûts de la certification, grâce à la mise en place de systèmes de contrôles internes à l'organisation de producteurs. L'obstacle au développement de l'agriculture biologique passe d'une contrainte économique, le coût de la certification individuelle, à une contrainte institutionnelle, devenir membre d'une organisation de producteurs. Par ailleurs le producteur perd une certaine autonomie dans la commercialisation de sa production, puisque le certificat biologique ne lui appartient pas. Il est obligé de vendre sa production à l'entreprise ou à l'organisation de producteurs ayant pris en charge le coût de la certification pour que le certificat soit valable.

En matière de commerce équitable, les systèmes internationaux de certification sont essentiellement d'origine privée, gérée par des ONG (en particulier FLO – Fairtrade Labelling Organisation) ou par des groupes privés, notamment

de la grande distribution. Les filières labellisées par l'ONG FLO représentent les principales filières de commerce équitable pour les produits agricoles d'Amérique latine. Cette ONG définit des cahiers des charges par produit[5] et tient un registre de groupements de producteurs et de plantations certifiés. Les dix-sept « initiatives nationales » membres de FLO[6] délivrent à des importateurs et des transformateurs, pas forcément spécialisés dans le commerce équitable, le label Max Havelaar. L'octroi de ce label est assimilable à un système de licence soumis à des droits de marque. Il est accompagné d'un contrôle du respect des standards de commerce équitable définis au niveau international par FLO et de l'obligation de se fournir auprès des producteurs inscrits au registre tenu par FLO. D'autres filières de commerce équitable pour les produits agricoles d'Amérique latine ont été développées par les centrales d'achat des « magasins du Monde » (par exemple en France Solidar'Monde, la centrale d'achat des magasins de la fédération Artisans du Monde, ou la coopérative ouvrière de production Andines). Les producteurs ne font pas l'objet d'une certification par délégation à un organisme tiers, mais d'un contrôle réalisé directement par les importateurs. Les produits issus de ces filières ne sont pas commercialisés en GMS mais dans des magasins spécialisés (dans les magasins de commerce équitable Artisans du Monde pour les produits importés par Solidar'Monde, voire dans les magasins de produits biologiques Biocoop pour les produits à la fois équitables et biologiques) sous les marques de ces importateurs spécialisés dans le commerce équitable.

Systèmes de qualification et développement durable

Les processus de qualification jouent un rôle dans le fonctionnement et l'efficience des marchés [Akerlof, 1970] : les interactions de marché reposent sur un accord des offreurs et des demandeurs autant sur la qualité des biens des services échangés que sur leur prix. Ils supposent donc l'identification, voire la construction, de caractéristiques de qualité [Lancaster, 1966] qui peuvent être intrinsèques ou extrinsèques au produit, tenant par exemple au contexte de production ou d'achat. Du fait de la présence d'asymétries d'information et d'incertitudes sur la réalité de ces caractéristiques, leur construction est le résultat d'un processus cognitif associant les parties prenantes à la définition de la qualité, notamment les consommateurs finaux.

5. Ces standards comportent des standards pour les producteurs (organisations de producteurs ou main-d'œuvre salariée dans le cas des plantations), des standards spécifiques aux produits et des standards commerciaux (fixation d'un prix minimum, d'une prime de commerce équitable, modalités des contrats commerciaux, notamment en ce qui concerne le pré-financement des commandes sous la forme de facilités de crédits et le délai d'envoi des lettres d'intention d'achat et de renouvellement annuel des contrats.
6. Fairtrade Mark (Irlande), Fairtrade Foundation (Grande-Bretagne), Förningen för Rättvisemärkt (Suède), Max Havelaar Belgium, Max Havelaar Fonden (Danemark), Max Havelaar France, Max Havelaar Norge (Norvège), Max Havelaar Stiftung (Suisse), Reilun Kaupan (Finlande), Sitchting Max Havelaar (Pays-Bas), Transfair Austria, Transfair Canada, Transfair Germany, Transfair Italy, Transfair Japan, Transfair Minka (Luxembourg) et Transfair USA (États-Unis).

On distingue les différents attributs par rapport aux capacités cognitives des consommateurs [Nelson, 1970] :

– attributs de recherche, directement appréhendables par le consommateur dans son processus de recherche du produit ;
– attributs d'expérience, identifiés par l'expérience de consommation, donc postérieurement à l'achat, et qui guident le consommateur dans une perspective de transactions répétées ;
– attributs de croyance, que le consommateur ne peut appréhender par la recherche ou l'expérience, et pour lesquels il doit recourir à la croyance, par exemple à travers la confiance qu'il porte au vendeur ou au label qui garantit le produit[7].

Des processus de qualification bio et équitable se sont développés autour de l'identification de caractéristiques référées au processus de production de biens et services ayant un lien avec la protection de l'environnement et des écosystèmes, la biodiversité, naturelle ou agricole, et plus largement le développement durable. Ces processus favoriseraient l'émergence chez les consommateurs d'un « consentement à payer » pour ces caractéristiques de qualité qui se réfèrent à des biens publics, du fait de leur production jointe avec celle de biens privés que sont les produits agroalimentaires qualifiés.

La relation entre les consommateurs et le produit (ou le service) est cependant médiatisée par les filières dont l'étendue géographique et la complexité organisationnelle est plus ou moins importante. On a vu depuis un quart de siècle la constitution de « filières globales » (« *Global Value Chains* ») [Gereffi, 1999], dont l'étendue géographique couvre plusieurs pays, et dont les acteurs dominants sont des firmes transnationales, contrôlant les maillons stratégiques créateurs de valeur ajoutée et réorganisant les autres acteurs en réseaux productifs qu'ils contrôlent. Les formes de gouvernance de la filière qui y prédominent mobilisent des réseaux de sous-traitance sur les activités utilisant des facteurs génériques, qui intègrent de nombreux producteurs des pays du sud, alors que les actifs spécifiques restent contrôlés par les grands groupes dominants. Il existe certes des filières à l'échelon national ou local (en particulier les « filières courtes » en agroalimentaire) mais elles occupent une place subordonnée et elles subissent souvent la pression des filières globales avec lesquelles elles rentrent en concurrence. Par ailleurs l'étendue géographique, un des critères qui contribue à définir le caractère global d'une filière, concerne particulièrement les flux Sud-Nord.

7. Certains [Jahn, Schramm et Spiller, 2005] développent la notion d'attribut « Potemkine », dans le cas où cet attribut concerne les conditions de production : les tiers auxquels se réfèrent le consommateur sont eux-mêmes souvent dans une situation d'asymétrie d'information et doivent avoir recours à d'autres acteurs (les certificateurs) qui peuvent développer des collusions avec les acteurs certifiés. Dans ce cas la certification peut n'être pour le consommateur qu'une « façade » derrière laquelle les composants de la qualité restent incertains.

Les « filières globales » agroalimentaires sont « *buyer's driven* » (pilotées par l'aval). En effet la relation du consommateur au produit est spécifique dans ce secteur, puisqu'elle implique une relation biologique d'ingestion et une relation symbolique d'identité [Fischler, 1993]. L'actif stratégique de la filière est donc constitué par le contrôle de la relation avec le consommateur, qui inclut notamment les processus de qualification des produits. Ces filières sont donc dominées par la grande distribution alimentaire (et non alimentaire) avec trois groupes dominants à l'échelle mondiale (Wal-Mart, Carrefour et Ahold) et un certain nombre de groupes moins puissants, parfois sous-régionaux ou nationaux[8].

Les processus de qualification ne sont pas indépendants de la structure de la domination des filières globales agroalimentaires par les grands groupes de la distribution. La définition de normes et de labels volontaires est de plus en plus pour eux un nouvel outil de gouvernance des filières globales au-delà des caractéristiques des produits [Fulponi, 2006]. Les normes privées qu'ils définissent sont d'ailleurs souvent plus exigeantes que les normes publiques, qui apparaissent comme des minima. La mise au point et le respect de labels liés à ces normes ainsi que la mise en place de systèmes de certification par tiers qui en assurent le contrôle sont nécessaires pour la crédibilité de ces normes et sont utilisés également comme un outil stratégique [Hatanaka et *al.*, 2005], notamment pour le contrôle des fournisseurs en amont et le report sur eux de charges d'investissement liées à l'amélioration de la qualité. Cette démarche stratégique a pour objectif de fidéliser le consommateur, de segmenter le marché en proposant des lignes de produits de qualité et de se garantir contre une éventuelle mise en cause en cas d'accident sanitaire sur les produits. Elle intègre des normes et des labels liés à des caractéristiques de durabilité, soit que les firmes dominantes les définissent[9], soit qu'ils intègrent à leur stratégie les labels d'origine publique (comme les différents labels bio) ou mis en œuvre par les ONG (comme le label Max Havelaar). Le positionnement des ONG de l'agriculture biologique ou du commerce équitable (FLO) ainsi que des organisations de consommateurs engagés est déterminé par le fait qu'elles gèrent des labels privés qui s'appuient également sur la certification par tiers. Elles présentent ces labels comme alternatifs mais ils sont en fait intégrés au système de normes structurant les filières globales agroalimentaires qui est utilisé comme outil de gouvernance par les firmes dominantes.

La proximité géographique des consommateurs avec les producteurs définit leur capacité cognitive vis-à-vis de l'appréciation de ces attributs. Elle détermine les capacités d'observation des attributs de recherche et favorise la fréquence des

8. La part de la distribution contrôlée par ces groupes tend à augmenter à l'échelle mondiale, non seulement dans les pays du Nord mais également dans les pays du Sud, où elle concerne de plus en plus les couches défavorisées. [Reardon et Berdegue, 2002].
9. Comme le label « équitable » Utz Kapeh mis en place par le groupe Ahold.

transactions qui permet d'appréhender les attributs d'expérience. Elle peut favoriser la confiance qui détermine l'accord sur les attributs de croyance. Or dans le cas de flux Sud-Nord les consommateurs sont a priori souvent éloignés géographiquement des opérations de production qui mobilisent les ressources naturelles au sud. Cela n'est pas favorable au processus cognitif d'appréhension de la qualité et justifie la mise en place de label. L'absence de proximité géographique ne signifie toutefois pas qu'il n'existe pas d'autres formes de proximité, notamment de proximité organisationnelle ou institutionnelle [Rallet, Torre, 2002] : l'agriculture biologique ou le commerce équitable se sont justement construits sur une proximité des producteurs et des consommateurs par le partage d'un certain nombre de valeurs, voire par le développement d'une « éthique relationnelle » [Ballet et Carimentrand, 2007], y compris dans des situations où l'éloignement géographique était important, comme dans le cas du commerce équitable. Mais la tendance lourde que l'on observe au fur et à mesure que se développent ces marchés est un passage d'un système fondé sur des organisations (ONG, coopératives, réseaux militants) à un système de signes de qualité et de labellisation, qui se substitue à l'établissement de la qualité par l'environnement la garantie d'un certain nombre de normes.

Cette évolution implique deux conséquences. D'une part, la construction de la qualité par les consommateurs peut être rattachée à leur capacité cognitive d'identification de caractéristiques qui soient une connaissance commune au moins pour certains groupes[10]. Il est clair que dans un contexte où l'activité de consommation ne passe plus par des réseaux organisationnels à caractère plus ou moins militant mais se situe dans le cadre de l'approvisionnement dans la grande distribution et de l'arbitrage entre produits qualifiés et non qualifiés, les capacités cognitives d'identification des caractéristiques de qualité deviennent moins grandes, car les consommateurs ne sont plus en situation de proximité « institutionnelle » avec les autres acteurs de la filière. Ils sont par ailleurs confrontés à un éventail de produits, non labellisés ou labellisés, beaucoup plus grand et à une multitude de labels dont certains directement gérés par les firmes [*cf.* Giovanucci et Ponte, 2005, sur le cas du café]. Le comportement des consommateurs repose sur l'existence de la confiance (ou de la suspicion) vis-à-vis d'un système de régulation de la qualité qui est perçu globalement au niveau de la filière. Par ailleurs les motivations des consommateurs évoluent avec la structuration des filières de qualité liée à la durabilité et leur positionnement en « marché de niche ». Selon Fulponi [2006], la majorité des firmes de la grande distribution de l'OCDE souligne l'importance des exigences de qualité sanitaire et de santé dans la demande qu'ils perçoivent de la part des consommateurs.

10. Selon Lancaster [1966] les caractéristiques ont une valeur objective pour les consommateurs et doivent être clairement distinguées des préférences. Cette objectivisation ne peut être assurée que par un processus cognitif qui établit une connaissance commune entre les consommateurs, ou du moins au sein de certains groupes de consommateurs.

L'utilisation d'autres labels sur l'environnement, sur les conditions sociales ou le bien-être animal semble subordonnée à cette exigence première. Les enquêtes sur le marché des produits de l'agriculture biologique en France montrent clairement la domination de la préoccupation individualiste de la qualité sanitaire des aliments sur les motivations « altruistes » de caractère environnemental. Enfin, le commerce équitable peut paraître moins concerné par cet affadissement des motivations altruistes mais au fur et à mesure que ses produits sont présents dans la grande distribution, on constate le passage d'une motivation militante d'engagement sur le développement à une motivation « humanitaire » beaucoup plus floue, qui peut justifier que l'on achète quelques produits de ce commerce équitable (qui de toute façon ne concerne que quelques produits) de la même manière que l'on fait des dons à des organismes humanitaires.

La prolifération des signes de qualité portant sur différentes caractéristiques pas forcément toutes identifiables par le consommateur en l'absence de consultation du cahier des charges, répond à une nécessité d'économie des ressources cognitives : la mise en place de labels, résume une information complexe sur des attributs de croyance. Le consommateur peut toutefois pousser à l'extrême cette économie en retenant un concept englobant de qualité. Dans cette optique, la labellisation équitable qui intervient en complément de la référence biologique pourrait être considérée comme un renforcement de la garantie initiale. Certes Henson et Reardon [2005] proposent de distinguer les normes visant des caractéristiques ayant le statut de « biens publics » (bien-être animal, commerce équitable, protection de l'environnement) et les normes visant des caractéristiques plutôt « privées » (sécurité des aliments, goûts), destinées à différencier le produit, mais cette distinction analytique ne correspond pas forcément à la perception du consommateur ; les attributs de qualité peuvent apparaître comme multiples, flous et de ce fait « globalisés » par le consommateur dans une vision optimiste du type « win-win » ; un produit sain est en même temps un produit qui respecte l'environnement, qui est produit par de petits producteurs, cultivant des variétés « traditionnelles » et ancrées territorialement[11].

Qualification et développement rural en Amérique latine

La spécialisation de l'Amérique latine dans une production biologique et équitable essentiellement destinée à l'exportation vers les pays du Nord est-elle un prolongement de la spécialisation du continent dans la production de matières premières agricoles ou au contraire l'embryon d'un changement de ce rapport ?

11. Une telle conclusion rejoint en partie la position d'Allaire [2003] qui souligne l'incomplétude de la désagrégation de la qualité en caractéristiques mesurables. Il définit la constitution d'une vision plus holistique de la qualité comme produit par un « acteur-réseau » rassemblant producteurs et consommateurs. La question est posée cependant de la définition de cet « acteur-réseau » dans un contexte d'éloignement géographique et de complexité des « filières globales ».

Nous pouvons identifier trois modèles de systèmes de production et de commercialisation des produits biologiques en Amérique latine. Un premier modèle concerne essentiellement les produits animaux et végétaux tempérés. Il est particulièrement développé dans les pays du cône sud (Argentine, Chili, Uruguay et éventuellement Brésil). Il est mis en œuvre par des exploitations qui peuvent être relativement importantes, le modèle du petit producteur n'y étant pas dominant. Dans le cas de l'Argentine, où il est largement dominant, ce modèle s'accompagne d'une certification individuelle dans le cadre du statut de pays tiers. Il n'y a aucun lien avec le commerce équitable. Ce modèle peut se retrouver de manière plus marginale dans un pays comme le Mexique où, dans le secteur des fruits et légumes pour le marché américain, on constate une émergence d'exploitations commerciales de taille respectable et où l'on s'attend à ce que le développement futur du secteur des produits biologiques soit essentiellement le fait de ce type d'exploitations, ces producteurs étant de plus en plus nombreux à s'intéresser aux débouchés offerts par ce marché en expansion et plus à même de garantir des approvisionnements réguliers et de répondre aux exigences de qualité des importateurs.

Un second modèle qui concerne le Mexique, l'Amérique centrale, les Caraïbes et les pays Andins est centré sur des produits tropicaux (café, cacao, fruits) ou andins (quinoa) et mis en œuvre par de petits producteurs relevant de l'agriculture familiale. Ces systèmes de production sont souvent développés et gérés dans le cadre de communautés indigènes ou paysannes : ainsi au Mexique 98,5 % des producteurs bio sont de petits producteurs, qui contrôlent 84 % de la superficie et 69 % des revenus ; 50 % des producteurs bios mexicains sont membres d'un groupe ethnique indigène. De même en Bolivie, la production de quinoa biologique est principalement réalisée dans le cadre de communautés paysannes ou ayllus, qui conservent un certain rôle dans la gestion des systèmes de production, quoique leur pouvoir de coercition tende à s'amenuiser sous l'effet d'une modification complexe des rapports sociaux liée en partie au « boom » des exportations de quinoa et aux flux migratoires (Laguna, 2000). La gestion communautaire des infrastructures de traitement et de la relation avec la filière ainsi que le rôle de certains mouvements religieux liés à la théologie de la libération et de certaines ONG nationales et internationales y sont importants. Il y a une articulation très forte entre commerce équitable et production biologique [Tovar et *al.*, 2003]. Ces petits producteurs, majoritairement rassemblés au sein de coopératives agricoles, ont dans la plupart des cas bénéficié d'aides externes pour mener à bien leur projet. Devant le peu de soutien offert par les institutions publiques de développement de l'agriculture, ce sont bien souvent les financements et l'assistance technique, pourvus par les ONG locales ou étrangères, ou bien les contrats passés avec des entreprises privées qui permettent la conversion et la certification biologique des terres agricoles, comme l'illustre le cas du quinoa biologique en Bolivie. On constate

d'ailleurs une tendance à la spécialisation d'un pays dans quelques produits : en Bolivie, le quinoa représente les trois quarts de la production biologique bolivienne devant le café et le cacao. La république dominicaine produirait 60 % du cacao bio, etc.

Un troisième modèle, encore émergent, concerne une agriculture biologique de petits producteurs, orientés vers des produits tels que les fruits et légumes, et cherchant un débouché prioritairement sur les marchés urbains au plan national. Par exemple un certain nombre d'initiatives dans des états au sud du Brésil, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, cherchent à développer des formes de « certification participative » basée sur des relations directes entre producteurs et consommateurs. De manière encore très marginale, ce modèle se retrouve dans des pays comme le Mexique, le Pérou ou l'Argentine où commencent à se développer des marchés urbains de produits biologiques. Dans la mesure où l'exportation n'est pas la destination des produits, la question du lien avec la certification équitable n'est pas pertinente, même si la logique qui préside à la constitution de ce modèle est souvent inspirée de la problématique du commerce équitable et solidaire.

Le premier modèle purement biologique peut être vu comme un exemple, parmi d'autres (le vin, les fruits de contre-saison, etc.) du développement des « exportations non traditionnelles » par l'agriculture commerciale dans les puissances agricoles émergentes du sud du continent. Le second modèle qui articule certification biologique et labellisation équitable a vocation à constituer une forme alternative d'intégration de l'agriculture familiale ou paysanne au commerce international qui puisse permettre d'associer ouverture à l'exportation et développement rural au plan local. Le troisième modèle renvoie plutôt à une dynamique du marché des produits biologiques provoquée par l'urbanisation qui renforcerait le développement de l'agriculture familiale et paysanne.

La contribution de ces filières au développement des pays d'Amérique latine peut être appréhendée au niveau macroéconomique des filières globales, au niveau méso-économique des régions et des territoires et au niveau microéconomique des exploitations. Au niveau macroéconomique le positionnement sur des filières agroalimentaires de qualité peut limiter le caractère appauvrissant d'une spécialisation sur la production de produits primaires[12]. L'importance de l'Amérique latine dans l'approvisionnement des pays Européens en produits biologiques et équitables, combinée à la croissance très rapide du marché de ces produits dans ces pays, est un argument en faveur de cette hypothèse : en Europe le coût de conversion à l'agriculture

12. La qualité spécifique est un facteur qui tend à réduire l'élasticité de substitution [Lucas, 1988] entre produits du Nord et du Sud et qui donc limite le danger de « trappe à sous-développement » découlant notamment des rythmes différents de progrès technique liés à la spécialisation des économies développées et en développement.

biologique est une barrière à l'entrée dans ce secteur, alors qu'elle est en principe minime dans les systèmes d'agriculture familiale latino-américains, peu utilisateurs d'engrais ou de produits de traitement.

Toutefois, il y a maintien de « barrières à l'entrée » dans l'accession au label par les producteurs. Les signes de qualité comme les labels sont des actifs stratégiques dans des filières « *buyer's driven* » que sont les filières agroalimentaires. Ils contribuent à définir la hiérarchie entre les acteurs qui s'exprime par un type de gouvernance de la filière et une répartition de la valeur ajoutée. Par exemple, le contrôle de la certification par des acteurs situés dans les pays consommateurs et proches de l'aval renforce, du fait du coût de certification pour les producteurs, le poids de la valeur ajoutée dans les segments aval de la filière.

La caractéristique « équitable » est par définition non substituable par des produits originaires des pays développés[13]. Elle se définit de plus par un pourcentage plus élevé de la valeur ajoutée au niveau de la production. Il faut cependant distinguer filières intégrées et filières labellisées : si, jusqu'au début des années 90, le mouvement du commerce équitable constituait un circuit de commerce alternatif, s'adressant aux personnes sensibilisées par l'égalité entre le Nord et le Sud, il est aujourd'hui présent dans la grande distribution : ainsi en France par exemple, les super et hypermarchés représentent près de 60 % du marché. De même les produits bios sont de plus en plus commercialisés dans la grande distribution, au détriment des distributeurs spécialisés. Cette évolution s'accompagne d'un changement des motivations des consommateurs, d'une consommation « militante » à une consommation beaucoup plus « volage » centrée sur certains produits et motivée par des considérations plus individualistes. Le risque existe que la consommation des produits sous label équitable connaisse la même évolution, surtout dans une situation où les produits équitables sont également labellisés bio. En effet, ce label peut apparaître comme un signal de « confirmation » de la qualité intrinsèque d'un produit supposé naturel au détriment de sa signification en termes de durabilité sociale. Par ailleurs la labellisation équitable est elle-même menacée par l'existence de systèmes privés de labellisation, particulièrement par les nouveaux acteurs de la grande distribution et de l'agroalimentaire ayant pris pied dans les filières simplement labellisées.

Ainsi, si l'existence de ces labels réduit l'élasticité de substitution des produits qualifiés, une partie de la valeur ajoutée liée à la réduction de cette élasticité sera localisée dans les segments des filières situés au Nord. Ceci est vrai en particulier pour le second modèle que nous avons identifié, alors même que c'est ce modèle qui mobilise le commerce équitable. Paradoxalement c'est dans

13. Dans les pays développés, la rémunération du producteur peut être un élément de qualification pour des consommateurs s'adressant à des circuits courts, basés sur des contrats d'approvisionnement entre consommateurs et producteurs.

le cas du premier modèle, où le contrôle local de la certification est plus développé (statut de pays tiers) que cette tendance pourrait être la moins développée. Le développement du troisième modèle, centré sur les marchés nationaux, pourrait également la contrebalancer mais son poids reste marginal.

Au niveau méso-économique des régions et des territoires, les produits agroalimentaires de qualité du second et du troisième modèle sont produits en règle générale dans des zones défavorisées. Le jeu de l'élasticité de substitution peut se retrouver ici à un niveau interrégional : ces régions défavorisées spécialisées dans des cultures où les possibilités d'augmentation de la productivité sont limitées peuvent combattre la marginalisation en se spécialisant sur des produits avec des caractéristiques spécifiques. La combinaison du bio et de l'équitable paraît particulièrement pertinente dans ce type de région. Elle garantit un niveau de revenu au producteur et favorise la structuration des communautés paysannes autour de l'activité et l'utilisation des revenus pour un certain nombre de projets de développement local. En effet elle renforce les capacités organisationnelles et techniques maîtrisées au plan territorial par les acteurs engagés dans ces systèmes. Ce sont souvent des communautés indigènes, ou paysannes, avec l'aide d'ONG étrangères, qui développent la production biologique et équitable. Elles gèrent des infrastructures collectives, de traitement ou de conditionnement des produits, et développent des relations avec les autres acteurs de la filière. Les processus de certification collective renforcent cette tendance. Il y a donc des effets d'apprentissage liés au positionnement sur ces filières, notamment en ce qui concerne la construction d'un système crédible de normes et de spécification.

Toutefois, même si la labellisation équitable repose toujours sur le paiement d'un prix minimum au producteur, la domination des filières labellisées risque en fait de diminuer le contrôle des producteurs sur la valeur ajoutée, dans la mesure où ils ne sont plus intégrés à des organismes de commerce équitable. Dans cette configuration les acheteurs n'ont pas de relations directes avec les producteurs mais seulement à travers des entreprises qui ont les producteurs sous contrats ou des organisations de producteurs. C'est le cas où interviennent des organisations de producteurs qui paraît être le plus favorable pour les producteurs. Par ailleurs, dans certains cas comme celui du quinoa, on peut observer l'apparition d'effet pervers lorsque les systèmes de certification biologique sont mis en place de façon partielle et mal contrôlés. Les systèmes de production mécanisés du quinoa des hautes plaines de l'altiplano du sud de la Bolivie, zones arides, ont été certifiés sans une réelle prise en compte de l'insuffisance des apports en fumure organique, des effets néfastes du labour mécanisé (à disques) sur l'érosion et prolifération des ravageurs [Félix, 2004].

Par ailleurs, que ce soit au sein du système de labellisation FLO, au sein des réseaux alternatifs de commerce équitable, des problèmes se posent quant à la

définition et au respect des critères de commerce équitable [Laguna, Cáceres, Carimentrand, 2006]. Ainsi les standards FLO ne font pas de distinction entre les systèmes de production durables et les systèmes de production non durables de quinoa. Le ciblage des « petits producteurs » affiché par les organisations de commerce équitable au Nord ne correspond pas forcément aux objectifs des organisations de producteurs avec lesquelles elles travaillent, il n'y a pas de politique d'achat privilégié aux producteurs ou artisans les plus pauvres ni de politique de redistribution envers ces derniers [Maldidier, 2006]. Les organisations « faîtières » font « écran » à l'observation de l'impact du commerce équitable au niveau microéconomique.

Conclusion

Les processus de qualification des produits agroalimentaires renvoyant à des caractéristiques de durabilité environnementale ou sociale constituent une option de développement rural pour un certain nombre de régions rurales d'Amérique latine, en particulier les plus défavorisées[14]. Cette potentialité de contribution au développement rural est cependant dépendante de plusieurs éléments.

D'une part, la structuration des filières généralement globales qui commande d'une part la répartition de la valeur ajoutée en leur sein et la constitution de la prime de qualification, et d'autre part la perception de la qualité par le consommateur dans la mesure où le caractère « global » de la filière implique son étendue géographique : les filtres cognitifs qui s'interposent entre les caractéristiques réelles des processus de valorisation et les consommateurs peuvent conduire à une vision très « holistique » de la qualité de ces formes de produits et de services, basée sur la confiance accordée à des labels ou à des « experts » et une réduction de la « dissonance cognitive » qui les conduit à supposer des situations « win-win » entre leur propre approche de la qualité et la qualité liée au développement durable.

D'autre part, le positionnement des flux concernés dans les flux du commerce international des produits agroalimentaires, régulés notamment dans le cadre des négociations internationales. La labellisation des filières bio-équitables relève de la question plus générale de la reconnaissance des labels comme forme de propriété intellectuelle. Les secteurs agro exportateurs des pays d'Amérique latine, dont beaucoup sont membres du groupe de Cairns, ont jusqu'à présent une position très critique vis-à-vis de cette reconnaissance défen-

14. Des dispositifs de qualification basés sur l'origine territoriale et la typicité se mettent également en place dans ces zones. Divers cas ont été répertoriés, par exemple autour de la production fromagère [Boucher, 2004 ; Blanco et Riveros, 2004]. Dans le secteur du café l'émergence de la qualification bio-équitable se fait dans un mouvement de développement des « cafés de spécialité » qui s'appuie aussi sur l'origine territoriale et la typicité.

due par l'Union européenne : ils la perçoivent comme un système de protection des agricultures européennes alternatif au soutien aux prix. Cependant s'il se dégage au sein de ces agricultures entrepreneuriales un secteur dynamique de production biologique dont le débouché naturel est plus l'Europe que les États-Unis, il peut avoir intérêt à cette reconnaissance. Cela peut en faire des alliés « objectifs » de la position européenne. De même l'agriculture familiale, principalement concernée par la production bio et équitable, peut être une alliée pour la reconnaissance de ces labels, dans la mesure où elle peut avoir ses propres relais dans la structure gouvernementale des pays[15]. Une condition nécessaire est que le partage de la valeur ajoutée soit effectivement favorable aux acteurs locaux, ce qui passe justement par leur accès direct à la certification et à leur maîtrise des labels.

Enfin, les produits et services concernés peuvent viser les marchés nationaux des pays concernés. Dans certains pays, par exemple en Amérique latine, on voit émerger un marché national pour des produits issus de l'agriculture biologique et du commerce solidaire, ainsi d'ailleurs qu'un marché pour les produits ancrés territorialement. Dans ce cas la proximité géographique plus grande peut être un facteur de développement du marché. Il faut toutefois signaler que ces marchés concernent généralement des couches aisées et urbanisées : paradoxalement la plus grande inégalité de revenus en Amérique latine peut être un facteur de développement de ce type d'activités.

15. Il existe un ministère du Développement rural à côté du ministère de l'Agriculture au Brésil, et, au Pérou, le ministère de l'Agriculture défend des positions différentes de celui du commerce.

BIBLIOGRAPHIE

- Akerlof Georges, The market for lemons : quality uncertainty and the market mechanism, *Quarterly Journal of Economics* 84 (3), p. 488-500, 1970.
- Allaire Gilles, Quality in economics, an economic perspective, *in* Harvey, Mc Meekin et Harde (éd), *Theoretical approches to food quality*, Macmillan, 2003, 2004.
- Arnold J.F.Michael, Perez M.R., Can non-timber forest products match forest conservation and development objectives? *Ecological Economics*, 39- 437-447, 2001.
- Ballet Jérôme, carimentrand Aurélie, *Le commerce equitable.* Paris, Ellipses, 2007.
- Boucher François, *Enjeux et difficultés d'une stratégie collective d'activation des concentrations d'agro-industries rurales : le cas des fromageries rurales de Cajamarca au Pérou,* Thèse, Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, 435 p., 2004
- Blanco Marvin, Riveros Hernando, Las rutas alimentarias, una herramienta para valorizar productos de las agroindustrias rurales : el caso de la ruta del queso turrialba (Costa-Rica), Communication au congrès international *"Alimentación y Territorios"* (ARTE), Toluca (Mexique), décembre, 2004.
- Damiani Ottavio, Pequeños productores rurales y agricultura orgánica : Lecciones aprendidas en América Latina y el Caribe, FIDA, Rome, décembre, 2002.
- Felix Dorian, « Diagnostic agraire de la Province Daniel Campos, Bolivie. Le développement de la filière quinoa et ses conséquences sur l'équilibre du système agraire des Aymaras de la marca LLica-Tahua ». Mémoire présenté par Dorian Félix en vue de l'obtention du d'ingénieur agronome de l'Agro Montpellier et du diplôme d'agronomie tropicale du CNEARC, CICDA-VSF, 2004.
- Fischler Claude, *L'homnivore,* 1993.
- Fulponi Linda, Private Voluntary Standards in the Food System: the Perspective of Major Food Retailers in OECD Countries, *Food Policy* 31, p. 1-13, 2006.
- Gereffi Gary, International Trade and Industrial Upgrading in the Apparel Commodity Chain, *Journal of International Economics*, 48 (1999), p. 37-70, 1999.
- Giovanucci Daniele, Ponte Stefano, Standards as a new form of social contract? Sustainability initiatives in the coffee industry, *Food Policy* 30, p. 284-301, 2005.
- Hatanaka Maki, Bain Carmen, Busch Lawrence, Third-party Certification in the Global Agri-food System, *Food Policy*, 30, p. 354-269, 2005.
- Henson Spencer, Reardon Thomas, Private Agri-food Standards: Implications for food policy and agri-food systems, *Food Policy*, 30, p. 241-253, 2005.
- Hobbs Jill, Kerr William, Consumer information, labelling and international trade in agri-food products, *Food Policy*, 31, p. 78-89, 2006.
- Jahn Gabriele, Schramm Mathias, Spiller Achim, The reliability of certification: quality labels as a consumer policy tool, *Journal of Consumer Policy*, 28, p. 59-73, 2005.
- Laguna Pablo, Cáceres Zina, Carimentrand Aurélie, "Del Altiplano sur Boliviano hasta el mercado global: coordinación y estructura de gobernancia de la cadena de valor de la quinoa orgánica y del comercio justo", *Agroalimentaria,* 11(22) : 29-40, Mérida, 2006.
- Lancaster Kevin, A new approcah to consumer theory, *Journal of Political Economy*, 74 (2), p 132-157, 1966.
- Lucas Robert, On the mechanics of economic development, *Journal of Monetary Economics,* 22, 3-42, (1988).

• Maldidier Christophe, "Quelle construction sociale de la qualité "équitable" d'un produit? Vers des systèmes de garanties plus fiables et plus équitables », Communication au 2nd colloque international sur le commerce équitable, Montréal (Québec, Canada) 19-21 juin 2006, 2006.
• Nelson Paul, Information and Consumer Behavior, *Journal of Political Economy*, 78, mars-avril, 1970.
• Rallet Alain, Torre André, Proximité géographique ou proximité organisationnelle? Une analyse spatiale des coopérations technologiques dans les réseaux localises d'innovation, *Économie Appliquée,* tome LIV, 1, 147-171, (2001).
• Reardon Thomas, Berdegue Julio, The Rapid Rise of Supermarkets in Latin America: Challenge and opportunities for development, *Development Policy Review*, 20 (4), p. 371–388, 2002.
• Rojas E.E., « Biolatina una experiencia latinoamericana de certificación », *in Producción, comercialización y certificación de la agricultura orgánica en América latina*, Cruz, Tomar, Garcia, Rindermann, Alvarado (coord.), Universidad Autónoma Chapingo, Mexique, 2003.
• Willer Helga, Yussefi Minou (eds), *The Word of Organic Agriculture 2006*, IFOAM, 2006.

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

L'Amérique latine est productrice et exportatrice de biens agroalimentaires qualifiés, notamment par la labellisation en agriculture biologique ou commerce équitable. La perception des caractéristiques de qualité liées à ces biens et services joue un rôle primordial pour assurer « le consentement à payer » des consommateurs du Nord des actifs environnementaux ou sociaux par le biais du marché. Cette communication évalue l'importance et les caractéristiques de ce secteur ainsi que sa relation aux marchés d'exportation. Elle revient sur l'analyse économique de la qualification avant de s'interroger sur la contribution de ces dispositifs au développement rural.

América Latina se coloca como productora y exportadora de productos alimenticios orgánicos y de comercio justo. La percepción por parte del consumidor de estas características de calidad forma la base de la "voluntad de pagar" activos ambientales o sociales de los consumidores del Norte sobre el mercado. Esta ponencia valora la importancia y la estructura de esta rama, tal como su vínculo a los mercados exteriores. Basándose sobre el análisis económico de la calificación, se plantea el problema de su impacto sobre los procesos de desarrollo rural.

Latin America produces and exports fair trade and organic labelled food products. The acknowledgement of such quality characteristics by the consumer is the basis of her "willingness to pay" on the market for the environmental or social assets linked to these labels. This paper assesses the importance and the structure of this sector and its relationship to exports markets. It then contemplates the contribution of these devices to rural development.

MOTS-CLÉS
• Filières globales
• Consommation
• Agro-alimentaire
• Biodiversité
• Développement rural
• Amérique latine

PALABRAS CLAVES
• Cadenas globales
• Consumo
• Agroalimentaria
• Biodiversidad
• Desarrollo rural
• América Latina

KEYWORDS
• Global commodity chains
• Consumption
• Agro-food
• Biodiversity
• Rural development
• Latin America

François Laurent, Pedro Vianna, Roberto Verdum et Ivo Mello*

La gestion des ressources en eau dans les États de la Paraiba et du Rio Grande do Sul

Enjeux, conflits et gouvernance locale

La gouvernance est un nouveau modèle de gestion des affaires publiques qui se diffuse dans le domaine de la gestion des ressources en eau dans de nombreux pays. Si des différences s'observent dans les réglementations nationales qui les encadrent et les appuient, une diversité apparaît également aux niveaux national, régional et territorial. En effet, la mise en œuvre de tels modèles est fortement déterminée par un contexte environnemental, social et culturel local. L'observation des politiques menées dans le domaine de l'eau, dans la Paraiba comme dans le Rio Grande do Sul, illustre le poids des facteurs locaux.

Nous présenterons l'évolution des politiques publiques en matière de gestion des ressources en eau à l'échelle fédérale et dans les Etats de la Paraiba et du Rio Grande do Sul. Puis, nous analyserons au travers d'études de cas, les avancées et les déficits de gouvernance.

* Respectivement Université du Maine / UMR CNRS 6590 ESO ; Université Fédérale de la Paraiba, Brésil, Departamento de Geociências ; Université Fédérale du Rio Grande do Sul, Brésil, Departamento de Geografia ; vice-président du comité de bassin de l'Ibicui, Alegrete, RS, Brésil.

La gestion des ressources en eau au Brésil

Depuis la période coloniale jusqu'à la Première République, c'est-à-dire jusqu'au début du XX[e] siècle, l'exploitation de l'eau au Brésil était réalisée librement. Le modèle de propriété commune du sol et de l'eau prédominait (« Loi des Terres », 1850) et le pouvoir de règlement du gouvernement sur les eaux était spatialement limité et de peu de portée.

C'est seulement après la Première République, en 1934, qu'apparaît le Code des Eaux (Codigo das Aguas), considéré comme la première tentative de réglementation de l'exploitation de l'eau. Cette réglementation a permis au pouvoir public de contrôler et de stimuler l'exploitation industrielle des eaux et a classé les eaux en deux catégories : publiques et privées. Les eaux publiques sont celles « dont aucun usager ne peut être exclu et qui sont potentiellement utilisables de façon collective » [Braga, 2003]. Également nommées « libres », elles ne sont pas soumises aux lois du marché à l'inverse des eaux privées.

Ainsi, l'utilisation gratuite de tout cours d'eau et de toute source était définie par la loi. Le code attribuait au ministère de l'Agriculture la responsabilité de la politique des eaux. Durant les années 1960, cette compétence a été transmise au nouveau ministère des Mines et de l'Énergie, reflétant la priorité donnée au secteur électrique, devenu dominant dans l'utilisation des ressources en eau avec la création d'ELETROBRAS (Centrais Elétricas Brasileiras SA, avec 52 % de capital d'État) en 1960 et du DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) l'année suivante. Durant pratiquement un demi-siècle, cette situation a perduré. L'État fédéral a construit un grand nombre d'usines hydroélectriques, reléguant clairement les autres usages au second plan. Cette politique était cohérente avec le projet de développement industriel et d'urbanisation accélérée qui prédominait dans les années 1960 à 1990. La période a été marquée par d'innombrables cas de dégradations environnementales et de crises sociales causés par le remplissage des barrages. Par exemple, lors de la submersion des chutes de Sete Quedas dans le Paraná et lors de l'ennoiement de grandes surfaces de forêt sous le lac de Tucurui en Amazonie. Les déplacements de population plus ou moins compensés par de nouvelles attributions de terres et d'habitations ont donné naissance au Mouvement des Victimes des Barrages (MAB), qui constitue aujourd'hui un acteur influent, fortement présent dans les débats sur l'eau au Brésil.

C'est seulement en 1995 que l'on porta vraiment attention à l'environnement dans la gestion de l'eau, avec la création de ministère de l'Environnement et des Ressources en Eau. Durant cette même année, le gouvernement fédéral en suivant la politique libérale de réduction du secteur étatique, à travers la Loi des Concessions Publiques, ouvrait la gestion de l'assainissement à des sociétés privées et à des capitaux étrangers et initiait la vente des sociétés d'électricité. Ainsi, le développement de la dimension

environnementale s'est accompagné d'une privatisation de certains services [Vianna, 2006].

La Constitution de 1988 a apporté peu de modifications dans le Code des Eaux de 1934. Le changement le plus important a été l'abandon du domaine privé : toutes les eaux continentales sont passées dans le domaine public. Le texte constitutionnel proposa « d'instituer un système national de gestion de ressources en eau et de définir les critères de subvention et les droits d'utilisation ». Cette proposition a servi de base juridique à la loi fédérale de 1997. La Loi 9.433 de janvier 1997 instaure la Politique Nationale des Ressources en Eau et crée le Système National de Gestion des Ressources en Eau (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH). Elle définit les principes suivants :

– l'eau est un bien public ;
– l'eau est une ressource naturelle limitée, dotée d'une valeur économique ;
– la gestion de l'eau doit promouvoir de multiples usages ;
– le bassin versant est l'unité territoriale de gestion.

La loi de 1997 définit également les instruments principaux de mise en œuvre de la Politique Nationale des Ressources en Eau, par :

– l'élaboration de Plans de Ressources en Eau ;
– la classification des masses d'eau ;
– la réglementation du droit d'usage des ressources en eau ;
– la redevance pour l'usage de l'eau ;
– la création d'un Système National d'Informations sur les Ressources en Eau.

Un principe important, contenu dans la loi de 1997, concerne la gestion décentralisée et participative, impliquant les différents secteurs de la société. Comme l'explique Lanna, le modèle de gestion participative et intégrée des eaux devrait être réalisé au moyen de :

– la planification stratégique par bassin versant, sur la base de l'étude de scénarios alternatifs prospectifs, établissant des objectifs spécifiques de développement, selon des critères tels que la croissance économique, l'équité sociale et la durabilité écologique, dans le cadre d'un bassin versant ;
– la décentralisation, fondée sur la constitution d'une sorte de parlement de l'eau local auquel doivent participer des représentants d'institutions publiques ou privées, d'usagers, de communautés, d'organisations politiques, d'entreprises opérant dans le bassin versant ;
– d'instruments légaux et financiers, fondés sur la planification stratégique et sur des programmes d'investissements [Lanna, 1997].

Dans le SINGREH, le plan de bassin doit être élaboré par le comité de bassin tandis que la gestion quotidienne est attribuée à l'Agence de l'Eau. L'Agence Nationale des Eaux (ANA, organisme possédant une autonomie administrative et financière, sous la tutelle du ministère de l'Environnement) dans le contexte fédéral, et les Agences Exécutives dans chaque État ont pour mission de réglementer les relations entre le pouvoir public et la société.

Les États ont le pouvoir d'édicter des lois complémentaires au travers d'un Système d'État de Gestion des Ressources en Eau, à condition qu'il n'y ait pas de conflit avec le système national. Ainsi, à partir des lois fédérales, un cycle de réglementations d'État a été initié, accompagné de la création d'organismes de gestion décentralisée et participative, les comités de bassins.

Ce modèle où l'eau est définie comme un bien public a été fortement inspiré par la France. Il est fondé sur les principes d'usager-payeur et de pollueur-payeur et s'appuie sur trois instruments : la réglementation, l'incitation économique et la planification. Un modèle concurrent dont il est question aujourd'hui au Brésil [Vianna, 2006] est celui du marché de l'eau, fondé sur l'expérience des États-Unis : l'eau est considérée comme un bien privé et il est possible de transférer cette propriété. L'hypothèse de base de ce modèle est que l'allocation de l'eau est optimisée par la recherche de la rentabilité maximale.

La gestion de l'eau à l'échelle des États

Malgré les apparences, le Brésil est encore loin d'une gouvernance effective des eaux. Le système brésilien de gestion des eaux avance à différentes vitesses selon les régions. À ce titre, la comparaison des réglementations d'État illustre les volontés politiques comme les dynamiques sociales qui les sous-tendent.

La Paraiba est un État du Nordeste où les questions de gestion des ressources en eau sont prédominantes du fait de l'aridité de la majeure partie du territoire. La population de la Paraiba s'élève à 3 439 344 habitants en 2000[1]. L'État est l'un des moins développés du Brésil avec 48 % de pauvres en 2005 contre 29 % en moyenne nationale [source : IETS, données PNAD-IBGE], une mortalité infantile de 60/1000 contre 37/1000 au Brésil [source IBGE, 2000]. L'Indice de Développement Humain [IDH, PNUD] est de 0,66 contre 0,77 de moyenne nationale. Cette pauvreté se manifeste également dans l'accès aux services publics d'eau puisque seulement 71 % des habitants sont alimentés par un réseau public d'alimentation en eau et seulement 21 % sont raccordés à un système d'assainissement collectif [Governo do Estado da Paraiba, 2006].

L'intérieur du Nordeste est marqué par l'aridité qui explique en partie la pauvreté rurale et accroît en tout cas la vulnérabilité des populations. Son histoire

1. IBGE.

est d'ailleurs associée à de graves sécheresses qui ont entraîné des crises alimentaires majeures dans le passé et un exode massif des populations rurales de l'intérieur vers les grandes villes du littoral, les métropoles du sud-est et l'Amazonie. La Paraiba présente une forte variabilité spatiale des précipitations entre le littoral humide sur une faible largeur (moyenne des précipitations annuelles de 1 700 mm à João Pessoa) et l'intérieur semi-aride (moyenne des précipitations annuelles de 300 mm à Cabaceiras, à seulement 150 kilomètres de la capitale de l'État). Cette aridité de l'intérieur s'accompagne d'une forte variabilité interannuelle marquée par des sécheresses sévères et prolongées. Les effets de l'aridité sur le manque d'eau sont renforcés par l'imperméabilité du substratum rocheux cristallin qui interdit la formation de réservoirs aquifères conséquents.

Depuis les années 1930, la construction de barrages par le Département National des Ouvrages Contre les Sécheresses (DNOCS) a été la principale politique pour lutter contre la rareté de l'eau. Ils permettent de retenir l'eau s'écoulant en saison des pluies afin de la réserver pour la saison sèche, voire pour les années suivantes en cas de sécheresse prolongée. Ces ouvrages ont été déterminants dans le développement rural et urbain de l'intérieur. Les barrages sont à vocations multiples mais orientés principalement vers l'irrigation, l'alimentation humaine et l'abreuvement du bétail. L'irrigation est en majorité privée et s'effectue par de petits barrages en terre. La plus grande surface irriguée se situe sur le Haut Piranhas à l'ouest de l'État (açude de São Gonçalo) avec 2 402 ha.

L'État de la Paraiba a constitué une politique de l'eau qui débuta avec la loi de 1996 définissant les bases de la « Politica Estadual do Recursos Hidricos » (PERH, loi n° 6.308/1996). La loi appuie la politique de l'eau sur les instruments suivants :

– l'autorisation d'usage nécessaire à tout prélèvement,
– la redevance en fonction des quantités prélevées,
– le partage des coûts des ouvrages d'infrastructure entre les usagers et les pouvoirs publics.

Un Fond d'État des Ressources en Eau (FERH) a été créé afin de soutenir la PERH. Mais, bien qu'adopté en 1996, il n'est toujours pas actif car les redevances ne sont pas collectées. Le Système Intégré de Planification et de Gestion des Ressources en Eau (SIGERH) se compose aujourd'hui des organes suivants :

– l'organe de délibération : Conseil des Ressources en Eau de l'État de la Paraiba (CERH),
– l'organe de coordination : le Secrétariat des Sciences et Techniques de l'Environnement de l'Etat de la Paraiba (SECTMA),

– l'organe de gestion : l'Agence Exécutive de Gestion des Eaux de l'Etat de la Paraiba (AESA),
– les organes de gestion participative et décentralisée : les comités de bassin.

L'AESA est actuellement l'institution exécutive de la gestion de l'eau de la Paraiba. Jusqu'à présent, l'ASEA cantonne ses actions aux barrages : elle contrôle les ouvrages et assure le suivi des niveaux d'eau. Elle a établi le Plan d'État de Ressources en Eau (PERH), où sont définis les secteurs géographiques (*cf.* Figure n° 1). Le PERH comporte trois phases (Governo do Estado da Paraiba 2006) s'inscrivant dans les démarches de gestion intégrée des ressources en eau :

– Collecte, synthèse des informations et régionalisation,
– Constitution de scénarios alternatifs,
– Définition des programmes d'action et des systèmes de gestion.

Dans la Paraiba, les comités de bassin sont encore en phase de formation, leur composition, si elle est définie, est encore provisoire. Ils n'accomplissent aucune action réelle. Seul fonctionne le CERH (en grande partie contrôlé par l'État) et l'ASEA. La participation de la société est très faible, la politique de l'eau est celle du gouvernement de l'État. Les organisations non gouvernementales réellement indépendantes restent hors du système. La gouvernance de l'eau est donc embryonnaire.

La loi de l'État n° 6.544 (du 20/10/1997) institua le Secrétariat de l'Environnement et des Ressources en Eau de l'État de la Paraiba (SEMARH). Cet organisme était accompagné de la première agence responsable de la réalisation de la planification et de la gestion de l'eau dans l'État : l'Agence de l'Eau, de l'Irrigation et de l'Assainissement de l'État de la Paraiba (AAGISA). Très récemment, le gouvernement de la Paraiba a fermé l'AAGISA et le SEMARH et a créé à leur place l'AESA. La raison principale de ce changement a été de nommer une nouvelle direction pour l'Agence car la législation protégeait la nomination de ses membres sur une longue durée. Ainsi, cette manœuvre a permis de reprendre le contrôle de cet organisme. Elle est typique du comportement politique de l'oligarchie brésilienne qui cherche des « brèches » dans la législation pour maintenir ses intérêts et placer un personnel de confiance aux postes-clefs de l'administration publique. De grandes familles sont en lutte pour le pouvoir, elles forment des groupes d'alliance, et lorsqu'une famille en supplante une autre, elle prend également le contrôle des appareils administratifs en nommant de nouvelles directions.

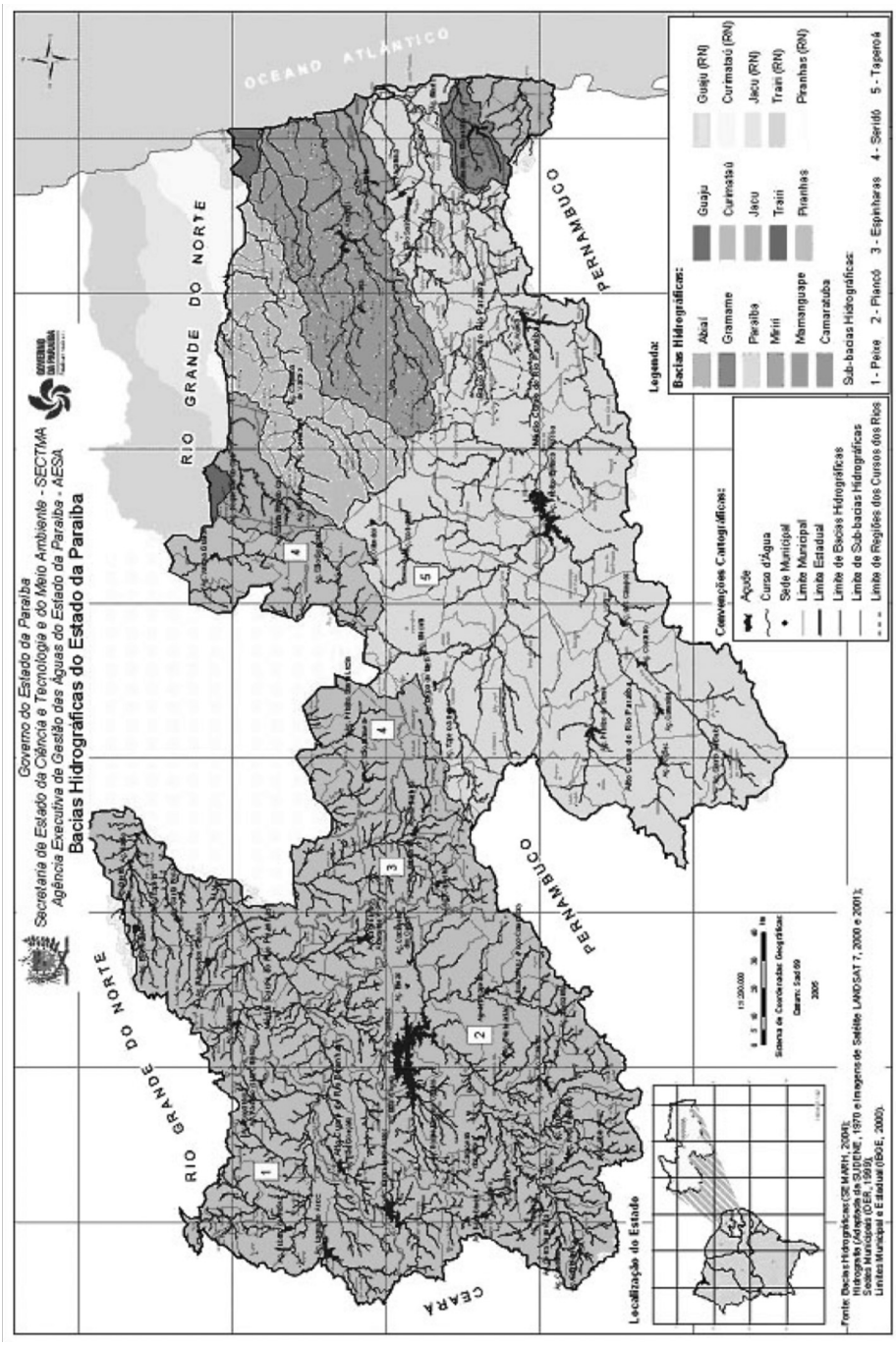


Figure n° 1 : Secteurs de Gestion des Bassins Hydrographiques de la Paraiba, carte réalisée par l'AESA (governo do Estado da Paraiba, 2006)

Le Rio Grande do Sul, dont la population s'élève à 10 181 749 habitants en 2000[2], présente un cas de figure différent. C'est l'un des États les plus développés du Brésil : il compte 21 % de pauvres en 2005 (source : IETS, données PNAD-IBGE), la mortalité infantile est de 15/1000 (source IBGE, 2000) et l'Indice de Développement Humain (IDH, PNUD) s'élève à 0,82.

Le Rio Grande do Sul est naturellement bien doté en eau du fait d'un climat sub-tropical humide même si on enregistre des périodes de sécheresse certaines années (2004-2005) [Suertegaray et *al.*, 2001]. L'eau est utilisée essentiellement pour l'alimentation humaine, l'industrie, l'irrigation et l'abreuvement du bétail. Le Rio Grande do Sul est le premier producteur de riz du Brésil avec 49 % de la production nationale. La riziculture est principalement développée dans le sud-ouest. L'irrigation du riz est réalisée à partir de barrages en terre privés.

Le gouvernement de l'État a été précurseur dans le domaine de l'eau puisque la loi sur l'eau de l'Etat a été votée en 1994 (loi 10.350/94). Dès les années 1980, des structures locales de gestion participative avaient été initiées sur deux bassins : celui du Sinos et celui du Gravatai pour faire face aux pollutions qui menaçaient l'alimentation des agglomérations [Lepiller, 2006]. À l'échelle de l'État, une Commission Consultative du Conseil des Ressources en Eau du Rio Grande do Sul a été constituée dès 1981 [Canepa and Timm Grassi, 2000]. Les législateurs de l'État gaucho se sont inspirés de ces expériences ainsi que des modèles français et espagnol pour concevoir la loi sur l'eau. Cette loi instaure les principes suivants :

– L'unité de gestion est le bassin versant, gouverné par un comité de bassin,
– Les prélèvements doivent être soumis à autorisation et faire l'objet d'une redevance, tout comme les responsables de pollution,
– La redevance est perçue par le comité de bassin pour conduire des actions locales,
– Les différents usages de l'eau doivent être respectés,
– La priorité est donnée à l'alimentation humaine.

La Commission Consultative fut chargée par le gouvernement de l'État de délimiter les bassins versants et de définir dans chacun d'entre eux une commission provisoire pour préparer les comités de bassins. Les commissions organisèrent alors au sein des bassins des réunions avec les pouvoirs publics, les usagers et la population afin d'expliquer le sens de la nouvelle loi et de susciter des candidatures à l'élection des comités. Le vote comprenait les organismes et les associations identifiés comme acteurs dans le domaine de l'eau. Les comités sont élus pour deux ans. Ils sont composés de trois collèges :

2. IBGE

– les pouvoirs publics : en l'occurrence l'Etat du Rio Grande do Sul ou l'Etat fédéral, formant 20 % du comité ; ce collège peut être subdivisé afin de distinguer les organismes de contrôle ;
– les usagers qui utilisent l'eau comme bien de production ou de consommation ou comme récepteur d'effluents, organismes publics ou privés, qui forment 40 % du comité ;
– la population représentée par des élus municipaux ou d'État ou par des représentants d'associations préoccupés par la préservation de la ressource et de ses usages, qui forment 40 % du comité.

Ainsi, la « société civile » dispose de la majorité des sièges dans les comités de bassin, le président doit d'ailleurs être issu du collège des usagers ou de la population.

Le comité de bassin a pour fonctions :

– de définir les objectifs de qualité, les usages et les types de protection des tronçons de cours d'eau ou des sous-bassins,
– de fixer le montant des redevances en fonction des usages et de gérer les produits des redevances,
– de définir puis d'évaluer des programmes d'action,
– de réduire les conflits d'usage par la médiation.

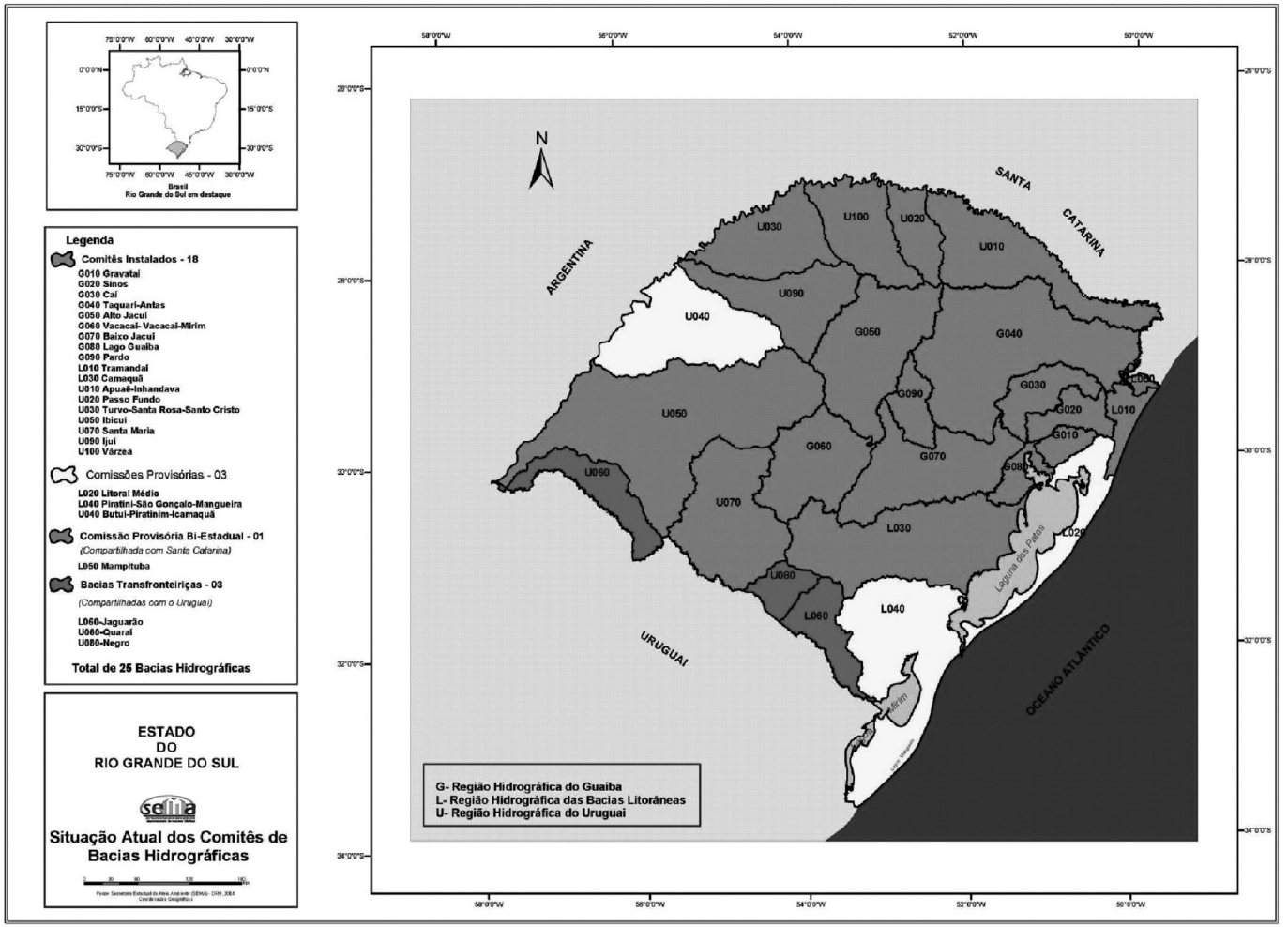
En 2006, 25 comités sont constitués dans l'État et parmi eux 18 sont en activité (*cf.* figure n° 2). Les comités de bassin sont accompagnés par trois Agences de Région Hydrographiques (ARH) pour le support technique.

L'État garde certaines prérogatives au travers de trois institutions :

– le Conseil des Ressources en Eau (CRH) élabore la politique de l'État au moyen d'un plan et règle en dernière instance les conflits ;
– le Département des Ressources en Eau (DRH) exécute le plan et délivre les autorisations de prélèvement ;
– La Fondation Étatique de Protection de l'Environnement (FEPAM) exécute le plan dans sa dimension qualitative, elle délivre les autorisations d'activité polluante et surveille la qualité de la ressource.

C'est également l'assemblée législative de l'État qui fixe le tarif minimal de la redevance d'usage de l'eau et de rejet d'effluents.

Figure n° 2 : Délimitation des comités de bassin du Rio Grande do Sul (gouvernement de l'État du Rio Grande do Sul)



La gestion de l'eau à l'échelle du territoire : dynamiques et freins à la gouvernance locale

Les exemples suivants révèlent des différences profondes de mise en œuvre des principes de la gestion intégrée et l'effet de l'environnement socio-territorial. Le Nordeste est symptomatique de relations sociales hiérarchiques où le pouvoir sur la terre et sur les autres ressources est difficilement partagé. L'exemple du *canal da Redenção* montre les conséquences d'une déficience des politiques de l'eau en matière de gouvernance, voire tout simplement de gestion publique. Il est révélateur des liens étroits entre la lutte pour le droit d'usage de l'eau et la lutte pour la terre.

Dans le sud du Brésil, les démarches locales vers la gouvernance de l'eau sont plus avancées, sans doute du fait de ressources plus abondantes, mais aussi parce que les relations sont mieux régulées entre les groupes sociaux. L'exemple du Comité de bassin du Rio Ibicui illustre des actions réelles conduites en direction d'une gestion plus durable de la ressource en eau avec la participation de différents acteurs.

Le canal da Redenção a été achevé en 1998. Il mesure 37 km et fournit un débit de 4 m^3/s. Il est alimenté par les barrages de Coremas et de Mãe d'Água qui ont été construits par le DNOCS et totalisent 1 368 millions de m^3. Ces deux derniers ont été reliés par un tunnel, d'où la dénomination de « Système Coremas/Mãe d'água » qui constitue le plus grand réservoir d'eau de l'État de la Paraiba et le troisième plus grand réservoir du Nordeste.

Le canal doit transférer de l'eau dans un autre bassin pour aménager un périmètre irrigué de 5 000 ha. dans les marais de Sousa (Governo do Estado da Paraiba, 2002). L'aménagement n'est pas encore réalisé, il devrait permettre l'installation de 320 agriculteurs avec des tailles de lots variant de 5 à 330 ha. [Porto de Lima, 2006].

Jusqu'à aujourd'hui, les eaux du canal sont utilisées sans autorisation par des agriculteurs installés sur ses rives. Ce cas est typique d'un aménagement non concerté excluant des usagers et des blocages qui en résultent [Gomez, 2002]. Il met en évidence les conséquences inattendues de tels transferts avec l'immixtion des riverains et l'apparition de nouveaux usagers qui clament leur droit à accéder aux ressources, phénomène qui pourrait se développer dans d'autres aménagements, comme le projet de transfert d'eau du Rio São Francisco.

La lutte pour l'eau est ici liée à la lutte pour la terre menée par les paysans de *l'assentamento* Acauã, qui est traversé par le canal (un *assentamento* est un ensemble de terres distribuées par l'État dans le cadre de la réforme agraire, le plus souvent à la suite d'une occupation de terres publiques ou privées par des paysans pauvres). Les *assentados* (paysans de *l'assentamento*) sont entrés en conflit avec l'AESA afin d'obtenir un accès à l'eau indispensable à l'agricul-

ture dans cette région semi-aride. Ils n'ont actuellement aucune autorisation d'usage de l'eau du canal et pratiquent des prélèvements illégaux [Porto de Lima, 2006].

Localisée à proximité du Rio Piranhas, dans l'ouest de l'État, la fazenda Acauã a été occupée à partir de 1995, quand quelques paysans sans terre des municipes voisins apprirent dans le *Journal officiel* et par des données publiées par l'Institut National de Colonisation et de Réforme Agraire (INCRA), que cette exploitation était considérée comme improductive. Ils sollicitèrent alors l'appui de la Commission Pastorale de la Terre (CPT, liée à l'église catholique) pour occuper les terres. Après quatre ans de marches, d'occupations et d'évacuations, en 1999, l'INCRA réalisa l'expropriation du propriétaire et l'attribution de parcelles avec des lots de 18 hectares pour chacune des 114 familles rassemblées dans une « agrovila ».

Les *assentados* se sont organisés en une association qui coordonne aujourd'hui des projets collectifs comme une banque de semences, un élevage de porcs, une production apicole et un organisme de gestion des crédits de soutien à l'agriculture familiale, provenant du Programme National de Renforcement de l'Agriculture Familiale (PRONAF) et du Programme de Crédit Spécial pour la Réforme Agraire (PROCERA). L'association a aussi suscité des actions pour améliorer l'accès à l'eau, comme des technologies alternatives telles que des citernes recueillant l'eau de pluie dans chaque maison et des barrages souterrains. Mais ces installations ne permettent qu'une alimentation humaine ou animale et à la rigueur, pour les barrages souterrains, l'irrigation de surfaces très limitées. Or, la survie de l'*assentamento* est conditionnée par l'irrigation. Le canal da Redenção constitue la ressource stratégique de l'*assentamento* et sa présence a d'ailleurs motivé en grande partie la lutte des paysans pour obtenir l'*assentamento*. Ils avaient en effet été informés des projets de construction du canal dès 1995.

Comme l'écrit Petrella, quand un conflit prend des proportions importantes, voire critiques, cela démontre que les pouvoirs publics n'ont pas été capables de développer et de mettre en œuvre une politique intégrée de l'eau, inspirée par la suprématie de l'intérêt général et n'ont pas su stimuler la solidarité entre tous les membres de la communauté régionale ou nationale [Petrella, 2002].

En 2001, l'Agence de l'Eau a interdit dans l'*assentamento* tout usage de l'eau du canal. Les *assentados* se sont alors mobilisés et ont occupé le canal da Redenção, exigeant une audience auprès d'un représentant du gouvernement de l'État et d'un représentant de l'INCRA. « En moins de 48 heures d'occupation du canal, nous avons eu une audience dans la ville d'Aparecida, il a alors été permis de replacer les tuyaux et de prélever à nouveau de l'eau dans le canal pour l'*assentamento* » (témoignage inscrit dans le cahier de dépôt l'*assentamento*

d'Acauã). Ainsi, le gouvernement a dû céder face à la pression sociale mais sans donner de garantie, ni s'engager dans un accord écrit. « Nous nous sommes fortement mobilisés et avons décidé de former une association d'usagers de l'eau du canal. Nous avions réuni tous les documents et nous sommes allés à João Pessoa, mais jusqu'à présent nous n'avons toujours pas l'autorisation de prélever de l'eau. Pourtant l'AESA, avec la création du cadastre, pouvait fournir cette autorisation » (témoignage d'un *assentado*) [Porto de Lima, 2006].

Quelques mois après l'audience, les *assentados* ont utilisé à nouveau l'eau du canal pour irriguer leurs terres. Mais, entre 2001 et 2003, des techniciens de l'Agence réalisèrent des contrôles dans l'*assentamento*. Selon les dires des agriculteurs, les techniciens confisquaient les tuyaux et autres matériels d'irrigation présents sur les rives du canal, ce qui ruinait les cultures qui, faute d'eau, se perdaient. « Comme l'irrigation dans la communauté est faite sans l'autorisation du gouvernement, les habitants se sentent vulnérables et craignent de perdre le droit d'usage de l'eau à tout moment. Personne de l'*assentamento* n'a de droit sur l'eau qu'il utilise. C'est comme si tout était provisoire. Nous aimerions vivre avec plus de sécurité » [témoignage du représentant de l'*assentamento* d'Acauã au journal « Correio da Paraiba » en mai 2006].

Les *assentados* considèrent qu'il existe une différence de traitement entre eux et les agriculteurs de grandes propriétés qui bordent le canal. Ils jugent que le contrôle est bien plus rigoureux dans l'*assentamento* et que lorsqu'un contrôle dans une grande propriété met en évidence un prélèvement, les autorités « fermeraient les yeux » grâce à la corruption ou à cause d'intimidations politiques.

À l'*assentamento* Acauã, le manque de dialogue clair avec le pouvoir d'État rend difficile la négociation et l'implantation des politiques publiques de gestion de l'eau. Les paysans perçoivent de l'État une mauvaise volonté politique, un parti pris pour les plus riches, masqué par une approche technique et bureaucratique. Depuis la réalisation de cet ouvrage, à chaque changement de gouvernement de l'État, les propositions de résolution du conflit varient, reflétant l'incompatibilité des intérêts des *assentados* avec le pouvoir politique. Les *assentados* ont pourtant tenté d'obtenir une reconnaissance légale concernant leur accès à l'eau du canal. Mais, jusqu'à présent, seules les manifestations, les « actions directes » et autres rapports de force ont permis d'assurer l'accès à l'eau. Nous sommes ainsi loin d'une gouvernance et d'une gestion concertée de l'eau sur ce canal.

Le cas du bassin de l'Ibicui dans le Rio Grande do Sul offre en revanche le cas d'une expérience de gestion concertée. L'Ibicui est un affluent de l'Uruguay. Il draine un bassin de 35 439 km dans le sud-ouest du Rio Grande do Sul. Soumis à des précipitations moyennes annuelles de l'ordre de 1 500 mm, ce bassin dispose de ressources en eau importantes. L'activité agricole principale est la riziculture irriguée tandis que l'élevage bovin occupe la majeure partie des

« *campos* » (prairies naturelles sub-tropicales). Les prélèvements se répartissent de la façon suivante : la riziculture avec 89 % des prélèvements, la consommation humaine avec 9,4 % et l'abreuvement du bétail avec 1,6 % [SEMA, 2003].

Les enjeux actuels sur ce bassin sont d'ordre quantitatif en raison de la multiplication des barrages en terre servant à la riziculture et d'ordre qualitatif avec les rejets urbains et les effluents d'élevage qui sont responsables d'une pollution fécale [UFSM, 2005]. Toute une partie de la population urbaine n'est pas raccordée aux réseaux d'assainissement (84 % par exemple à Alegrete, une ville de 85 000 habitants) et les stations d'épuration ont un rendement insuffisant [Lepiller, 2006]. Le sud du bassin atteint aujourd'hui les limites d'extension de la riziculture du fait de la sollicitation importante des ressources en eau qui entraîne un déficit d'écoulement important en été [UFSM, 2005].

Le comité de bassin de l'Ibicui présente une expérience positive de gestion concertée des ressources, issue d'une initiative locale. En 1998, dans l'esprit de la loi sur l'eau de l'État, la mairie, le Conseil Municipal de Développement Agropastoral et le Syndicat Rural d'Alegrete ont décidé d'organiser des réunions avec les représentants d'autres municipes et du milieu professionnel et associatif sur l'ensemble du bassin. Une commission provisoire a été constituée à la suite de ces réunions avec des acteurs du domaine. Elle avait pour but de définir les principes d'une composition équilibrée du futur comité de bassin. En 2000, sa proposition fut retenue par le Département des Ressources en Eau qui organisa les élections auprès des différentes institutions identifiées.

Les collèges du comité représentent différents segments de la société (Lepiller, 2006) :

– Le collège des usagers de l'eau (16 membres) est composé d'agriculteurs irrigants, de collectivités territoriales prélevant l'eau potable ou rejetant des eaux usées, d'industriels, de pêcheurs, d'un club de loisir et d'une société d'hydroélectricité ;
– Le collège représentant la population (16 membres) est formé d'élus locaux, d'associations à but philanthropique, d'instituts de recherche et d'enseignement, d'associations de défense de l'environnement et d'associations professionnelles ;
– Le collège des pouvoirs publics (6 membres) réunit les ministères de l'agriculture, de l'éducation, de la santé, de l'environnement, des mines et de l'énergie de l'État ;
– Le collège des organismes de contrôle et d'autorisation de prélèvements et de rejets polluants de l'État et les aires protégées (3 membres)

Une enquête réalisée auprès des membres du comité montra que le troisième collège est peu engagé, alors que le premier est très actif (les représen-

tants des usagers disent consacrer une demi-journée environ par semaine pour le comité) [Lepiller, 2006].

Les actions du comité portent pour l'instant essentiellement sur la communication lors de forums, de séminaires, de foires ou au moyen des médias. Un diagnostic est en cours sur les lieux et les moyens à développer pour mobiliser le plus largement possible la population sur la protection des ressources en eau (Lepiller 2006). Il s'insère dans un diagnostic plus large qui sera la base de la définition d'un scénario prospectif d'évolution des usages et de l'état du bassin à moyen terme (4 à 12 ans). Un plan sera ensuite défini afin de fixer les objectifs de qualité et de débit minimal et les usages à développer sur chaque sous bassin. Ce plan sera soumis à une consultation publique (SEMA 2006). Une expédition d'une semaine de l'ensemble du comité le long du cours d'eau a été organisée en 2005. Elle a permis un contact direct entre le comité et les populations locales, des études de terrain furent réalisées avec des spécialistes pour mieux faire connaître aux membres les enjeux et les processus dans leur diversité. Son caractère innovant a suscité l'intérêt des médias locaux et nationaux. L'éducation à l'environnement est un autre levier sur lequel s'appuie le comité pour sensibiliser les enfants.

Ces avancées démontrent les capacités de gestion concertée de l'eau sur ce territoire. Les membres perçoivent en tout cas une solidarité les unissant dans le comité avec une volonté d'agir pour un patrimoine commun. Mais ces actions de communication sont de fait consensuelles, elles ne heurtent pas les intérêts sectoriels. Or, pour lutter contre les pollutions organiques, il serait nécessaire que les municipes urbains développent les réseaux d'assainissement ce qui représente des investissements lourds. Un autre enjeu consiste à adapter la demande de la riziculture à la disponibilité des ressources, variable selon les substrats géologiques et les types de sols, ce qui risque de limiter le développement agricole dans le sud du bassin et suscitera forcément des tensions. Ne serait-ce que pour faire respecter la loi fédérale qui impose de maintenir les espaces naturels le long des cours d'eau, le comité devra également assurer la protection et la restauration des ripisylves qui ont été fortement dégradées pour laisser place à la riziculture.

Ces actions auront un coût financier alors qu'aucune redevance n'est encore prélevée, ce qui limite pour l'instant les moyens d'une telle politique. La mise en place de cette redevance sur les prélèvements et sur les rejets suscitera également des résistances.

Conclusion

Le Brésil s'est doté d'une loi sur l'eau qui définit les principes d'une gestion intégrée et de mécanismes de gouvernance. Mais au regard des inégalités de développement régional, accompagnées de pratiques politiques et

sociales diverses, la gestion de l'eau forme une sorte de mosaïque. La plupart des nouvelles pratiques de gestion concertée s'observent dans le sud et le sud-est du Brésil mais aussi de façon plus marginale dans le Ceará. L'exemple de l'Ibicui présente des avancées réelles en termes de partage du pouvoir et d'appropriation des enjeux territoriaux par le comité de bassin.

BIBLIOGRAPHIE

- **Braga Benito,** *Introdução à engenharia ambiental*, **2nd ed. São Paulo, Brasil, Éd. Prentice Hall, 2003.**
- **Canepa Eugenio Miguel, Timm Grassi Luiz Antônio,** « A lei das águas no Rio Grande do Sul, no caminho do desenvolvimento sustentável ? » *in Ciênca e ambiente*, **Santa Maria/RS(21), 2000, p. 135-152.**
- **Gomes Ramonildes Alves,** « Implicações do Trabalho e da Cultura na Mobilidade da População dos Projetos de Irrigação do Sertão Paraibano », ***in*** *actes de XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais,* **2002.**
- **Governo do Estado da Paraiba, PERH-PB,** *Plano Estadual de Recursos Hidricos, Resumo executivo e atlas*, **Joao Pessõa, Governo do Estado da Paraiba, 2006, p. 112.**
- **Lanna Antonio Eduardo,** *Gestão dos recursos hídricos. Hidrologia : ciência e aplicação*, **2 ed. Porto Alegre : Editora da Universidade : ABRH, 1997.**
- **Lepiller Leslie,** *La gestion intégrée des ressources en eau : l'exemple participatif du bassin versant de l'Ibicuí, Rio Grande do Sul (Brésil)*, **Mémoire de master 2 recherche, Département de géographie, Le Mans, Université du Maine, 2006, p. 133.**
- **Petrella Riccardo,** *O manifesto da água : argumentos para um contrato mundial*, **Petrópolis, RJ, Brasil, Vozes, 2002.**
- **Porto de Lima Valeria Raquel,** *Conflito pelo uso da agua do canal de Redenção : assentamento Acauã, Aparecida, PB, Brasil*, **Departemento de Geosciências, maestrado, UFPB, João Pessoa, Brasil, 2006, p. 87.**
- **SEMA,** « Bacia hidrographica Ibicui », ***in*** *Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul*, **Secretaria Estadual do Meio Ambiente, RS, Brasil, 2003, p. 232-243.**
- **SEMA,** *Termos de referência, Processo de Planejamento na Bacia Hidrográfica do Rio Ibicui, 1ª Etapa, Enquadramento dos recursos hidricos superficiais*, **Porto Alegre, RS, Brasil, 2006, p. 31.**
- **Suertegaray Dirce, Guasselli Laurindo et Verdum Roberto,** *Atlas da arenização – Sudoeste do Rio Grande do Sul*, **Porto Alegre, RS, Brasil, Secretaria da coordeenação e planejamento, 2001.**
- **UFSM,** *Metodologia para iniciar a implantação de outorga em bacias carentes de dados de disponibilidade e demanda – IOGA – Bacia do rio Ibicui, volume 1 : relatorio técnico e anexo 1*. **Santa Maria, RS, Brasil, convênio FNDCT/CT-Hidro 01.04.0056.00, 2005, p. 200.**
- **Vianna Pedro,** « A agua vai acabar ? », ***in*** *Que pais é esse ?* **de Albuquerque, E.S. (coord.), São Paulo, Brasil, Ed. Globo, 2006, p. 341-368.**

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

Au Brésil, la diffusion du modèle de gestion intégrée des ressources en eau varie fortement selon l'environnement socio-territorial. Le Sud présente un dynamisme certain s'appuyant sur des initiatives locales. Les acteurs locaux sont organisés en comité de bassin et développent des actions pour améliorer la gestion des ressources. Dans le Nordeste, la marche vers ces nouveaux modes de gestion paraît difficile tant les inerties sociales et culturelles freinent un partage réel du pouvoir, des ressources et des coûts.

En Brasil, la difusión del modelo de gestión integrada de los recursos hidráulicos varía mucho según el medio ambiente socioterritorial. El Sur presenta un dinamismo evidente que se basa en iniciativas locales. Los protagonistas locales son organizados en comité de cuenca y desarrollan acciones para mejorar la gestión de los recursos. En el Nordeste, la marcha hacia estos nuevos métodos de gestión parece difícil porque las inercias sociales y culturales impiden una distribución equilibrada del poder, de los recursos y de los costos.

In Brazil, the diffusion of the integrated water management model varies according to the socio-territorial environment. The South has a dynamism based on local initiatives. The local actors are organized in committee of basin and develop actions to improve the water resources management. In Nordeste, the move towards these new ways of management appears difficult because the social and cultural inertias slow down the sharing of power, resources and costs.

MOTS-CLÉS

- Eau
- Ressources en eau
- Gouvernance
- Politiques publiques
- Agriculture
- Brésil

PALABRAS CLAVES

- Agua
- Recursos en água
- Gobernanza
- Políticas públicas
- Agricultura
- Brasil

KEYWORDS

- Water
- Water resources
- Governance
- Public policies
- Agriculture
- Brazil

Elena Abraham, Elsa Laurelli, Elma Montaña, Gabriela Pastor et Laura Torres*

En el encuentro del ordenamiento territorial y la lucha contra la desertificación : la pobreza

Las teorías del desarrollo regional elaboradas a partir de la década de los sesenta para interpretar la evolución de las economías nacionales y de sus sub-espacios regionales al interior de los países de América Latina no responden ya a las problemáticas y desafíos planteados por los territorios actuales. La fuerte articulación entre las escalas local, regional y mundial que imponen los procesos de globalización de la economía, la competición por los mercados y la necesidad de innovar, generan un rompecabezas territorial formado por piezas locales de producción flexible y especializada en permanente competencia entre sí. Esta intensificación de las relaciones entre los sistemas productivos locales y el sistema mundial impulsan reterritorializaciones en los espacios periféricos. Es así como, sobre la base de herencias de épocas anteriores, se está produciendo no solamente la transformación de los sistemas de producción sino asimismo la aparición de nuevos contenidos sociales y políticos. En otras palabras, se están modelando nuevos territorios.

* Respectivamente Directora del Laboratorio de Desertificación y Ordenamiento Territorial (LaDyOT), IADIZA-CONICET ; UNLP-CONICET, Directora del CEUR ; Jefa de la Unidad Ciudad y Territorio, INCIHUSA-CONICET ; Investigadora LaDyOT, IADIZA-CONICET ; Investigadora LaDyOT, IADIZA-CONICET. El presente artículo constituye una versión actualizada y ampliada de la comunicación presentada por E. Abraham, E. Laurelli y E. Montaña en Coloquio Internacional GECOREV, Saint-Quentin-en-Yvelines, 2006.

Las categorías que se han utilizado en las últimas décadas para conceptualizar los procesos territoriales se vienen mostrando progresivamente insuficientes. El primer mundo y el tercer mundo, los centros y las periferias, las « nuevas periferias », los sectores formales de la economía, los informales, los excluidos… Conceptos útiles pero resultan limitados si no son utilizados en el marco de discursos integrales y complejos que no sólo busquen nuevas respuestas sino que admitan nuevas preguntas sobre las transformaciones territoriales. En este marco, se advierte la necesidad de integrar marcos conceptuales y de valorizar viejas y nuevas categorías de análisis. Es así como la pobreza y la segregación socioespacial se revalorizan como fenómenos que transversalizan buena parte de los análisis que sobre los territorios se hacen desde la geografía, la economía, la sociología y los abordajes interdisciplinarios.

Estas reflexiones surgen de investigaciones en curso sobre las transformaciones territoriales en las tierras secas del centro-oeste de Argentina. Los procesos de transformación de estos territorios periféricos sólo pueden entenderse a la luz de la pobreza creciente, tal como ha sido planteado en el proyecto PICT nº 13-1504 de la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica de Argentina. Aquí, la complejidad de esta pobreza sólo ha logrado ser afrontada desde un marco conceptual que surge del encuentro de dos abordajes: el del ordenamiento territorial y el de la lucha contra la desertificación.

El ordenamiento territorial y la lucha contra la desertificación constituyen dos vertientes del conocimiento con gran entidad en sí mismos, pero que no es frecuente encontrar articulados en sus enfoques y perspectivas y, más allá, en propuestas operativas que sinergicen sus resultados.

El proyecto mencionado parte del supuesto que de la integración de ambas podrían resultar desarrollos teóricos, metodológicos y propuestas de intervención capaces de mitigar las condiciones de inequidad y pobreza que se ponen en evidencia en amplios territorios de tierras secas de Argentina. Las vertientes del conocimiento a las que se ha hecho referencia, han avanzado en el planteo de soluciones frente a diversas problemáticas, pero se entiende que si ambas se suman en una acción conjunta el resultado puede ser aún más significativo, pudiéndose formular propuestas alternativas que contribuyan a mitigar las condiciones de pobreza e inequidad territorial. Por otra parte, ambas reconocen problemas comunes dentro de los que se destaca la ausencia de una metodología que integre, en un análisis multiescalar, las dimensiones socioeconómicas e institucionales y del soporte físico-biológico, basado en la rigurosidad de la obtención y evaluación de indicadores y puntos de referencia, que articule los conocimientos científicos con los saberes locales y tradicionales, que permita aprehender la particularidad y especificidad de lo local en vínculo con lo global, y finalmente que asegure instancias de comparación interregional e internacional. Esta metodología debería ser capaz de articular un mismo

objeto de estudio e intervención, a través de las estrategias de desarrollo sustentable y lucha contra la pobreza. La validación de la propuesta se realizará a partir del estudio de caso en desarrollo en la provincia de Mendoza.

Los viejos problemas y la búsqueda de nuevos caminos para abordar la problemática

La fragilidad inherente a los ecosistemas de tierras secas[1] las hace sumamente vulnerables a la sobreexplotación y al aprovechamiento inadecuado de la tierra. La lucha contra la desertificación busca garantizar la productividad a largo plazo de las tierras secas y promover mejoras en la calidad de vida de sus habitantes. Para ello es necesario un enfoque integral, que colabore al conocimiento de sus verdaderas causas y consecuencias y que sea capaz de introducir cambios a distintos niveles, tanto locales como regionales e internacionales.

En esa búsqueda es que la Convención Internacional de las Naciones Unidas de Lucha Contra la Desertificación y la Sequía (UN CCD) define la desertificación como "la degradación de las tierras en zonas áridas, semiáridas y subhúmedas secas resultante de diversos factores tales como las variaciones climáticas y las actividades humanas" [UN CCD, 1990].

A diferencia de visiones anteriores, actualmente la UN CCD está enfocada a promover programas de acción que buscan articular el conocimiento con la gestión de los recursos y la toma de decisión, promoviendo principios como la planificación participativa, descentralización, el mejoramiento de los sistemas de tenencia de la tierra, la participación y fortalecimiento de las mujeres y de las comunidades locales y la construcción de alianzas y acuerdos de asociación en el proceso, sobre todo con las ONGs y las OGs. Según los propios conceptos de la UN CCD "La desertificación sólo se podrá revertir introduciendo cambios profundos en las pautas de comportamiento locales e internacionales. Estos cambios graduales conducirán finalmente al uso sostenible de las tierras y garantizarán la seguridad alimenticia para la creciente población mundial. Por tanto, en realidad la lucha contra la desertificación es sólo parte de un objetivo más amplio : el desarrollo sostenible de los países afectados por la sequía y la desertificación" [UN CCD, 1990].

La desertificación tiene una incuestionable relación con la pérdida de territorios productivos. Es un problema ambiental de alcance mundial con fuertes implicancias en el ámbito productivo. Es un proceso específico que se distingue de fenómenos similares, en otras zonas más húmedas del mundo,

1. Las tierras secas, que reciben menos de 500 mm. anuales de precipitación, han sido clasificadas como zonas semiáridas, áridas, subhúmedas secas, pero en realidad no hay un límite entre ellas sino una continuidad en la naturaleza que facilita su permanente expansión o retracción, de acuerdo al uso que realizan los grupos humanos. En estas tierras vive el 38 % de la población

porque tiene lugar en condición climática muy dura y afecta negativamente a zonas con recursos naturales limitados de suelo, agua y vegetación.

La estrecha relación entre desertificación y pobreza se encuentra crecientemente ligada a los procesos sociales. Más aún : se considera que la desertificación es causa de la pobreza y es agravada por la pobreza. Los índices de desarrollo humano del PNUD muestran que los países menos avanzados suelen ser los más afectados [PNUMA, 1991].

Es que los procesos de desertificación son complejos, afectando ciclos de causa-efecto natural y social. La deforestación, la degradación del suelo y la vegetación, el agotamiento de los campos cultivados, la salinización de las tierras bajo riego, el agotamiento y contaminación de los recursos hídricos superficiales y subterráneos, la desaparición de la fauna silvestre – entre otros – son factores que tienen tremendas consecuencias para muchos habitantes de tierras secas agobiados por la pobreza. Sin capital ni control sobre las decisiones respecto de sus recursos, muchos no han tenido otra opción que sobreutilizarlos o emigrar, abandonado sus tierras porque éstas ya no pueden mantenerlos.

Finalmente, y resumiendo, la definición de desertificación de la UN CCD articula cuatro dimensiones. Por un lado las múltiples relaciones entre el soporte físico-biológico de las tierras secas (oferta) y la demanda que de éste hacen los grupos sociales. Por otra parte, estas relaciones entre lo físico-biológico y lo social se inscriben en el espacio y en el tiempo, introduciéndose de este modo en los conceptos de niveles de aplicación y escalas espaciales y temporales. La idea que subyace en esta aproximación es la concepción del ambiente como valor para el desarrollo sustentable de una región [Abraham, 2003].

La pobreza en las tierras secas : América Latina y Argentina

El 25 % del territorio de América Latina y el Caribe (ALC) son tierras secas. En ellas habita el 28 % de la población. El 35 % de esta población está afectado por situaciones de pobreza y entre éstos, el 16 % vive en condiciones de pobreza extrema. En Argentina, el 75 % del territorio está afectado por problemas de desertificación, pero en esta zona sólo habita el 30 % de su población. En Brasil, por el contrario, sólo el 18 % de su territorio es árido o semiárido, pero allí viven 18,5 millones de personas. En las tierras secas peruanas, que alcanzan el 38 % del territorio, habita casi el 90 % de la población. En Chile la desertificación afecta gravemente a 47 millones de hectáreas – sobre todo en el norte – y fuertes procesos erosivos se presentan desde la Región Metropolitana hasta la Patagonia. De un total de casi 1 100 000 km^2 que cubre la superficie de Bolivia, aproximadamente 340 000 km^2 están sujetos a un acelerado proceso de desertificación. Esto representa un 31 % del territorio y la población afectada se calcula en más de 3 600 000 habitantes. Por su parte, Uruguay, Colombia, Ecuador y Venezuela presentan una baja

proporción de tierras secas, pero no están exentos de problemas causados por actividades antrópicas.

Esta situación afecta gravemente los sistemas productivos. Si bien no existen cifras actualizadas, los datos de PNUMA [1991] muestran que del total de 420,67 millones de ha. de las tierras utilizadas para fines agrícolas, un 72,7 % están degradados. Entre éstas, las tierras cubiertas por pastizales, dedicadas a la producción animal son las que tienen mayor superficie afectada (76 % del total). Le siguen las tierras de cultivo de secano, de las cuales el 31 % están degradados (31 %). Finalmente, el 17 % de las tierras de regadío están degradados (17 %).

La lucha al interior de las Américas es desigual ya que los gobiernos de América del Norte han invertido billones de dólares para minimizar las pérdidas de tierras productivas. En los últimos 60 años EE.UU. han gastado un billón de dólares por año en medidas de conservación de suelos para mejorar la situación desde la « carrera por la fiebre del oro » de las primeras décadas del siglo. ¿ Cómo podría esperarse que las naciones más pobres de América Latina y el Caribe, agobiadas por el endeudamiento y la crisis, luchen contra la desertificación sin inversiones similares ? ¿ Cómo podrían responder a las crecientes presiones de la declinación socioeconómica, la pobreza y la migración y al mismo tiempo poner en valor sus recursos naturales y sociales ?

El proceso de globalización y la aplicación de políticas económicas de corte neoliberal

Sobre los procesos mencionados y las ya históricas dificultades para incorporar ecuaciones de sustentabilidad en la planificación del desarrollo cabe agregar un factor adicional propio de los últimos decenios : el proceso de globalización y la aplicación de políticas económicas de inspiración neoliberal en los países de América Latina. En distintos momentos y con efectos diversos – entre los que destaca la gravedad del caso argentino – ellos han determinado severas consecuencias sociales y económicas.

El conjunto de las sociedades es cortado transversalmente por la aplicación de estos modelos. La globalización económica y cultural, la apertura de las economías y la interpenetración de los mercados, los cambios en la gestión empresaria y procesos productivos en el marco de las privatizaciones, el avance del capital privado y de sus inversiones como « ordenadoras » del territorio, los modelos de concentración de la población y de la producción – cuya máxima expresión son las macrociudades – se transforman en los verdaderos organizadores de los espacios económicos y del territorio. Los efectos territoriales y ambientales de esta reestructuración económica se vinculan con la debilidad del Estado para aplicar políticas y acciones orientadas a prevenir y mitigar los impactos ambientales negativos, en un contexto econó-

mico y social que se caracteriza por la tendencia a la exclusión social y la degradación ambiental.

En este marco se han agudizado desigualdades territoriales preexistentes. A las viejas periferias definidas como territorios dependientes se suman hoy nuevas periferias que ni siquiera se relacionan subordinadamente con los centros dinámicos sino que son francamente ignoradas y excluidas [Montaña, 2003]. La simplificación de las identidades y desvalorización de lo local tienen asimismo profundas consecuencias en la expansión de los procesos de desertificación.

Al encuentro de una metodología

La estrategia de desarrollo de nuevos conocimientos y la consecuente naturaleza del perfil del proyecto obligó a la aplicación de un diseño de investigación mixto que combina un modelo metodológico estructurado que se vale de la utilización de indicadores y puntos de referencia en el marco de un sistema integrado de monitoreo [Abraham, Montaña y Torres, 2006] con otro emergente, cuya característica principal es la de guiarse por los resultados del avance de la investigación y ser capaz de adaptarse en pos de la mayor calidad y profundidad de los nuevos conocimientos a adquirir. Se trata de que decisiones de diseño tomadas en fases preliminares del proceso de investigación no comprometan las riquezas de la articulación buscada, permitiendo asegurar productos de primer nivel en una estrategia de producción científica y una modalidad de trabajo en red.

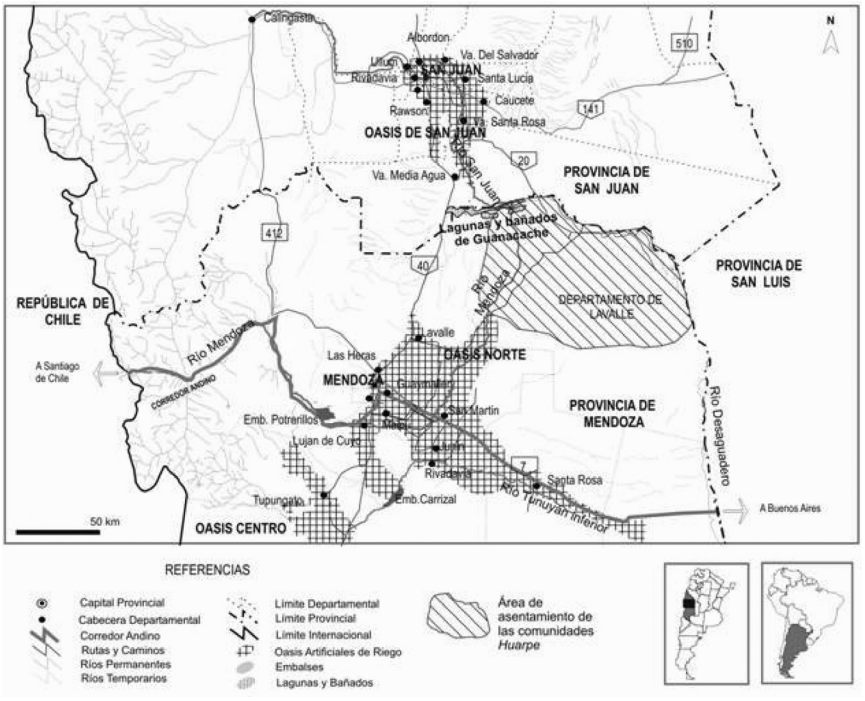
Por otra parte, mientras que no se anticipan mayores problemas para trabajar con metodologías cuantitativas para problemáticas específicas en las que la presencia del medio biofísico es fuerte, esta alternativa se hace inviable cuando los temas incluyen contenidos del ámbito social, como es frecuente en los análisis territoriales. Lo mismo ocurre cuando las bases de datos son incompletas y/o inconsistentes o la información no da el nivel de detalle que los objetivos del proyecto requieren. En estos casos, se prevé recurrir a la perspectiva etnográfica que, mediante técnicas cualitativas de investigación, será particularmente útil para el abordaje de las problemáticas sociales, en especial la de las identidades emergentes en las regiones estudiadas. Es así como esta decisión de diseño implica abrir el juego de las estrategias de triangulación metodológica que combina las técnicas cuantitativas con las cualitativas.

Para esto se identificaron y caracterizaron actores relevantes, se construyeron categorías de análisis que diesen cuenta de los procesos en curso permitiendo establecer criterios para un tratamiento comparativo de los casos, aplicarlas en terreno mediante técnicas como entrevistas en profundidad y entrevistas grupales, observación participante e historias de vida. Esta identificación y construcción de categorías parte de la evidencia cuantitativa, se ajusta con la evidencia cualitativa de terreno para, finalmente, llegar a explicaciones contextualizadas desde la mirada de los sujetos de estudio.

Desde el abordaje del caso

La propuesta en el caso del desierto de Lavalle (provincia de Mendoza, Argentina), tierras secas y periféricas de la provincia de Mendoza, en el centro-oeste de Argentina, en donde la pobreza constituye la expresión más evidente de problemas de desertificación y de ordenamiento del territorio [Abraham y Prieto, 1991 ; Abraham, 2002 ; Torres et *al.*, 2003 ; Montaña et *al.*, 2005 ; Pastor et *al.*, 2006] (Carta n° 1 y fotos n° 1 y n° 2).

Carta n° 1 : El desierto de Lavalle en Mendoza (centro-oeste de Argentina)



Fuente : Elaboracion sobre la base de datos del SIG del LaOyOt 2003.

Se trata de un caso que presenta rasgos diferenciales que afirman su carácter innovador respecto de las estrategias hasta ahora implementadas tanto por los planes de desarrollo como por otras actuaciones destinadas al aprovechamiento de los recursos de un área que ha sido devastada en sus recursos naturales (Arocena, 1995:32). Se basa en el reconocimiento del potencial existente en el medio rural para el desarrollo desde una óptica del desarrollo sostenible superadora del enfoque compensatorio y asistencial (IICA, 2000:13) y se enmarca en una concepción de desarrollo territorial que tiene el propósito de articular competitiva y sustentablemente un territorio a mercados dinámicos [Schejtman y Berdegué, 2003, p. 32].

Foto n° 1 : Vegetación natural en el desierto de Lavalle

Foto n° 2 : Instalaciones de un « puesto »
(unidad habitacional-productiva familiar)

Esta experiencia recibe el nombre de Unidad Demostrativa de Aprovechamiento Sustentable de los Recursos Naturales y Culturales del territorio – UpyS – y se desarrolla en el marco del Programa de Acción Nacional de Lucha contra la Desertificación y la Pobreza, de acuerdo a los términos de la UNCCD. En términos generales se propone generar estrategias de desarrollo sustentable en comunidades rurales indígenas del desierto de Mendoza ; mejorar el estado del ecosistema a través de un manejo integrado de recursos naturales y culturales, así como promover el mejoramiento de las condiciones socioeconómicas de los habitantes de las tierras secas. Considera además la compatibilización entre la regeneración del ecosistema e inversión en infraestructura y servicios, la transformación y diversificación de las actividades productivas y consecuentemente, la generación de empleo y aumento de la renta.

El objetivo que persigue la creación de esta unidad demostrativa es posicionar en mercados más dinámicos productos de calidad emanados de estos territorios periféricos. Se trata de una experiencia que potencia la base productiva a través de un aprovechamiento múltiple y sustentable de los recursos naturales y culturales con el fin de lograr una amplia gama de productos y servicios. En este marco, la UPyS procura incidir en las prácticas productivas vigentes con el fin de que los habitantes puedan orientarse hacia prácticas productivas sustentables, sustituyendo o mejorando las actuales – que en el mediano y largo plazo se constituyen en fuente de degradación ambiental – por otras que incorporan conceptos y prácticas de conservación, en aspectos tales como el adecuado manejo del rodeo, la preservación y puesta en valor del patrimonio natural y cultural, la sanidad animal y humana, la organización social, la eficiencia de riego, reciclado de residuos, aprovechamiento de los recursos hídricos y de energías no contaminantes, producción de abonos orgánicos, servicios turísticos y culturales, y fundamentalmente, en la obtención de productos alimentarios sanos.

La estrategia se organiza según un sistema de estabulamiento de cabras en su máximo período productivo lácteo y se basa en la optimización de la producción a través de la incorporación de técnicas que capitalizan los saberes asociados a las prácticas tradicionales y permiten generar un alto impacto en la diversificación de la producción disminuyendo los factores de presión sobre el territorio – mitigación y desaceleramiento de los procesos de desertificación. En paralelo se pretende favorecer el empoderamiento de la Comunidad Indígena Huarpe Paula Guaquinchay, especialmente de sus mujeres y se incentiva la asociatividad de los miembros de la comunidad en alianza con otros actores sociales, se recuperan y mejoran las técnicas constructivas tradicionales propias del patrimonio del desierto, se impulsa la producción de artesanías, y se pone en valor, desarrolla y enriquece el patrimonio gastronómico de la región.

Dado el contexto en que se desarrolla, esta actuación incorpora nuevos valores de significación que señalan el potencial de replicación que tiene la estrategia. El desierto de Lavalle posee condiciones ambientales, sociales, culturales y de organización altamente representativas de las que se presentan en las tierras secas del centro oeste argentino – con una extensión aproximada de 614 000 km^2 – y de otros países de América Latina afectados por desertificación, lo cual manifiesta la importancia y asegura la replicabilidad de los resultados en estos territorios.

Tras más de 20 años de trabajo sostenido en investigaciones y transferencias para el desarrollo de las tierras secas de Mendoza, el LaDyOT, en el año 2003 ha comenzado a desarrollar y ejecutar el proyecto de esta Unidad Demostrativa a través de una alianza estratégica con la Municipalidad del Pueblo de Lavalle y la Comunidad Huarpe Paula Guaquinchay de La Asunción, contando para ello con el apoyo financiero de la Agencia Argentino-Alemana de Cooperación Técnica (GTZ) y del Consejo Federal de Inversiones (CFI) de Argentina[2].

Las tareas están siendo llevadas a cabo por un equipo interdisciplinario compuesto por geógrafos, arquitectos, ingenieros agrónomos, especialistas en aguas subterráneas, trabajadoras sociales y economistas[3]. Mediante diversas estrategias de investigación-acción y conjuntamente con los pobladores del área en cuestión, se acordó un proyecto piloto basado en la articulación de dos líneas de actuación: una de investigación, y otra de desarrollo. Por su parte, ésta última contiene dos líneas prioritarias y complementarias : una de producción sustentable y la otra, de servicios y capacitación permanente.

El proyecto ha seguido un desarrollo que reconoce una evolución del equipo de trabajo en torno a la construcción del conocimiento iniciado en un primer momento bajo la realización de exhaustivos trabajos de inventario de los recursos – suelo, agua, vegetación – y de comprensión del sistema social y productivo del desierto. El contacto con la población y sus necesidades y demandas, asociado a las nuevas propuestas del desarrollo sustentable que emergen de la *Agenda 21* y los protocolos de implementación de las distintas Convenciones y Agencias de Naciones Unidas que se ocupan de la problemática, fueron factores determinantes para que el conjunto de actores integrados en la alianza gestionará la implementación de este proyecto.

mundial.

2. Cabe señalar que esta iniciativa fue declarada de Interés Departamental y Prioritario por el Honorable Consejo Deliberante de la Municipalidad del Pueblo de Lavalle (Resol nº 340/04 y 366/04) y de Interés Prioritario por el Ministerio de Economía y Producción dependiente de la Secretaría de Política Económica de la Nación. (nº 157, 21-05-04).
3. Integran el equipo interdisciplinario : Elena Abraham (Directora del proyecto) ; Elsa Laurelli (Coord. Académica LaDyOT), José Luis Sanchez ; Carlos Stassi ; Laura Torres ; Gabriela Pastor ; Eduardo Torres ; Eduardo Fabre, Elma Montaña ; Silvia Urbina ; Alberto Abraham ; Esteban Fernández ; Mariano Cony ; Gerardo Vaquer ; Ana Castillo ; Raúl Guardia ; Juan Traslaviña ;

Para ello, en forma conjunta, se construyó el objetivo meta de la intervención. Si bien en un principio pudo parecer como sobredimensionado para las capacidades económicas y técnicas disponibles del equipo, la metodología para su implementación resultó facilitadora para su consecución : mediante aproximaciones sucesivas se precisaron cuatro fases del proyecto. La primera, destinada a la investigación, creación y desarrollo de las condiciones para la ejecución de la unidad demostrativa, especialmente a acciones de sensibilización e involucramiento de la comunidad, el gobierno local y otros actores claves, así como acciones de diseño e implementación de un taller permanente de capacitación. Una segunda fase, referida a su construcción y puesta en funcionamiento ; la tercera, destinada al monitoreo y evaluación de la intervención, y una cuarta reservada para la replicación de la experiencia. Estas fases, a su vez, fueron diseñadas en base a módulos autosuficientes con complejidades diversas de modo que garantizaran desde el inicio una diversificación de las actividades productivas, mejoraran sensiblemente los ingresos y permitieran visualizar los alcances de la transformación propuesta. Paralelamente, la gestión del proyecto implicó, por un lado, el monitoreo constante para la renovación de las instancias de articulación interna con el fin de aumentar la eficiencia de las alianzas y por otro el compromiso de buena parte del esfuerzo del grupo de trabajo para conseguir financiamiento. Esta tarea resultó particularmente compleja, no sólo por el consumo de tiempo que ello implica si no por la necesidad de efectuar tareas de articulación, marketing, control y gestión permanentes. El resultado ha sido la sensibilización para la creación de los entornos territoriales innovadores y favorables [Albuquerque, 2004:10] para el aporte de las agencias a través de modos y niveles diversos de articulación : financieros, técnicos, recursos humanos, capacitación y transferencia y logístico entre otros. Estos resultados ya han sido sometidos a discusión y crítica en diversos momentos y medios [Abraham, Montaña y Torres, 2006 ; Pastor, Abraham y Torres, 2005, Abraham y Pastor, 2005].

Evaluacion de los resultados

Una primera evaluación de los resultados permite reflexionar y analizar aspectos diversos.

– Los impactos directos sobre los puesteros involucrados en la UPyS. Los números son claros y hablan por sí solos del impacto directo que se prevé generar en el marco de la economía del puesto – y del contexto en general : con sólo 28 cabras ingresadas al sistema de la UPyS, se obtiene una ganancia igual a la generada por 200 cabras en la modalidad de explotación actual. Por tanto, para incrementar al doble los ingresos mensuales del grupo familiar, sólo se necesitarían 56 cabras en el sistema contra las más de 400 en la manera actual de trabajo. En este caso, se estaría además, propiciando un cambio altamente significativo al posicionar al

puesto fuera de la línea de pobreza, cambio que además, al disminuir la presión de la carga animal, propiciaría la mejora y recuperación de los campos. Es decir se estaría revirtiendo en la escala microregional, el avance de los procesos de desertificación y efectivamente disminuyendo los índices de pobreza.

– El impacto directo sobre el empleo. Las actividades hasta ahora desarrolladas han generado empleo directo a más de 30 personas, situación que se correlaciona con un impacto también directo en la economía de igual cantidad de familias. El proyecto prevé generar un mínimo de 65 empleos directos permanentes cuando se completen las tres primeras fases de su implementación, así como 20 empleos más de carácter indirecto. Paralelamente, se estima generar cerca de una veintena de empleos temporarios relacionados fundamentalmente con las demandas de las actividades productivas y de servicios turísticos. Teniendo en cuenta la baja densidad de la ocupación territorial, se trata de un impacto significativo.

– El impacto indirecto sobre el empleo. La multiplicidad de ejes sobre los que se desarrolla la experiencia, así como la diversidad de productos que se pretenden obtener, permite estimar la generación de otro medio centenar de empleos indirectos vinculados a las actividades subsidiarias y complementarias del emprendimiento – distribución de productos, servicios turísticos y didácticos, publicidad, packaging, etc.

– El impacto sobre el capital natural y cultural de la zona de La Asunción. La experiencia de la Unidad Demostrativa se propone generar un fuerte impacto a favor del capital natural y cultural de la zona. El diseño de la experiencia se ha desarrollado en base al aprovechamiento responsable de los intereses que esos capitales generan con el fin de, a través de su reinversión directa en el proyecto, promover un incremento del capital natural y social que trascienda al área de intervención.

– El impacto potencial sobre otros territorios de similares características. Dadas las características de proyecto piloto, la replicabilidad es inherente a su formulación y constituye la cuarta fase de su implementación. Como se ha mencionado mas arriba, el desierto de Lavalle posee condiciones ambientales, sociales, culturales y de organización altamente representativas de la situación existente en las tierras secas del centro oeste argentino así como en otros países de América Latina con tierras secas. En el nivel nacional, Las características comunes que la zona presenta con las provincias de San Juan, La Rioja, parte de San Luis y Santiago del Estero aseguran la replicabilidad de los resultados obtenidos y por obtener, en esta experiencia.

– El impacto en el acceso a los servicios públicos. La implementación de la UPyS impacta directamente en el acceso a los servicios públicos. De

hecho, la UPyS es una unidad demostrativa que produce servicios con un derrame significativo de los beneficios para la comunidad local y regional. Es por ello que, por ejemplo, la rehabilitación del pozo existente en el predio de la intervención, además de brindar agua de mejor calidad para el emprendimiento, beneficiará con los excedentes a los vecinos de La Asunción. La actual provisión monofásica de energía eléctrica, resulta insuficiente para las demandas actuales de electricidad del poblado. En el marco de la UPyS se ha solicitado el tendido de red trifásica hasta La Asunción con el fin de poder satisfacer los requerimientos energéticos del equipamiento de la Unidad Piloto y los de la población de La Asunción. Esto ha significado no pocas gestiones por parte del LaDyOT y del IADIZA, lográndose en 2006 la concreción del tendido eléctrico trifásico. Uno de las principales necesidades sentidas de la población de la zona occidental del desierto lavallino es la falta de agua superficial del Río Mendoza. En este sentido se ha solicitado, como acción complementaria, el Derecho de Riego sobre este río con el fin de facilitar y favorecer el desarrollo de pasturas para el ganado. Otra de las acciones complementarias al emprendimiento constituye la solicitud de ampliación del Centro de Salud de La Asunción ya que actualmente no satisface las necesidades de la población de la localidad ni de su área de influencia.

– El impacto en las políticas públicas o de otros agentes privados. Las actuaciones llevadas a cabo en el marco de la Unidad Demostrativa han estado organizadas por la estrategia de implementación de la que se deducen impactos diferenciales en función de la línea de actuación y la escala de la intervención. El desarrollo de la línea de investigación ha sido prioritario en el marco del emprendimiento y de los agentes intervinientes. El impacto provocado por este entramado de procesos ha alcanzado un nivel significativo, tanto en los ámbitos académicos nacionales e internacionales con competencias sobre la temática de investigación, como en diversos foros vinculados con la problemática objeto de estudio. En este sentido es de destacar, la producción de indicadores de desertificación de nivel internacional, la presentación de casos exitosos en diversos foros y apoyo por parte de distintas agencias de cooperación internacional para la implementación del programa. A nivel nacional (Argentina) es importante señalar el reconocimiento de la problemática de la desertificación y su posicionamiento como área prioritaria en la agenda de los organismos públicos de gestión de la ciencia y tecnología CONICET, ANCYPT[4], entre otros. Desde la línea de desarrollo productivo, la concienciación lograda en el ámbito local junto a la capacitación y desarrollo de aptitudes, han incidido notablemente en el aprovechamiento de la reconversión de los planes

sociales nacionales hacia subsidios destinados a la diversificación de las actividades productivas asociadas a las líneas de intervención de esta Unidad Demostrativa. Asimismo, se prevé un impacto importante en el medio socio productivo a diversos niveles de gestión tan pronto como se inicie el proceso de producción, dadas las características absolutamente inéditas de la experiencia, así como su potencial para replicación.

Lecciones aprendidas y reflexiones finales

Actualmente, la experiencia se halla abocada a la ejecución del primer módulo de la segunda fase, que corresponde a la ejecución y puesta en marcha del área netamente productiva y a la realización de talleres específicos de capacitación. Por esta razón perduran algunos interrogantes e incertidumbres que no son los mismos que los iniciales; por el contrario, las dudas y las preguntas han ido desapareciendo unas, surgiendo otras o evolucionando, transformando y trasladando entre los actores de esta experiencia. Aún así, en el estadio actual de desarrollo podemos efectuar un balance y transferencia de las experiencias recogidas en el camino transitado.

El desarrollo local no es tal si no es económicamente rentable. Las profundas falencias y necesidades de transformación de las economías de los territorios periféricos, requieren de una revisión de las políticas de subsidios para las comunidades con altos índices de pobreza. Es necesario por tanto, revertir la tendencia de adjudicar « subsidios pobres para comunidades pobres » y sustituirlos por inversiones que permitan incidir en las transformaciones productivas, en un marco de articulación e integración equilibrada entre los valores económicos, ambientales, sociales y también, culturales.

En consonancia con la afirmación anterior, *el desarrollo local no es posible si no posee réditos específicos para cada uno de los sectores involucrados*. Resulta fundamental para la sustentabilidad de las alianzas los acuerdos celebrados en torno al capital cedido y la rentabilidad del mismo, la definición de los réditos esperados y deseados por todos y cada uno de los actores. Para ello, habrá que generar las condiciones que permitan obtener la equidad en la capitalización de los réditos al inicio de las acciones. Todo ello, a su vez, matizado por *las cuestiones inherentes al manejo de los tiempos.* Efectivamente, los tiempos y ritmos de cada actor son diferentes y difícilmente coincidan. Es necesario reconocerlos y articularlos en el desarrollo del proyecto.

Por otra parte, subrayar *la necesaria interdisciplinariedad en el enfoque y tratamiento de los problemas*, así como en el diseño de las acciones, para lo cual resulta altamente beneficioso el monitoreo permanente y sistemático del desarrollo de la experiencia. De aquí se deduce que la conformación de los equipos, además de las disciplinas derivadas de las especificidades propias del proyecto, requiere la participación de especialistas en economía. En acuerdo a esto ade-

más, se impone *la necesidad de la integración multiactoral y multisectorial para la toma de decisiones*. La formación de las alianzas estratégicas debe promover y consolidar el trabajo en forma horizontal y pareciera que es recomendable reservar el gerenciamiento del emprendimiento a un agente externo en común acuerdo con la alianza. Para ello, la incorporación de técnicas de mediación para la resolución de conflictos resulta una herramienta insoslayable.

En cuando a *la gestión de los recursos económicos para asegurar la permanencia en el tiempo del emprendimiento,* la experiencia nos indica que cumplidas las recomendaciones anteriores, este aspecto se resuelve en el marco de esos lineamientos. Finalmente, vale señalar que surgen entonces, evidencias de las dificultades para gestionar proyectos en el marco de mercados competitivos y las incapacidades de los actores del ámbito del desarrollo social, los científico-técnicos y los pobladores rurales involucrados para manejarse en el mundo de los « emprendedores » y sus « negocios ». En este sentido no resulta posible que la pobreza sea erradicada si la promoción y el desarrollo productivo no se ven respaldados por procesos que tiendan a la equidad territorial.

BIBLIOGRAPHIE

- **Abraham Elena,** « Desertificación : bases conceptuales y metodológicas para la planificación y gestión. Aportes a la toma de decisión » **en :** *Zonas Áridas*, **nº 7, Lima : Centro de Investigaciones de Zonas Áridas, Univ. Agraria La Molina, 2003, p. 19-68.**
- **Abraham Elena, Pastor Gabriela,** « Desafíos y oportunidades de las tierras secas del centro oeste argentino : Estrategias para el Desarrollo Local y Lucha Contra la Desertificación y la Pobreza », **en :** *Actas del III Seminario Internacional. La Interdisciplina y el Ordenamiento Territorial*, **Mendoza, Instituto de Cartografía, Investigaciones y Formación para el Ordenamiento Territorial (CIFOT), 2005.**
- **Abraham Elena, Montaña Elma, Torres Laura,** « Desertificación e indicadores : posibilidades de medición integrada en fenómenos complejos », **en :** *Scripta Nova*, **Barcelona, Universidad de Barcelona. www.ub.es/geocrit/sn/sn-148.htm, 2006.**
- **Abraham Elena, Prieto Rosario,** « Contributions of historical geography to the study of processes of landscape change. The case of Guanacache, Mendoza, Argentina », **en :** *Bamberger Geographische Schriften*, **Heft 11, S., Bamberg, 1991, p. 309-336.**
- **Alburquerque Francisco,** « El enfoque del Desarrollo Económico Local », **Cuadernos DEL, Número I, Buenos Aires, 2004.**
- **Arocena José,** « El Desarrollo local : Un Desafío Contemporáneo », **Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH), Universidad Católica del Uruguay – Ed. Nueva Sociedad, 1995, pp. 19-33.**
- **INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA (IICA).** *Nueva ruralidad*, **Serie Documentos Conceptuales, Panamá, 2000, p. 13.**
- **Laurelli Elsa,** « Condiciones de inequidad territorial y pobreza en los espacios andinos

de la Paragonia » *V Simposio Internacional de Desarrollo Sustentable de los Andes*, San Salvador de Jujuy, AMA, Asociación de Montañas Andinas, MAB-UNESCO, CONICET, FONCYT, Univ. Nacional de Jujuy, 2006.
- Montaña Elma, *Reconversion et Intégration régionales au cœur du Cône Sud : La province de Mendoza (Argentine) à l'aube du xxi^e siècle*, Tesis de doctorado de la Université Sorbonne Nouvelle-Paris III, Paris, France, 2003.
- Montaña Elma, Torres Laura, Abraham Elena, Torres Eduardo, Pastor Gabriela, « Los espacios invisibles. Subordinación, marginalidad y exclusión de los territorios no irrigados en las tierras secas de Mendoza, Argentina », en : *Región y Sociedad*, nº 32, Sonora, México, 2005, p. 3-32.
- Pastor Gabriela, Abraham Elena, Torres Eduardo, « Desarrollo Local en el Desierto de Lavalle. Estrategia para Pequeños Productores Caprinos (Argentina) », en : *Cuadernos de Desarrollo Rural*, nº 54, Colombia, Pontificia Universidad Javeriana, 2005, p. 131-150, También en http://www.javeriana.edu.co/ier/recursos_user/documentos/revista54/6_DESARROLLO.pdf
- Pastor Gabriela, Torres Eduardo, Montaña Elma, Abraham Elena, « Artesanías y desierto: una aproximación a los fenómenos de desterritorialización del patrimonio cultural Huarpe», *Theomai*, nº 13, Buenos Aires, 2006.
- PNUMA, *Estado de la desertificación y aplicación del Plan de Acción de las Naciones Unidas para combatir la desertificación*. Informe del Director Ejecutivo. Nairobi, UNEP, GCSS, III-3, 1991, 94 p.
- Schejtman Alexander, Berdegué Julio, « *Desarrollo Territorial Rural* », Santiago de Chile, RIMISP (mimeo), 2003, 32 p.
- Torres Laura, Abraham Elena, Torres Eduardo, Montaña Elma, « Acceso a los Recursos y Distribución de la población en Tierras Secas de Argentina: el caso de Mendoza : Aportes hacia la Equidad Territorial », en : *Scripta Nova*, Barcelona, Universidad de Barcelona. www.ub.es/geocrit/sn/sn-148.htm, 2003.
- UN CCD, *La Convención de las Naciones Unidas de Lucha contra la Desertificación*, Francia, UN CCD, 1999.

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

L'aménagement du territoire et la lutte contre la désertification constituent deux versants de la connaissance avec leur logique propre et il n'est pas fréquent de les trouver articulés dans des analyses, ni dans des propositions opérationnelles qui créent des synergies entre eux. Cet article soutient l'idée selon laquelle leur intégration pourrait entraîner des développements théoriques, méthodologiques et des propositions d'intervention capables de corriger les conditions d'inégalité et pauvreté dans de vastes territoires arides de l'Argentine. Une méthodologie intégrative devrait pouvoir articuler ces deux dimensions pour un même objet d'étude et d'intervention, à travers des stratégies de développement durable et de lutte contre la pauvreté. La validation de cette proposition a été réalisée à partir d'études de cas en cours de développement sur les transformations territoriales dans les terres sèches du centre-ouest de l'Argentine.

El ordenamiento territorial y la lucha contra la desertificación constituyen dos vertientes del conocimiento con gran entidad en sí mismos y no es frecuente encontrar articulados en sus enfoques y perspectivas y, más allá, en propuestas operativas que sinergicen sus resultados. La comunicación plantea que la integración de ambos podría resultar en desarrollos teóricos, metodológicos y propuestas de intervención capaces de mitigar las condiciones de inequidad y pobreza que se ponen en evidencia en amplios territorios de tierras secas de Argentina. Una metodología integradora debería ser capaz de articular estos enfoques para un mismo objeto de estudio e intervención, a través de las estrategias de desarrollo sustentable y lucha contra la pobreza. La validación de la propuesta y los ejemplos presentados fueron efectuados a partir de estudios de casos en desarrollo sobre las transformaciones territoriales en las tierras secas del centro-oeste de Argentina.

Territorial planning and the combat against desertification are two branches of knowledge with a strong entity and it is not frequent to find them articulated in conceptualizations and -further on- in operative proposals that could synergize their results. The communication proposes that the integration of both could result in theoretical and methodological developments as well as proposals of intervention suitable for mitigating the inequity and poverty conditions of these drylands of Argentina. An integrated methodology should be able to put together a same study and intervention in strategies of sustainable development and poverty combat. The examples presented and the validations of the proposal were carried out from studies of pilot cases being developed in the drylans of the center-west of Argentina.

MOTS-CLÉS

- Aménagement du territoire
- Désertification
- Pauvreté
- Terres sèches
- Argentine

PALABRAS CLAVES

- Ordenamiento territorial
- Desertificación
- Pobreza
- Tierras secas
- Argentina

KEYWORDS

- Territorial Planning
- Desertification
- Poverty
- Dry lands
- Argentina

Dorothée Capo, Pierre Gautreau et Laurent Simon*

La « nature » contre le territoire : les contradictions de la politique des aires protégées en Uruguay

La politique de protection de l'environnement est une réalité récente en Uruguay [Achkar et Domínguez, 2000]. La création du ministère de l'Environnement en 1990 et le vote d'une loi instituant un système d'aires protégées en 2000 (le décret d'application n'a été adopté qu'en février 2005) marquent l'émergence récente d'un souci de conservation et de préservation des écosystèmes considérés comme les plus remarquables. Les particularités de l'espace et du territoire uruguayen expliquent l'originalité et les contradictions du processus en cours relatif à la protection des « milieux naturels ».

La première originalité tient à la situation écologique de l'Uruguay, longtemps considéré, faute d'études précises, comme un simple prolongement des pampas argentines. Les travaux en cours montrent une réalité plus complexe : l'espace uruguayen s'apparente davantage à un vaste écotone entre prairies tempérées et forêts subtropicales, composé de formations ligneuses originales insé-

* Respectivement Université de Paris I Panthéon Sorbonne ; Université des Sciences et Technologies de Lille, UFR de Géographie et d'Aménagement, Laboratoire « Territoires, Villes, Environnement, Société » ; Université de Paris I Panthéon Sorbonne, laboratoire LADYSS – UMR 7733 CNRS.

rées dans une « matrice » de prairies elles-mêmes diversifiées. Une telle configuration pose la question des écosystèmes représentatifs qu'il conviendrait de protéger : entre prairie et forêt, existe-t-il des écosystèmes dignes d'intérêt ?

La deuxième originalité du territoire uruguayen tient à l'importance des terres affectées aux usages agricoles et notamment à l'élevage extensif… L'importance spatiale de la mise en valeur extensive explique la situation de marginalité au moins spatiale des écosystèmes peu anthropisés, et notamment des formations ligneuses. Peut-on, dans ces conditions, envisager une mise en réserve de ces espaces indépendamment des activités d'élevage qui les entourent ? La protection peut-elle se concevoir hors du cadre économique et social des campagnes uruguayennes ? L'Uruguay apparaît enfin comme un vaste « vide » sur la carte mondiale des zones à protéger. Une telle situation, qui résulte des particularités évoquées précédemment, pose le problème de l'adaptation des critères internationaux de conservation de la nature à l'espace uruguayen. Les géosystèmes, les territoires et les paysages uruguayens, pour reprendre la « trilogie » de G. Bertrand, nous semblent révélateurs des contradictions et des impasses de politiques de protection faisant fi des réalités territoriales et des échelles spatiales.

Une politique récente…

Le souci de protection de la « Nature » apparaît en Uruguay comme un phénomène récent et dans une large mesure importé. Le premier parc institué en Uruguay date pourtant de 1916. Il s'agit du Parc F.-D. Roosevelt, situé à l'Est de Montevideo et composé pour l'essentiel d'une forêt d'eucalyptus d'origine exotique. Quelques années plus tard, la création du Parc Santa Teresa sur la côte est de l'Uruguay relève davantage d'une logique de valorisation d'un patrimoine historique (existence d'une ancienne forteresse portugaise du XVIII^{e} siècle) que d'une logique de protection du milieu. Les parcs nationaux qui suivront, et qui sont au nombre de 12 aujourd'hui, répondent à de multiples logiques dont la dimension écologique n'est pas toujours fondamentale et qui, de ce fait, ne correspondent que rarement aux critères internationaux.

C'est en définitive sous l'influence des organismes internationaux que la prise en compte des facteurs écologiques va se développer : en 1969, avec la signature de la convention de Washington sur la protection de la faune et de la flore, en 1976 avec l'acceptation de la mise en place de la réserve de Biosphère des « Bañados del Este », puis en 1984 avec la signature de la convention Ramsar. Les années 1990 marqueront l'aboutissement de ce processus. En mai 1989, le gouvernement uruguayen et la banque interaméricaine de développement signent un accord de coopération technique destiné à financer un diagnostic de l'état de l'environnement et à proposer un plan d'action. L'Uruguay ratifie en 1993 la Convention sur la Diversité Biologique présentée à Rio et

procède à l'établissement de nouvelles zones protégées en nombre plus important : sur les 36 aires protégées existant actuellement en Uruguay 12 l'ont été au cours des quinze dernières années et représentent environ la moitié de la superficie protégée.

Tableau n° 1 : Les aires de protection en Uruguay : une expansion récente remarquable ?

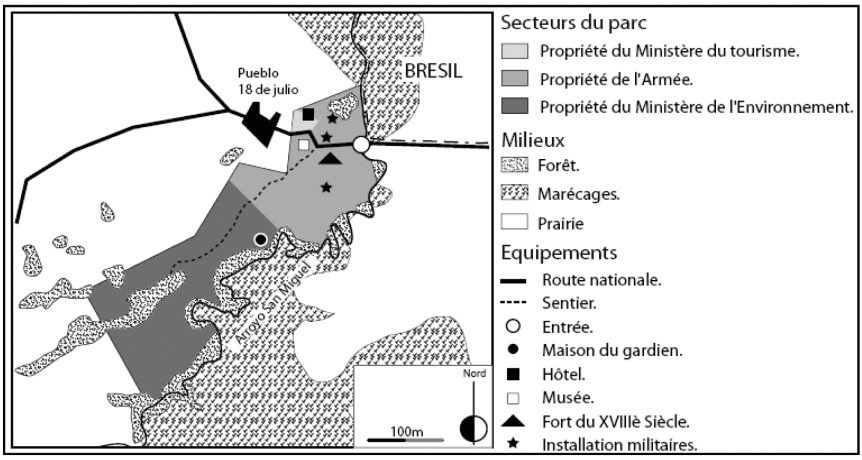
	1910-1920	1921-1930	1931-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2004
Nombre d'aires créées	1	5	1	1	2	5	4	3	10	2
Superficie (en ha)	1 492	9 000	2 000	188	1 050	32 000	52 000	400 000	600 000	?

Dans le même temps l'Uruguay se dote de structures institutionnelles à vocation environnementale. La création, en 1990, d'un ministère du Logement, de l'Aménagement et de l'Environnement (MVOTMA) peut être considéré comme le point de départ de ce processus de reconnaissance institutionnelle des questions environnementales. Cette création témoigne d'une reconnaissance de la spécificité de problèmes qui relevaient auparavant du ministère de l'Agriculture (MGAP), soulignant la dépendance des problèmes environnementaux vis-à-vis des politiques agricoles. C'est ce nouveau ministère qui va promouvoir une politique de protection du « milieu naturel ». La ratification de la convention sur la Diversité Biologique débouche ainsi sur la mise en place d'un programme de conservation important des zones humides de l'Est du pays, dit programme PROBIDES en 1993 *(Programa de conservación de la biodiversidad y desarrollo sustentable en los humedales del Este)* soutenu notamment par l'Union européenne dans le cadre des projets GEF. C'est également sous la tutelle du MVOTMA, qu'est élaboré un texte en faveur d'une stratégie nationale de la conservation (1999) qui permettra le vote, un an plus tard de la loi SNANP qui prévoit la mise en place d'un système national d'aires naturelles protégées (Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas).

Le caractère récent de cette politique de protection explique en partie les insuffisances et les contradictions du processus en cours, contradictions qui relèvent dans une large mesure des caractéristiques territoriales de l'Uruguay. Bien qu'officiellement en charge des questions d'environnement, le MVOTMA ne détient qu'à peine 7 % des la superficie des aires protégées en Uruguay, loin derrière les ministères-clés que sont le ministère de l'Agriculture (46 % de la superficie des aires protégées) et le ministère de la Défense (12,5 %). Cet « héritage » institutionnel et foncier se traduit localement par des incohérences. Ainsi le parc national San Miguel (Figure n° 1) situé dans l'est du pays, composé de 1 553 hectares de *monte* de marais et de prairies, est-il administré par trois entités différentes qui se partagent l'espace : le MVOTMA, le ministère de la Défense et le ministère du Tourisme. Leurs objectifs sont pour le moins différents : conservation de la biodiversité pour le premier, valorisation du patrimoine historique

pour le second et accueil des visiteurs pour le troisième. Un tel cas est loin d'être isolé comme en atteste l'aire de « *Laguna negra* » dont le plan d'eau central est sous la responsabilité du ministère de la Défense alors que les terres autour relèvent du MVOTMA.

Figure n° 1 : Le parc San Miguel :
une aire frontalière aux multiples propriétaires



Ces contradictions expliquent les incertitudes qui caractérisent l'étendue, le statut et la reconnaissance des aires protégées. On dénombre pas moins de 12 statuts différents qui vont du Parc National à la Réserve forestière en passant par les monuments historiques ou encore les îles fiscales (de propriété publique). Certaines aires bénéficient même de plusieurs statuts. C'est notamment le cas des zones humides de l'est de l'Uruguay où se superposent les labels : le parc National Santa Teresa est également inscrit en tant que Monument historique, inclus dans le site Ramsar lui-même intégré à la Réserve de Biosphère « Banados del Este ». Cette superposition traduit à la fois la multiplicité des types de labellisation (du décret municipal au label international en passant par la loi nationale) et les incertitudes relatives au type de gestion envisagé. La multiplicité des statuts se double d'une grande hétérogénéité des superficies ainsi « protégées » : les 36 aires reconnues par le ministère de l'environnement vont de 50 hectares pour le parc national « Meseta de Artigas » à l'Ouest à plus de 350 000 hectares pour la réserve de Biosphère « Banados del Este ». Diversité des statuts et des organismes, hétérogénéité des superficies et des fonctions attribuées à ces aires protégées expliquent en partie la faible reconnaissance internationale de ces aires protégées : seules dix d'entre elles bénéficient d'une reconnaissance internationale par les Nations-Unies selon les critères de l'UICN.

Les insuffisances, voire les incohérences de cette politique de protection, s'accompagnent par ailleurs d'un accroissement des menaces qui affectent l'en-

semble des milieux. La loi forestale de 1987, tout en réglementant quelque peu la coupe des forêts autochtones, a favorisé l'extension des cultures d'eucalyptus. Eucalyptus et pins, qui occupaient 100 000 ha. en 1990 en occupaient 650 000 en 2000 [Achkar M., 2000]. Les incitations fiscales, les subventions à l'exportation et la forte demande du marché international ont contribué au développement considérable de ces plantations, qui ont de graves conséquences écologiques pour les prairies sur lesquelles ils sont implantés : ils entraînent tout à la fois un épuisement des sols et une disparition des espèces faunistiques et floristiques locales, sans susciter pour autant un réel développement économique et social. En conséquence de la loi forestale, l'extension et la biodiversité des écosystèmes de prairie se réduisent (disparition des graminées autochtones et remplacement par des graminées exotiques comme *Cynodon dactylon*) et de leurs potentialités (appauvrissement des sols, blocage du retour à la prairie). Dans le même temps l'évolution des techniques agraires et des modes de production s'est accompagnée d'une modification accrue des écosystèmes prairiaux et des zones humides. La progression des cultures de riz et de soja, l'artificialisation croissante des prairies (augmentation de 32 % de la superficie des prairies artificielles durant la décennie 1980-1990 [Gudynas, 2000]), ont entraîné le drainage accru des terres humides et des marais, la réduction des prairies naturelles, l'érosion des sols, l'augmentation de la pollution des nappes et des phénomènes d'eutrophisation des cours d'eau et des zones humides. Avec le puissant développement de la culture de soja transgénique à partir de 2000, et du fait des nouvelles techniques de semis[1], la frontière agricole du pays s'est déplacée vers l'est, depuis les zones d'agriculture ancienne (vallée du fleuve Uruguay) ; sont ainsi mis en culture des secteurs n'ayant jamais été labourés.

Volonté de protection et de mise en réserve d'une part, augmentation des atteintes à l'environnement, d'autre part, relèvent en réalité d'une même logique. La « mise sous cloche » de certains espaces témoigne d'une absence de prise en compte de la réalité territoriale de l'Uruguay, aussi bien dans sa dimension écologique que dans sa dimension sociale. Le modèle de protection de la nature est ici, comme en bien d'autres endroits (Rossi, 2003), un modèle importé (imposé ?) de l'extérieur. Le décalage est encore plus manifeste ici, dans un contexte écologique de prairies largement pâturées et cultivées.

... sur le modèle international ...

L'analyse des grands systèmes de protection et de conservation de la « Nature » à l'échelle internationale met en évidence l'inégale répartition des

1. L'engouement pour le soja transgénique, souvent planté en Uruguay par des entrepreneurs argentins en manque de terres et qui les louent aux propriétaires locaux, tient grandement à la technique actuelle de semis, qui suppose pour l'agriculteur des économies sensibles en équipements. Appelée « siembra en cobertura », elle ne suppose pas de labour du sol, mais une erradication complète des autres plantes par désherbant (*round-up*). Résistante au produit grâce à sa génétique modifiée, la plante de soja s'implante alors par semis direct sur le sol.

aires protégées dans le monde. La liste des aires protégées publiée par les Nations-Unies en 2003 à Durban montre qu'au sein des 15 grands biomes terrestres définis par l'UICN, les forêts tropicales sont de loin celles qui bénéficient de la protection, sinon la plus pertinente, du moins la plus étendue (23 % des forêts humides tropicales seraient couvertes par un *label* de protection). Viennent ensuite les forêts subtropicales humides (17 %), les savanes tropicales (15 %), les forêts sèches tropicales (13 %) et les toundras (12 %). Un tel classement souligne à la fois la prépondérance des forêts et du tropical dans le souci de protection. S'il convient d'accorder une faible pertinence à ces données qui reflètent davantage une labellisation des milieux qu'une véritable politique de protection, il n'en reste pas moins vrai que les prairies tempérées, avec moins de 5 % de leur superficie couverte par un label de protection, apparaissent comme les parentes pauvres de la protection à l'échelle internationale. Si l'on ne considère plus que les catégories I (réserves naturelles intégrales) et II (parcs nationaux) proposées par l'UICN, les plus contraignantes en matière de protection, moins de 1 % des prairies tempérées sont alors incluses dans une aire de protection (Henwood, 2000; 1998). Le taux de protection descend plus bas encore pour la biorégion de la pampa [Gudynas, *ibidem*) couvrant le nord de l'Argentine et l'Uruguay, avec seulement 0,25 % de la superficie rattachés aux deux premières catégories de l'UICN. En terme de protection stricte, les régions de « pampa », tout particulièrement l'Uruguay, apparaissent doublement marginales car elles appartiennent à un biome peu protégé et faisant figure, au sein de ce même biome de prairies tempérées, d'espaces relativement délaissés.

Si l'on ne considère plus seulement la stricte protection, mais le lien entre protection et développement économique, on perçoit un nouveau déséquilibre à l'échelle internationale que la répartition des Réserves de Biosphère illustre dans le monde (Programme MaB Unesco) dont l'objectif, confirmé lors de la conférence de Séville en 1995, est d'associer protection des écosystèmes et développement économique. Parmi les 459 réserves recensées en 2003 on en trouve une soixantaine pour toute l'Afrique et 40 seulement pour l'Amérique du Sud. Un pays comme le Brésil n'en possède que cinq, l'Uruguay une seule. À titre de comparaison, les États-Unis en comptent 47, l'Europe plus d'une centaine (27 en Espagne par exemple et 16 en Bulgarie). Le déséquilibre est ici très net entre un « Nord » ou protection et développement peuvent être conçus conjointement et un « Sud » où la protection/conservation n'iraient pas de pair avec le développement.

La marginalité uruguayenne se remarque enfin au travers du faible investissement des grandes ONG internationales dans le pays. Ni Greenpeace, ni le WWF ne sont vraiment présents. Le programme lancé en 2001 par le WWF (Global 2000), destiné à évaluer l'état de la biodiversité au sein des 200 écorégions définies, ignore totalement l'Uruguay et ne prend en compte que les

steppes froides de Patagonie. La seule organisation « internationale » présente est « Vida Silvestre », au nom révélateur pour des régions de formations « basses ». Fondée en 1977 en Argentine, son périmètre d'action reste essentiellement d'échelle régionale. L'Uruguay apparaît bien comme un territoire doublement marginal par rapport aux grandes préoccupations actuelles de protection de la « Nature ». Au sein même d'un biome peu valorisé (prairies et pampas), le territoire uruguayen fait figure d'espace secondaire sans véritable enjeu.

Cette marginalité peut d'abord être interprétée comme le produit de la dynamique régionale de construction des savoirs scientifiques [Gautreau, 2006]. La communauté scientifique nationale commence depuis peu à souligner l'originalité des paysages uruguayens, trop souvent assimilés à la pampa, alors qu'ils s'en distinguent par la place de l'arbre et des formations arborescentes : comparativement à la Pampa de Buenos Aires qui ne possède de ressources boisées que sur ses marges, les *campos* uruguayens se singularisent par la coexistence de forêts-galeries et d'îlots boisés, minoritaires mais omniprésents, et de grands espaces de prairies.

Le territoire uruguayen possède ainsi une assez grande diversité de formations ligneuses. Il s'agit tout d'abord de forêts-parcs, soit des « *algarrobales* », forêts à *Prosopis spp.*, soit des « *espinillares* » à *Acacia caven*. Il s'agit de communautés basses et claires, à caractère xérophile présentes le long de la large vallée du fleuve Uruguay. Un autre type de forêt-parc, bien différente du point de vue physionomique, est constitué par les formations à palmiers du genre *Butia*, que l'on trouve ponctuellement à l'ouest et à l'est du pays. À côté de ces forêts-parcs, il existe toute une gamme de faciès ligneux nommés indifféremment « *monte* », terme générique qui recouvre à la fois des fourrés épineux, des galeries forestières, des forêts basses et des forêts de ravins à affinités subtropicales. Enfin une surface inconnue, car jamais prise en compte, de formations intermédaires entre la prairie et ces *montes* est occupée par des buissonaies (genres *Baccharis, Eupatorium*). La diversité floristique et physionomique de ces formations est totalement ignorée des textes uruguayens de protection.

Si l'ensemble de ces formations ligneuses n'occupe qu'une faible part de l'espace uruguayen (autour de 3 à 4 % pour les formations forestières, buissonnaies exclues), leur présence conduit à s'interroger sur le rattachement pur et simple des espaces uruguayens à la pampa. Ceci est d'autant plus important que les prairies sont localement affectées par des processus de reconquête ligneuse dès lors que la pression pastorale et ses conséquences (feu notamment) s'atténuent [Gautreau, 2006]. C'est nettement le cas dans l'aire protégée de la Quebrada de los cuervos où, sur le plateau, l'arrêt des feux pastoraux s'est traduit par le développement des « *chircales* » à *Dodonaea viscosa* [Gautreau, 2004]. La reconnaissance croissante de l'originalité écologique de la région se lit à l'usage de plus

en plus répandu du terme de « campos », déjà utilisé par Demangeot [2000], mais repris désormais dans plusieurs travaux scientifiques de référence [Bilenca D. et Miñarro F., 2004 ; Soriano et *al.*, 1992].

Cette rapide présentation des formations uruguayennes et des problèmes de définition qu'elles soulèvent nous semble importante pour comprendre les difficultés du processus actuel de protection et ce pour deux raisons essentielles. D'une part l'assimilation de l'espace uruguayen à la pampa le rattache automatiquement à un écosystème considéré par beaucoup, et notamment par les organisations environnementalistes, comme l'un des plus modifiés par l'action anthropique. Le site web du WWF, qui traite en quelques lignes des « savanes uruguayennes » (rattachées aux « savanes et prairies tropicales et subtropicales »), le définit comme « une vaste région incluant l'ensemble de l'Uruguay… où malheureusement l'agriculture et l'élevage ont profondément altéré les communautés naturelles ». Un tel parti-pris débouche sur une contradiction majeure entre la protection de la « Nature » d'une part et cet espace qui, n'ayant plus rien de « naturel », n'aurait pas lieu d'être protégé. La prairie souffre d'un double désavantage, celui de ne pas être forêt (or la forêt, comme l'a bien montré Rossi, reste le parangon de la protection), celui de n'être plus naturelle ensuite. L'intérêt récent mais à ce jour encore limité pour les prairies pourrait certes affecter l'Uruguay, mais là encore, sa situation marginale semble un obstacle à son insertion dans les grands réseaux internationaux de protection. Comment, en effet, protéger des milieux de marge, des écotones dont on ne sait en définitive s'ils appartiennent à la pampa ou à la forêt-parc, aux prairies tempérées ou aux savanes subtropicales ? La rareté des travaux récents sur ces prairies – les travaux de Rosengurtt [1970] et Chebaratoff [1960] font encore référence – entrave leur reconnaissance à l'échelle internationale. La marginalité écologique et scientifique de ces milieux explique leur mise à l'écart des grands programmes internationaux.

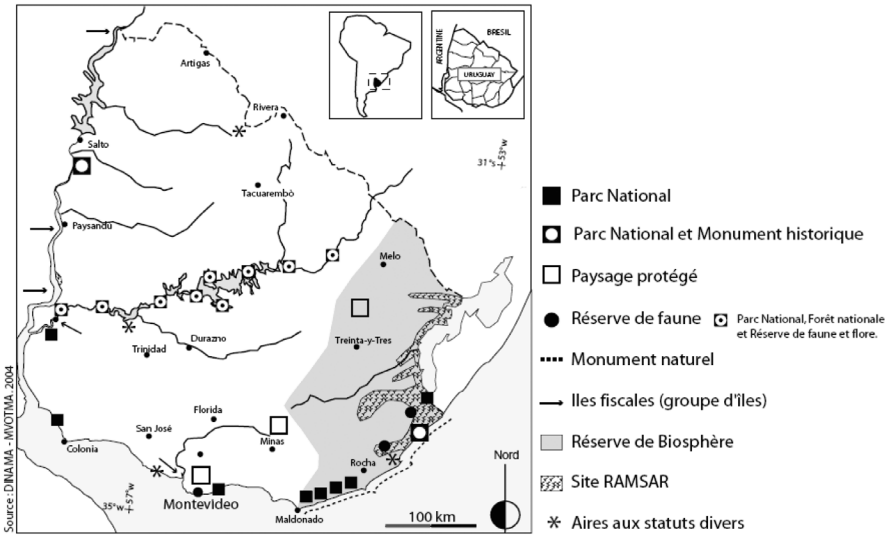
Loin de permettre une approche originale de la protection, cette marginalité n'a fait que renforcer les insuffisances, voire les incohérences du processus en cours. Le choix des aires de protection répond à un empilement de lois, de décrets adoptés à différents niveaux sans véritable logique d'ensemble. Sur les 36 aires existantes, seules sept d'entre elles comportent des écosystèmes prairiaux ; aucune aire protégée n'est directement consacrée aux écosystèmes prairiaux, laissant de côté plus de 80 % du territoire.

Les milieux phares de la protection se calquent sur les canons internationaux : zones humides et forêts sont les milieux les plus largement représentés au sein des aires de protection uruguayennes : ils sont respectivement présents dans 28 et 14 des 36 aires de protection. En terme de superficie huit des dix plus grandes aires reconnues sont consacrées à des milieux humides (lagunes et marais). La labellisation résulte ainsi d'un mimétisme vis-à-vis des logiques

internationales. L'omniprésence des zones humides intérieures ou littorales répond à une demande internationale par l'intermédiaire des grands programmes (Réserve de Biosphère MaB-Unesco) et des grandes conventions telles que Ramsar. La volonté de reconnaissance internationale se double ici d'un intérêt pour les financements qui les accompagnent. La protection des forêts répond à un souci identique du fait même de l'importance des forêts dans les grands débats internationaux depuis plus de dix ans. Les grandes directives internationales s'imposent ici aussi alors que la situation est profondément particulière : ce sont les formations basses, et notamment la prairie, qui sont « menacées » par les « plantations » ligneuses, et non l'inverse.

La labellisation résulte en second lieu d'une logique du « remarquable ». Les espaces protégés correspondent fréquemment à des « accidents » de la topographie dans un contexte de relief peu accidenté : les « *quebradas* » (vallées encaissées) et les « *cerros* » (monts) sont ainsi sur-représentés. Cette mise en exergue du « remarquable » explique en partie l'importance des espaces forestiers ou sub-forestiers, qu'ils soient autochtones (« *monte nativo* ») ou exotiques (boisements de pins et d'eucalyptus). Il conviendrait d'ajouter à cela les aires liées à des monuments historiques qui se rattachent également à cette prééminence de l'exceptionnel.

Figure n° 2 : Entre émiettement statutaire et disparités de localisation : la répartition des aires de protection en Uruguay



Sources : Caldevilla, 1996 ; PROBIDES, 1999 ; Gudynas et Evia, 2000 ; Sans, 2000 ; Gautreau, 2006.

Cette double logique permet de rendre compte des particularités de la géographie des aires protégées uruguayennes (figure n° 2). La mise à l'écart des activités pastorales et le faible intérêt porté aux prairies se traduisent par une géographie des aires protégées où dominent le linéaire, le ponctuel et le marginal, où la matrice paysagère est absente. Le linéaire est particulièrement bien représenté par les galeries forestières, notamment le long du Río Negro ou encore par les « Monuments Naturels » de la côte Atlantique. Le ponctuel apparaît sous la forme des aires isolées de paysages protégés de l'est du pays, liées au « *monte nativo* », comme le parc Arequita ou la « Quebrada de los Cuervos ». Il en résulte une réelle marginalité de ces zones de protection coupées de leur contexte environnant. Faute d'avoir pensé cette intégration, les projets de zonages des aires protégées se heurtent à des obstacles insurmontables. Leur taille souvent trop réduite empêche l'établissement de zones-tampons sur le modèle des Réserves de Biosphère ou des parcs nationaux. Le cas du parc San Miguel (Figure n° 1), à la frontière brésilienne est symptomatique. S'inspirant des directives internationales, une zone-tampon était prévue pour protéger la réserve génétique voulue par l'Unesco. Or, l'enclavement de la réserve entre la frontière d'une part, le village et les champs de riz de l'autre, rend cette procédure impossible. La coupure entre zones de protection et zones de pâturage s'avère ainsi très discutable d'un strict point de vue écologique. Elle ne permet pas de prendre en considération la complémentarité des écosystèmes pourtant particulièrement importante dans les milieux ouverts.

Une large part des « espèces phares » en matière de biodiversité sont des oiseaux dont l'aire chorologique où ils évoluent est vaste, et qui sont dépendants d'une mosaïque de formations et non d'un seul écosystème [Sala et *al.*, 1995]. Or, en Uruguay, l'exclusion des activités d'élevage et du feu dans toutes les aires entraîne une reconquête ligneuse [Gautreau et Pérez, 2004], préjudiciable à terme à la diversité écosystémique. De la même manière, le caractère très ponctuel et linéaire des aires de protection ne permet pas aux perturbations, anthropiques ou naturelles, de s'exprimer pleinement alors qu'elles sont indispensables à la dynamique de renouvellement des écosystèmes, au maintien notamment des stades pionniers. L'absence de connectivité biologique est un autre trait caractéristique du système mis en place, les éléments linéaires ne concernant en définitive que les cours d'eau et les espaces côtiers. Or cette connectivité est une des conditions du maintien de la biodiversité et du renouvellement des populations.

La géographie des aires protégées en Uruguay traduit ainsi l'inadaptation du système mis en place aux particularités des milieux uruguayens. Cette inadaptation relève en grande partie d'une absence de prise en compte de la réalité territoriale du pays. Protéger la « Nature » dans un espace de transition écologique et dans un contexte d'élevage extensif au sein de grandes propriétés ne saurait se concevoir sur le modèle de la forêt amazonienne, des parcs nord-américains ou encore des grandes zones humides du nord canadien.

… et coupée des réalités territoriales

La sous-représentation des prairies au sein des aires de protection, discutable d'un strict point de vue écologique, manifeste en définitive le décalage entre protection de la « Nature » et réalités territoriales. L'évolution actuelle de ces formations s'oriente soit vers un embroussaillement progressif, du fait de l'abandon de terrains considérés comme difficiles à gérer [Carrere, 1993], soit par le remplacement par des prairies artificielles ou des cultures. Dans les deux cas une telle évolution apparaît préjudiciable aussi bien en terme de biodiversité qu'en terme de productivité pastorale. La « fermeture » des formations ligneuses se traduit non seulement par la disparition d'un tapis graminéen hivernal riche et original (qui fait défaut dans les prairies dépourvues d'arbres), par la diminution de la productivité fourragère mais aussi par un processus auto-cumulatif d'abandon, la réduction de l'espace disponible pour l'élevage favorisant à son tour l'abandon des terrains avoisinants. L'inversion du processus, lorsqu'elle est envisagée, ne peut plus se réaliser que par la coupe rase du couvert arborescent. La gestion de la biodiversité des prairies, comme des formations ligneuses, paraît ainsi étroitement dépendante des pratiques pastorales et agricoles, ce qui ne semble pas réellement pris en compte dans les politiques actuelles de conservation.

À travers la question de l'élevage se pose en réalité le problème fondamental de la propriété des terres en Uruguay. Avec plus de 90 % de propriété privée, le territoire uruguayen ne saurait répondre aux objectifs de protection fixés au niveau international (l'UICN et les grandes ONG considèrent qu'un taux de 10 % de la superficie d'un biome est une nécessité pour sa protection) sans que les propriétaires privés soient associés au processus de protection. Or actuellement, dans le cadre d'un élevage très extensif, l'intérêt d'une gestion associant élevage et protection de la biodiversité n'apparaît pas clairement aux yeux des grands propriétaires. Ce blocage foncier conduit à des incohérences en terme de protection. Il a déjà été fait allusion à la taille des aires de protection trop réduites pour permettre la mise en place de zones-tampons préconisées par les instances internationales. Le Parc d'Arequita fournit un exemple caricatural de ces problèmes fonciers. Composé de deux zones de protection de petites tailles (400 ha. chacune), situées sur les hauteurs qui dominent le Río Santa Lucía, au centre-sud du pays, le parc est coupé en deux par une propriété privée qui empêche toute communication entre les deux parties du parc et donc toute tentative de zonage et de gestion d'ensemble de l'aire. Il en résulte une incertitude quant au statut même de cette aire proposée pour un classement en Monument naturel en 1990 et qui aujourd'hui est tour à tour considérée comme un possible Parc National ou comme un « Paysage protégé ». Sur l'ensemble des aires de protection, aucune aire de gestion publique ne dépasse les 10 000 hectares alors que les plus grandes aires, qui le plus souvent ne sont que des labels sans véritable gestion particulière (site Ramsar par exemple), sont à

la fois publiques et privées. Si l'on exclut le site Ramsar et la réserve de Biosphère, la superficie moyenne des aires de protection tombe à moins de 1 000 hectares. La structure foncière apparaît ainsi comme un obstacle majeur à une politique de protection véritable.

On peut alors s'interroger sur l'ambiguïté institutionnelle qui caractérise le système de protection au niveau national. Si l'affirmation du ministère de l'Environnement (MVOTMA) en tant qu'institution en charge de la protection peut apparaître comme la marque d'une volonté de cohérence, sa faible assise territoriale déjà mentionnée (seules deux aires sont sous sa dépendance exclusive) reflète les blocages fonciers propres à l'Uruguay et l'impossibilité d'une gestion écologique coupée des réalités agricoles et pastorales. De ce point de vue il n'est pas certain qu'un ministère en charge des questions d'aménagement et de logement (MVOTMA) soit mieux à même de se consacrer à la gestion des écosystèmes qu'un ministère en charge de l'activité agro-pastorale. L'absence d'assise territoriale du ministère de l'Environnement se doublant d'un manque de moyens évidents (notamment en terme de personnels), la gestion concrète des aires est souvent réduite au strict minimum. L'absence de moyens au niveau national participe du processus d'acceptation des schémas internationaux.

L'adoption des labels internationaux (Ramsar et Réserve de Biosphère) s'avère ainsi en grande partie destinée à obtenir des financements extérieurs[2] au risque de plaquer sur l'Uruguay des schémas de gestion en décalage tant avec la réalité écologique qu'avec la réalité territoriale. Le système de protection dominant au niveau international, conçu par et pour des pays où l'État est propriétaire de vastes superficies, s'avère en inadéquation avec la réalité uruguayenne. La protection de l'environnement risque alors de devenir un alibi masquant la poursuite de pratiques pas toujours en accord avec la conservation du milieu. La correspondance entre les principales aires de protection de l'est du pays et les régions touristiques littorales est de ce point de vue assez révélatrice. L'alibi écologique est même utilisé par les grandes compagnies forestières qui présentent les allées forestières intégrées aux grandes plantations comme des « couloirs écologiques » !

Conclusion

L'émergence récente d'une politique de protection de la « Nature » en Uruguay souligne les contradictions d'un processus en cours qui, largement transposé des directives internationales, se heurte aux réalités écologiques et territoriales de l'Uruguay. Les priorités accordées à la mise en réserve des zones

2. Le programme PROBIDES est ainsi financé conjointement par le PNUD, l'Agence Internationale de Coopération Espagnole (AECI), l'Union européenne à travers le programme GEF et enfin… le MVOTMA.

humides et des « *montes nativos* » contribuent à exclure de cette politique environnementale la grande majorité du territoire, notamment les milieux de prairies (*campos*) sur lesquels pèsent des menaces environnementales importantes. Les particularités écologiques expliquent dans une certaine mesure cette contradiction, les espaces uruguayens faisant figure de zone de transition encore peu étudiée et par là même rattachée abusivement au domaine des pampas.

Mais c'est plus encore dans l'importation d'un modèle de protection extérieur qu'il convient de rechercher l'origine des contradictions et des insuffisances actuelles de cette politique. L'inadéquation entre les milieux uruguayens et les grands biomes valorisés au niveau international, tout comme les particularités foncières de territoires dominés par la grande exploitation pastorale rendent inopérants les modèles de protection prônés au niveau international par les grands organismes de protection tel que l'UICN ou par les grandes ONG environnementalistes.

Si, comme le dit R. Carrere [2003] « les conceptions sur l'environnement sont toujours venues de l'extérieur », les balbutiements actuels témoignent de la nécessité d'une approche différente de la protection. Cette nouvelle approche suppose, à défaut d'une transformation notable des structures foncières très hypothétique, une démarche capable de mettre en évidence l'intérêt tant écologique qu'économique d'une gestion associant maintien de la biodiversité et activité pastorale, approche qui répondrait davantage à une réelle volonté de développement durable.

BIBLIOGRAPHIE

- Achkar Marcel, Dominguez Anna, « El sistema ambiental uruguayo », *in Perfil Ambiental Del Uruguay/2000*, Montevideo, Uruguay, Editorial Nordán-Comunidad, 2000, p. 17-27.
- Achkar Marcel, et *al.*, *Pautas para la elaboración de un Plan de Manejo para el Área de Esteros de Farrapos. Primera Parte: Medio Físico y Fauna*, *in* Convenio DINAMA-Facultad de ciencias, Montevideo, Uruguay, MVOTMA, 2001, 148 p.
- Bilenca David, Miñarro Fernando, *Áreas Valiosas de Pastizal en las Pampas y Campos de Argentina, Uruguay y Sur de Brasil (AVPs).* Programa Pastizales, Fundación Vida Silvestre Argentina, Buenos-Aires, 2004, 323 p.
- Caldevilla Gabriel, *Informe Nacional Uruguay*. 1er Congreso Latinoamericano de Parques Nacionales y otras Areas Protegidas. Santa Marta, Colombia. 21-28 de mayo, 1997, Montevideo, Uruguay, 1996, 60 p.
- Carrere Ricardo, « La ausencia de bosques: un complejo de inferioridad muy uruguayo », *in Tierra Amiga,* n° 12, Montevideo, 1993, p. 15-23.
- Carrere Ricardo, « Las áreas protegidas y las comunidades locales », *in Boletín n°73 del World Rainforest Movement*, Montevideo, Uruguay, WRM, 2003, 32 p.
- Chebaratoff Jorge, « Algunos aspectos evolutivos de la vegetación de la provincia fitogeográfica uruguayense », *in Revista Nacional*, n° 201, Montevideo, 1960.
- Da Lage Antoine, Métaillé Georges, *Dictionnaire de biogéographie végétale*, Paris, CNRS Éditions, 2000, 579 p.
- Demangeot Jean, *Les milieux « naturels » du globe*, Paris, Armand Colin, 2000, 337 p.
- Gautreau Pierre, *Géographies d'une «destruction» des forêts dans un territoire d'herbages. Récits de crise et résilience forestière dans les campos uruguayens du XVIIe au XXe siècle,* Thèse de doctorat, Université de Lille I, 2006, 463 p.
- Gautreau Pierre, *Dinámicas leñosas en pastizales serranos*, poster présenté à la vingtième Réunion du groupe CAMPOS (F.A.O.), Salto, Uruguay, 28-30 octobre 2004, 2004.a p. 223-224.
- Gautreau Pierre, Perez Nicolas, *Instalación de un sistema de relevamiento para el monitoreo a largo plazo de la dinamica espacial de la vegetación leñosa*, Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, Dirección Nacional de Medio Ambiente, P.R.O.B.I.D.E.S., Rocha, 2004.b, 16 p.
- Grela I., Romero M.-F., *Estudio comparativo en dos sectores de monte de quebradas en el Arroyo Lunarejo. Departamento de Rivera*. Montevideo, Uruguay, Thèse, Facultad de Agronomía, 1996, 65 p.
- Gudynas Eduardo, Evia Gerardo, *Ecología del Paísaje en Uruguay, Aportes para la conservación de la Diversidad Biológica,* Montevideo, Uruguay, DINAMA et Junta de Andalucía, 2000, 173 p.
- Henwood William, « Grassland Protected Areas Task Force », *in IUCN Newsletter,* n°86 1, 2002, p. 4-5.
- Henwood William, « An overview of protected areas in the temperate grasslands biome », *in Parks* n° 8, 1998, p. 3-8.
- PROBIDES, *Plan director de la reserva de Biósfera de los Bañados del Este*, Montevideo, Uruguay, PNUD, GEF, Union Europea, 1999, 159 p.
- Rosengurtt Bernardo, *Gramineas uruguayas*, Universidad de la República, Montevideo, 1970, 489 p.
- Rossi Georges, *L'ingérence écologique. Environnement et développement rural du Nord au Sud,* Paris, CNRS, 2003, 248 p.
- Sala Osvaldo et *al.*, « Biodiversity and Ecosystem Functioning in Grasslands »,

in **Mooney H., et *al*.** ***Functional Roles of Biodiversity: A Global Perspective.*** **John Wiley & Sons Ltd, England, 1995.**
- **Sans Carolina,** ***Informe sobre la ley de creación de un sistema nacional de dreas naturales protegidas.*** **Montevideo, Uruguay, facultad de Agronomía, Departamento Forestal, 2000, 8 p.**
- **Soriano A.,** « ***The Rio de la Plata Grasslands*** »**,** ***in*** **Coupland, R.T. (éd.),** ***Natural grasslands. Introduction and western hemisphere*****, Elsevier, 1992, p. 367-407.**
- **UICN,** « Liste des Nations-Unies des aires protégées de 2003 »**, dans** ***5ème Congrès mondial sur les parcs,*** **Durban, Afrique du Sud, 2003.**

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

La politique récente de protection de la « Nature » en Uruguay se heurte à des contradictions liées à la prise en compte insuffisante des particularités écologiques et territoriales du pays. La multiplicité des statuts de protection, la confusion parmi les acteurs publics, l'émiettement des aires protégées traduisent les difficultés du processus en cours. Les canons internationaux de la protection de la « Nature » ne sauraient s'appliquer tels quels à un territoire marqué par l'importance de l'élevage extensif dans le cadre de la grande propriété, sauf à délaisser, comme c'est actuellement le cas, plus de 80 % du territoire national.

La aún reciente política de protección de la "Naturaleza" en Uruguay está debilitada por contradicciones ligadas a una insuficiente consideración de las particularidades ecológicas y territoriales del país. La complejidad del proceso iniciado se ve reflejada por la multiplicidad de los estatutos de protección del medio ambiente, cierta confusión entre los actores públicos, y la dispersión de áreas de tamaño reducido. No es posible aplicar sin adaptaciones los cánones internacionales de amparo a la "Naturaleza" en un territorio caracterizado por la importancia de la gran propiedad ganadera extensiva, sin dejar desprotegido, como es el caso hoy, más del 80 % del territorio nacional.

The still recent policy of environment protection in Uruguay run against contradictions due to the inadequate taking in acompt of ecological and territorial characteristics of the country. The diversity of protection status, the confusion among the public actors, the crumbling of the protected areas emphasize the difficulties of the actual process. The international criterion of "Nature" protection can't fit with a territory characterised by the importance of extensive stock-farming and large ownership, except by the withdrawal of more than 80 % of the national territory.

MOTS-CLÉS

- **Protection**
- **Aires protégées**
- **Environnement**
- **Prairies**
- ***Monte***
- **Zones humides**
- **Uruguay**

PALABRAS CLAVES

- **Protección**
- **Áreas protegidas**
- **Medio ambiente**
- **Praderas**
- **Monte**
- **Humedales**
- **Uruguay**

KEYWORDS

- **Protection**
- **Protected areas**
- **Environment**
- **Temperate grassland**
- ***Monte***
- **Wetland**
- **Uruguay**

Sébastien Velut, Loïc Ménanteau et Jorge Negrete*

Protection du patrimoine naturel et gestion territoriale : la région de Valparaiso

Les politiques environnementales sont l'un des principaux terrains sur lequel la *Concertación*, coalition de centre-gauche au pouvoir au Chili depuis la fin du régime militaire cherche à se démarquer de celui-ci. Aussi, avec le retour à la démocratie, le traitement des questions environnementales devient l'une des priorités gouvernementales, ce qu'indique le vote d'une loi sur l'environnement (loi 19 300) en 1993, la création de la commission nationale pour l'environnement (CONAMA), la souscription de conventions internationales relatives à l'environnement et à la biodiversité, une politique d'extension des aires protégées et l'adoption du vocabulaire du développement durable dans les documents officiels.

Une telle évolution coïncide avec le renforcement des discours sur les patrimoines naturels et culturels, qui impose de considérer un bien ou un territoire selon une multiplicité de points de vue et de valeurs, et non pas seulement en fonction de la valorisation économique dont il peut être le support. Elle rend nécessaire la mise en place de nouvelles formes de gestion locali-

* Respectivement professeur de géographie à l'IHEAL (Université Paris III – Sorbonne Nouvelle) / CREDAL UMR 7169 ; chargé de recherche au CNRS, Géolittomer - UMR 6554 ; professeur à l'Université catholique de Valparaiso. Cet article résulte des recherches menées avec le soutien du programme ECOS-CONICYT.

sées d'un patrimoine varié, prenant en compte les conditions singulières des espaces où ce patrimoine s'inscrit.

Les aires protégées publiques sont au cœur de ce débat. Leur extension a été la principale stratégie de protection du patrimoine naturel sans véritable questionnement ni sur les objectifs ultimes de la protection, ni sur les usages possibles des aires protégées. Elles sont principalement conçues et gérées comme des enclaves de conservation. Faute d'instruments tenant compte de fonctions multiples et facilitant l'articulation entre les aires protégées et les régions où elles se trouvent, elles apportent peu au développement local, et peuvent en retour s'en trouver menacées.

Nous présentons dans un premier temps le système chilien d´aires protégées et son évolution qui explique en partie son hétérogénéité. Nous insistons ensuite sur le cas particulier des aires protégées de la partie continentale de la région de Valparaiso, où les objectifs publics de protection de la nature doivent faire face à de multiples pressions. Nous terminons en montrant certaines des incohérences et des conflits résultant de l´absence de projet territorial intégrant les aires protégées.

Aires protégées et enjeux de développement

Un siècle de protection

L'évolution des aires protégées au Chili répond à des rythmes historiques que l'on peut retrouver dans d'autres pays latino-américains [Hopkins, 1995]. Les premières initiatives de protection sont dues à l'activité du naturaliste allemand Federico Albert, appelé au Chili par le président José Manuel Balmaceda en 1889. Nommé chef de section au ministère de l'Industrie, il se fait l'avocat d'une politique forestière nationale [Albert, 1910 et 1911] et préconise la création d'un service des eaux et forêts pour rationaliser l'exploitation des ressources forestières, établir des plantations d'espèces autochtones et importées, lutter contre la désertification et l'érosion. Ce père putatif des parcs naturels chiliens, qui donne son nom à l'un d'entre eux, ne cherche pas à protéger la nature, mais à en favoriser l'exploitation rationnelle. En fixant les dunes, les plantations doivent limiter la perte de sols agricoles, protéger les voies de communications et fournir à moyen terme du bois exploitable.

La création d'aires protégées obéit principalement au XX^{e} siècle à une logique de création de forêts d'État, principalement dans les régions de colonisation du Sud, où il existe de vastes terres publiques (*tierras fiscales*). Il s'agit d'abord de réserves forestières et ce n'est qu'en 1925 qu'un décret du ministère de la Colonisation crée le « parc national de tourisme » Benjamín Vicuña Mackenna, d'une superficie estimée à 76 000 ha. dans le département de

Cautín, destiné à préserver les « beautés scéniques ».[1] Ce parc est par la suite réduit au profit de l'extension de périmètres de colonisation et d'exploitation forestière. Ainsi, on retrouve à l'origine des aires protégées chiliennes une justification de valorisation économique par le tourisme, une mention vague du caractère spectaculaire des paysages et finalement une protection qui recule face à des activités plus rentables.

Au cours du XX[e] siècle, de nouvelles aires protégées sont créées et certaines agrandies, d'autres réduites, d'autres requalifiées ou même déclassées (carte n° 1). Au début des années 1970, l'État fonde la Corporación de reforestación (corporation de reboisement), qui devient en 1972 la CONAF (Corporación Nacional Forestal, corporation nationale forestière), dépendant du ministère de l'Agriculture et à qui est confiée la gestion des aires protégées, auparavant dépendante du SAG (*Servicio Agrícola y Ganadero*) . Il existe donc bien un organisme *ad hoc* au sein des institutions publiques, mais il a pour tâche principale la gestion forestière et la sylviculture et non pas la conservation[2].

Au début des années 1980, la CONAF reclasse les aires protégées : la superficie protégée diminue au Nord et les superficies déclassées sont proposées en concession ou vendues. Parallèlement, les biologistes de la CONAF éditent des documents sur la conservation de la nature au Chili, suivant les modèles de l'UICN (Union internationale pour la conservation de la nature) connus comme les « livres rouges » qui signalent les espèces menacées [Benoit, 1989 ; Glade, 1993 et Muñoz et *al. ;* 1996] et préconisent l'extension de périmètres de protection. C'est ce que fait le gouvernement démocratique qui crée une série de nouvelles aires protégées à partir des années 1990 dans le Nord et dans le Sud.

L´ensemble des aires protégées publiques forme le système national d'aires sauvages protégées de l'État (SNASPE), créé par la loi 18 362 de 1984. Rédigé sous le gouvernement militaire, ce texte prévoit quatre catégories d'aires protégées de l'État :

– les réserves de régions vierges, où existent « les conditions naturelles primitives de végétation, de faune ». Cette catégorie n'a jamais été utilisée.
– les parcs nationaux, qui sont en principe des espaces étendus – la loi ne fixe pas de seuil – où se trouvent des milieux uniques ou représentatifs de la diversité écologique du pays, peu affectés par l'action humaine ;

1. Étant donné les difficultés d'accès à cette région, cette vocation touristique apparaît pour le moins ironique. Elle est à mettre en parallèle avec le développement du tourisme dans les Andes argentines dans la région de Bariloche dans les années 1930.
2. Ce modèle de gestion est similaire à celui de l'ICONA (Instituto Nacional para la Conservación de la Naturaleza), créé en Espagne en 1971.

– les monuments naturels, de superficie plus réduite, caractérisés par la présence d'espèces autochtones, ou de sites géologiques remarquables du point de vue paysager, culturel, éducatif ou scientifique ;
– les réserves nationales, qui peuvent être exploitées de façon prudente et rationnelle.

Ce même texte distingue les notions de préservation, comprise comme le maintien des « conditions originales des ressources naturelles », c'est-à-dire sans intervention de la conservation, entendue comme l'usage durable des ressources de la biosphère. La loi envisage explicitement la valorisation économique des aires protégées à partir de l'exploitation rationnelle des ressources, principalement du bois, bien plus que le tourisme. Elle ne prévoit ni aires protégées d'intérêt local ou régional, ni instruments d'intégration des aires protégées dans les territoires où elles se trouvent.

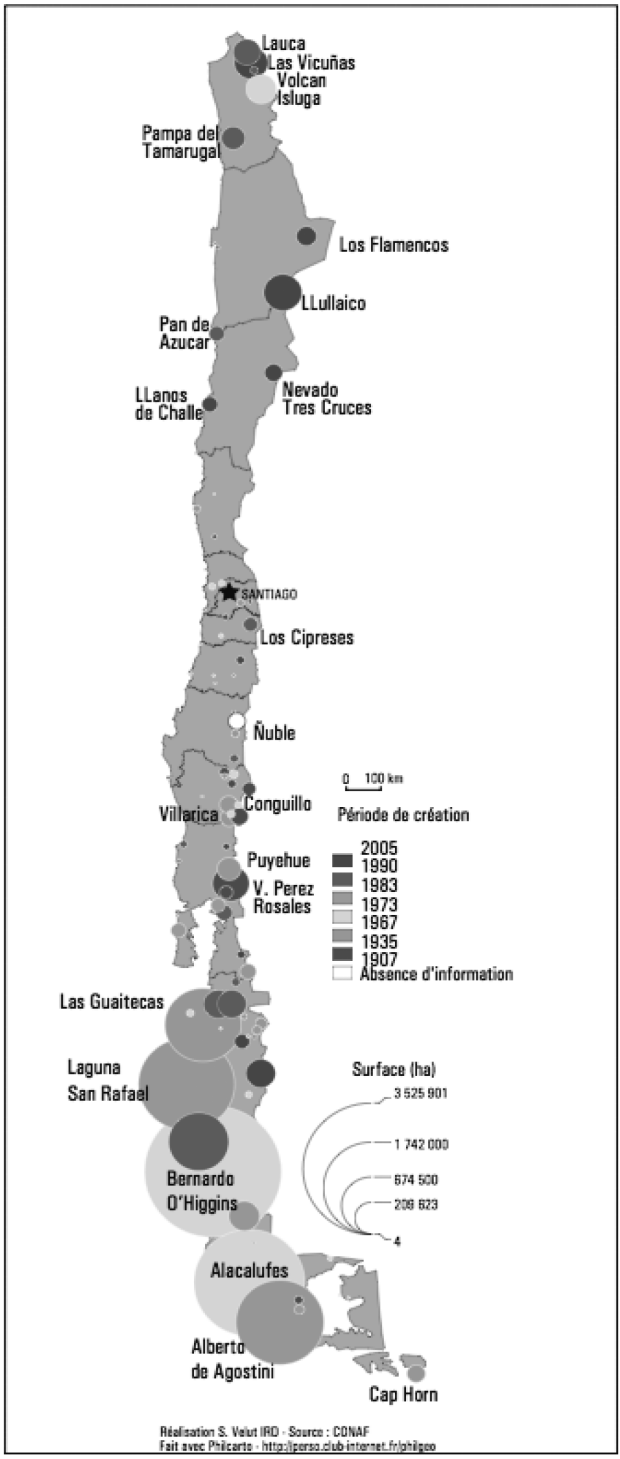
Il existe déjà une ambiguïté sur la nature même du patrimoine concerné par la protection. L´incorporation de terrains dans le SNASPE correspond à une façon de gérer le patrimoine foncier de l´État, de manière à en faire un instrument de préservation d´un patrimoine naturel appartenant aussi bien à la nation, pour laquelle il a une valeur identitaire, de ressourcement, ou de support d'activités, qu´à l´humanité tout entière, en tant que réservoir de biodiversité. D´autre part, on cherche à faire de ces terrains des bases d´une valorisation économique, forestière pour certains, et de plus en plus touristique.

Les enjeux de la protection

D'un point de vue quantitatif, les aires protégées couvrent 18 % du territoire national, soit environ 14 millions d'hectares, mais la carte n° 1 montre une inégale répartition sur le territoire : le sud et notamment les régions X, XI et XII sont beaucoup mieux couvertes que les régions centrales, alors que le Nord du pays est dans une situation intermédiaire. Ainsi, dans les régions extrêmes de Magallanes et d'Aysén, les aires protégées atteignent 50 % de la superficie totale. Ces immenses espaces correspondent largement aux canaux et aux îles vides d'hommes ou presque, inaccessibles, recouvertes en partie par des calottes glaciaires. Inversement dans les régions centrales, les surfaces protégées sont réduites, alors que c'est justement là que les pressions sont les plus fortes sur les territoires et leurs ressources et que la protection du patrimoine naturel devrait être prioritaire.

Pour l'association environnementale *Conservation International* (CI), le Chili central coïncide pourtant avec l'un des points chauds (*hot spot*) de la conservation mondiale, en raison de ses nombreuses espèces endémiques (plus de 1 000) mais aussi parce qu'il est soumis à de fortes pressions anthropiques. Pour *Conservation international*, ce secteur s'étend de Puerto Montt au désert d'Atacama, soit près de 400 000 km, recouvrant donc 40 % du ter-

Carte n° 1 : Les aires protégées et leur date de création



ritoire chilien. Pour le biologiste Ivan Benoît [1996] qui s'appuie sur un inventaire des formations végétales, le SNASPE actuel couvre insuffisamment les forêts tempérées et les régions arides.

Autrement dit, se pose le problème du passage de la seule augmentation des surfaces protégées à une gestion qualitative de couverture des habitats, d'établissement d'un réseau et de corridors biologiques. Pour les aires existantes, la CONAF est un organisme trop petit, comptant environ 500 employés pour administrer une centaine d'aires protégées. Son budget, qui est de l'ordre de 5 millions de dollars par an [OCDE, 2005], est insuffisant pour faire face aux coûts de la gestion. Sur les 95 aires protégées existantes, environ la moitié ne dispose pas d'un plan de gestion et ceux qui existent sont peu actualisés, et se limitent souvent à des inventaires de flore et de faune et à la définition de zones de protection.

Les objectifs de la protection ont changé. Dans les années 1970, elle est conçue en fonction d'espèces remarquables ou emblématiques menacées : c'est par exemple le cas de l'araucaria (*Araucaria araucana*), de l'alerce (*Fitzroya Cupressoides*) et du palmier chilien (*Jubaea Chilensis*), tous trois légalement désignés « monument national », tout comme diverses espèces animales. Avec le livre rouge sur la biodiversité (1996) et l'élaboration d'une stratégie nationale de biodiversité [CONAMA, 2003], le point de vue s'élargit et privilégie l'articulation d'objectifs de conservation et de restauration d'écosystèmes, la conservation du patrimoine génétique, la coordination des actions de protection, la recherche scientifique. Autrement dit, les objectifs assignés aux aires protégées évoluent, sans que ni la réalité matérielle de ces espaces, ni l'organisme de gestion n'évoluent réellement.

Se pose également la question du rôle économique des aires protégées et de la protection en général. Il existe l'idée que la préservation doit être compatible, autant que possible, avec les principes de développement économique et du marché sur lesquels repose la croissance chilienne. Pour le moment, l'essentiel des espoirs repose sur le tourisme national et international, qui investit déjà une partie des parcs nationaux, et dont on prévoit la croissance dans les prochaines années. Il s'agit pour le Chili, destination touristique émergente [Violier, 2003], de diversifier ses sources de devises en renforçant la fréquentation touristique, motivée essentiellement par la possibilité de découvrir des paysages, une faune et une flore apparemment peu modifiées par l'action de l'homme. Ainsi la politique nationale de tourisme repose sur le slogan *Chile, naturaleza que conmueve* « Chili, la nature vous émeut ». En 2003, les entrées de devises dues au tourisme étaient de 1 400 millions de dollars, soit plus que les exportations de vin, et autant que les exportations de saumon [Sernatur, 2004]. Récemment, un panel d'experts plaçait Torres del Paine et l'Île de Pâques parmi les dix meilleures destinations mondiales pour l'écotourisme [*National Geographic,* 2006].

De fait, les aires protégées ont reçu en 2004 plus de 1 300 000 visiteurs, dont 500 000 étrangers et 800 000 Chiliens, une fréquentation qui tend à augmenter. Cette fréquentation est très concentrée sur quelques destinations emblématiques : parcs nationaux de Puyehue, Vicente Pérez Rosales et Torres del Paine, réserve nationale Los Flamencos, monuments de la caverne du Milodon et du Cerro Ñielol. Ces destinations principales reçoivent avant tout des touristes internationaux alors que des destinations secondaires et proches de Santiago sont privilégiées par les Chiliens : parc national de la Campana, réserves El Morado et Lago Peñuelas. D'autre part, on encourage la constitution d'aires protégées privées, pouvant éventuellement servir de support à des activités touristiques.

Ainsi, le système d'aires protégées publiques a été évolutif depuis un siècle dans ses objectifs, ses modalités de gestion et dans la définition des espaces protégés. La CONAF devait à la fois sauvegarder le patrimoine productif national, notamment en luttant contre la désertification, valoriser les biens de l'État en y implantant une sylviculture modèle, conserver le patrimoine naturel commun et, enfin, ouvrir des terrains à la fréquentation du public.

Les aires protégées de la région de Valparaiso

La cinquième région de Valparaiso combine fragilité environnementale et pression anthropique. La première est liée à sa position dans un espace de transition entre le Chili aride, plus au nord, et le Chili humide plus au sud avec une forte variabilité pluviométrique, et à la vigueur des pentes d'un relief compartimenté : l'Aconcagua culmine à près de 7 000 m et ce à moins de 200 km de l'Océan Pacifique. D'autre part, elle se trouve sous l'influence croissante de Santiago, métropole de près de six millions d'habitants en rapide transformation. L'évolution des activités productives, la construction ou amélioration des routes et les nouvelles demandes citadines, notamment pour accéder à des espaces de nature, ainsi que la dégradation environnementale de la métropole soulignent la nécessité d'espaces protégés pluri-fonctionnels.

Sur le plan administratif, la région de Valparaiso comprend également l'Île de Pâques et l'archipel de Juan Fernández, espaces très particuliers faisant l´objet de diverses mesures de patrimonialisation dont il ne sera pas question ici.

Des supports d'activités multiples

Les aires protégées du SNASPE dans la partie continentale et côtière de la région de Valparaiso comprennent les réserves du Yali (500 ha), du lac Peñuelas (9 620 ha.), de Río Blanco (10 175 ha.) ainsi que le parc national de la Campana (8 000 ha.) et le Monument national Isla Cachagua (4,5 ha.). Elles couvrent donc les milieux de la Cordillère des Andes, de la Cordillère de la

côte, des plaines et du littoral, mais c'est La Campana qui combine le plus grand nombre de fonctions et dont la valeur symbolique est la plus forte. Toutefois, on constate le faible nombre d'espaces naturels protégés sur une côte pourtant soumise à de fortes pressions anthropiques et notamment à une rapide extension de l'urbanisation résidentielle et balnéaire. Ainsi, des milieux dunaires fragiles et menacés [Castro, 1992 ; Castro Avaria, 2005], encore peu valorisés comme patrimoine naturel [Castro et Aguirre, 2003] ne bénéficient actuellement d'aucune protection, comme c'est le cas des dunes de Longotoma, Ritoque et Chepica.

Le parc national de la Campana est l'élément principal de cet ensemble, du point de vue de la notoriété, de l´intérêt biogéographique et paysager et de la valorisation touristique. Créé en 1967, à la suite d'une donation, il s'étend sur la Cordillère de la côte dont les altitudes atteignent 2 000 m (Cerro el Roble, 2 200 m., Cerro La Campana, 1 828 m.). Ce massif est couvert par une formation végétale xérophile, caractéristique des massifs montagneux du Chili méditerranéen. On y trouve notamment le palmier chilien, comme espèce emblématique, mais aussi une série d'arbustes moins spectaculaires que les espèces vedettes du sud, mais non moins typiques, comme le *quillay* (*Quillaj saponaria*), le *boldo* (*Peumus boldus*), le *molle* (*Schinus latifolius*), le *litre* (*Lithraea caustica*). Le couvert forestier des pentes exposées au sud comprend également une hêtraie relicte (*Nothofagus macrocarpa*), ce qui en fait une curiosité biogéographique. La faune recensée dans le parc comprend certaines espèces endémiques. Le parc de la Campana et la réserve du lac Peñuelas sont les deux noyaux de protection d'une réserve de la biosphère créée en 1984 (programme MAB de l'UNESCO).

Même si l'on trouve dans cet ensemble des espèces végétales et animales caractéristiques, il n'en s'agit pas moins d'une région qui a été profondément transformée par l'action anthropique. À l'époque coloniale, le massif de la Campana – comme le reste de la Cordillère de la côte – fut utilisé pour ses ressources en bois. Le palmier chilien était également exploité de façon destructive pour l'extraction de la sève et le ramassage de ses fruits [Cunill, 1995]. Plus généralement, on cherchait du combustible, dont gardent mémoire les sites de fabrication de charbon de bois. L'exploitation minière s´est poursuivie dans trois mines comprises dans le périmètre du parc jusqu´en 1992-1993, quand les efforts conjoints de l'administration et des associations ont réussi à l'arrêter.

Le parc de la Campana, proche des agglomérations de Santiago et de Viña del Mar Valparaiso, est facilement accessible, servant d'espace de loisir pour les populations urbaines, à la recherche d'espaces verts, et comme lieu de visite pour les touristes internationaux. Destination facile, disposant du label de parc national, il garde le souvenir du passage du naturaliste Charles Darwin qui relate son ascension au sommet dans son récit du voyage du Beagle [Darwin, 1860]. Au cours des années 1980, le parc s´agrandit vers la commune d´Olmué

et se dote d'infrastructures élémentaires pour l´accueil d´excursionnistes (accueil, sentiers, sites de campings), de manière à renforcer cette fonction.

La fréquentation touristique de la Campana et de ses environs a fait de la commune d'Olmué une destination prisée de fin de semaine ou de vacances, fréquentée depuis longtemps par les habitants de Valparaiso-Viña, d'autant qu'on accédait facilement à Olmué depuis la gare de Limache. Les résidences secondaires s'y sont multipliées, ainsi que les hôtels, les restaurants et l'offre de services. Ce développement touristique joue abondamment sur le label « parc national de La Campana » pour attirer sa clientèle, vantant les qualités de l´air, des eaux et du paysage.

Pourtant, ce déploiement a des effets contradictoires dans la commune d'Olmué. Il crée une demande pour certains produits et services touristiques peu diversifiés, fondamentalement, hôtellerie, restauration et excursions. Il joue aussi sur une identité locale, autour du *huaso*, le travailleur agricole chilien, célébré à diverses occasions, prétextes à fêtes et à spectacles typiques (*rodeo*), très appréciés et très fréquentés. Cependant, de grands projets d´aménagement touristique formulés à la fin des années 1990 entre la CONAF et la Fundación Chile, une association spécialisée en ingéniérie environnementale, n´ont pas vu le jour.

De ce fait, la population d'Olmué, qui comporte encore de nombreux agriculteurs, a des usages contradictoires du parc. Ce dernier sert de support à des activités de détente de citadins, dont la clientèle apporte un complément de revenu. Il sert aussi de terrain de parcours au bétail, sans contrôle ni plan de charge, qui y laisse des déjections, accentue l'érosion et empêche la repousse de jeunes plantes. Le développement immobilier accroît également la valeur des terres et la pression sur les ressources en eau, ce qui empêche les agriculteurs installés d'étendre leurs exploitations, mais dans le même temps, la préservation du massif de La Campana est fondamentale pour l´alimentation en eau. De ce fait, l'agriculture apparaît plus comme victime que comme bénéficiaire du développement touristique : les petits producteurs, encore nombreux, doivent payer des loyers élevés pour la terre, sans s'insérer – sauf exception – dans des circuits de commercialisation permettant une meilleure valorisation de leurs produits, comme des labels de terroir ou des filières courtes de mise sur le marché.

C'est dans ce contexte que se place l'administration du parc à une communauté agricole[3], qui prétend récupérer 2 560 ha. de parc, attribués au Parc par l'État, mais dont la propriété n'a pas été légalement inscrite. L'administration du Parc insiste sur la nécessité de protéger sans amputer le Parc, en particulier parce que les secteurs du parc correspondent à des biotopes bien différenciés. Elle voit

3. La loi chilienne reconnaît l'existence de propriétés agricoles collectives, dont les origines peuvent aller de la colonie jusqu'à la réforme agraire. Les copropriétaires constituent une association où chacun a droit à une voix, et qui élit un bureau.

dans la rétrocession des terres aux communautés un recul sur la protection pour soutenir en fin de compte des activités agricoles à rentabilité limitée, condamnées à disparaître rapidement face à la pression immobilière, et propose au contraire de faciliter la mise en place d´une offre touristique pour les populations voisines. Le maintien d'une aire protégée paraît plus cohérent avec le souci de durabilité ; encore faudrait-il que la présence du parc se traduise aussi par des bénéfices de court terme pour les populations locales.

On voit avec le parc de la Campana le cas d´une aire protégée pour laquelle des choix fondamentaux n´ont pas été faits. Il existe une protection, mais elle est partielle. La valorisation touristique est présente, mais bien en deçà des espérances et des projets qui ont déjà été faits. Les alentours du parc sont en voie d'urbanisation et de mitage par les résidences secondaires, selon un processus de conquête qui marginalise les agriculteurs, mais s'appuie en même temps sur certaines images de la ruralité suivant un processus classique dans les espaces péri-urbains.

L'extension des périmètres de protection

De l'avis des groupes de protection, les périmètres protégés sont trop restreints, à tel point que le Livre rouge sur la biodiversité [Muñoz et *al.*, 1996] propose sept sites nouveaux dans la cinquième région ainsi que l'extension des aires protégées du Yali et de la Campana. Les auteurs, tout en reconnaissant qu'il s'agit là d'une version maximaliste de la protection, insistent sur la nécessité de concevoir des figures adaptées pour préserver des terrains privés et publics et aboutir à un système cohérent de protection couvrant les différents milieux de la cinquième région. De fait, la CONAF parvient dans le courant des années 1990 à faire classer en réserve naturelle les lagunes côtières appartenant à l'État dans le secteur du Yali. Toutefois, le classement ne porte que sur 500 ha., alors que les zones humides de ce secteur en couvrent au moins le double. Inversement, la réserve nationale de Río Blanco fut même sur le point d'être déclassée dans les années 1980.

Autour de la Campana, on voit se constituer un ensemble d'aires protégées secondaires d'initiative privée, qui forment les éléments d'une zone tampon : il s'agit de deux projets très différents, l'oasis de la Campana au Nord (commune de Hijuelas) et le sanctuaire de la Nature de Caleu (commune de Tiltil, région métropolitaine). La première initiative est en fait un projet immobilier à dimension environnementale, lancé par des investisseurs privés. Ayant acquis en 1996 un lot de 2 500 ha limitrophe du parc, ce groupe y installe un lotissement destiné à la clientèle aisée de Santiago. Il réalise également un programme de renaturalisation d'anciennes terres agricoles (semis et reboisement avec des essences autochtones), et ouvre une pépinière destinée initialement au sauvetage du palmier chilien. Par un accord avec l'administration du parc, la fondation dépendant des mêmes investisseurs achète aux habitants toutes les noix de

palme qu'ils peuvent lui fournir pour les faire germer et les replanter ou les commercialiser. En jouant sur l'image du parc et de son arbre emblématique, l'oasis de la Campana attire de jeunes acquéreurs urbains voulant disposer d'une résidence secondaire, et combine habilement valorisation économique et actions environnementales.

D'autre part, le versant nord de la montagne El Roble, propriété collective des *comuneros* de Caleu, est devenu en 2005, avec l'appui de la CONAF, une aire protégée privée sous le régime du sanctuaire de la nature. Il s'agit de 996 ha, dont la caractéristique la plus remarquable est la persistance d'une hêtraie qui a été diversement exploitée : fabrication de charbon de bois, glacières, mines, pâturage, extraction de terreau etc. La mise en valeur touristique, proposée par la CONAF avec la participation de l'association des *comuneros*, envisage d'une part de préserver le patrimoine forestier, actuellement très dégradé, d'en favoriser la régénération et de permettre des activités touristiques. À mi-chemin entre Santiago et Viña del Mar, il y a là une intéressante possibilité, mais il n'est pas certain qu'elle soit viable si elle ne s'accompagne pas d'un développement immobilier – qui est précisément ce que l'on cherche à éviter.

Ainsi, en fonction des occasions et des initiatives d´acteurs sociaux aux capacités et aux stratégies différentes, se constituent des aires de protection autour du parc pouvant devenir une zone-tampon. C'est l'un des seuls éléments cohérents avec le classement comme réserve de la biosphère qui devrait s'accompagner de la création de zones-tampons. Celle-ci ne résulte pas d'une politique systématique : ce sont plutôt les acteurs qui utilisent cet argument pour renforcer leurs propres projets.

Aires protégées et gestion territoriale

Des projets au territoire

La cinquième région connaît de rapides changements d'usage du sol qui se font sous la poussée du tourisme, de la réalisation d'infrastructures et des transformations des productions agricoles [Negrete et Velut, 2006]. La première priorité étant le maintien de la croissance économique, ces changements se font généralement sans bien prendre en compte les modifications environnementales qu'ils entraînent, du fait des limites du système d'évaluation d'impacts environnementaux [OCDE, 2005].

Dans les décisions publiques, la sauvegarde des aires protégées pèse peu. Ainsi, au milieu des années 1990, le ministère de l'Équipement envisage la réalisation d'un train rapide entre Santiago et Valparaiso, où se trouve le Parlement, et réserve une bande d'implantation qui empiète directement sur la réserve Peñuelas. De même, la construction de tours sur le massif dunaire de

Concón – pourtant en partie classé monument national – se poursuit malgré les efforts de la municipalité pour les préserver.

Les municipes, dont les territoires sont directement affectés par les réalisations, ne disposent que de peu d'instruments pour les encadrer. En particulier les plans d'usages des sols – quand ils existent – ne régulent que la partie urbanisée des communes. Inversement, les administrations nationales – comme la CONAF – et les ministères n'accordent ni place ni importance aux élus locaux. Par exemple un seul d'entre eux figure dans le comité de réalisation du plan de gestion de la Campana.

On voit ainsi se multiplier les projets mais rien ne vient mettre en cohérence l'ensemble des initiatives, ce qui aboutit inévitablement à des conflits. Chacun des acteurs est porteur d'un discours sur le territoire et ses caractéristiques à renforcer – plate-forme logistique portuaire, destination touristique, capitale culturelle, réserve de la biosphère, site patrimonial, etc. – en phase avec ses propres propositions.

Dans ce jeu, essentiellement guidé par la valorisation rapide des capitaux, les populations locales et notamment les populations rurales sont particulièrement vulnérables face à la pression à l'urbanisation, la hausse des prix fonciers et l'accaparement des ressources en eau. De ce mécanisme économique, elles ne peuvent espérer capter que quelques miettes par de menues activités au service de populations urbaines. L'espace n'est ni perçu ni géré de manière à en garantir la multifonctionnalité.

Les aires protégées dans le contexte local

Les aires protégées actuelles ne sont pas, loin s'en faut, les seuls espaces qui mériteraient une protection dans la région de Valparaiso. Certains secteurs particulièrement fragiles, comme les dunes et les estuaires, sont l'objet de nombreuses convoitises et de multiples pressions et ne sont pas protégées. Mais, même autour des aires protégées, faute de politique territoriale cohérente, on peut pointer de nombreuses contradictions d'usage. Dans son rapport sur l'environnement au Chili, l'OCDE [2005] souligne l'extrême vulnérabilité des habitats hors des aires protégées.

C'est par exemple le cas autour de l'aire protégée du Yali, qui comporte les deux lagunes et une bande côtière au nord de l'estuaire du Yali, protégée au titre des zones humides (convention Ramsar). Cependant, à quelques kilomètres plus au nord, se trouve le port industriel de San Antonio, au débouché du Maipo ainsi que la station balnéaire de Santo Domingo. Cette dernière connaît des extensions vers le sud, sous forme de quartiers privés (*condominios*), fermés ou semi-ouverts, dont l'installation a été l'occasion de modifications profondes des paysages. Sur le site même du Yali, se trouvent de vastes bâtiments d'élevage avicole dont la proximité avec des zones de reproduction d'avifaune fait

problème. Enfin, le reste des lagunes ne fait l'objet d'aucune mesure spécifique de protection, comme par exemple les marais salants du Convento, qui sont pourtant à la fois un témoignage historique important, conservant plusieurs générations de structures salicoles, de type artisanales et semi-industrielles, mais aussi une intéressante zone de biodiversité.

On voit ainsi se juxtaposer des usages pouvant entrer en conflit, des réalisations importantes de re-naturalisation des espaces (création de plantations et de plans d'eau) pour le bénéfice d'une clientèle extérieure, au détriment des usages traditionnels des espaces encadrés et valorisés.

En guise de conclusion

La gestion des aires protégées au Chili reste encore largement du domaine de l'État, qui a par ailleurs réduit beaucoup son intervention dans d'autres domaines. Malgré la publicité donnée à des initiatives privées, la plus grande partie des surfaces classées sont encore publiques. Dans ce domaine, la CONAF cherche avant tout à assurer une protection minimale, mais peine à s'adapter à de nouveaux modes de gestion facilitant l'insertion locale des aires protégées et l'établissement de véritables systèmes de protection à différentes échelles. Cela étant, les populations vivant à proximité immédiate des aires protégées ne sont pas les seules à vouloir légitimement en faire usage, mais jusqu'à présent la gestion a privilégié les populations distantes, plus intéressées par les possibilités d'excursion ou la protection, que par l'usage raisonnée de certaines ressources.

Le petit nombre de catégories de gestion, l'inexistence de zones tampons périphériques autour des parcs, ainsi que l'absence de figures de protection moins rigoureuses mais prenant davantage en compte les espaces dans leur ensemble sont autant d'obstacles pour rendre compatibles les objectifs de protection du patrimoine naturel et le développement local.

SOURCES

– *Législation*

• Loi 18362 (1984) : Création d'un système national d'aires protégées de l'État
• Loi 19300 (1994) : Loi sur l'environnement

– *Documents*

• Plan de Manejo Parque de la Campana
• Plan de Manejo Reserva Lago Peñuelas 1986 et 1998
• Rapports annuels de la CONAF (série discontinue)

BIBLIOGRAPHIE

- Albert Friedric, *La necesidad urgente de crear una inspección de bosque, pesca i caza*, Santiago de Chile, Ministerio de industria, 1911, 22 p.
- Albert Friedric, *La organización que se debe dar en el futuro a los servicios de aguas y bosques*, Santiago de Chile, Cervantes, 1910, 58 p.
- Benoît Iván (éd.), *Libro rojo de la flora terrestre de Chile*, CONAF, Santiago, 1989, 157 p.
- Benoît Iván, "Representatividad ecológica del sistema nacional de áreas silvestres protegidas", dans Muñoz, Mélica, Nuénez, Herman y Yañez, José, *Libro rojo de los sitios prioritarios para la conservación de la diversidad biológica en Chile*, CONAF, Santiago, 1996, p. 149-159.
- Cabeza Monteira A., Aspectos históricos de la legislación forestal vinculada a la conservación, la evolución de las áreas silvestres protegidas de la zona de Villarica y la creación del primer parque nacional de Chile, CONAF, Santiago, documento de trabajo, 1988, 62 p.
- Castro Consuelo, Vicuña P, "Man's impact on Coastal Dunes in Central Chile", *Rev. Thalassa*, 4 (1), 1986, p. 17-21.
- Castro Avaria Consuelo, "Transformaciones geomorfológicas recientes y degradación de las dunas de Ritoque", *Rev. Geografía Norte Grande*, 14, 1987, p. 3-13.
- Castro Consuelo, "Alteración antrópica sobre las dunas chilenas y su estado de conservación", *Bosque*, 13(1), 1992, p. 53-58.
- Castro Avaria Consuelo, "El índice de vulnerabilidad de dunas litorales : un instrumento para la gestión", *Terra Australis*, 2005, p. 87-111.
- Castro A. Consuelo, Aguirre C. J., "La valoración de las dunas litorales chilenas como patrimonio singular", *Revista Geográfica de Valparaíso*, 34, 2003, p. 39-51.
- Cunill Pedro, Transformaciones del espacio geohistórico latinoamericano 1930 - 1990, *Fondo de cultura económica*, Mexico, 1995, 198 p.
- Darwin Charles, *A naturalist's voyage round the world*, Londres, John Murray, 1860, 551 p.
- Glade Alfonso (éd.), *Libro rojo de los vertebrados terrestres de Chile*, CONAF, Santiago, 1993, 1993, 65 p.
- Hopkins Jack, *Policy-making for conservation in Latin America: national parks, reserves and the environment*, Praeger, Westport CT, 1995, 232 p.
- Muñoz Mélica, Nuénez, Herman, Yañez José, *Libro rojo de los sitios prioritarios para la conservación de la diversidad biológica en Chile*, CONAF, Santiago, 1996, 203 p.
- OCDE, *Evaluaciones del desempeño ambiental*, Chile, 2005.
- SERNATUR, *Anuario de turismo 2004*, Servicio nacional del turismo, Instituto Nacional de Estadísticas, Santiago, 2005, 95 p.
- Violier Philippe, « Points de vue et lieux touristiques du Monde », dans *Mappemonde*, 57, 2000/1, 2000, p. 7-12.

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

La protection de l'environnement est un thème politique fort au Chili. Le gouvernement démocratique a étendu les aires protégées du Chili à 18 % du territoire. Cependant elles ne sont pas suffisantes pour garantir la préservation de la biodiversité, en particulier dans les régions centrales les plus peuplées. L'insuffisante articulation entre les aires protégées existantes et les territoires où elles s'insèrent est à l'origine de conflits qui empêchent qu'elles soient des facteurs de développement local.

La protección del medio ambiente es un tema político importante en Chile. El gobierno democrático amplió las áreas protegidas que cubren 18 % del territorio nacional. Sin embargo no son suficientes para garantizar la preservación de la biodiversidad, particularmente en las regiones centrales más pobladas. La insuficiente articulación entre las áreas protegidas y los territorios donde se insertan es la causa de conflictos que imposibilitan que las mismas sean factores de desarrollo.

The protection of the environement is an important political theme in Chile. The democratic government extended protected areas to 18% of the national territory. Still, this is not enough to preserve biodiversity, particularly in the central and most populated regiones. The relationship between protected areas and the territories where they are inserted is the cause of many conflicts that make impossible to rely on them for local developement.

MOTS-CLÉS

- **Aires protégées**
- **Biodiversité**
- **Environnement**
- **Gestion territoriale**
- **Chili**
- **Région de Valparaiso**

PALABRAS CLAVES

- **Areas protegidas**
- **Biodiversidad**
- **Medio ambiente**
- **Gestión territorial**
- **Chile**
- **Región de Valparaíso**

KEYWORDS

- **Protected areas**
- **Biodiversity**
- **Environement**
- **Territorial management**
- **Chile**
- **Region of Valparaiso**

Élodie Salin*

Les paysages culturels entre tourisme, valorisation patrimoniale et émergence de nouveaux territoires

La Quebrada de Humahuaca (Nord-Ouest argentin)

On assiste aujourd'hui, dans le contexte de la mondialisation, à une multiplication des processus de patrimonialisation à travers la constitution d'aires protégées, réserves ou sites classés dans des pays marqués par la richesse et la beauté des paysages naturels et culturels. En Amérique latine, les statuts et les degrés de protection sont multiples et le patrimoine naturel et culturel constitue une ressource et un potentiel économique qu'il convient de valoriser. Sa protection et sa mise en valeur par le biais du tourisme ne sont pas pour autant exemptes de conflits d'acteurs. La démarche de valorisation patrimoniale et territoriale s'appuie sur les sociétés locales et leurs dynamismes économiques tout en permettant une réappropriation matérielle et symbolique de leurs patrimoines naturel, culturel et immatériel. La patrimonialisation joue donc un rôle indéniable dans la construction identitaire et territoriale et doit être accompagnée par des structures de gestion qui font souvent défaut dans les pays du Sud. Elle peut néanmoins contribuer *in fine* à l'émergence de nouveaux territoires nés de la synergie entre acteurs politiques jusqu'alors peu enclin à coopérer.

* Université du Maine, GREGUM – UMR ESO.

Dans le cas du Nord-Ouest argentin, la Quebrada de Humahuaca, située dans la Province de Jujuy, est un espace qui subit un double processus de préservation des patrimoines et d'un développement touristique accéléré depuis quelques années. La labellisation de cette vallée, classée « Paysage culturel » par l'UNESCO depuis 2003, accompagne la diversification et l'essor d'un tourisme que les autorités provinciales souhaitent avant tout durable. Nous nous interrogerons donc d'abord sur la spécificité de cette labellisation UNESCO et sur la signification des « paysages culturels » dans le contexte de la protection à l'échelle mondiale. À l'échelle locale, la question de l'impact et de l'instrumentalisation de ce label UNESCO se pose face à l'essor du tourisme et aux nouvelles synergies territoriales progressivement mises en place. Le territoire de la Quebrada de Humahuaca est aujourd'hui confronté à plusieurs modèles de référence et de gouvernance tant à l'échelle globale qu'à l'échelle locale. L'émergence de nouveaux territoires ne constituerait-il pas alors une réponse locale, négociée et compatible avec les enjeux à la fois locaux et globaux du développement durable ?

Les paysages culturels ou la valorisation des territoires par l'approche patrimoniale

La labellisation d'espaces fragiles et patrimoniaux est une décision prise par les instances gouvernementales. Elles voient dans le processus de classement de territoires fragiles un moyen de les protéger dans une optique environnementale et patrimoniale. L'UNESCO inscrit, sur la demande des États, les biens sur la liste du Patrimoine mondial de l'humanité et octroie un label qui devient alors un formidable outil de promotion, de reconnaissance et de lisibilité au niveau international. L'UNESCO ne finance pas les États ou les sites classés mais donne, à l'échelle internationale, les grandes lignes directrices d'une bonne gestion [OPERATIONAL GUIDELINES, 2002] qui doivent ensuite être traduites et mises en place au niveau local et national. La reconnaissance internationale de ces sites (qu'ils soient naturels, culturels, urbains…) « d'une valeur universelle exceptionnelle » oblige les États et les acteurs locaux à un devoir moral de préservation et de conservation pour les générations futures (art. 4 de la Convention de 1972). L'UNESCO n'a pas prétention à « donner des recettes », mais met en garde sur les erreurs à ne pas commettre [Beschaouch, 1999]. Ces conseils ou recommandations émanent de missions des experts de l'ICOMOS ou de l'UICN pour la décision de classement. Un suivi est normalement mis en place entre les États et l'UNESCO, mais reste dans les faits peu opérationnel, les sanctions étant nulles ou peu effectives en cas de détérioration du patrimoine.

L'adoption du concept de paysage culturel par le Comité du patrimoine mondial date de 1992. On compte aujourd'hui 54 biens inscrits sous cette appellation, ce qui en fait encore une catégorie marginale dans les 644 sites

inscrits dans la catégorie des biens culturels. On dénombre également, en 2007, 162 biens naturels et 24 biens mixtes sur la liste de l'UNESCO. La multiplication des catégories et l'extension de la notion de patrimoine aux patrimoines immatériels (convention de l'UNESCO de 2003) remettent progressivement en question cette classification puisque les distinctions entre patrimoine naturel, culturel, immatériel sont de moins en moins valides, les acteurs mettant généralement en avant la pluralité des valeurs des patrimoines dans un territoire classé.

Bien que la classification UNESCO soit récente, le concept de paysage culturel est déjà ancien. Le géographe américain Carl Sauer en proposa une définition en 1925 « le paysage culturel est façonné à partir du paysage naturel par un groupe culturel ». Les définitions plus récentes du paysage proposées par les géographes n'insistent pas sur la dimension culturelle du paysage puisque cette caractéristique semble être incluse de fait dans la définition même des paysages. De l'abondante littérature scientifique, nous retiendrons deux éléments caractéristiques des paysages : la perception et l'aménagement [Levy, Lusseault, 2003]. Le paysage est une représentation et « s'il n'est de paysage que perçu », cela induit nécessairement une multiplicité de regards et d'interprétations qui le chargent de valeurs à la fois collectives et individuelles [Brunet, Ferras, Thery 1993]. Si la valeur d'usage le rapproche du patrimoine, en lui donnant une dimension culturelle, affective, la valeur marchande du paysage n'en est pas moins présente, permettant une « fabrication » des paysages dans une perspective économique et touristique. Le paysage devient également un outil d'aménagement et la récente classification de l'UNESCO participe à ce mouvement faisant des paysages culturels une catégorie pouvant offrir des instruments opérationnels pour améliorer la définition et la protection du patrimoine.

La définition de l'UNESCO reste simple : les paysages culturels « représentent l'action combinée de l'homme et de la nature » et requièrent protection, conservation et gestion. Mais alors que l'approche du patrimoine conventionnel s'attache à l'état de conservation d'éléments particuliers, une approche du paysage culturel privilégie la conservation des processus essentiels qui ont modelé – et continuent de modeler – le caractère du paysage [ICCROM, 2003]. Cette vision favorise une conception du patrimoine comme système intégré où l'on reconnaît l'importance des forces qui gouvernent la dynamique des changements. Les pratiques agricoles passées et contemporaines, les communautés locales sont alors partie prenante de la définition des paysages qualifiés de « vivants » [Déclaration de Newcastle, 2005]. La notion de paysage culturel intègre donc le patrimoine culturel et naturel, auxquels nous ajouterons la notion plus récente au niveau international de patrimoine intangible et immatériel. La récente déclaration de Newcastle intitulée « Paysages culturels, législations, gestion et participation du public : le patrimoine, défi de la citoyenneté », insiste sur

plusieurs points dans les modes de gestion qui devraient être mis en place. L'exemple de l'Europe à travers la *Convention européenne des paysages 2000* est donné en référence pour les autres régions du monde. L'importance accordée au concept d'authenticité dans la définition des paysages, à la prise en compte des modes de vie des populations autochtones, ainsi qu'à leur intégration dans la définition des paysages et des plans de gestion est soulignée de manière très explicite : « les gouvernements nationaux, régionaux et locaux devraient avoir l'obligation d'engager un dialogue avec les populations autochtones et les communautés locales pour traiter de la protection des biens culturels traditionnels, à travers la législation, les règlements et les rapports de coopération ; (…) afin que la gestion des paysages culturels n'aboutisse pas à la spoliation des populations locales (…). » La dimension touristique est également prise en compte en recommandant les principes de l'ICOMOS sur le tourisme culturel [1999] et le Code mondial d'éthique du tourisme de l'OMC [1999].

La question du développement touristique de ces hauts lieux du patrimoine mondial reste néanmoins de première importance et fait partie des objectifs avoués des gouvernements nationaux et locaux qui parient sur cette manne économique pour le développement de leur région. En effet, si pour les sites déjà fréquentés, le classement UNESCO ne fait que valider une situation déjà établie, dans les autres cas, la labellisation agit comme un catalyseur et entraîne un afflux de touristes, un bouleversement des structures socio-économiques qu'il convient de gérer au mieux. La relation entre tourisme et patrimoine est quasi systématique même si elle naît d'une contradiction intrinsèque entre préservation et valorisation, contradiction encore présente dans les discours des défenseurs de l'intégrité du patrimoine culturel et de la nature. Cette contradiction est en partie résolue, au niveau des discours, dans l'approche par le développement durable. Ceci a donné naissance au concept de tourisme durable censé concilier l'ouverture des sites et la préservation de l'authenticité.

Comment les différents acteurs en présence, tant au niveau global qu'au niveau local, peuvent-ils alors s'entendre sur une démarche cohérente au regard de l'extrême diversité des représentations du patrimoine, de l'élasticité du concept de développement durable et des enjeux identitaires mais aussi économiques qui résultent de ces processus de mise en tourisme et de patrimonialisation ?

Dans les pays du Sud, les enjeux identitaires inhérents à la notion de patrimoine mettent aussi en avant les revendications des communautés indigènes. Celles-ci, au-delà du risque réel d'être marginalisées et spoliées de leur territoire, voire de leur identité, sont également au cœur de processus d'appropriation. Les communautés indigènes se positionnent comme interlocuteurs privilégiés des instances internationales et peuvent instrumentaliser la notion de patrimoine dans leurs revendications foncières.

Ces processus de patrimonialisation et de réinterprétation des identités indigènes révèlent la complexité de la notion de patrimoine et le brouillage de certains concepts que l'on croyait définis. Le qualificatif « de l'humanité » suscite par exemple des réactions opposées comme la fierté ou au contraire le sentiment de dépossession et le rejet. Les confusions entre le classement (et donc l'impact) et la notion de patrimoine sont courantes et peuvent entraîner, comme dans le cas de la Quebrada de Humahuaca dans le nord-ouest argentin, une véritable opposition teintée de nostalgie par rapport à « l'avant » classement. Cette opposition locale traduit une crainte face aux changements sur le territoire. La mise en tourisme et l'afflux de visiteurs de plus en plus nombreux bouleversent les modes de vie traditionnels et font peser une menace sur les terres de plus en plus convoitées. La mise en tourisme induit également un renouvellement des acteurs économiques.

Mais face à cette crainte et sans doute à cause d'elle, les processus de patrimonialisation et de mise en tourisme sont refondateurs d'une identité territoriale. Cette identité territoriale, aux dimensions multiples doit être comprise comme une valeur partagée relative à un espace produit, vécu et perçu. Le cas de la Quebrada de Humahuaca nous permet de saisir concrètement les enjeux de l'émergence d'une nouvelle territorialité portée par la récente labellisation de l'UNESCO comme paysage culturel.

La Quebrada de Humahuaca, un modèle de bonne gouvernance ?

La Quebrada de Humahuaca est le troisième site classé paysage culturel en Amérique latine après les plantations de café et de tabac de Cuba. Les sites inscrits en tant que paysages culturels se situent à 60 % en Europe. Les caractéristiques de ces sites sont diverses : routes, chemins de pèlerinages, vallées culturelles et agricoles, paysages agricoles spécifiques (rizières, terrasses, paysages viticoles…), lieux sacrés (montagnes, forêts…), jardins ou même paysages industriels. Ces sites combinent le plus souvent paysages ruraux et urbains et sont pour certains très étendus (Vallée de la Loire en France). Le site argentin labellisé en 2003 s'inscrit en précurseur par rapport au continent sud-américain. Les politiques de rééquilibrage connues sous le nom de *Stratégie globale* pointent du doigt la sous-représentation de certains continents. La Quebrada s'inscrit également dans un projet plus vaste d'itinéraire culturel à travers le projet du Chemin de l'Inca faisant participer six pays andins. Mais comme beaucoup de sites d'importance, la Quebrada avait été auparavant l'objet de plusieurs mesures de protection à l'échelle nationale : en 1913, les sites archéologiques sont déclarés « Biens d'intérêt scientifique », puis « Monuments historiques nationaux » en 2000. La Quebrada dans son ensemble est « Lieu d'intérêt national » en 1993.

La Quebrada de Humahuaca, située dans la Province de Jujuy, est une longue et étroite vallée creusée par le Rio Grande s'étirant sur quelque 149 kilomètres de long. Flanquée de hautes chaînes montagneuses, la Quebrada de Humahuaca présente des richesses remarquables au niveau des paysages (formations géologiques) et de son histoire. Lieu de passage depuis près de 10 000 ans, elle intègre un grand nombre de sites archéologiques pré-incaïques et incaïques. Une multitude de sites de peuplement témoignent de son importance comme voie essentielle reliant plusieurs écosystèmes andins ou subandins et comme lieu d'exploitation agricole majeur depuis l'époque pré-incaïque jusqu'à aujourd'hui.

Le périmètre classé de la Quebrada de Humahuaca fait apparaître deux zones. La première zone, qui correspond au périmètre classé « Paysage culturel » en fond de vallée, inclut les sites et les monuments. Elle est divisée en neuf communes qui s'organisent autour de petites villes et villages le long du *rio*. La deuxième zone est une zone d'amortissement assimilable aux zones tampons des réserves plus classiques (Réserve de biosphère) qui incorpore des communautés indigènes éparses et des aires naturelles protégées (faune, cactus). La population (32 000 habitants dont 46 % de population urbaine) se concentre essentiellement dans les neuf localités urbaines qui s'égrènent en fond de vallée.

Les fonds de vallées fertiles de la Quebrada de Humahuaca et des vallées adjacentes sont cultivés depuis des siècles par de petits propriétaires, excepté au Nord et au Sud. Les cultures commerciales destinées aux marchés urbains, en particulier l'horticulture et l'arboriculture, se sont progressivement substituées dans les années 1940 aux cultures de fourrages et de céréales. L'alternance entre cultures commerciales (60 % des surfaces cultivables plantées en fleurs et légumes en 1990) et cultures vivrières (maïs, pommes de terre…) constitue les paysages traditionnels de la Quebrada. L'intensification de l'usage de la terre, l'utilisation de fertilisants et de serres rendent certaines cultures très rentables alors que d'autres émergent par le biais de coopératives agricoles dynamiques (Coopérative *Cauqueva*), comme les pommes de terre andines traditionnellement cultivées sur les hauts plateaux andins.

La fermeture des mines situées sur la Puna, au nord de la Quebrada ainsi que la fermeture de la ligne de chemin de fer qui courait le long de la Quebrada depuis le début du XX^{e} siècle a provoqué, dans la dernière décennie du siècle passé, un afflux de main-d'œuvre dans le secteur agricole et le rachat de petites parcelles par les nouveaux arrivants. Le nombre d'agriculteurs est par conséquent en augmentation, posant le problème de la gestion de l'espace cultivable et du bétail, en particulier à cause des chèvres accusées de favoriser l'érosion et d'augmenter les risques d'inondation.

La connaissance des activités agricoles et d'élevage sont donc essentielles pour saisir les paysages de la Quebrada de Humahuaca, paysages vivants, qui

conservent un rôle actif dans la société contemporaine en étant étroitement associé aux modes de vie traditionnels, aux fêtes et aux traditions nombreuses dans la Quebrada. Les menaces et les atteintes récentes à l'intégrité de ce paysage sont nombreuses et permettent de comprendre la mobilisation en faveur d'un classement international : construction de nouvelles infrastructures énergétiques comme un gazoduc, des lignes électriques, pression foncière agricole et urbaine…

La présence de plusieurs communautés indigènes andines fait de la Province de Jujuy une des principales régions à peuplement indigène de l'Argentine. La participation de ces communautés indigènes dans le processus de classement du site a été une des clés de la réussite de la première phase du processus. En effet, l'exemple de la Quebrada est présenté par les responsables de l'UNESCO comme un modèle de référence en matière de démarche participative dans les processus de consultation pour la protection des patrimoines lors de l'étude de pré-classement.

Pour mener à bien cette première phase, des organes de consultation ont été créés sur la base du volontariat en intégrant les habitants des différents villages. Ces neuf « commissions de sites » composées de six membres élus pour trois ans, ont été investies d'une fonction consultative afin de faire des propositions sur les enjeux et les modalités de protection et de valorisation des patrimoines. Les équipes provinciales chargées du plan de gestion, rattachées au Secrétariat du Tourisme et de la Culture, ont effectué un véritable travail de terrain, par le biais d'ateliers et d'échanges, afin de rendre la participation de ces représentants de la société civile effective. Ceci n'a d'ailleurs pas été sans l'opposition des municipalités qui ont été mises à l'écart et se sont senties dépossédées de leurs pouvoirs en tant que représentants élus. C'est sans doute ce hiatus initial qui a fait que les commissions ont surtout été sollicitées avant et au moment de la déclaration de l'UNESCO, ainsi que pour organiser la venue de la délégation qui allait avaliser le classement en 2003. Chapeautées directement par le Secrétariat du Tourisme et de la Culture de la Province, elles ne jouent aujourd'hui qu'un rôle mineur dans la mise en place d'un plan de gestion toujours en attente.

Une labellisation de ce type intervient comme un point de rupture dans les équilibres socio-économiques, dans les mentalités, dans les perceptions et l'utilisation des territoires. Les instances internationales prônent dans leurs discours la mise en place d'une bonne gouvernance afin de permettre une gestion participative et une concertation à l'échelle locale. Nous avons pu observer la prégnance de ces discours dans le cas du Nord-ouest argentin et les applications concrètes que cela suppose. L'implication des habitants est alors un moyen de légitimer une action « venue d'en haut », initiée au départ par des personnalités politiques aux ambitions nationales. Grâce à un retournement conceptuel, un renversement de perspective, le patrimoine, sa valorisation et sa protection ne

sont plus le fait d'une action étatique ou supra-étatique comme ce fut le cas dans bon nombre de villes et de sites aussi bien dans les pays du Nord que dans les pays du Sud, mais bien le fait d'un processus qui partirait de la base pour remonter vers le haut. Les Commissions de Sites sont mises en avant par l'ICOMOS et l'UNESCO comme un élément essentiel dans ce processus et elles ont contribué effectivement à diffuser l'information et les débats sur ce classement auprès des populations locales soulevant par exemple la nécessité d'un programme éducatif lié à la connaissance des patrimoines et de l'histoire locale.

Mais aujourd'hui, elles ne fonctionnent pas toutes avec le même dynamisme. Dans plusieurs lieux, les mécanismes de la gouvernance s'essoufflent faute d'engagement personnel et d'un réel pouvoir de décision, ne constituant bien souvent qu'un contre-pouvoir face aux municipalités. Les enjeux se déplacent également de la protection du patrimoine et de sa mise en valeur vers celui de la mise en tourisme des lieux. Que ce soit aux échelles nationale, provinciale ou locale, les enjeux du tourisme et ses retombées économiques et foncières dominent et aiguisent les appétits.

Le tourisme comme clé du développement territorial

Au regard des richesses patrimoniales de ce territoire, il est logique que le tourisme offre aujourd'hui un débouché majeur pour les habitants de la Quebrada. L'ancienneté de ce site comme lieu de villégiature pour les classes aisées de la Province remonte à la première moitié du XX^{e} siècle. Aujourd'hui, avec plus d'un million de nuitées pour l'année 2005 dans la Province de Jujuy et une augmentation du nombre des visiteurs de 50 % pour la zone de 2002 à 2005, la Province entend mettre en avant, grâce à des plans de développement touristique, son produit phare, la Quebrada de Humahuaca. L'effet d'entraînement sur les autres écosystèmes de la Province est clairement précisé dans le récent « Plan de développement touristique durable pour la Province de Jujuy » réalisé par un cabinet de consultants privés [Plan Horwath, 2006]. Les objectifs sont de faire de Jujuy « une destination de référence dans le Nord-ouest argentin en misant sur la participation des communautés et le renforcement de l'identité culturelle jujénienne ».

L'analyse statistique des données touristiques de la Province de Jujuy montre une hausse constante du nombre de visiteurs. En 2005 la Province de Jujuy (qui se divise en quatre zones : la Quebrada, les Vallées, la Puna et les Yungas) a enre-

Tableau n° 1 : Arrivée des touristes dans la Quebrada et dans la Province de Jujuy

	2002	2003	2004	2005
Quebrada	72 284	81 990	91 962	108 970
Jujuy (Province)	271 473	324 540	345 881	356 303

Source : Secrétariat au tourisme de la Province de Jujuy

gistré un nombre de 356 303 visiteurs contre 271 473 en 2002, soit une augmentation de 31 % entre les deux dates. La saison la plus fréquentée est l'hiver (juillet et août) ainsi que les mois de janvier et février (grandes vacances d'été). L'occupation hôtelière est passée de 27 % en 2002 à 53 % en 2005 pour une capacité de 5 626 lits. Le profil des touristes visitant la Province de Jujuy a très peu évolué depuis 2001. En 2005, 68 % des visiteurs venaient pour la première fois à Jujuy et 88 % d'entre eux étaient argentins (originaires de Buenos Aires, Córdoba et Santa Fe pour la majorité). La durée moyenne du séjour dans la Province est de trois jours et la zone la plus visitée reste la Quebrada qui voit près de 84 % de l'ensemble des touristes la parcourir.

Les chiffres montrent également qu'entre 2002 et 2005, la Quebrada de Humahuaca a enregistré une augmentation de 50 % du nombre de visiteurs passant de 72 284 à 108 970 visiteurs par an [chiffres SECTUR, 2006]. La dévaluation du peso argentin, à la suite de la crise de 2001-2002, explique en partie la hausse des visiteurs étrangers (Européens mais aussi Brésiliens…) et le retour de l'Argentine comme destination accessible financièrement. Parmi les touristes étrangers qui visitent les lieux, on note une surreprésentation de Français (21,79 % en juillet et août 2006) et d'Espagnols suivi par les Allemands (20,54 et 7,86 %). À ces chiffres, il faut ajouter le nombre d'excursionnistes qui visitent la Quebrada pour la journée depuis la Province de Salta. Les opérateurs proposant des tours incluant une journée rapide dans cette zone sont très nombreux ; et ils évitent la ville de Jujuy pour se diriger rapidement dans la Quebrada jusqu'au village d'Humahuaca où les touristes déjeunent avant de faire demi-tour. Cette activité s'est développée depuis les années 1970 à partir de la Capitale provinciale « concurrente » de Salta.

La récente évolution de flux touristiques dans la Quebrada montre qu'il s'agit du secteur économique le plus dynamique et le plus porteur pour le développement local. Les conséquences sont de plusieurs ordres. D'une part, l'arrivée de professionnels du tourisme extérieurs à la zone tend à augmenter rapidement, renforçant la capacité d'accueil de la Quebrada mais attisant en contrepartie la rancœur de certains locaux qui assimilent ce processus à une véritable « invasion ». D'autre part, cette pression touristique accrue a nécessairement des répercussions environnementales et urbaines sur le fragile écosystème de la Quebrada. Une des menaces les plus visibles concerne les zones urbaines qui sont peu ou mal protégées et voient, dans le cas du village de Purmamarca, une urbanisation à vocation touristique s'intensifier par mitage, le long des axes de communication et à proximité des hauts lieux de visites (collines des sept couleurs). Parmi les menaces moins visibles, celle pesant sur le patrimoine archéologique apparaît comme réellement préoccupante. Les sites archéologiques nombreux de la Quebrada (Pucara, peintures rupestres …), mis à part le Pucara de Tilcara, ne sont pas gardés ni préparés à l'arrivée des touristes. La

visite de ces lieux fragiles, si elle se fait sans guide, est alors propice aux pillages et aux dégradations diverses. Le site rupestre d'Inca Cueva a ainsi été couvert de graffitis par des groupes scolaires, qui y séjournaient régulièrement, peu soucieux du patrimoine archéologique. La question de l'absence d'encadrement des touristes, de la non-sensibilisation des populations locales et du signalement de ces sites sur des cartes ou sur la route se pose dans le cadre plus large de la non-application des mesures (et des lois) de protection du patrimoine archéologique.

Parallèlement à l'arrivée de nombreux acteurs privés extérieurs à la zone (venant des villes du Nord-ouest ou de Buenos Aires) qui investissent fortement dans les activités touristiques, les perspectives induites par l'essor du tourisme et la valorisation foncière dans la Quebrada de Humahuaca ont avivé d'autres convoitises. Le mouvement de revendication des droits ancestraux sur la propriété des terres par les populations indigènes s'inscrit également dans la perspective d'une nouvelle manne touristique. Ceci engendre dans la Quebrada et ailleurs des conflits liés à la propriété des terres, qui apparaissent relativement moins problématiques dans cet espace en comparaison avec la zone des Yungas voisine, classée Réserve de Biosphère par l'UNESCO.

Parallèlement les communautés indigènes sont en grande partie ouvertes à une forme de tourisme solidaire et communautaire. La récente création d'un département pour le tourisme rural communautaire au sein du Secrétariat au Tourisme en témoigne, ainsi que de beaux projets de circuits ou d'auberges dans des zones rurales peu accessibles. La route du Sel retraçant les voyages des anciennes caravanes des villages de la Quebrada jusqu'aux Salines de la Puna, en altitude, offre un trek difficile et culturellement émouvant pour les visiteurs désirant sortir des sentiers battus. Ce projet est entièrement porté par la communauté indigène d'Hornaditas qui en a eu l'initiative et entre dans une démarche de recherche des valeurs identitaires ancestrales en partie oubliées mais s'inscrivant dans une prise de conscience forte pour le patrimoine immatériel. Cependant au-delà de cette reconquête identitaire réussie, dans beaucoup de cas, les efforts pour acquérir une structure d'accueil correcte et assurer une diffusion de l'information plus ample doivent être poursuivis grâce à l'aide d'ONG. Les communautés indigènes qui désirent s'investir dans le tourisme rural manquent encore de formation, de savoir-faire, de financement et d'appui pour se constituer en réseau et réaliser leurs projets.

Face à l'ensemble des projets touristiques, communautaires et ruraux, urbains et de plus haut standing, la question foncière devient une question cruciale pour comprendre les récentes évolutions. Le territoire de la Quebrada apparaît aujourd'hui agité et s'articule d'une part entre logique d'accaparement (revendications indigènes), lois du marché immobilier (vente des terrains privés et de lots urbains, augmentation des prix du foncier) et logiques spéculatives (hausse des loyers en zone urbaine touristique, départ des habitants les plus pauvres, spé-

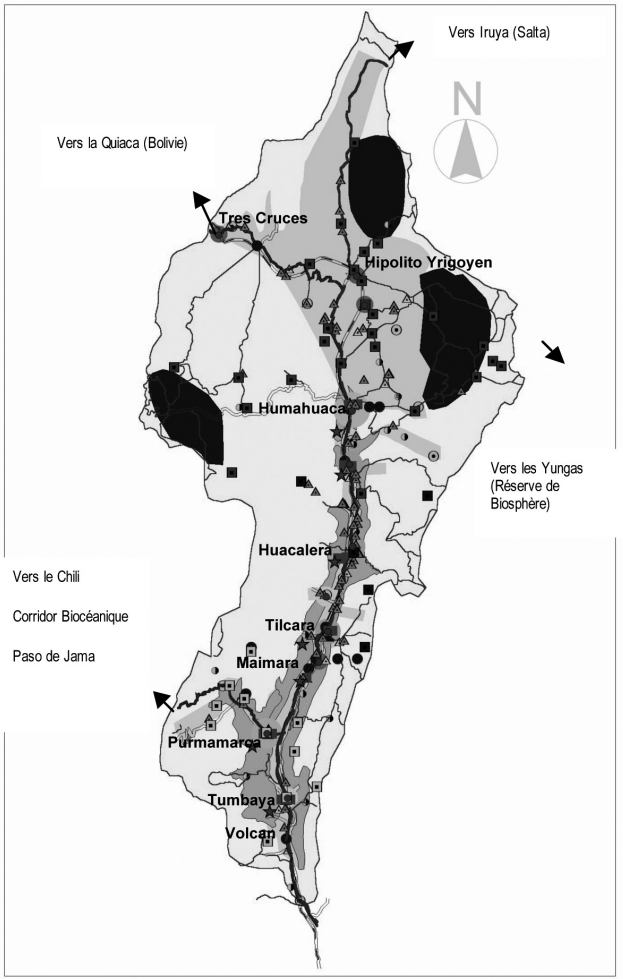
culation foncière). Ceci s'accompagne également de manière positive par une valorisation des patrimoines bâtis contrebalancée par un étalement urbain non contrôlé à la périphérie des villes et villages… La pression foncière amplifiée par l'essor du tourisme nécessite de traiter de manière urgente d'autres questions comme la collecte et le traitement des déchets, la gestion de l'eau et le problème de l'érosion et de la pollution des sols.

Les acteurs locaux et plus particulièrement les communes de la Quebrada, avec l'appui de la Province, tentent de s'organiser pour répondre à ces enjeux. C'est ainsi que l'on voit émerger plusieurs projets de territoires aux objectifs clairement définis : la gestion et le ramassage des déchets, la gestion de l'eau et le tourisme.

Vers l'émergence de nouveaux territoires

Les commissions de sites, déterminantes dans la première définition de la gouvernance lors de la postulation de l'UNESCO, sont aujourd'hui affaiblies au regard des initiatives des municipalités qui s'organisent progressivement en intercommunalités sur le modèle français. La coopération technique française appuie depuis 2003 les projets de création d'intercommunalité en Argentine dans le but de dynamiser le développement local par le biais de la coopération décentralisée. L'expérience menée dans la Quebrada du Humahuaca est, au départ, indépendante de la labellisation UNESCO. Elle a abouti à la création d'une première intercommunalité, Amoq Pacha, regroupant les trois premières villes de la Quebrada (Volcan, Tumbaya, Purmamarca). L'objectif était d'organiser la collecte, le traitement des déchets et de sensibiliser les habitants au tri sélectif. La volonté des maires et intendants des communes de la Quebrada (à l'exception de la commune de Tilcara composé d'élus radicaux) de se fédérer autour de projets communs est aujourd'hui soutenue par plusieurs acteurs : la Province, le *Foro de intendantes* (association des maires de la Province, parti justicialiste) et la coopération française. La future intercommunalité regroupant huit des neuf communes de la Quebrada portera le nom d' « Alta Cuenca del Rio Grande ». Elle reprend les objectifs d'Amoq Pacha pour la gestion des déchets et propose d'élargir son action à deux autres priorités : d'une part la gestion de l'eau dans le bassin versant du Rio Grande, afin de préserver les ressources et de gérer les inondations : d'autre part, le tourisme, afin de favoriser une meilleure organisation à l'échelle du territoire, de définir conjointement des produits touristiques et de promouvoir la formation des professionnels du tourisme dans la zone.

Les communes qui avaient jusqu'alors des attitudes individualistes, voire concurrentes, semblent se ranger derrière l'intérêt commun et la nécessité de s'organiser à l'échelle du territoire tel qu'il a été défini par l'UNESCO. Mais ceci s'est fait progressivement et indépendamment du classement qui privilé-



LÉGENDE

Zone proposée

Zone tampon

Localités - villages

PATRIMOINE NATUREL

Géologique

Bioécologique

Zone de protection (faune)

Zone de protection (cactus)

PATRIMOINE CULTUREL

Sites pré-hispaniques

Pucaras et sites archéologiques

Caminos del Inca (non représentés)

INCA

QUEBRADA DE CALETE

QUEBRADA DE YACORAITE

Sites hispaniques

Sites hispaniques

Caminos Hispanicos (non représentés)

CAMINO REAL EXISTENTE

ANTIGUA TRAZA DEL CAMINO REAL

Sites républicains

Sites républicains

Chemins républicains

Voie ferrée - General Belgrano

Route nationale

Route provinciale

Chemin

Monuments

Sites et monuments nationaux et provinciaux

10 0 10 20 Kilometers

PATRIMOINE IMMATERIEL

Fêtes

11

12

13

14

17

Artisanat

Lieu de production d'artisanat

Communautés indigènes

du département de Humahuaca

du département de Tilcara

du département de Tumbaya

Ssource : Proposition pour l'UNESCO, province de Jujuy, 2001)

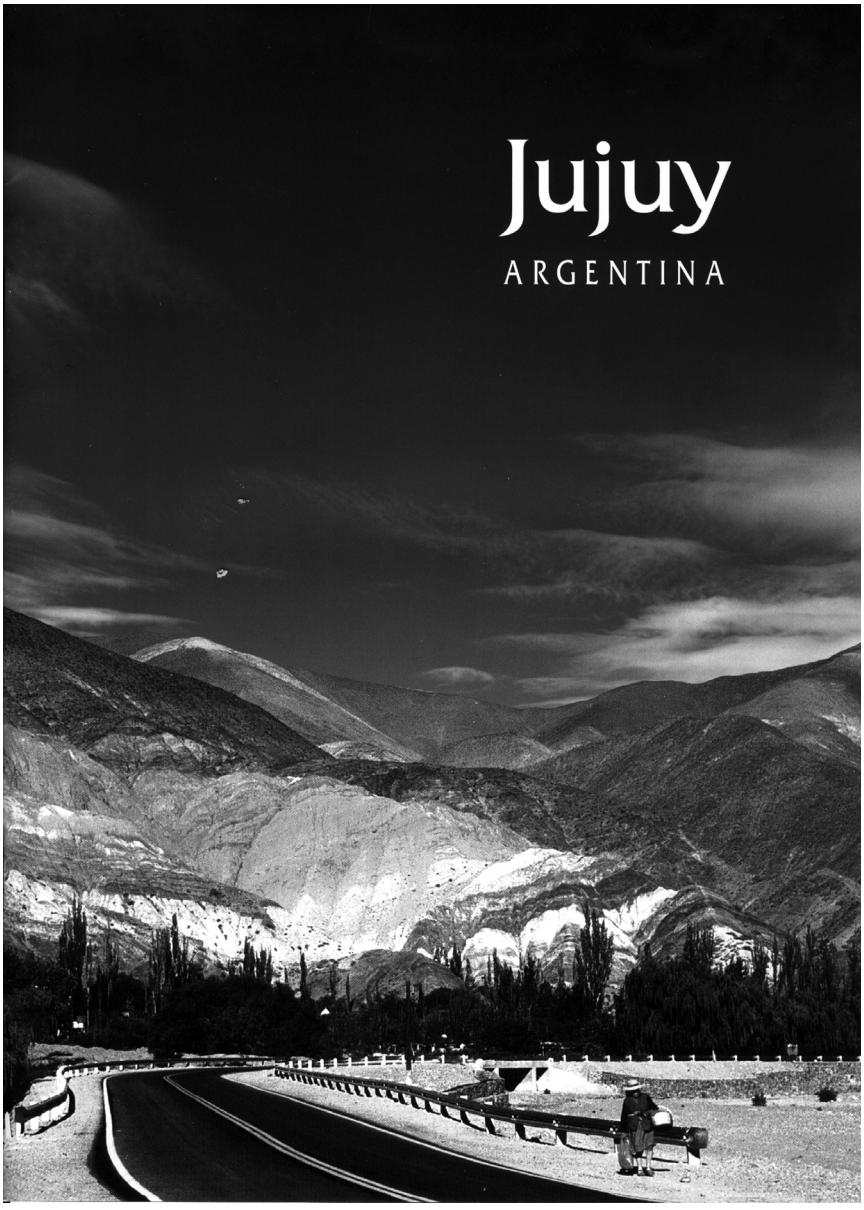
giait les représentants de la société civile. Les deux processus se sont amorcés consécutivement et l'actuelle volonté de faire émerger des territoires de gestion communs résulte en partie de la labellisation UNESCO. L'objectif est d'ailleurs de répondre aux recommandations de l'ICOMOS quant aux risques encourus par le site tant à cause du tourisme qu'à cause des problèmes de contrôle et de préservation des ressources d'eau. En 2007, la question de la gouvernance de l'eau semble intéresser au plus haut point les acteurs locaux qui restent aujourd'hui dans l'attente d'une aide pour définir le périmètre et la structure la plus pertinente afin de mener à bien ce projet. Les questions de manque de financements se posent également et expliquent les synergies actuelles pour remédier à cela, surtout lorsque l'on compare la Quebrada à la zone voisine des Yungas, classée Réserve de Biosphère et fortement dotée en financements internationaux, mais où aucun projet de territoire ne parvient à émerger.

Les projets de territoires emboîtés correspondent de plus en plus au périmètre classé par l'UNESCO. La Quebrada, qui ne constituait pas réellement un référent identitaire commun pour les habitants de la zone avant le projet de classement, tend à devenir un territoire homogène à la fois vécu et perçu comme tel par les habitants et les visiteurs et pris en compte comme une entité de référence dans les futurs projets de gestion. Un des changements majeurs depuis la labellisation du territoire est sans doute cette consolidation d'un sentiment identitaire commun qui se traduit par des dynamiques centripètes, positives et locales de la part des différents acteurs.

Conclusion

La Quebrada de Humahuaca, paysage culturel de l'UNESCO depuis 2003, est devenue en quelques années une véritable épine dorsale structurante tant au niveau culturel et identitaire, qu'économique et touristique à l'échelle de la Province de Jujuy et à l'échelle du nord-ouest argentin (NOA). Route empruntée depuis des millénaires, elle continue d'être un point de passage pour les voyageurs et les marchandises à destination ou en provenance du Chili (Paso de Jama) et de la Bolivie. L'importance de cet axe, proche des frontières, et amené à jouer un rôle essentiel dans la structuration des offres touristiques du NOA, ne doit pas faire oublier les menaces en termes de protection des patrimoines qui pèsent sur ce territoire. L'ensemble de ces menaces est néanmoins bien pris en compte dans la Quebrada, comparativement à d'autres espaces protégés sud-américains entravés par des conflits d'acteurs et incapables de faire émerger de véritables projets de territoires structurants. La valorisation territoriale et patrimoniale a ici le double avantage d'être peu conflictuelle et de s'appuyer sur des logiques et des synergies locales. L'enjeu majeur, bien identifié par les acteurs publics et privés, serait alors de concilier les logiques de protection et de valorisation patrimoniales avec le développement d'un tourisme respectueux des identités locales et conciliable avec les enjeux du développement durable.

Plaquette touristique du *Secretaria de Turismo y Cultura* de la Province de Jujuy



Point de vue de la Quebrada du Humahuaca, « Paysage culturel » sur la liste du Patrimoine mondial de l'humanité de l'UNESCO depuis 2003. Le paysage grandiose et coloré, la route, symbole de modernité et d'ouverture et l'indienne en costume traditionnel construisent l'image type de cette plaquette touristique du Secretaria de Turismo y Cultura de la Province de Jujuy. (Cliché : J. Rodriguez), www.turismo.jujuy.gov.ar

BIBLIOGRAPHIE

- Beschaouch Azedine, « Patrimoine, sites, tourisme : de quelques contradictions », *in* ICOMOS, 1999, *Accueil, aménagement et gestion dans les grands sites*, Les cahiers de la section française de l'ICOMOS, Arles, 1999.
- DECLARATION de NEWCASTLE, « *Paysages culturels, législationd, gestion et participation du public : le patrimoine, défi de la citoyenneté* », X[e] Séminaire international Forum UNESCO « Université et Patrimoine », http://universidadypatrimonio.net/fra/red_forum_unesco/resoluciones/doc/2005Newcastle_fra.pdf, 2005
- Fellner Liliana (coord.), *Quebrada de Humahuaca, Un Itinerario Cultural de 10 000 Años*, Propuesta para la Inscripción a la Lista de Patrimonio Mundial de la UNESCO, Provincia de Jujuy, República Argentina, 2002.
- Horwath Argentina, Gobierno provincial de Jujuy, *Plan de Desarrollo Turístico Sustentable para la Provincia de Jujuy*, 2006.
- ICCROM, *"Le défi des paysages culturels"*, Chronique, n° 29, Juin 2003, 2003, p. 23.
- Lazzarotti Olivier, « Patrimoine et tourisme : un couple de la mondialisation », Mappemonde, n° 57, 2000.
- Reboratti Carlos (dir.), *La Quebrada, Geografía, historia y ecología de la Quebrada de Humahuaca*, Éditorial La Colmena, Buenos Aires, 2003.
- UNESCO, *Convention pour la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel*, Paris, 1972.
- UNESCO, site internet du centre du Patrimoine mondial : http://whc.unesco.org.
- UNESCO, *Operational guidelines*, http://whc.unesco.org/fr/orientations, 2005.

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

La Quebrada de Humahuaca, située dans la Province de Jujuy (Nord-ouest argentin, NOA), est un espace qui a été classé « Paysage culturel » par l'UNESCO en 2003. Cette labellisation accompagne une mise en tourisme et une prise de conscience pour la préservation et la valorisation des patrimoines. Les aménités du territoire et son attractivité rendent urgente la mise en place de structures de gestion afin de fédérer les acteurs face aux risques environnementaux et face au développement incontrôlé du tourisme. L'émergence de nouveaux territoires, sur des bases locales de bonne gouvernance, peut alors être perçue comme une évolution positive capable de concilier les exigences du développement durable et les dynamiques économiques actuelles.

La Quebrada de Humahuaca, en la Provincia de Jujuy (NOA), fue declarada "paisaje cultural" por la UNESCO en 2003. Esta clasificación acompaña un proceso de desarrollo del turismo y una toma de conciencia para la preservación y la valorización de los patrimonios. Los características del territorio y su atractividad necesitan estructuras de gestión para movilizar los actores del territorio frente a los riesgos ambientales y al desarrollo descontrolado del turismo. La aparición de nuevos territorios, en busca de una buena gobernanza, puede ser percibida como una evolución positiva capaz de conciliar las exigencias del desarrollo sustentable con las dinámicas actuales.

The Quebrada of Humahuaca, in Jujuy Province (NOA), was classified "Cultural landscape" in 2003 by the UNESCO. This labelization go with an opening to tourism and an awareness for the patrimonial preservation and valorisation. Territory amenities and attractiveness urging the administrative process in order to gather the participants in front of environmental risk and uncontrolled tourism development. Emergency of new territories, on local base of good governance, may be perceived as a positive evolution competent to agree sustainable development and actual economic dynamics.

MOTS-CLÉS

- **Paysages culturels**
- **Tourisme**
- **Patrimoine**
- **Territoires**
- **UNESCO**

PALABRAS CLAVES

- **Paisaje cultural**
- **Turismo**
- **Patrimonio**
- **Territorios**
- **UNESCO**

KEYWORDS

- **Cultural landscape**
- **Tourism**
- **Heritage**
- **Territorios**
- **UNESCO**

Carlos R. S. Milani et Chloé Keraghel*

Développement durable, contestation et légitimité : la perspective des mouvements altermondialistes

La notion de développement durable est déjà à l'ordre du jour de la Conférence de Stockholm en 1972. Par la suite, elle est reprise dans le débat académique et retravaillée au sein des agences du système des Nations-Unies et de plusieurs organisations non-gouvernementales. Les définitions d´un développement durable sont très diverses. Il y a presque autant de définitions que d´acteurs parlant au nom du développement durable : associations, administrations publiques, mouvements écologiques, organisations internationales, syndicats, entreprises et cabinets de consultants évoquent tous le développement durable dans l´actualité. En fait, son succès rhétorique tient pour beaucoup à ses ambiguïtés et à sa prétention à tout concilier [Smouts, 2005]. Il existe néanmoins un certain consensus dans toutes ces définitions autour de l'équilibre nécessaire entre les trois axes *société*, *économie* et *environnement*, mais également en ce qui concerne les rapports entre les générations présentes et futures. Un certain mode de développement, fondé sur le recul à l'infini des limites physiques de la planète, serait devenu caduc et sa poursuite aux différentes

* Respectivement Universidade Federal da Bahia (UFBA, Brésil) et CNPq ; Bridge Initiative International.

échelles spatiales et temporelles serait clairement impraticable et insoutenable pour l'humanité tout entière [Sachs, 1993].

L'évolution du concept de développement durable, notamment depuis la Conférence de Rio de Janeiro en 1992, dévoile les nombreuses contradictions de l'action politique à tous les niveaux. Les différents programmes et agences spécialisées des Nations-Unies soutiennent la plateforme du développement durable dès le début. Il est également au centre des conclusions de la Stratégie Mondiale pour la Conservation, publiée en 1980 par l'Union Internationale pour la Conservation de la Nature et des Ressources Naturelles (IUCN, appelé aujourd'hui *World Conservation Union*) et du Rapport de la Commission Mondiale sur l'Environnement et le Développement (le Rapport Brundtland, publié en 1987). Dans ces deux documents, les éléments centraux du développement durable sont la solidarité à travers et entre les générations, ainsi que les notions de besoins essentiels [Pearce et Warford, 1993]. Et pourtant, malgré cet engouement international pour le développement durable, sa définition reste très difficile à préciser, surtout en terme d´action politique. Même lors de la Conférence de Rio de Janeiro en 1992, malgré tous les efforts menés par les gouvernements et les organisations non-gouvernementales, les divergences entre le Nord et le Sud se sont perpétuées. Au-delà des clivages traditionnels (protection de l'environnement / besoin de croissance économique, régulation internationale sur les biens communs / exercice de la souveraineté nationale, conditionnalités financières / financements additionnels), les pays du Nord ont privilégié les principes du pollueur-payeur et de la précaution, la préservation des ressources naturelles et le contrôle de la natalité dans les différents documents de la Conférence, alors que les pays du Sud ont préconisé le partage des responsabilités (notamment financières), le transfert des technologies nouvelles selon des bases plus favorables que celles du marché, ainsi que l'augmentation de l'aide publique au développement (selon le but fixé par l'ONU de 0,7 % du PNB).

Une fois encore, dans le cadre de ce « processus de Rio » (qui comprend les sommets de Rio +5 à New York et Rio +10 à Johannesburg), l´action collective pour sauver la planète n´a pas supplanté la quête de la croissance économique en tant que thème directeur de l'ordre mondial. En Amérique latine, par exemple, la décennie 1990 a été marquée par les politiques d'ajustement structurel et la recherche des taux élevés de croissance, la problématique environnementale jouant un rôle mineur dans les négociations politiques et les arbitrages financiers dans les investissements à réaliser par l´État et les entreprises. Encore de nos jours, les responsables des dossiers relatifs à l´environnement ont du mal à les faire passer en priorité face aux impératifs économiques de croissance des exportations : c´est le cas, par exemple, du Brésil où le gouvernement national accorde davantage d´importance à l´agro-business d´exportation qu´à la protection de la production agro-écologique et

familiale ou à la demande des altermondialistes d´interdiction des organismes génétiquement modifiés.

Le bilan du processus de Rio est donc mitigé : la critique à ses résultats peu contraignants passe par la reconnaissance de l'incapacité de l'actuel modèle économique à résoudre les problèmes socio-environnementaux qu'il engendre. Cela veut dire que la crise contemporaine de l'environnement ne peut pas être désignée comme un simple résultat de l'action prédatrice du Nord. En Amérique latine en particulier, la corruption, la mauvaise utilisation des fonds publics, la mise en œuvre de politiques publiques qui ne tiennent toujours pas compte de critères socio-environnementaux y sont également pour quelque chose. Certes, dans la plupart des cas, les politiques d'ajustement structurel imposées par les instances financières internationales ont un rôle majeur dans le maintien de cette situation, mais ceci n'élimine aucunement le rôle des responsables politiques nationaux dans la conduite des affaires des pays de la région.

Par conséquent, il n´est pas surprenant que les acteurs de la contestation transnationale s´emparent du sujet du développement durable en posant la problématique de la légitimité et de l´approfondissement du débat politique sur la définition elle-même de la durabilité. Au sein des mouvements altermondialistes, l'écho du développement durable se fait entendre notamment quand le débat porte sur l´accès à l´eau, l'économie solidaire ou – dans une perspective plus critique encore – la décroissance soutenable. Les altermondialistes questionnent le développement durable par leur positionnement à l'égard d´un modèle néolibéral qui néglige la diversité des cultures et la particularité des histoires locales. Comme nous voulons le démontrer dans cet article, la question centrale sur l´avenir stratégique du développement durable est ainsi posée en termes de légitimité politique, car l´ordre du jour des négociations internationales et le contenu des programmes actuellement mis en œuvre renvoient à des projets de société qui divisent les acteurs du développement, notamment en Amérique latine. Aussi nous efforcerons-nous dans cet article de répondre à trois questions : comment la contestation transnationale s´organise-t-elle et quels en sont les acteurs principaux ? Comment le développement durable est-il envisagé au sein du Forum social mondial (FSM) ? Pourquoi et en quoi la définition de stratégies de développement durable peut-elle intéresser les mouvements altermondialistes ?

La contestation transnationale et le forum social mondial

En tant que processus politique le FSM peut être perçu comme partie intégrante d'un mouvement plus large communément appelé le mouvement altermondialiste. Cette appellation récente s'est substituée à celle d´acteurs de l'antimondialisation, marquant par là un passage majeur de positionnement politique du mouvement. L´altermondialisme prend ses racines en 1994 avec

l'émergence du mouvement Zapatiste au Mexique qui peut être considéré comme la première insurrection contre la mondialisation néolibérale et les Accords de l'ALENA [Le Bot, 2003]. La contestation se manifeste par ailleurs depuis la fin des années 1990 par le biais de *mobilisations* qui prennent la forme de contre-sommets et rassemblements – Seattle, Gênes, Nice – jusqu'au premier contre-sommet au Forum économique de Davos qui donne naissance par la suite à la première édition du FSM organisée dans la ville de Porto Alegre au Brésil en janvier 2001 [Agrikoliansky et *al.*, 2005 ; Caramel, 2001].

La question qui se pose après les manifestations de rue est celle de l'organisation de la contestation afin de construire des propositions concrètes. Après Seattle, les leaders des mouvements prennent l'habitude de se rencontrer en multipliant les réunions stratégiques pour débattre du calendrier des mobilisations et articuler les réseaux du Nord et du Sud. Le Forum International sur la Mondialisation en est un exemple, il se définit comme une alliance entre des économistes et des militants, dont Maude Barlow (*Council of Canadians*), Vandana Shiva (*Research Foundation for Science, Technology and Ecology*), Walden Bello (*Focus on the Global South*) et Martin Khor (*Third World Network*), qui jouent un rôle prépondérant dans la contestation à l'égard de l'économie néolibérale en mettant sur place un autre type de combat politique : la dénonciation de la protection excessive accordée aux investissements des entreprises multinationales grâce à la clause sur l´*expropriation de capital* (présente dans les textes de l´AMI et actuellement en vigueur dans le cas de l´ALENA, à travers son article XI). Cette clause risque d´empêcher tout effort souverain de mise en œuvre de politiques sociales ou environnementales par les États, car celles-ci peuvent être considérées comme une barrière à la libre expansion des investissements. L´ONG nord-américaine *Public Citizen* publie plusieurs rapports sur les méfaits de cette clause au sein de l´ALENA et des risques qu´elle représente pour l´éventuelle constitution d´une zone de libre-échange dans les Amériques.

Dans ce cadre, la logique de construction d´alliances politiques avec certains gouvernements devient une stratégie importante du mouvement altermondialiste. Par la diffusion de rapports de contre-expertise, la réalisation de campagnes et des actions de *lobbying*, les altermondialistes essaient d´identifier et de convaincre certains gouvernements nationaux des dégâts des stratégies économicistes de développement. Dans le cas de la réunion ministérielle de l´OMC à Cancun en septembre 2003, par exemple, une alliance s´est établie entre les gouvernements du Brésil et de l´Inde (entre autres), d´un côté, et le mouvement altermondialiste, de l´autre, contre le maintien des règles inégalitaires sur le commerce des biens agricoles entre les pays du Nord et du Sud.

Dès le premier Forum en 2001, puis en 2002 à Porto Alegre, les principaux thèmes débattus sont l'opposition à la mondialisation néolibérale et la recherche d'alternatives pour un monde meilleur. A la suite de sa première édition en

2001, le FSM s´élargit à d'autres Forums à différentes échelles : forums régionaux, locaux, continentaux ou thématiques. Les Forums Sociaux constituent ainsi une tribune propice au dialogue et à la réflexion aux alternatives possibles au modèle néolibéral et peuvent être considérés comme des espaces ouverts de rencontre, de débats et de propositions ou, comme le suggèrent Thomas Ponniah et William Fisher, « un espace pédagogique qui permet l'apprentissage, la mise en réseau et l'organisation politique » [Fisher et Poniah, 2003]. En 2003, une nouvelle étape du processus politique marque l'inauguration du passage d'une réflexion à une proposition particulière d'alternatives au système politique et économique mondial en vigueur. Les divers acteurs de la contestation transnationale réussissent à imposer un espace public de débats par opposition au Forum Economique de Davos et interpellent désormais le pouvoir politique traditionnel. Si les convergences de luttes et les échanges sont nombreux au sein de ce *réseau de réseaux*, la difficulté à gérer la diversité au sein du mouvement reste de mise, tout autant que la question d'un consensus autour de projets d´une société durable qui restent à définir [Rojo, Milani et Arturi, 2004].

En janvier 2004, lors de la rencontre du FSM tenue pour la première fois hors du Brésil à Mumbai, en Inde, un changement majeur s'opère de façon significative : le forum intègre son opposition au système des castes et aux fondamentalismes religieux. L'accroissement du nombre de participants à cet événement mondial – de 15 à 20 000 personnes lors du premier, à plus de 150 000 lors du cinquième en Inde – atteste de la pertinence du Forum et de l'intérêt que les gens lui portent à travers le monde. Cet ordre de grandeur est un des résultats de la culture politique enseignée et pratiquée lors du forum, celle d'être un « espace ouvert » [Keraghel et Sen, 2004]. Cet accroissement provoque aussi des défis en terme d'organisation et de gestion. À Mumbai, le Forum est marqué par une participation de masse et par une plus large participation des femmes. En dépit du fait de s'autoproclamer le Forum *social* mondial ce mouvement est a priori une idée politique et ses fondateurs, désormais leaders, ont aussi clairement énoncé une certaine culture politique pour sa conduite.

Désormais conscient de sa propre mondialisation tout autant que du passage de la position d´*anti* à celle d'*alter*, le mouvement altermondialiste questionne le développement durable notamment par son positionnement à l'égard du modèle imposé par la globalisation néolibérale et qu´il considère comme homogénéisant. Par conséquent, il est essentiel de connaître les contenus des débats sur le développement durable qui distingueraient les acteurs de la contestation transnationale, au Nord comme au Sud, des acteurs institutionnels qui négocient des accords et mettent en œuvre des programmes internationaux dans le « même » domaine du développement durable.

Le débat sur le développement durable au sein du forum social mondial

Le développement durable se trouve au cœur des débats du FSM et de ses déclinaisons thématiques et régionales. Les discussions ne sont pas de même nature que celles des négociations intergouvernementales se déroulant au sein du système onusien. En 2001, à Porto Alegre, le développement durable intègre le deuxième axe de discussion du Forum, intitulé « l´accès à la richesse et à la durabilité ». Parmi les thématiques des ateliers organisés à l´intérieur de cet axe figurent le contrôle social sur l´environnement, la protection de l´environnement, la démocratisation des connaissances scientifiques, ainsi que la privatisation du savoir dans le cadre des règles concernant la propriété intellectuelle. En 2002, ce même axe de discussion est maintenu, les ateliers ayant mis davantage en relief les questions suivantes : les liens entre la technoscience, l´écologie et le capitalisme ; l´agro-écologie et les droits de propriété intellectuelle ; la consommation verte, éthique et durable ; et les villes en tant qu´espaces de durabilité. En 2003, il y a un changement des axes thématiques : c´est le premier axe qui concerne le développement démocratique et durable. Il est intéressant de noter le lien qui est d´emblée établi entre la durabilité et la démocratie, celle-ci étant considérée comme un préalable nécessaire à celle-là. Dans les discours des altermondialistes, la gestion des ressources naturelles, par exemple, passe avant tout par la mise en œuvre de mécanismes démocratiques de contrôle social sur l´accès à ces biens.

Lors du quatrième FSM à Mumbay en 2004, un ensemble d´organisations (*Peoples World Water Forum*, *Asia Pacific Movement on Debt and Development*, *Public Citizen*, *Sweetwater Alliance*, *Council of Canadians* et *Cry of the Water*) met en place le Forum populaire mondial des eaux. Des militants internationalement reconnus tels que Vandana Shiva, Ricardo Petrella et Tony Clarke participent à ces débats. Dans le cadre du Forum social panamazonien, pendant les éditions de janvier 2002 (à Belém du Pará, au Brésil), janvier 2003 (aussi à Belém) et février 2004 (à Ciudad Guayana, au Venezuela), les militants et les participants analysent le développement sous l´angle de la souveraineté écologique, la gestion durable et populaire du territoire, la préservation des zones forestières protégées (les *reservas extrativistas*), la sécurité alimentaire, la biodiversité, la production agro-écologique par les familles rurales, la géopolitique de l´eau, ainsi que la gestion des ressources hydriques.

En outre, à partir de la lecture des articles présentés dans la « bibliothèque des alternatives » du site officiel du FSM et de l´analyse de certains discours prononcés par les principaux leaders des mouvements et organisations ayant participé aux différentes éditions du Forum (Francisco Whitaker, Arundathi Roy, Walden Bello, entre autres), il est possible de dégager une série de critiques au sujet de la bureaucratisation croissante du débat sur le développement

durable et des plans d´action qui en découlent. Ces critiques ont pour point de départ le Rapport *Notre avenir à tous* et l´Agenda-21, les deux documents parmi les plus cités par les agences internationales travaillant sur le développement durable et qui servent de fondement à d´innombrables initiatives internationales. Ces deux documents ont été préparés par des équipes composées de diplomates, fonctionnaires internationaux et experts venus du Nord, Sud, Est et Ouest de la planète. Cette composition « globale » de leur équipe de rédaction a fait preuve apparente de diversité d´opinions et a constitué un grand atout politique, mais a produit un compromis tel que leur contenu est vidé d'un sens précis. Le premier défaut du Rapport Brundtland et de l´Agenda-21 résulte donc d'un de leurs points forts : cet effort pour arriver à un compromis et éviter des oppositions politiques, ainsi que la tentative de lier à tout prix environnement et croissance économique, écologie et expansion du commerce international, protection de l'environnement et neutralité de la technologie, débouchent sur la production de formules souvent très vagues ou nécessitant des apports financiers peu réalistes. Le Rapport Brundtland, de plus, n'attire pas l'attention sur les vrais coûts et les différentes visions culturelles du développement durable.

Un autre genre de critique formulée par les altermondialistes concerne les prémices du développement durable. Par exemple, en matière de durabilité, comment ne pas toucher à la question de la distribution des richesses ? Le Rapport Brundtland mentionne seulement l'accroissement de la richesse pour une redistribution future. Sur le plan international, remettre en cause la distribution du revenu existant impliquerait de ne pas accepter l'inégalité flagrante entre les pays développés et les pays les moins avancés (ainsi que les inégalités au sein des pays eux-mêmes). Quel serait le revenu de base nécessaire à l'avènement du développement durable pour chacun des pays ? Cette interrogation intégrait, dans les années 1970, les discussions sur le nouvel ordre économique mondial, mais elle n´est pas reprise dans les débats intergouvernementaux actuels sur le développement durable, une fois de plus à mi-chemin entre les compromis politiques et la rigueur intellectuelle et théorique.

Sur le plan national, lorsqu'on parle de changement de paradigme du développement, comme nous y incite le concept du développement durable, comment ne pas toucher au capital productif et aux ressources naturelles en vue d'une réforme de la propriété de la terre ? Au Brésil, par exemple, la question de l'accès à la terre productive (garantissant en même temps l'accès au marché pour les produits) est au cœur des négociations politiques et des conflits entre les responsables du gouvernement, les propriétaires fonciers et les mouvements sociaux (notamment le Mouvement des Sans Terre, un des piliers du FSM au Brésil). Il serait précaire de parler sérieusement d'un développement durable au Brésil (et ailleurs en Amérique latine) sans toucher la question-clé des inégalités sociales historiquement construites.

Plusieurs questions, peu de réponses… Aux yeux des mouvements altermondialistes, les limites des conceptions sur le développement durable soutenues par les agences institutionnelles sont ainsi de plusieurs ordres : temporel (les temps du développement durable sont-ils les mêmes partout ?), spatial (quel est le degré de variation contextuelle possible dans la mise en œuvre du développement durable ?), politique (qui participe à la définition de cette durabilité ?), économique (quelle est la place de l´économie marchande par rapport à la valeur immatérielle de l´environnement ?), culturel (quelles sont les hiérarchies entre les différentes formes de savoir définissant les fondements du développement durable ?). Ici, nous n'avons énuméré que quelques-unes de ces limites, car, en dernière analyse, le concept tel qu'il est présenté dans les rapports intergouvernementaux ne semble pas faire une distinction claire et nette entre les différentes tournures du développement durable et les expressions de la « durabilité » : il y a souvent un manque de clarté quant à un développement durable *outil d´analyse* et un autre *champ d´action politique* [Smouts, 2005, p. 7].

Les agences intergouvernementales essayent de rendre compatible l'approche d'une économie de marché avec la promotion du développement durable, notamment dans sa version durabilité faible [Beckerman, 1994]. La justification donnée à cette démarche « mixte » est notoirement économique, même si les valeurs éthiques, esthétiques, scientifiques sont souvent mentionnées comme facteurs d'appui au raisonnement de la préservation. Le Rapport Brundtland rappelle, par exemple, que les raisons économiques ne sont pas les seules à justifier la conservation des espèces ; mais, pour ceux qui exigent des comptes, la valeur économique du matériel génétique que renferment toutes les espèces devrait justifier largement leur conservation. Mais à quel prix, se demandent les altermondialistes, et plus particulièrement les mouvements écologistes qui en font partie ? Jusqu´où va la limite de la marchandisation de la vie ? Car l'adoption de cette démarche en accord avec une régulation exclusivement économique de l'environnement peut déboucher sur le maintien des inégalités au sein et entre des pays du Nord comme du Sud. La révolution biogénétique (présentée comme l'un des facteurs de la préservation des espèces dans le Rapport Brundtland) ne profite guère aux pays qui en ont vraiment besoin. Laisser l'environnement en tant que bien collectif à la seule régulation du marché, et ceci dans la seule perspective de la conservation de la nature, peut avoir des effets pervers sur la société tout entière, mais plus encore pour les petites communautés rurales et appauvries. Un exemple : la société Merck – celle qui a signé un accord avec le gouvernement du Costa Rica afin de rechercher la diversité biologique de ce pays d'Amérique Centrale – s'est installée au Maranhão (Brésil), où elle possède le monopole de la production mondiale de *policarpina* (obtenue à partir du *jaborandi*, plante native de la région). Cela va sans dire que les Indiens brésiliens et les habitants de la région du Maranhão reçoivent un montant dérisoire pour la collecte dans une propriété qui possède environ sept milliards

d'unités de « jaborandis », espèce actuellement menacée d'extinction. Afin de contrecarrer cette tendance mondiale, serait-il possible, comme le demande Vandana Shiva à partir de son expérience dans le projet Navdania en Inde, de considérer l´environnement (l´eau, les semences, la biodiversité, etc.) dans la seule perspective des biens communs ?

Boaventura de Sousa Santos, l´un des intellectuels les plus actifs dans le mouvement altermondialiste, rappelle qu´il faut donner une réponse politique aux dangers écologiques : à part les formes de régulation systémiques (par le marché ou par la seule puissance étatique), la réponse pourrait également venir de la conscientisation des citoyens, de leur participation active et de leur vigilance. Devant l'absence d'un seul système capable de promouvoir les changements nécessaires dans les relations société-économie-environnement, les citoyens mobilisés et les secteurs atteints par les dangers écologiques seraient les seuls acteurs capables de jouer le rôle d'un organe social qui s'apercevrait des interdépendances écologiques et donnerait la priorité à la protection de l'environnement. Or, cela est sûr, cette orientation du développement durable doit se fonder sur une participation démocratique et un idéal de justice sociale que tous les citoyens, en Amérique latine et ailleurs, sont loin de partager [Sousa Santos, 2002].

Le besoin politique d´approfondissement de la participation

Dans la perspective de la contestation politique que le FSM souhaite exprimer sur le plan mondial, la pensée sur le développement durable peut contribuer à de profonds changements de l´économie politique internationale. En premier lieu, parce que cette pensée pourrait se lire en tant que dénonciation du « laisser faire » typique du libéralisme économique. L'impasse écologique obligerait le capitalisme libéral à une mutation structurelle, car l'*homo oeconomicus,* celui qui sert de modèle aux raisonnements économiques traditionnels, possède la caractéristique de ne pas consommer ou de surconsommer ce qu'il produit et de ne pas produire ce qu'il a besoin de consommer. La « main invisible » qui préconise la dérégulation des marchés et la satisfaction des intérêts individuels débouche sur des résultats désastreux en matière de protection de l'environnement.

En ce sens, la problématique du développement durable peut permettre aux sujets contemporains de se dégager enfin du rapport de force qu'ils avaient établi avec la nature. Voici un deuxième aspect révolutionnaire de la pensée sur le développement durable qui retrouve des échos favorables au sein du mouvement altermondialiste [Rousset, 2002]. Car la question n'est pas de savoir ce que l'être humain sera encore à même de faire pour transformer la nature et la conquérir, mais ce que la nature pourra supporter. La promesse de la technologie s'est transformée en menace ; d'où le besoin d'anticiper la menace elle-même. C´est en ce sens que, comme le rappelle Marie-Claude Smouts, le développement

durable est un projet politique contestataire, car il met en cause l´ordre existant [Smouts, 2005, p. 8].

En outre, en encourageant l´analyse critique des rapports entre l´espèce humaine et la nature, la pensée sur le développement durable peut conduire les acteurs politiques à tenir de plus en plus compte de l´urgence de la protection des biens communs de la planète. Bertrand Badie souligne que la prise en compte de la définition des biens communs par la communauté internationale devrait suggérer également l'importance des mécanismes régulateurs dont ils sont probablement porteurs : car ces biens touchent aux conditions primordiales de la survie de l'humanité. En dessinant les contours d'une société mondiale, l'hypothèse sous-jacente à l'idée de biens communs transcenderait les facteurs de division et susciterait un potentiel de régulation des relations internationales en raison d'un destin commun [Badie, 1995].

La question des mécanismes de régulation des biens communs planétaires est évidemment au centre des débats et des propositions du mouvement altermondialiste. Point fondamental : comment définir ces biens communs ? Quelles sont les ressources qui doivent faire l´objet d´une régulation politique non-marchande sur le plan mondial ? Quels acteurs devraient participer à la négociation ? Ces questions sont révélatrices d´une dimension du développement durable qui nous paraît essentielle pour comprendre comment et pourquoi les altermondialistes s´intéressent à ce concept : la définition de la durabilité est une affaire hautement politique révélant des projets de sociétés, des représentations sociales, des visions économiques et des manières de concevoir les relations entre la nature, la société, l´être humain et le marché qui sont plurielles, voire contradictoires. Comme l´affirme Pierre Lascoumes, « le contenu du développement durable est à construire. Il s´agit en quelque sorte d´un standard de jugement qui nécessite à chaque utilisation un travail délicat de négociation en fonction des éléments et des contextes auxquels on veut l´appliquer » [Lascoumes, 2005, p. 95].

Du coup, les acteurs de la contestation revendiquent une radicalisation de la démocratie sur le plan mondial et une participation politique accrue des citoyens dans les processus de prise de décision. Teivo Teivanem, par exemple, souligne le besoin de rendre visibles les actions des altermondialistes traditionnellement invisibles sur la scène mondiale. Pour lui, il est possible de construire un nouveau projet d´émancipation sociale sur les quatre piliers suivants : l´universalisation de l´accès aux biens et aux services nécessaires à une existence digne ; la non-marchandisation de la vie ; le refus de la guerre et de la violence ; l´expansion de la souveraineté populaire y compris sur les relations économiques internationales [Teivanem, 2004].

Une partie des fondements philosophiques qui justifient cette demande de participation politique par les altermondialistes est liée à la crise actuelle de

l´intergouvernementalisme et du multilatéralisme. L´unilatéralisme nord-américain et la partialité des règles du système international contribuent de façon décisive à la remise en question de l´idée de communauté internationale. De plus, cette crise est également due à la transformation d´un modèle de société internationale au sein de laquelle les États-nations auraient un rôle exclusif dans la régulation des affaires du monde. L´intergouvernementalisme est sous pression face à l´émergence de ces mouvements contestataires, qui ne fondent pas leurs stratégies exclusivement sur une base territoriale nationale (différemment, par exemple, des mouvements sociaux du XIX[e] siècle). Leur champ d´action est l´espace transnational, considéré comme un « continuum » territorial allant du local au national et au global [Amiraux, 1999] dans lequel évoluent des projets politiques qui se veulent émancipateurs, des pratiques non traditionnelles de l´idée de citoyenneté et des symboles en vue d´un nouvel imaginaire collectif (*un autre monde*…). Leur identité politique se situe donc au-delà de la frontière nationale, ce qui peut être expliqué par un triple déplacement de la puissance internationale : du public vers le privé, du national vers le transnational, de l´État-nation vers les institutions financières et commerciales internationales [Badie, 1995]. Face à ces déplacements de la puissance, les altermondialistes exercent déjà leur contestation et essaient de participer, à leur façon, à la gestion des affaires du monde.

Même s´ils utilisent un répertoire moderne d´actions collectives typiques du XIX[e] siècle (telles que Charles Tilly les avait identifiées : manifestations de rue, grèves et pétitions), ils déploient au moins trois nouvelles stratégies de participation politique. En premier lieu, leur action doit toujours être un *happening*, selon la tradition des mouvements des années 1968, et les protestations augmentent au fur et à mesure que s´étend le projet néolibéral. En deuxième lieu, ils utilisent la contre-expertise, par le biais de rapports, de réunions et des médias alternatifs. En troisième lieu, ils font de leur action un événement médiatique y compris par le biais d´actes de désobéissance civile [Dufour, 2005]. La médiatisation des rencontres altermondialistes donne à ces mouvements l´occasion de se faire connaître sur le plan mondial. Comme Susan George, leader importante du mouvement, a affirmé à l´une de ces rencontres en faisant allusion à leur opposition directe au Forum de Davos, l´OMC, la Banque Mondiale et le FMI : « Où qu´ils soient, nous y serons aussi » [Fougier, 2002]. La recherche de la couverture médiatique sert également au processus de construction de l´identité du mouvement altermondialiste.

Néanmoins, les clivages entre les altermondialistes « réformistes » (par exemple, des organisations qui intègrent le Conseil économique et social de l´ONU et qui ont participé au Sommet du Millenium en mai 2000) et les « radicaux » (qu´ils soient internationalistes ou nationalistes) ont conduit à une impasse dont l´issue politique n´est pas à ce jour clairement définie : comment

faire le choix en faveur d´une position commune entre jouer les rapports de force par opposition aux agences financières et la logique néolibérale du système économique d´une part, ou intégrer la négociation internationale et tenter de changer l´ordre mondial à travers ses brèches institutionnelles d´autre part ?

Il semble que certaines limites imposées à une participation politique accrue des acteurs de la contestation se retrouvent au sein même du mouvement altermondialiste. Éviter de construire un discours unifié, reconnaître la différence en leur sein, se définir comme un espace-mouvement où les différentes cultures se rencontrent, éviter la nomination d´un porte-parole du mouvement, adopter la confusion en tant que tactique, refuser l´urgence et travailler sur le long terme, *inter alia*, sont des éléments qui caractérisent profondément le FSM. Ce sont là des traits qui les distinguent clairement des acteurs institutionnels de la coopération internationale et des relations internationales. Finalement, un défi que les altermondialistes semblent vouloir poser est aussi situé du côté des représentations de la mondialisation : ils savent que la structure inégale de la représentation politique sur le plan mondial est le reflet des inégalités des forces sociales ; du coup, les altermondialistes essaient lentement de changer cette structure inégale en leur faveur en travaillant, par exemple, sur les identités, les symboles, les valeurs et la culture.

Conclusion

Si de nombreux militants altermondialistes évoquent le FSM comme un nouvel acteur de la scène mondiale, c'est surtout son rôle d´émancipation et sa capacité à offrir un espace politique ouvert qui priment aujourd'hui [Milani et Laniado, 2006]. Le Forum constitue un lieu d'échanges, de mise en réseau et de construction de projets collectifs, jouant ainsi un rôle important dans le développement de la pédagogie de la participation destinée de façon prioritaire aux militants de la contestation transnationale. Néanmoins, le FSM doit faire face à plusieurs obstacles afin de se maintenir pluriel, tout en gardant sa cohésion autour de ses valeurs et de ses choix stratégiques. L´une des questions sans réponse à ce jour est celle de la pérennité de l´approche politique basée sur la diversité : cette multiplicité d´acteurs et d´opinions tiendra-t-elle sur le long terme à partir du moment où des propositions concrètes devront être mises sur la table des négociations en matière de développement durable ? De la gestion des tensions qui se créent entre la multiplicité de positionnements (des militants, des mouvements, des organisations) et la formulation collective des propositions découle un risque : selon les altermondialistes eux-mêmes, ce risque ne serait pas lié à l'hétérogénéité des acteurs présents au sein du mouvement, mais au fait de tenter de promouvoir un faux consensus sans toucher aux sujets qui causent problème. L´étymologie même du terme « dialogue » (*dia*, du grec, « entre » et *logos*, « raison ») nous

rappelle que dialoguer signifie chercher des raisons autres (intermédiaires) à partir des raisons qui sont en interlocution, des raisons qui s´entretiennent. Du coup, une piste pour des analyses à venir pourrait être énoncée de la façon suivante : comment les acteurs de la contestation transnationale peuvent-ils garder l'unité et la diversité du FSM, tout en développant leur capacité de construire des *raisons plurielles* sur la durablité et, en même temps, formuler des propositions concrètes pour changer le système économique en vigueur ?

BIBLIOGRAPHIE

- Agrikoliansky Eric *et al.*, 2005, *L´Altermondialisme en France, la Longue Histoire d´une Nouvelle Cause*, Paris, Flammarion.
- Amiraux Valérie, « Les limites du transnational comme espace de mobilisation », *Cultures & Conflits*, Paris, L'Harmattan, n° 33-34, automne, 1999, p. 25-50.
- Badie Bertrand, *La fin des territoires – essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*, Paris, Fayard, Collection L'Espace du Politique, 1995.
- Beckerman Wilfred, "Sustainable Development: Is it a useful concept?", *in Environmental Value*, volume 3, n° 3, 1994, p. 191-209.
- Caramel Laurence, « Les réseaux de l'antimondialisation », *in Critique Internationale*, n° 13, Paris, 2001, p. 153-61.
- Coburn Elaine, « La bataille de Seattle », *in* Michel Wieviorka (org.), *Un autre monde...*, Paris, Balland, 2003.
- Dufour Pascale, "Globalisation as a New Political Space: The End of the Quebec-Quebec Debate?", *in* Daniel Salé ; Harvey Lazar, Michael Murphy (orgs.), *The State of the Federation. Quebec and Canada in the New Century: New Dynamics, New Opportunities*, Montréal, Queen's University Press, 2005.
- Fisher William, Poniah Thomas (orgs.), *Un autre monde est possible*, Paris, Parangon, 2003.
- Fougier Eric, « Le Mouvement de Contestation de la Mondialisation », *Annuaire Français des Relations Internationales*, numéro III, Bruxelles, 2002, p. 842-858.
- Keraghel Chloé, Sen Jai, "Explorations in Open Space, The World Social Forum and Cultures of Politics", *in International Social Science Journal*, n° 182, Paris, Editions Unesco/Blackwell, 2004, p. 483-493.
- Lascoumes Pierre, « Le développement durable : une illusion motrice », *in* Marie-Claude Smouts, *Le développement durable, les termes du débat*. Paris, Armand Colin, p. 95-107.
- Le Bot Yvon, « Le zapatisme, première insurrection contre la mondialisation néolibérale », dans Michel Wieviorka (org.), *Un autre monde...*, Paris, Balland, 2005.
- Milani Carlos R S., Laniado Ruthy Nadia, "Transnational Social Movements and the Globalisation Agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Fórum", Centre Edelstein et Associação Brasileira de Ciência Política, 2006, 26 p.
- Pearce David et *al.*, *World Without End, Economics, Environment and Sustainable Development*. Oxford, Oxford University Press, 1993.

- Rousset Pierre, "Lo ecológico y lo social : combates, problemas, marxismos", *Library of Alternatives*, 2002, disponible sur le site http://www.forumsocialmundial.org.br (15 November 2004), 2002.
- Rojo Raúl, Milani Carlos R. S., Arturi Carlos, "Expressions of Political Contestation and Mechanisms of Democratic Control", *in International Social Science Journal*, n° 182, Paris, Editions Unesco/Blackwell, 2004, p. 615-628.
- Sachs Ignacy, *L'écodéveloppement, Stratégies de transition vers le XXIe siècle*. Paris, Syros, 1993.
- Smouts Marie-Claude, *Le développement durable, les termes du débat*. Paris, Armand Collin, 2005.
- Sousa Santos Baoventura de (org.), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- Teivanem Teivo, "Twenty-two theses on the problems of democracy in the World Social Fórum", *Library of Alternatives* (http://www.forumsocialmundial.org.br.

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

La critique des résultats peu contraignants du processus de Rio sur le développement durable passe nécessairement par la reconnaissance de l'incapacité du modèle économique actuel à résoudre les problèmes socio-environnementaux qu'il engendre. Du coup il n´est pas surprenant que les acteurs de la contestation transnationale s´emparent de ce sujet et proposent la redéfinition d´une problématique fondée cette fois-ci sur la prise en compte d´une multiplicité de voix, la production de la contre-expertise et la diffusion de rapports scientifiques par les acteurs sociaux et politiques eux-mêmes. Les mouvements altermondialistes questionnent le développement durable par leur positionnement à l'égard d´un modèle économiciste qui, à leur avis, néglige la diversité des cultures et la particularité des histoires et des économies locales. Cet article analyse le rôle de ces acteurs dans la refonte de l´agenda politique en matière de développement durable.

La crítica a los resultados poco efectivos del proceso político de Rio-1992 en el campo del desarrollo sostenible pasa necesariamente por el reconocimiento de la incapacidad del sistema económico actual de resolver los problemas socio-ambientales que él mismo produce. Por lo tanto, no es nada sorprendente que los actores de la contestación transnacional propongan la redefinición de la problemática del desarrollo sostenible a partir de la consideración de una multiplicidad de voces políticas, la producción de la contra-expertise y la difusión de sus propios informes científicos. Los movimientos altermundialistas cuestionan la legitimidad del campo del desarrollo sostenible por su postura crítica al modelo economicista el cual, según ellos, descuida la diversidad cultural y la particularidad de las historias y las economías locales. Este artículo analiza el papel de los movimientos altermundialistas en la reformulación de la agenda política en el campo del desarrollo sostenible.

Criticisms on the non-binding results of the Rio 1992 political process in promoting sustainable development include acknowledging that the current global economic model is unable to solve the social and environmental problems which it generates itself. Thus it is not surprising that transnational contestatory movements have been trying to redefine themselves the politics of sustainable development taking into account the diversity of voices, the production

of counter-expertise, and the dissemination of alternative scientific reports. Alterglobalist movements question sustainable development mainstream while criticising an economicist model that is said to neglect cultural diversity, and the particularities of local economies and histories. This article analyses the role of alterglobalist movements in the reformulation of the political agenda within the field of sustainable development.

MOTS-CLÉS

- **Développement durable**
- **Contestation**
- **Légitimité**
- **Mouvement altermondialiste**

PALABRAS CLAVES

- **Desarrollo sostenible**
- **Contestación**
- **Legitimidad**
- **Movimientos altermundialistas**

KEYWORDS

- **Sustainable development**
- **Contestation**
- **Legitimacy**
- **Alterglobalist movement**

ETUDES

Dominique Gonçalves*

La politique de concession de titres de Castille et de grandesses d'Espagne à La Havane entre 1759 et 1833

Parmi les originalités que présente l'histoire de Cuba au début du XIX^e^ siècle la plus connue est sa non-participation aux mouvements indépendantistes qui embrasent le continent américain. Une autre, beaucoup moins perceptible, concerne la forte composante aristocratique de la société de La Havane. Jamais aucune capitale coloniale n'a concentré entre ses murs un si grand nombre de créoles possédant un titre de Castille ou une grandesse d'Espagne : on comptait en 1833, à la mort de Ferdinand VII, près d'une cinquantaine de ces marques honorifiques. Pourtant, au début du règne de Charles III, en 1759, il n'y en avait que trois, en dépit d'une présence espagnole vieille de plus de deux cent cinquante ans. Ce n'est qu'à partir de 1763, lorsque les Britanniques rendent à l'Espagne le port havanais dont ils se sont emparés par la force onze mois auparavant, que la Couronne entreprend une distribution massive de titres. La distribution de ces marques honorifiques faisait partie d'une politique tendant à conserver l'île dans le giron espagnol. C'est pourquoi l'on peut se demander dans quelle mesure la présence d'une nombreuse aristocratie créole dans la capitale cubaine eut une incidence sur la « fidélité cubaine » du début du XIX^e^ siècle.

* Université Toulouse II – Le Mirail / FRAMESPA.

Cette question peut induire une réflexion en deux points. Le premier consiste à mesurer la stratégie royale de concession de titres, en particulier ses rythmes et ses critères. Cela peut aider à comprendre alors ensuite la force et la cohésion de cette élite, pour, de là, envisager sa capacité d'influence sur les destinées politiques de l'île.

La politique royale de distribution de titres à Cuba

Un épisode fondamental de l'histoire cubaine se situe durant la guerre de Sept Ans : il s'agit de l'invasion anglaise de la région havanaise qui dura de juin 1762 à juin 1763, où, par le Traité de Paris, Sa Gracieuse Majesté restitua la prise en contrepartie de la Floride. L'échange n'était pas disproportionné si l'on songe que les Espagnols surnommaient La Havane « le verrou de l'empire, murailles des Indes occidentales », car ils pensaient que cette ville, au cœur des liaisons maritimes de l'empire, était imprenable. Mais après une défense héroïque de deux mois, le gouverneur de La Havane n'eut d'autre choix que d'en remettre les clefs au chef de l'expédition ennemie, le comte Albermale. Celui-ci échoua cependant à s'emparer du reste de l'île en raison notamment de la résistance de milices locales entraînées par une partie des élites, qui établirent une sorte de ligne de front à une quarantaine de kilomètres autour de La Havane. Dans le même temps, une autre partie des élites locales fit de fructueuses affaires avec l'occupant, échangeant en particulier du sucre contre des esclaves que les négriers britanniques débarquaient à profusion. Une fraction de l'oligarchie alla même jusqu'à collaborer avec les représentants de la monarchie anglaise.

Ces élites étaient constituées d'une quarantaine de familles qui avaient assis leur pouvoir économique dans le ravitaillement des flottes espagnoles (notamment en viandes salées) et s'étaient emparées de la municipalité ce qui leur avait permis de se répartir les meilleures terres. Des alliances matrimoniales confortaient déjà la cohésion du groupe, tout comme un idéal de vie nobiliaire qui les avait incité à s'impliquer dans les milices, les œuvres de bienfaisance, la protection des institutions religieuses, et à se passionner pour l'héraldique. Depuis les années 1750, suivant les exemples anglais à la Jamaïque ou français à Saint-Domingue, ces élites investissaient dans la production de canne à sucre, au travers d'un *ingenio*, c'est-à-dire d'une structure associant terres, esclaves, baraquements et outillages de transformation du vesou. Non seulement un *ingenio* était rentable, mais il permettait aussi de satisfaire l'idéal nobiliaire de son possesseur, l'*hacendado* (que l'on pourrait traduire par « planteur »), en régnant à la fois sur des terres et des esclaves, avec plus de droits qu'un seigneur sur ses serfs. Cela l'incitait aussi à s'intéresser aux sciences, pour améliorer les rendements, ce qui l'inscrivait dans les valeurs des élites européennes. Or ce désir d'*ingenio* se heurtait aux limitations qu'ordonnait la monarchie. En effet, celle-ci tentait de contenir les aspirations de puissance de cette élite, par crainte

de voir émerger une oligarchie locale qui aurait pu peser d'un poids politique concurrent sur les destinées du Verrou des Indes.

Reste que l'épisode avait démontré la force de cette élite capable de rassembler la population pour opposer une résistance victorieuse, là où les troupes régulières avaient échoué. Les raisons de ce succès étaient simples : les plus fortes pertes des armées métropolitaines étaient dues à l'impréparation des soldats au climat et aux maladies tropicales. Les Anglais avaient fini par l'emporter parce que plus nombreux, mais une fois leurs positions établies à La Havane ils n'avaient pas pris le risque de prolonger leur pénétration en milieu hostile, leurs rangs ayant été décimés par les fièvres endémiques. Devant une telle situation il était désormais évident pour Charles III que la stratégie défensive était entièrement à repenser. Il était bien sûr prévu de redresser les murailles que les Anglais s'étaient appliqués à détruire avant de partir et de compléter le système de fortification, mais ce ne pouvait être qu'une première étape.

La solution qui se profilait consistait à développer, armer et entraîner les milices. Mais cela représentait un pari risqué : donner les moyens de se défendre à des créoles séparés de Madrid par la présence de l'Atlantique autant que par l'absence de véritable loyalisme, c'était prendre le risque de voir un jour les fusils se retourner contre les troupes régulières.

Parce qu'il n'avait pas le choix, Charles III décida de corriger cet aspect dangereux par une distribution massive de titres de Castille à l'élite havanaise dans le but premier de susciter en elle un sentiment de loyauté envers la bannière espagnole. C'était très habile : en décidant de faire des élites havanaises ses « parents », le roi répondait à leur désir d'aristocratie et les incitait à prendre clairement parti pour le camp monarchique, car que devient la puissance qui émane des titres de comte ou de marquis s'il n'y a plus référence au souverain ? Par ailleurs, en jouant sur le désir de posséder un titre, le roi amorçait une compétition de loyalisme entre les familles. Le souverain ne pouvait rassembler auprès de lui toutes les élites cubaines, mais les encourager à vivre noblement devait naturellement les inciter à entretenir un proche contact avec son représentant, le Capitaine Général, lequel était tenu de leur montrer les signes de la reconnaissance royale. C'était transplanter dans une colonie et dans une dimension moindre un instrument de pouvoir cher aux Bourbons depuis Louis XIV : celui de la Cour.

Enfin, distribuer des titres présentait un avantage financier pour la monarchie, ce qui était particulièrement important afin de trouver des fonds pour l'édification de nouvelles fortifications. Concéder des titres allait contribuer à cet objectif, parce qu'en premier lieu ils étaient soumis à de lourds impôts (les *Lanzas y Media anatas*), ensuite parce que dans les relations de mérites il était bien vu d'avoir contribué à fortifier le trésor royal. Il arrivait même que la

monarchie demande sans détours aux solliciteurs, un *servicio extraordinario*, un « service extraordinaire », lorsque les mérites avancés se révélaient insuffisants ou bien en raison d'évènements internationaux exceptionnels.

De 1763 à 1833 on dénombre un total de quarante et une concessions de titres, d'honneurs de grandesse ou de grandesses d'Espagne effectives à des créoles havanais. Quelles furent les caractéristiques de cette distribution ? Ce n'est pas le propos d'expliquer ici la procédure légale de distribution de titres, mais rappelons toutefois quelques principes simples : le roi d'Espagne garde la haute main sur ces titulatures : l'usurpation n'est pas possible. Pour jouir d'un titre de comte ou de marquis ou d'une grandesse d'Espagne, il faut soit en hériter, soit en faire une demande officielle auprès du monarque qui ouvre alors une enquête minutieuse auprès de l'Audience la plus proche de la résidence de l'impétrant. Dans le cas cubain, il s'agit de l'Audience de Saint-Domingue, dans la partie espagnole de l'île d'Hispaniola ; au début du XIX^e^ siècle, cette audience est transférée à Puerto Príncipe dans l'île de Cuba [Gonçalvès, 2004].

Pour étudier la politique de concession de titres, le corpus à analyser doit être celui des demandes et non les seules acceptations, puisque l'attribution comme le refus sont une réponse à une sollicitation. Ainsi une absence de concession durant une certaine période pourrait correspondre à un manque de demandes, non à une volonté délibérée du monarque de fermer l'accès au corps des titrés. Le chercheur bénéficie de la conservation d'une abondante documentation, qui lui permet de traiter d'une manière presque exhaustive cette question[1]. Cette documentation fait d'emblée ressortir deux caractéristiques majeures concernant l'origine géographique des bénéficiaires.

La première est le faible nombre de péninsulaires résidants ou fraîchement installés à La Havane à recevoir un titre : on n'en compte que trois. Il s'agit des titres de comte del Asalto, de Marquis Velasco del Morro, donnés en guise d'hommage respectivement aux frères du marquis de González et de Luis Ignacio de Velasco y Fernández de Isla, des péninsulaires tués au combat pendant l'assaut britannique. Il faut rajouter le titre de marquis de Casa Enrile donné à Geronimo Enrile y Guersi, un grand négrier gaditain qui résida quelque temps à La Havane. Cette politique peut paraître étonnante si on la compare aux autres régions de l'empire. Frédérique Langue a ainsi montré qu'au Mexique tout au long du XVIII^e^ siècle, il y eut plus de péninsulaires que de créoles à recevoir un titre [Langue, 1992, p. 160]. La seconde caractéristique est la représentation quasi exclusive des Havanais parmi ces créoles :

1. La majeure partie des informations concernant les titres de Castille concédés à des Américains est rassemblée dans des chemises contenues dans quatorze liasses classées par ordre alphabétique de titulature. Ces liasses, numérotées de 1 à 12b, constituent la section *títulos de Castilla*, de l'Archivo General de Indias (AGI).

Tableau n° 1 : Origine géographique des créoles qui reçurent un titre de Castille ou une grandesse entre 1759 et 1833

Ville cubaine	La Havane	Santiago de Cuba	Puerto Príncipe	Bayamo	Trinidad
Nombre	41	3	2	1	1

Il n'y a là rien d'étonnant si l'on songe à l'importance de La Havane à Cuba, tant par le nombre d'habitants qu'en raison de son rôle économique et militaire. En effet, la capitale comptait 50 000 habitants vers 1760, contre quelques milliers à Santiago de Cuba et à Puerto Príncipe à la même date et cette disproportion ne fit que s'accroître au long de cette période.

Pour étudier la politique de distribution de grâces menée par les souverains espagnols, il est préférable de s'appuyer sur un graphique qui reprend sous une forme chronologique l'acceptation ou le refus des différentes sollicitations pour les règnes de Charles III, Charles IV et Ferdinand VII (Joseph I[er], *el Rey Intruso*, ne fut jamais sollicité par un Havanais pour obtenir un titre de Castille). Un tel graphique est présenté en annexe 1.

Charles III a accédé à quinze demandes et en a refusé onze en vingt-neuf ans de règne. Une analyse détaillée montre que ce bilan déjà très favorable (surtout au regard des trois titres précédents) s'inscrit pleinement dans une stratégie de concessions à marche forcée. Le premier titre, celui de comte de la Real Proclamación a été concédé, dès décembre 1763, à Gonzalo Recio de Oquendo y Hoces qui le demandait depuis… les années 1720, le justifiant par les dons importants effectués pour le lustre des couronnements de Louis I[er], Ferdinand VI et Charles III (de là le choix de sa titulature : « de la Proclamation royale »). Cette dévotion monarchique ancienne n'avait jusque-là pas été reconnue, d'où peut-être les efforts financiers supplémentaires fournis par Recio de Oquendo pour lutter contre l'invasion anglaise. Cependant, une fois la reddition signée, il accepta un court moment de seconder le comte Albermale dans l'administration de sa prise. Dans ces conditions, l'obtention de son titre moins de cinq mois après le retour du port cubain dans le giron espagnol est bien le symbole du pardon et du désir de rapprochement du souverain espagnol avec l'élite havanaise. Jusqu'en 1770, le roi donne son accord pour tous les titres qui lui sont demandés. Les motifs présentés sont pour la plupart des contributions financières faites pour contrer l'invasion britannique. Autre preuve de ce désir du monarque de s'attacher les bonnes grâces de l'élite cubaine, les tractations autour du titre de comte de San Juan de Jaruco qu'ambitionnait Gabriel Beltrán de Santa Cruz : il devait lui être remis une fois réalisée la fondation d'un village appelé justement San Juan de Jaruco. Mais il reçut le titre bien avant que le quota de colons initialement prévu ne soit atteint. Les deux dignités comtales suivantes, de Vallellano et de Lagunillas, créées respectivement en 1774 et 1775, l'ont été pour des mérites

familiaux peu précis, mais d'où il ressort que les prétendants appartenaient à des familles illustres.

La concession du titre de comte de Casa Montalvo, en 1779, permet de mettre en valeur le rôle d'arbitre suprême du roi. Lorenzo de Montalvo y Ruiz Alarcón avait bénéficié du titre de Macuriges lors de la première grande distribution en 1765. À sa mort, en 1778, il laissait huit enfants issus de deux mariages et un majorat qui comprenait son titre et qu'une disposition testamentaire léguait à l'aîné du second lit, Ignacio Montalvo y Ambulodi. Cette disposition déplut à l'aîné du premier lit qui, demandant justice au Conseil des Indes, fut promptement rétabli dans ses droits en devenant deuxième comte de Macuriges, attendu qu'un titré ne pouvait choisir son successeur. Mais alors, l'héritier désigné se plaignit à son tour, avançant que l'inclusion du titre dans un majorat transmissible selon une volonté propre était légale. Ignacio proposait une solution : il fallait lui concéder un titre pour contenter les deux parties. Il demanda à pouvoir s'appeler comte de Casa Montalvo et présenta pour cela une information, appuyée par toutes les autorités, de la municipalité au Capitaine Général en passant par l'évêque. Ce fut une bonne idée car les enquêteurs soulignèrent la faiblesse de ses mérites. Mais le roi accorda le titre, pour « conserver la bonne harmonie et éviter toute occasion de litiges [entre ces frères] »[2].

Il faut attendre ensuite 1786 pour que Charles III élève un hidalgo havanais au rang d'aristocrate ; mais il le fait alors pour trois d'entre eux, un quatrième confortant ce groupe l'année suivante. L'examen des motifs qui ont présidé à la concession montre que la politique de distribution de titres de Castille à la fin du règne de Charles III est clairement marquée par le sceau de l'argent, aussi bien en ce qui concerne les acceptations que les refus. Ainsi, en 1786, le nouveau comte de Casa Barreto avait prêté 40 000 pesos à l'administration fiscale[3], les deux nouveaux marquis, de Casa Calvo et de Prado Ameno, avaient également avancé beaucoup d'argent pour la reconstruction des fortifications. Il est fort dommage que les documents ne soient pas plus explicites quant aux détails de ces créances. La lettre de noblesse de Gabriel de Peñalver y Cárdenas qui devient comte de Santa María de Loreto en 1787, évoque cependant la somme rondelette de 70 000 pesos prêtée sans intérêts, ainsi que la rallonge de 2 000 pesos pour combler ses manques de mérites. C'est ce même motif qui lui avait valu de se voir signifier un refus l'année précédente.

Sur les onze refus enregistrés pendant le règne de Charles III, six concernent la même personne, ce qui montre la présence d'un problème particulier ; une autre négation a été l'année suivante transformée en accord, réduisant à cinq seulement le nombre total de candidats écartés pour le règne de

2. AGI, *títulos*, leg. 2, exp. Casa Montalvo.
3. AGI, *títulos*, leg. 2 exp. Conde Casa Barreto.

Charles III et ce chiffre aurait même pu tomber à quatre. Commençons par ces cinq personnes différentes : en 1776, José Cipriano de la Luz y Meireles se vit refuser le titre de comte de la Luz Regia (« de la Lumière royale ») parce qu'il voulait en asseoir les taxes inhérentes sur des terres hypothéquées appartenant à son frère[4]. En 1780, la demande de José Bernardo Carrillo de Albornoz de devenir comte del Fijo (« du Régiment fixe ») est vite rejetée pour manque à la fois de noblesse, de services et de fortune. Fort probablement, l'aspect trop aventurier de ce personnage, mi-mercenaire, mi-militaire de carrière, a dû présenter une dissonance avec le reste du groupe[5]. Ce n'est ensuite qu'en 1786 qu'un autre Havanais se voit refuser un titre, il s'agit de Geronimo del Pozo y Miranda et ce à la suite d'une grande pétition de l'élite créole. Nous reviendrons sur cette affaire. Cette même année c'est à Gabriel de Peñalver y Cárdenas qu'est refusé le titre de comte de Santa María de Loreto, mais il l'obtiendra l'année suivante, comme nous venons de le voir, en acceptant de payer un supplément. En 1787, on fit la même objection et la même proposition à Pedro Julián Recio de Morales y González-Carvajal. Mais, en dépit de cette modique somme de 2 000 pesos au regard de sa fortune, il n'accepta pas le marché[6]. Peut-être avait-il lui aussi une certaine conception de l'honneur… Deux remarques encore concernant l'importance de l'argent dans la distribution de titres : c'était un critère nécessaire mais pas suffisant et l'envolée des sommes réclamées n'est pas propre à Cuba. Frédérique Langue a remarqué la même tendance pour le Mexique à la même époque [Langue, 1992, p. 177].

Quant aux six refus qui concernent la même personne, ils sont à la fois un témoignage de l'importance d'être paré de cette grâce comme de la limite de la bienveillance de Charles III. Celui qui insista tant se nommait Gabriel Peñalver y Calvo de la Puerta, il était le fils de Sebastián Peñalver y Angulo, le seul créole châtié pour collaboration avec l'occupant anglais. Le père et le fils avaient été jugés à Madrid, le premier fut condamné à croupir à Ceuta, mais Gabriel, absous, put rejoindre La Havane librement. Cependant une simple absolution était insuffisante pour gommer l'image de traître et de fils de traître, qui désormais collait à sa personne : la condamnation du père rejaillissait sur toute la famille. C'est pourquoi la seule manière de recouvrer son honneur était d'obtenir un titre, preuve de la confiance du souverain. De là l'insistance de Gabriel pour obtenir la titulature de marquis de la Real Fidelidad, « de la Royale Fidélité ». Malgré tous les refus essuyés il ne cessa de faire preuve de loyalisme envers le roi et de dévouement à la *Res publica* havanaise, ce qui confirmait la stratégie de Charles III. Par exemple, le 26 avril 1780 il offrait, sans que l'on ne lui demande rien, de soustraire de ses plantations cinquante esclaves pour des travaux de fortifications[7].

4. AGI, *títulos*, leg. 2, exp. Luz Regia.
5. AGI, *títulos*, leg. 4, exp. Conde Fijo.
6. Elle était estimée à 235 774 pesos, AGI, *títulos*, leg. 9, exp. San Lorenzo.
7. AGI, *papeles de Cuba*, leg. 1242, exp. 32.

Peut-être les mésaventures de Gabriel Peñalver et le refus manifesté à Carrillo de Albornoz expliquent-elles le peu de demandes enregistrées entre 1776 et 1785. Car si recevoir une telle grâce élevait prodigieusement le sollicitant, le refus était proportionnellement infamant : autant y regarder à deux fois avant de faire une demande.

La politique de distribution de titres de Charles IV peut sembler curieuse. Ceci parce qu'elle est loin d'être continue au long de cette période : on remarque au contraire une intense activité (ou accords et refus alternent) au début du règne, qui s'interrompt en 1798, pour reprendre très timidement à l'extrême fin, en 1807, juste avant l'invasion française. On remarque également que le nombre de créations dépasse de très peu le nombre de refus : six contre cinq. Pourtant ici aussi une plus fine analyse montre que le roi n'a pas cherché à limiter le nombre de bénéficiaires : ce sont des évènements extérieurs qui ont contrecarré les politiques élaborées. Dès sont avènement, Charles IV leva les dernières défiances qui subsistaient envers l'élite havanaise puisqu'il concéda enfin le titre réclamé à Gabriel Peñalver y Calvo de la Puerta. Ce dernier ne lésina pas sur les moyens pour l'obtenir : en 1789, il se fit élire député de La Havane afin d'aller à Madrid féliciter Charles IV de sa montée sur le trône… et pour ce faire il avait assumé tous les frais de la représentation[8]. Arrivé à la Cour, après avoir fait son compliment au roi, il sollicita directement un titre, arguant que cela lui était absolument nécessaire puisqu'il était toujours victime de quolibets sur les évènements de 1762. Dès 1790, Gabriel était fait marquis de Casa Peñalver, mais non de la Real Fidelidad. Même si le titre obtenu n'était pas celui demandé, l'honneur était enfin recouvré.

Ce sont les problèmes qui surviennent dans l'île d'Hispaniola qui expliquent le faible nombre de titres distribués. En effet, la révolte des esclaves d'août 1791 de la partie française de l'île perturba les relations et le fonctionnement de l'Audience de Saint-Domingue située dans l'autre partie. Si Ignacio Peñalver y Cárdenas fut fait officiellement marquis de Arcos en 1792, c'était parce que les enquêtes avaient été réalisées entre la fin de 1790 et le début de l'année 1791. José Manuel de Zaldívar y Murguía devint comte de Zaldívar de la Real Fidelidad en 1798 parce que l'instruction de son dossier était presque achevée depuis bien longtemps[9] ; le versement de 1 000 pesos pour que les dernières formalités se poursuivent à Madrid facilita les choses[10]. Et c'est parce qu'il résidait officiellement à Madrid depuis 1793 que Joaquín María Beltrán de Santa Cruz put faire toutes les démarches dans la capitale pour obtenir trois ans plus tard son titre de comte de Santa Cruz de

8. AGI, *Santo Domingo*, leg. 1477.
9. AGI, *títulos*, leg. 12 b, exp. Zaldívar.
10. AGI, *Santo Domingo*, leg. 1972.

Mopox[11]. Et au contraire, quatre des cinq refus manifestés entre 1791 et 1796 s'expliquent par ce problème d'accessibilité de l'Audience de Saint-Domingue. Ce n'est qu'à partir de 1800 que cette administration fut transférée dans la ville cubaine de Puerto Príncipe, mais elle n'eut pas les moyens de fonctionner correctement, l'Espagne ayant d'autre priorités budgétaires puisqu'elle s'enfonçait, avec le reste de l'Europe, dans les guerres de la Révolution française et de l'Empire. Le cinquième refus est de nature différente : en essayant de décoder une généalogie embrouillée à dessein, les enquêteurs conclurent qu'un des ancêtres de l'impétrant, José de Armenteros y Zaldívar, avait deux mères ! Il avait triché sur sa noblesse et l'argent qu'il proposait en compensation ne lui fut d'aucun secours.

Au contraire, un dernier élément confirme tout l'intérêt que Charles IV prêtait à l'élite havanaise : les deux concessions de grandesses d'Espagne qu'il fit en 1807 et 1808. Les deux personnes furent distinguées pour des motifs qui se recoupent sur un point : la fortune, mise au service du roi ou à l'éclat de la Cour. C'est en récompense de plus de 1 300 hectares de terres cubaines[12] donnés à la Couronne que le marquis de San Felipe y Santiago obtint de Charles IV le privilège d'être le premier Cubain – et le deuxième créole depuis la conquête américaine – à se voir appeler « cousin » par le roi[13]. Il faut rajouter à son crédit que ledit marquis détenait le titre le plus anciennement porté à Cuba. C'est la dernière grâce concédée en 1808 qui constitue une innovation par rapport à toutes les précédentes. En effet, cette année-là, Francisco Xavier, deuxième comte de San Juan de Jaruco et quatrième de Santa Cruz de Mopox, obtint la grandesse d'Espagne expressément en souvenir de son père, dont la soudaine disparition l'année précédente causa un profond chagrin à la Cour de Madrid où il était fort apprécié [Santa Cruz y Mallén, 1940, tome I, p. 345]. Ceci en partie à cause de la vie brillante qu'il menait avec son épouse María Teresa Montalvo y O'Farrill. Pour reprendre l'expression de Levi Marrero, lors de leur installation à Madrid ils reçurent de la Cour le meilleur accueil que l'on pouvait offrir au « talent, à la jeunesse et à l'opulence » [Marrero, 1984, tome X, p. 152]. Une opulence que leur permettaient les revenus des *ingenios* familiaux et qui servait au jeune couple à attirer dans ses salons tout ce que la capitale comptait de plus brillant, de plus fortuné et de plus influent. Bientôt ce fut Godoy, le favori du roi, qui fut séduit, notamment après que Santa Cruz finança entièrement la création d'une Compagnie américaine des Gardes du corps dont il prit le commandement en

11. Le nom du titre avait été choisi en fonction d'une seigneurie que la famille avait autrefois possédé dans ce qui allait devenir la Colombie. Le lieu est aujourd'hui connu sous le nom de Mompox, raison pour laquelle il peut y avoir des confusions quant à l'orthographe de ce nom.
12. 1 343 hectares exactement. Le document parle de 100 *caballerías*. Une *caballería*, mesure variable selon les colonies, vaudrait à Cuba 1 343 ares, selon le *Diccionario de la Lengua española* (Vigésima Edición, Espasa Calpe, Madrid, 1984). Son prix serait compris entre 1 000 et 1 500 pesos selon qu'elle est ou non plantée d'arbres.
13. AGI, *ultramar*, leg. 198.

août 1793. En 1794 la tactique d'approche avait pleinement réussi : Godoy accepta sa présence en cercle restreint, au fumoir, puis à table et lui adressa plusieurs fois la parole. La consécration arriva le 2 mai de cette année lorsque Charles IV s'entretint avec Godoy et lui, les prenant chacun par un bras [Vallellano, 1928]. Sa demande pour obtenir la grandesse était en bonne voie lorsque la mort le surprit à La Havane, le 5 avril 1807, et c'est donc naturellement que le roi fit retomber cette grâce sur son fils, dont il avait déjà accepté le baptême dans la chapelle du Palais royal à Aranjuez [Santa Cruz y Mallén, 1940, tome I, p. 349]. Peut-on voir symbole plus emblématique du succès de la politique de fidélisation entreprise par Charles III que ces deux grandesses d'Espagne ?

Durant ses années de captivité à Valençay, Ferdinand VII assista, impuissant, aux premiers mouvements indépendantistes sur le continent américain : il put saisir le contraste qui se faisait jour avec la grande colonie insulaire. Nul doute que ce monarque, si soucieux d'autorité et empreint du culte de la tradition, fut alors convaincu par la stratégie de son grand-père, au point de vouloir la porter, une fois libre, à un niveau jamais atteint. C'est ce qu'il ressort de la dernière partie du graphique. De 1814 à 1833 ce sont au total vingt titres de Castille, un honneur de grandesse et une grandesse qui furent concédés, soit en moyenne plus d'une grâce par an. Et en contrepartie, on ne compte que cinq refus pour trois personnes.

Commençons par voir ce qui a motivé ces refus, de titre de Castille tout d'abord. Le premier, qui se produit seulement en 1819, concerne Francisco José de Peñalver y Cárdenas comte consort de Santa María Loreto, qui sollicitait la titulature de comte du Rio Blanco afin d'en doter sa seconde fille, la première devant hériter du titre que portait sa mère. La monarchie n'accéda pas à cette demande car le sollicitant avait voulu asseoir le paiement des *Lanzas y Media anatas* sur un héritage dont il ne disposait pas encore de la jouissance pleine et entière. S'il ne reformula pas la demande, c'est certainement parce qu'il mourut moins de trois ans plus tard n'ayant toujours pas pu bénéficier de cet héritage. Le refus suivant fut signifié à Anastasio Francisco de Armenterosy y Zaldívar, le fils de celui qui, quelques années plus tôt, avait voulu tricher sur sa noblesse : les fausses informations généalogiques du père entachaient forcément le dossier du fils. Enfin, en 1828 et 1833, ce fut José María Calvo de la Puerta y O'Farrill qui essuya deux refus : son dossier apparaissait farfelu puisque dans sa première demande il prétendait à la dignité comtale en vertu d'un titre ancestral perdu. En 1833, l'impétrant reconnaissait lui-même que son dossier était mal ficelé car il avait peu de temps pour s'en occuper tant il était pris par ses fonctions édilitaires : il est exact qu'il donna beaucoup de sa personne pour enrayer l'épidémie de choléra qui dévasta La Havane cette année-là. Mais cette attitude courageuse, pas plus que les nombreuses recommandations qu'il pré-

senta ne parvinrent à lui faire obtenir la titulature de marquis de la Salud (« de la Santé ») ; il est probable que son passé trouble en Espagne durant l'invasion napoléonienne a pesé contre lui. Cette supposition peut être étayée par le traitement équivoque qui fut réservé en 1816 à Gonzalo José de Herrera y Santa Cruz, auquel le roi dénia les honneurs de Grand d'Espagne qu'il sollicitait parce qu'il avait commis la faute de se faire élire député des Cortes en 1813. Cependant, le monarque lui accorda le titre de Castille (de comte de Fernandina) qu'il n'avait pu obtenir jusque-là en raison des troubles à Saint-Domingue et de l'invasion napoléonienne. Les sommes qu'il versa pendant la guerre d'Indépendance firent pencher la balance en sa faveur.

Ferdinand VII accorde lui ses grâces selon un rythme soutenu et régulier. Les petits creux de 1822 et 1831 correspondent au bref rétablissement de la Constitution, d'abord lors du *Trienio Liberal* (1820-1823) et à la tentative de la part de Ferdinand VII d'une recherche d'alliance avec les constitutionnalistes, pour promouvoir les droits de sa fille unique au trône d'Espagne. À ces deux moments, le roi comme les élites ont tenu à afficher une distanciation de leurs relations, qui ne fut que de façade.

Parmi les motifs qui ont présidé à l'attribution des titres au début du règne de Ferdinand VII, les sommes versées pendant la guerre d'Indépendance, les dons effectués pour l'écrasement des rebelles sur le continent, les donations en terres faites pour le peuplement de l'île figurent au premier rang et ce sont de grosses sommes qui sont en jeu. Le nouveau comte de Baynoa par exemple a cédé au ministère des Finances quarante cavaleries d'excellentes terres, soit 40 000 pesos au bas mot, pour installer des familles de colons[14]. On ne sait à combien se montent les diverses donations de Gonzalo José de Herrera, qui vient d'être mentionné, pour qu'il obtienne son titre comtal, mais elles furent élevées. Il contribua aussi pour une bonne part au financement de l'attelage avec lequel le roi fit son entrée triomphale à Madrid en 1814[15]. Notons du reste que ces honneurs de Grandesse refusés furent consentis en 1819 à son fils. Le plus bel exemple de l'importance de l'argent dans les attributions de grâces se trouve dans la procédure qui aboutit à conférer les honneurs de Grandesse au comte de Casa Barreto. Il les avait demandés comme récompense de son action soi-disant énergique pour empêcher la création d'une *Junta* en 1808. Mais sa demande irrita les autres représentants du *cabildo*, puisqu'en voulant grandir son rôle Casa Barreto les accusait indirectement d'accord tacite. La protestation unanime des échevins fut une aubaine pour la monarchie qui en profita pour proposer à Casa Barreto les honneurs de grandesse contre la somme de 70 000 pesos, le prix d'un petit *ingenio*. Après quelques années de réflexion et un temps pour négocier l'échelonnement du paiement, Casa Barreto accepta en 1821[16].

14. AGI, *títulos*, leg. 1, exp. Baynoa.
15. AGI, *títulos*, leg. 2, exp. Fernandina.
16. AGI, *Santo Domingo*, leg. 1972.

Tout au long du règne de Ferdinand VII, l'argent des élites de la plantation havanaise prit une grande importance dans l'octroi des titres, quand bien même il n'était pas le critère premier à l'heure de la décision. Les rêves chimériques du souverain de lutte contre les mouvements indépendantistes qui s'étaient brusquement rallumés lors du *Trienio Liberal* et les idées plus folles encore de reconquête des territoires perdus saignaient les finances d'un État toujours en convalescence depuis l'invasion napoléonienne. En 1825, sur l'acte qui confère à Bernabé Martínez de Pinillos la titulature de comte de Villanueva, il est fait mention des « grandes sommes versées pour les urgences de l'État »[17]. L'année suivante, Miguel de Cárdenas y Peñalver est invité à verser la somme de 10 000 pesos supplémentaires pour compenser les manques de mérites personnels qui lui bloquent l'accès à la titulature de marquis de Campo Florido. À la même époque, son cousin Nicolás de Peñalver y Cárdenas avait acheté au monastère Notre Dame de Montserrat de Madrid un des quatre titres de Castille que le roi avait donné à l'institution religieuse en 1816. Il le paya 100 000 réaux de billons. Un deuxième fut acheté par un autre Havanais en 1829, Gabriel Calixto Lombillo y Herce. Quand bien même, ici, l'argent ne retombait pas dans les caisses de la monarchie – ces titres étant de surcroît exempts *de Lanzas y Media anatas* –, ils révèlent la puissance financière de cette oligarchie qui, dans cette opération, acquiert la moitié des titres mis en vente. En 1832 encore, Ferdinand VII concéda à Carlos José de Pedroso y Garro le titre de comte de Casa Pedroso y Garro après avoir lu la recommandation du Capitaine Général qui disait que le sollicitant avait montré « sa fidélité et son amour du souverain en donnant des preuves sous forme de prêts et de dons lors des urgences du trésor royal »[18].

Dans cette liste de personnes distinguées par Ferdinand VII, le seul qui échappe aux « services financiers » est le marquis du Quesne en 1827. Il est l'exception qui confirme la règle puisque Pierre Correur de Sercourt était un aristocrate français, officier de marine, qui, après avoir fui la révolution de Saint-Domingue, avait séjourné en Martinique pour finir par se marier au sein de l'oligarchie havanaise. Aussi, bien que son titre espagnol fût reconnu comme une création officielle par l'administration, on peut y voir en fait une reconnaissance de son titre français : il était le cinquième marquis du nom. C'est pourquoi son admission dans las strate aristocratique cubaine ne fut aucunement un problème, mais vu comme un honneur par cette dernière. À ce propos, quelle était la composition de cette strate ? Ne peut-elle être un élément éclairant dans ce problème ?

17. « Cuantiosos desembolsos hechos para las urgencias del Estado », AGI, *títulos*, leg. 12 b, exp. Villanueva.
18. « […] de su fidelidad y amor al soberano, de lo cual ha dado pruevas positivas en cuantos empresti-tos y donativos se han ofrecido en los apuros pasados del real erario », AGI, *títulos*, leg. 2, exp. Conde Casa Pedroso.

Force et cohésion de la saccharocratie havanaise

Pour mieux appréhender l'origine et le parcours des personnes qui ont obtenu une distinction nobiliaire, une liste en a été dressée sous forme de tableau (Annexe 2), selon l'ordre chronologique des concessions. Les mentions portées sont, outre la date d'obtention, la titulature retenue et le nom du bénéficiaire, la qualité de ces personnes : un point d'interrogation signifie que très probablement la personne jouissait de cette qualité, sans qu'aucun document ne le prouve. Le tableau précise s'ils occupaient un poste primordial à la municipalité : soit de *regidor* (fonction viagère et héréditaire assimilable à celle d'échevin), soit d'*alcalde ordinario* (poste électif annuel correspondant à celui de maire), ou bien encore de *síndico* (sorte de secrétaire général). Une recherche a été faite aussi sur la participation de ces personnes dans l'armée régulière ou les milices ; sauf mention contraire, les grades concernent le premier corps. Enfin, les liens de parenté avec d'autres titrés havanais concernent uniquement ceux entre père et fils, entre beau-père et gendre et entre beaux-frères ; par souci de clarté on a écarté les nombreux liens de cousinage.

Les enseignements que nous fournissent ce tableau concernant la composition du groupe distingué sont édifiants. On note tout d'abord une large prépondérance d'*hacendados* : le roi a toujours privilégié une strate économique, celle qui produisait et non celle qui se consacrait au commerce… et ce n'était pas forcément la plus riche. Certes en 1763 les producteurs, qui étaient alors principalement des éleveurs, représentaient la catégorie économique la plus puissante ; ils ont ensuite investi massivement dans la canne à sucre pour réaliser des fortunes fabuleuses à la charnière du siècle. Mais, à partir de 1820, les commerçants péninsulaires qui contrôlaient les réseaux de la traite, les circuits d'approvisionnement de l'île et de redistribution de sucre ont commencé à dominer l'économie au point de faire d'un grand nombre d'*hacendados* leurs créanciers. Mais seuls les commerçants qui avaient choisi l'option économiquement illogique d'investir dans la possession d'*ingenios*, à l'instar de Santiago Cuesta y Manzanal, Claudio Martínez de Pinillos, ou de Gabriel de Lombillo y Herce, rejoignent le groupe des aristocrates. Le roi a encouragé la grande plantation de cannes à sucre en en faisant un élément fondamental pour l'obtention d'un titre et a voulu constituer un groupe créole économiquement homogène sur lequel il pouvait fermement s'appuyer ; ce n'est qu'ensuite que le groupe d'*hacendados* aristocrates a pérennisé cette association « *ingenio*-titre » qui définissait les deux piliers de l'identité de cette élite que l'on a rapidement surnommé la « saccharocratie » : l'aristocratie du sucre. C'est ainsi qu'il faut comprendre le refus de titre pour Geronimo del Pozo y Miranda en 1786. Dans une pétition, signée par cette « saccharocratie », Pozo, éleveur de bétail et non *hacendado*, se voyait taxé de « matador ». Il est vrai, par ailleurs, que ce richissime éleveur n'avait aucun lien de famille avec un titré et n'avait pas non plus exercé de charge au *cabildo*. Si le grand propriétaire qui devint comte de Baynoa ne possédait pas d'*ingenio*,

il cultivait en tout cas le café à grande échelle et sa belle-famille était impl ntée au *cabildo*. L'exemple de Pozo montre le poids des élites qui parviennent à s'opposer à une décision royale et laisse songeur quant au mépris dont elles font preuve envers une a personne qui occupait le même emploi que leurs propres parents. Cette intransigeance de néophytes suggère un comportement politique similaire. Ajoutons que la mésaventure de Pozo y Miranda servit d'exemple, puisque aucune personne ne s'est ensuite risquée à demander un titre sans avoir au préalable l'aval du groupe aristocratique.

Le tableau nous montre une évolution en ce qui concerne l'implication des nouveaux titrés dans les institutions municipales ou militaires : très forte à l'origine, elle décline au cours de cette période. Il est cependant difficile d'y voir un changement d'attitude de la part de la « saccharocratie » des facteurs externes entrant en ligne de compte.

En effet, la municipalité vit, de 1812 à 1814 et de 1820 à 1822, deux périodes troublées par l'application du régime constitutionnel. Le rythme des élections d'*alcalde ordinarios* – qui étaient en fait des cooptations – est perturbé, tandis que les charges héréditaires de *regidores* sont dans le même temps supprimées, ce qui nécessairement a des répercussions sur les carrières des aspirants au titre. Il en va de même pour la participation des élites dans l'armée : si la monarchie les a autorisées à prendre l'uniforme c'était d'abord pour faire face aux appétits des puissances étrangères. Or, après le Congrès de Vienne et la doctrine Monroe, l'Espagne n'avait plus à redouter d'attaques européennes sur ses possessions d'outre-mer, tandis que les États-Unis n'envisageaient pas encore d'intervention armée. De plus, à partir de 1824, la perte de ses colonies sud-américaines oblige Ferdinand VII à concentrer ses forces armées à Cuba, aussi bien celles qui, vaincues, se replient, que celles qui, fraîchement arrivées de Péninsule, ont des ambitions de reconquête. Par ailleurs, les progrès de la médecine et le raccourcissement du temps de navigation favorisaient l'envoi de régiments espagnols. Dans ces conditions, les milices n'étaient plus indispensables et donc en faire partie ne constituait plus un critère fondamental pour demander un titre.

Un autre critère en grande évolution était celui des parentés avec le corps des titrés. C'est très facilement compréhensible. Si l'on ne rencontrait que peu de parents de titrés dans les années 1760-1770… c'est tout simplement parce qu'il n'y avait alors que très peu de titrés. Mais ensuite, il apparaît clairement qu'être un parent proche d'une personne titrée était un élément fondamental pour accéder à cette strate sociale. Cela confirme le souci d'homogénéité déjà évoqué, auquel aspirait la « saccharocratie », qui se manifesta du reste par une endogamie poussée à un niveau extrêmement élevé, au point de ne tolérer que quelques exceptions matrimoniales en dehors de la plantation créole havanaise. Mais cette politique tendant à se marier entre cousin et cousine, entre oncle et nièce, amena rapidement des difficultés de reproduction biologique. De ce fait,

après 1820, pour assurer sa propre perpétuation, la « saccharocratie » se vit contrainte d'intégrer les plus planteurs des commerçants.

En dépit de ce dernier signe de faiblesse, la « saccharocratie » a montré sa force en étant capable d'être l'élément principal de sa construction identitaire, le roi étant de plus en plus relégué à la confirmation de ces choix. Aussi faut-il s'interroger sur l'aide qu'a pu apporter l'élite aristocratique à la monarchie pour lui faire accepter ce rôle.

On a pu déterminer au cours des lignes précédentes deux formes d'aide de l'oligarchie auprès de la monarchie : financière et militaire. Il faut revenir sur ces dernières, qui s'entremêlent, et évoquer aussi l'aide politique qui les sous-tend. L'aide financière de l'oligarchie havanaise a d'abord concerné la reconstruction des fortifications, sous forme de contributions monétaires ou de mises à disposition d'esclaves, pour consolider le château d'El Morro ou construire l'imposante forteresse de La Cabaña par exemple. Au fil du temps cette aide s'est étendue à d'autres périmètres et à beaucoup d'autres domaines. Ainsi, après hésitation, l'Espagne choisit de rejoindre la France dans son soutien aux colons révoltés d'Amérique du Nord, mais Charles III ne disposait pas véritablement des moyens financiers de cette ambition. En août 1781 un émissaire de l'amiral de Grasse, le commandant des forces navales françaises engagées, relâchait cependant à La Havane pour y demander une aide financière. Le trésorier Ignacio de Peñalver y Cárdenas lui répondit honnêtement que les caisses de l'administration étaient vides. Mais les planteurs disposaient de quelques ressources… en six heures ils réunirent 500 000 pesos. L'escadre française trouva ainsi les moyens de faire le blocus de la baie de Chesapeake, ce qui permit aux colons de gagner la bataille de Yorktown, décisive pour l'indépendance des États-Unis… qui allaient se révéler un bon partenaire commercial pour les *hacendados*. Durant la guerre contre Napoléon, les planteurs envoyèrent quantités de subsides aux troupes défendant la Mère patrie. Ainsi, entre 1808 et 1814, Gonzalo José de Herrera y Santa Cruz entretint dix soldats qui se battaient dans la Péninsule[19], Carlos José Pedroso y Garro trois[20], le marquis de Casa Peñalver quinze, jusqu'à sa mort en 1812, ce qui lui coûta plus de 11 000 pesos[21]. C'est le plus souvent sous forme de caisses de sucre que furent faites les contributions et les registres récapitulant les dons montrent une véritable émulation parmi les *hacendados* : donner beaucoup conférait prestige et engageait la future monarchie à se montrer reconnaissante.

L'engagement des Havanais pour la bannière espagnole fut également physique ; très tôt les nouvelles milices prouvèrent leur fidélité. En mai 1765, quatre-vingt-dix-neuf hommes d'un régiment de l'armée régulière, détachés à

19. AGI, *títulos*, leg. 2 exp. Conde Fernandina.
20. AGI, *títulos*, leg. 2, exp. Conde Casa Pedroso.
21. AGI, *títulos*, leg. 7 a, exp. Peñalver.

Santiago de Cuba, se rebellèrent pour dénoncer des arriérés de solde. Le Capitaine Général fit donner les milices, lesquelles n'hésitèrent pas à employer le canon : plusieurs mutinés trouvèrent la mort, mais l'ordre revint dans la colonie. C'est ici aussi durant l'invasion napoléonienne que l'implication dans la lutte armée fut la plus forte. Et cette implication fut immédiate : lorsque le 2 mai 1808 le capitaine sévillan Daoiz tombe sous les balles des soldats de Murat juste après avoir lancé l'appel à l'insurrection, il a pour lieutenant à ses côtés Rafael de Arango y Núñez del Castillo.[Arango y Núñez del Castillo, 1848]. Parmi les Cubains qui se couvrirent de gloire contre les aigles napoléoniens, il faut citer le maréchal de camp José Pascual de Zayas-Bazán y Chacón, les frères Martínez de Pinillos (dont un y perdit la vie). À l'inverse, à notre connaissance, aucun aristocrate havanais ne combattit contre la bannière espagnole, quand bien même certains embrassèrent, au plus haut niveau, la cause joséphiste.

Enfin, le soutien des *hacendados* a été aussi d'ordre idéologique, en affichant clairement leurs préférences absolutistes. Si La Havane n'a pas goûté en 1808 à l'expérience de la *Junta* qui a été le premier pas vers l'indépendance des colonies américaines, c'est bien parce que les oligarques – partout les premiers concernés par ce genre de mouvement – s'y sont opposés. Quelques planteurs eurent bien l'idée d'en créer une, comme on l'a dit, mais ils furent vite isolés, surtout lorsque le brigadier créole Francisco de Montalvo y Ambulodi posa son sabre sur la table pour évoquer le recours aux armes contre tout pouvoir autoproclamé. Durant les périodes constitutionnelles, en 1812-1814 et 1820-1823, l'oligarchie fut contrainte d'abandonner en partie la municipalité aux libéraux : si elle n'envisagea pas une action armée, elle ne tenta pas non plus de composer avec eux. Ce fut le retour d'exil de Ferdinand VII et l'expédition des « Cent mille fils de Saint Louis », qui replacèrent les planteurs en situation dominante, montrant combien la fidélité au monarque leur était également indispensable. On ne compta enfin jamais aucun d'entre eux parmi les conspirateurs indépendantistes. Ce soutien à la cause absolutiste est facile à expliquer : au XIX^e^ siècle, les familles aristocratiques traitaient presque directement avec le souverain. Pour peu que l'on présentât bien les choses, on obtenait de lui ce que l'on voulait. Alors que, dans un schéma constitutionnaliste, passer par le filtre d'un Parlement aurait fait perdre beaucoup d'influence et, à coup sûr, renforcé le pouvoir des commerçants, créoles ou péninsulaires…

Conclusion

Une aristocratie d'Ancien Régime n'a de sens que par l'existence d'une monarchie et celle-ci ne peut se perpétuer sans l'appui d'une aristocratie. L'exemple des élites havanaises et de la monarchie espagnole est à cet égard remarquable. Lorsque la première s'est aperçue qu'elle ne pouvait assurer seule le contrôle de Cuba, elle a modelé la seconde pour la servir. À la fin du XVIII^e^ siècle,

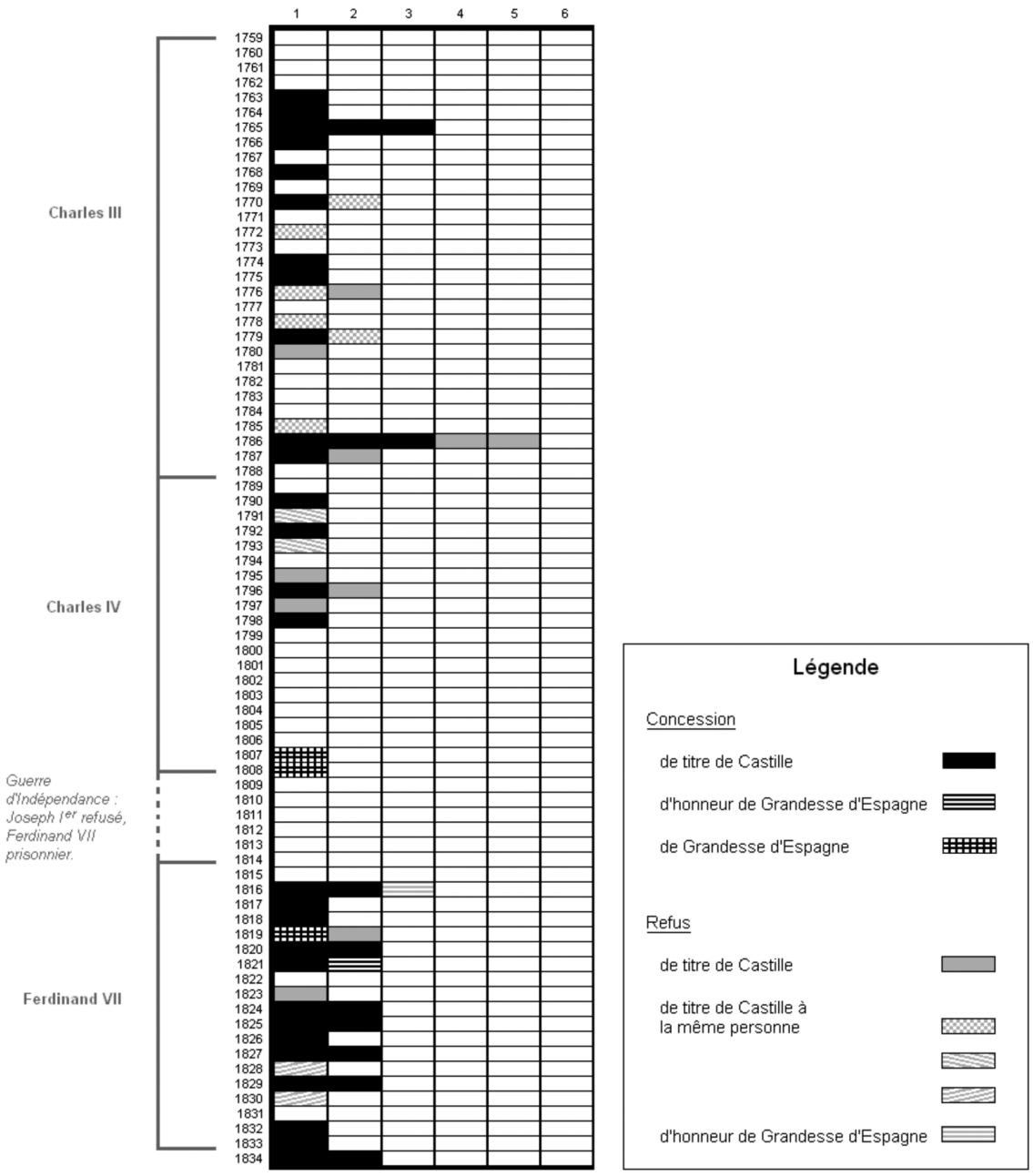
Cuba devint le premier producteur de sucre mondial et les taxes générées tout comme la richesse des *hacendados* conféraient à l'ensemble une place particulière pour l'administration espagnole sans cesse en quête de revenus. En retour, les aristocrates attendaient du roi d'Espagne la reconnaissance de leur prééminence, un arbitrage entre familles puissantes, la permission de produire du sucre et des facilités pour importer des esclaves, surtout au moment où le Royaume-Uni prétendait abolir ce commerce. Quand l'empire continental s'effondra, Ferdinand VII tenta de faire de Cuba une nouvelle base de reconquête.

Tous les éléments semblaient donc réunis pour établir cette solide alliance entre la monarchie et l'oligarchie, sanctionnée par la concession de titres de Castille et grandesses d'Espagne. Elle se manifeste du reste à travers le choix de la titulature des récipiendaires. Sur les trente-huit titres de Castille qui sont acceptés (en excluant le marquisat du Quesne puisque l'on comprend que l'aristocrate français ne tenait pas à changer de nom), sept font explicitement référence à la monarchie ou à Ferdinand VII : Real Proclamación, Real Agrado, Real Socorro, de Fernandina, Zaldívar de la Real Fidelidad, Casa Ramos de la Fidelidad, San Fernando Peñalver. Ce dernier aspect n'est pas seulement symbolique, il est une illustration du pacte entre deux forces politiques au-delà de l'océan Atlantique et au delà des vicissitudes de l'histoire. C'est un élément fondamental à retenir pour comprendre pourquoi Cuba a été longtemps surnommée « *la Isla siempre fiel* ».

BIBLIOGRAPHIE

- **Arango y Núñez del Castillo Rafael de,** *La memorable defensa del Parque de artillería de Madrid el día 2 de mayo de 1808*, **Madrid, 1848.**
- **Gonçalves Dominique,** « La noblesse de la municipalité havanaise », ***in*** *Mélanges de la Casa de Velázquez*, **Tome 34-2, octobre 2004, p. 185-205.**
- **Langue Frédérique,** *Mines, terres et sociétés à Zacatecas (Mexique) de la fin du XVII^e siècle à l'indépendance*, **Publication de la Sorbonne, Paris, 1992.**
- **Marrero Levi,** *Cuba: Economía y Sociedad, Azúcar, Esclavitud y Conciencia (1763-1868)*, **12 tomes, Edit. Playor, Madrid, 1984.**
- **Santa Cruz y Mallén Francisco Javier,** *Historia de las familias cubanas*, **6 tomes, Edit. Hércules, La Havane, 1940.**
- **Vallellano Comte de,** *Nobiliario Cubano*, *Las grandes familias isleñas*, **Francisco Beltrán, Madrid, 1928.**

Annexe 1 : La politique de distribution de grâces nobiliaires
à La Havane de Charles III à Ferdinand VII



Annexe 2 : Les bénéficiaires d'une grâce nobiliaire entre les règnes de Charles III et de Ferdinand VII

DATE	GRACE ROYALE	NOM	QUALITE	POSTE AU *CABILDO*	MILICIEN OU MILITAIRE	LIEN DE PARENTE AVEC UN AUTRE TITRE
13/12/1763	Marquis de la Real Proclamación	Gonzalo Recio de Hoquendo y Hoces	*Hacendado ?*	*Regidor*	Non	Aucun
16/08/1764	Comte de Gibacoa	Geronimo Espinosa de Contrerás y Jústiz	*Hacendado*	*Alcalde ordinario*	Colonel de milices	Frère : marquis Jústiz de Santa Ana
28/06/1765	Comte de Macuriges	Lorenzo de Montalvo y Ruiz Alarcón	*Hacendado*	Aucun	Intendant de marine	Aucun
20/08/1765	Marquis du Real Agrado	Nicolás de Lizundia y Odria Echevarría	*Hacendado*	*Regidor*	Non	Aucun
03/10/1765	Marquis Cárdenas de Montehermoso	Gabriel de Lombillo y Herce	*Hacendado*	*Regidor*	Non	Aucun
04/10/1766	Comte de Buenavista	Pedro José Calvo de la Puerta y Arango	*Hacendado*	*Regidor, Alcalde ordinario*	Colonel honoraire de milices	Beau-frère : marquis du Real Agrado
25/08/1768	Comte de San Juan de Jaruco	Gabriel Beltrán de Santa Cruz y Aranda	*Hacendado*	*Alcalde ordinario*	Non	Beau-frère : marquis Cárdenas de Montehermoso
18/03/1770	Marquis du Real Socorro	José Veitia y Renteria	*Hacendado ?*	Aucun	Non	Aucun
12/07/1774	Comte de Vallellano	José Antonio de Arredondo y Ambulodi	*Hacendado ?*	Aucun	Capitaine de cavalerie	Aucun
08/06/1775	Comte de Lagunillas	Felipe José Zequeira León y Ramallo	*Hacendado*	*Síndico*	Lieutenant - colonel de milices	Aucun
24/10/1779	Comte de Casa Montalvo	Ignacio de Montalvo y Ambulodi	*Hacendado ?*	Aucun	Capitaine de milices	Père : comte de Macuriges. Beaux-frères : marquis du Real Socorro, comte de Casa Bayona
29/05/1786	Marquis de Casa Calvo	Sebastián Calvo de La Puerta y O'Farrill	*Hacendado*	Aucun	Lieutenant - colonel d'infanterie	Père : comte de Buenavista
01/08/1786	Comte de Casa Barreto	Jacinto Tomás Barreto y Pedroso	*Hacendado*	*Regidor, Alcalde ordinario*	Lieutenant de milices	Aucun
30/08/1786	Marquis de Prado Ameno	Nicolas Cárdenas Velez de Guevara y Castellón	*Hacendado*	*Regidor, Alcalde ordinario*	Capitaine de milices	Frère : marquis Cárdenas de Montehermoso
02/04/1787	Comte de Santa María de Loreto	Gabriel de Peñalver y Cárdenas	*Hacendado*	*Regidor, Alcalde ordinario*	Non	Beaux-frères : comtes de Macuriges, de Montalvo
28/02/1790	Marquis de Casa Peñalver	Gabriel de Peñalver y Calvo de La Puerta	*Hacendado*	*Regidor, Alcalde ordinario*	Non	Beau-frère : comte de Casa Montalvo
15/12/1792	Marquis de Arcos	Ignacio de Peñalver y Cárdenas	*Hacendado*	Aucun	Lieutenant - colonel d'infanterie	Frère : comte de Santa María de Loreto
23/07/1796	Comte de Santa Cruz de Mopox	Comte de San Juan de Jaruco (III)	*Hacendado*	Aucun	Brigadier	*Déjà titré*
28/04/1798	Comte de Zaldívar de la Real Fidelidad	José Manuel de Zaldívar y Murguía	*Hacendado*	*Alcalde ordinario*	Colonel	Aucun
17/08/1807	Grand d'Espagne, comte del Castillo	Marquis de San Felipe y Santiago (IV)	*Hacendado*	Aucun	Non	*Déjà titré*
1808	Grand d'Espagne	Comte de San Juan de Jaruco (IV)	*Hacendado*	Aucun	Non	*Déjà titré*
10/05/1816	Comte de Fernandina	Gonzalo José de Herrera y Santa Cruz	*Hacendado*	*Alcalde ordinario*	Non	Grand-père : marquis de Villalta Beau-père : marquis de Villalta
07/07/1816	Comte de San Estebán Cañongo	Agustin Valdés y Pedroso	*Hacendado*	*Regidor, Alcalde ordinario*	Capitaine de milices	Aucun
14/10/1817	Comte de San Fernando Peñalver	Juan Crisostomo Peñalver y Barreto	*Hacendado*	*Alcalde ordinario*	Non	Père : marquis de Casa Peñalver
05/04/1818	Marquis de Casa Ramos de la Fidelidad	José Antonio Ramos y Fernández	*Hacendado*	Aucun	Non	Beau-frère : marquis de Prado Ameno
15/12/1819	Grand d'Espagne	Comte de Fernandina (II)	*Hacendado*	Aucun	Non	*Déjà titré*
03/01/1820	Marquis de Santa Ollala	Francisco Borja-Lima Muñoz y Bustamante	*Hacendado*	Aucun	Capitaine de milices	Aucun
02/08/1820	Comte de Baynoa	Francisco García-Barrera y Montero de Espinosa	Grand propriétaire ternien	Aucun	Non	Aucun
21/04/1821	Comte de Casa Ponce de León	Francisco Ponce de León y Marroto	*Hacendado ?*	*Regidor*	Non	Aucun
21/08/1821	Honneurs de Grand d'Espagne	Comte de Casa Barreto	*Hacendado*	Aucun	Non	*Déjà titré*
07/05/1824	Comte de la Reunión de Cuba	Santiago Cuesta y Manzanal	Commerçant et *Hacendado*	*Alcalde ordinario*	Non	Aucun
07/05/1824	Comte de Santovenia	Nicolás Martínez de Campos y González Álamo	Auditeur de guerre	*Alcalde ordinario*	Non	Aucun
08/06/1825	Comte de Villanueva	Bernabé Martínez Sáenz y Pinillos	Commerçant et *Hacendado*	*Alcalde ordinario*	Non	Aucun
14/10/1825	Comte de Peñalver	Nicolas de Peñalver y Cárdenas	*Hacendado*	Aucun	Non	Beaux -frères : comte de Casa Barreto, marquis de Arcos
28/11/1826	Marquis de Campo Florido	Miguel de Peñalver y Cárdenas	*Hacendado*	Aucun	Non	Beau-père : marquis Cárdenas de Montehermoso
08/07/1827	Comte de Campo Alegre	Pedro José Cárdenas y Chacón	*Hacendado ?*	Aucun	Non	Père : marquis de Prado Ameno. Beau-père : Grand d'Espagne
02/09/1827	Marquis du Quesne	Pierre Claude du Quesne Correur de Sercourt	Militaire	Aucun	Commandant des navires garde-côte de La Havane	*Déjà titré en France*
04/04/1829	Comte de Casa Lombillo	Gabriel de Lombillo y Herce	Commerçant et *Hacendado*	Aucun	Non	Aucun
08/06/1829	Comte de Casa Romero	Francisco José Fernández de Romero y Núñez de Villavicencio	*Hacendado ?*	*Alcalde ordinario*	Capitaine de milices	Beau-père : comte Zaldívar de la Real Fidelidad
11/08/1832	Comte de Casa Pedroso	Carlos José Pedroso y Garro	*Hacendado*	*Regidor*	Non	Beau-frère : comte de Lagunillas
12/03/1833	Marquis de Aguas Claras	Antonio Ponce de León y Maroto	Auditeur de guerre	*Alcalde ordinario*	Non	Frère : comte de casa Ponce de León y Maroto

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

Après la perte de la place forte havanaise en 1762 et sa récupération lors du Traité de Paris, la Couronne espagnole entreprend de la rendre inexpugnable en confiant une partie de sa défense aux élites créoles mieux acclimatées. Ce risque politique est contrebalancé par une distribution de titres de Castille et de grandesses d'Espagne d'une ampleur inégalée. L'ambition étant de conforter le loyalisme de cette élite, attendu qu'une aristocratie n'a vraiment de sens qu'en liaison avec une monarchie. De Charles III à Ferdinand VII, les rois d'Espagne ont ainsi consolidé une société créole qui fut un des piliers espagnols en Amérique, ce qui explique aussi l'absence de lutte pour l'indépendance à Cuba au début du XIXe siècle. Par ailleurs, le détail des concessions de titre montre combien l'élite a pu influencer la décision du monarque, illustrant par là qu'elle était pleinement associée à la construction de son identité. Ce qui, déjà, suggère que la relation élites-monarchie n'était pas simplement verticale.

Después de la pérdida de la plaza fuerte habanera en 1762 y su recuperación por el Tratado de Paris, la Corona española empieza a transformar La Habana en un bastión inexpugnable confiando parte de su defensa a las elites criollas más aclimatadas. Este riesgo político fue compensado por la distribución de títulos de Castilla y de grandezas de España en un modo nunca visto antes. La ambición de la Monarquía era confortar la lealtad de dicha elite, dado que la existencia de una aristocracia tiene sentido solamente en relación con una monarquía. Desde Carlos III hasta Fernando VII, los reyes de España consolidaron una sociedad criolla que se convirtió en un pilar español en América, lo que contribuye a explicar la ausencia de un proceso de luchas independentistas en Cuba al inicio del siglo XIX. Por otra parte, el detalle de la concesión de títulos muestra cómo la elite fue capaz de influenciar la decisión del monarca, poniendo así de relieve su total asociación con la construcción de su identidad. Todo esto nos lleva a pensar que la relación « elites-monarquía » no funcionó solamente de una manera vertical.

After losing Havana to the British in 1762 and recovering her from them a year later thanks to the Treaty of Paris, the Spanish Crown began to transform the city into an inexpugnable bastion, trusting a significant part of her defense to the well-settled Creole elites. This political gamble was compensated by the distribution of nobility titles and "grandezas" of Spain to a extent never seen before. By doing this, the Spanish Crown aimed to consolidate the loyalty of the Creole elites, since an aristocracy has a sense of existance only in relation to a Monarchy. From Charles the Third to Ferdinand the Sixth, Spanish kings consolidated a Creole society in Cuba that became a Spanish stronghold in the Americas, one of the reasons that could help to explain the absence of an independentist movement in Cuba at the beginning of the nineteenth-century. On the other hand, these concessions of Royal prerogatives also shows how the Creole elites were capable of influencing the decisions of the monarchs, making clear their association with the construction of their own identity. All this suggests that the "elites-Monarchy" relationship did not only work in a vertical way.

MOTS-CLÉS

- **Élites**
- **Aristocratie**
- **Cuba**
- **Indépendance**

PALABRAS CLAVES

- **Elites**
- **Aristocracia**
- **Cuba**
- **Independencia**

KEYWORDS

- **Elites**
- **Aristocracy**
- **Cuba**
- **Independence**

Marina Franco*

Exil et terrorisme d'État en Argentine

Les images de l'exil dans le discours politique des militaires

Les systèmes de terrorisme d'État mis en place dans le Cône Sud de l'Amérique latine dans les années 1960 et 1980 ont marqué l'histoire contemporaine de la région. En Argentine, c'est peu avant et surtout après le coup d'État militaire du 24 mars 1976 qu'une répression systématique a été mise en place contre un large éventail de la société : militants politiques et syndicaux, ouvriers, universitaires, artistes, intellectuels et tous ceux qui étaient, d'une façon ou d'une autre, liés à une certaine contestation politique ont été victimes de persécution. Le terrorisme d'État s'est imposé par l'emploi d'un système répressif à l'échelle nationale recourant à l'enlèvement, la torture, l'emprisonnement et la disparition forcée de personnes[1]. Ces pratiques répressives obéissaient à un objectif plus large de « refondation » de la société argentine que s'était fixée la dictature militaire. D'où la nécessité d'éradiquer la « subversion » (c'est-à-dire toute forme de mobilisation et de pression politique populaire), mais surtout de discipliner la société dans son ensemble.

Ces deux objectifs ont été atteints par la répression, la peur et le silence imposés par les militaires à une grande partie de la société et parfois par la

* Universidad Nacional de San Martín (Argentine). Ce texte est une version résumée d'un chapitre de ma thèse [Franco, 2006].

1. Pour une analyse des « camps de concentration-extermination » en tant que technologie répressive voir Calveiro, 1998.

société elle-même[2]. Cela a permis, parallèlement, l'instauration d'un projet socio-économique de restructuration industrielle et financière s'appuyant sur la libéralisation et la concentration économiques dont les effets se font sentir encore aujourd'hui. Parmi les pratiques répressives mises en place, la dictature a imposé l'exil à un grand nombre de personnes qui étaient persécutées, ou risquaient de l'être en raison de leurs activités politiques, syndicales, professionnelles, culturelles[3]. Ainsi, en tant qu'émigration forcée à caractère politique, l'exil est devenu pour ceux qui sont partis l'unique « choix » pour sauver leur vie face à la persécution qui les menaçait eux ou leur famille ou leurs amis. Dans d'autres cas, il a été la conséquence d'une politique d'expulsion menée par le gouvernement dictatorial envers les prisonniers politiques ou simplement une conséquence de la peur ou de l'impossibilité de réaliser des projets professionnels ou personnels dans un contexte de censure et de contrôle.

Les identités de l'exil

Aujourd'hui, 30 ans après cette dictature, lorsque l'on s'interroge sur l'identité des exilés en tant que tels, on rencontre des éléments significatifs. Il s'agit de l'effort que la plupart des témoins font pour démontrer que l'exil n'a pas été un privilège, qu'il n'a pas été une situation agréable, mais bien tout le contraire : une expérience très dure, marquée par la souffrance et la douleur d'être loin, déraciné, dépourvu d'une vie et d'un projet personnel ou collectif. Par exemple :

> « El problema es que nosotros llegamos a un lugar, sin haberlo elegido, sin ningún punto de referencia, sobre todo. Eso es lo más duro y lo más grave a parte de la lengua, ¿ no es cierto ? Veníamos totalmente desestructurados a todo nivel… psicológicamente, moralmente… físicamente… por todo lo vivido. La tortura… la… todo lo que sabíamos, la gente que había muerto… Totalmente en un abismo. El proyecto de vida. Todo. Todo lo que vos has construido lo construiste en función de un proyecto de vida. Y de un momento dado se te fue todo. Te encontraste en un abismo donde vas cayendo, así. No existe más nada. Ningún punto de referencia. Porque tu pareja, tu hijo… todo, todo ha sido construido en función de un proyecto Y te encontrás, además, agravado, en un lugar donde nada te pertenece, no tenés ningún punto de referencia, tu historia no está acá. Entonces tenés que reconstruirte totalmente. » (entretien avec R.H., 09/05/2003, Paris).

Une autre caractéristique courante dans le discours des exilés est qu'ils effacent consciemment toute référence à leurs activités politiques en Argentine avant leur départ. En particulier toute identité liée aux organisations politiques, surtout s'il agit des groupes révolutionnaires qui ont mené la lutte armée dès la

2. Le politologue Guillermo O'Donnell se réfère à un phénomène d'imposition de la peur, mais il est également nécessaire de « reconnaître que s'il y a eu un gouvernement brutal et despotique, durant ces années, la société elle-même a été plus autoritaire et plus répressive que jamais » [1987, p. 17].
3. Le départ en exil a commencé en 1973, à partir des premières formes de répression dirigées par l'organisation d'extrême-droite Triple A (Alliance Anticommuniste Argentine), liée à un secteur du gouvernement constitutionnel encore au pouvoir. Cette première vague devient un exil massif à partir de 1976. Il n'y a pas de chiffres exacts pour mesurer son importance quantitative, mais les chercheurs estiment à 300 000, les personnes sorties du pays pour des raisons politiques entre 1973 et 1983.

fin des années 1960 et jusqu'au coup d'État en 1976[4]. Il est assez commun, pour le chercheur, de rencontrer des personnes qui nient avoir eu un militantisme politique ou qui le cachent jusqu'à la fin de l'interview pour l'avouer une fois l'enregistrement terminé[5].

Pour eux, l'exil ne peut se comprendre qu'à partir de l'expérience de la souffrance et d'une certaine identité de victime innocente, qui n'a rien fait dans le passé. En effet, l'expérience d'exil présente un côté douloureux qu'on ne peut ni oublier ni cacher – et qu'en tant que chercheurs, nous ne pouvons sous-estimer. Il est évident que les émigrés politiques ont été victimes de la répression qui les a obligés à choisir l'exil ou les a expulsés hors du pays. Cependant, ce qui nous intéresse ici, ce n'est pas de montrer cette souffrance ou d'analyser ses contenus mais de nous interroger sur les sources de cette représentation et sur la nécessité de justifier l'exil en le présentant comme une souffrance, un châtiment et, surtout, comme le contraire d'un privilège. Ainsi que l'exprime une ancienne exilée : « Nos robaron la vida, me robaron la vida, yo no elegí, me robaron los mejores años de mi vida. Y los culpables serán siempre ellos » (Entretien avec F.I., 12/3/2004, Bordeaux).

Dès que l'on cherche à comprendre l'origine des identités sociales on doit s'interroger sur l'histoire de certaines représentations, sur leur construction et leur circulation dans le temps et l'espace ; d'autant plus qu'une identité est un produit social qui trouve ses origines dans des processus idéologiques très complexes. Dans le cas de cette identité « victimisée » de l'exil et de l'exaltation de sa condition non-privilégiée, la source se trouve dans différents aspects de l'expérience politique des acteurs sociaux exilés, mais aussi dans les discours circulant dans leur société d'accueil et leur société d'expulsion. D'un côté, les organisations politiques argentines présentes pendant ces années ont condamné au silence tout acte ou désir de quitter le pays, en considérant le départ comme une « trahison », soit à la cause révolutionnaire, soit aux militants qui sont restés pour lutter. En fait, dans certains cas, elles ont même condamné à mort leurs partisans qui abandonnaient l'organisation pour sortir du pays[6], d'où un important sentiment de culpabilité chez les exilés dont le

4. La plupart de ces organisations ont été créées dès la fin des années 60 dans un climat de violence et d'insurrection politique comme riposte à l'autoritarisme militaire et à l'avortement des projets politiques « populaires ». Elles s'inscrivaient aussi dans la vague de mouvements révolutionnaires de gauche en Amérique latine. Elles ont développé une lutte armée sur le modèle du foquisme jusqu'au moment de leur anéantissement complet, à cause de la répression. Les groupes les plus importants étaient les Montoneros et le PRT-ERP (Parti des Travailleurs du Peuple-Armée révolutionnaire du peuple), mais il y avait aussi plusieurs mouvements d'origine trotskiste et maoïste (dont certains refusaient la voie armée). Issue du péronisme, les Montoneros était un ensemble très complexe de différentes lignes politiques du catholicisme et de la gauche péroniste. L'ERP était le bras armé du PRT, un parti marxiste d'orientation guévariste. Voir à ce propos Gillespie [1987] ; Pozzi [2001].
5. Le modèle d'analyse des récits des victimes de situations traumatiques est toujours celui des travaux sur la Shoá ; *cf.* notamment Pollak [1990].
6. Il s'agit des Montoneros, mais il n'y a pas de preuves de l'exécution de la sentence.

départ était lié au militantisme politique[7]. C'est ainsi que le besoin de justifier le départ comme une nécessité vitale est toujours au cœur de leurs récits.

D'autre part, et sans rapport avec cette image négative de l'exil produite par les organisations politiques argentines, les sociétés d'accueil de ces émigrés ont créé, elles aussi, des images et des clichés sur les nouveaux arrivants. Les sociétés européennes en général – et pour notre cas d'étude, la France – ont intégré « leurs » réfugiés latino-américains à leur vie politique et sociale en tant que *victimes de violations des droits de l'homme* et toutes les représentations de ceux-ci se sont bâties à partir de cette condition de victimes ayant souffert et résisté[8]. Dans le passage suivant, une femme, réfugiée en France, raconte sa perception du regard que portait la société française sur elle :

> « Y después me empezó a resultar como pesado esa visión que podía tener la gente de uno exótico, entonces vos sos exiliado político, sos exótico, los franceses, cierta gente te ve eso, entonces como que tenés que jugar que sos exótico : si cantás es mejor, si te ponés un poncho es mejor… si no sabés nada de la cultura francesa… (…) esa parte exótica, más – también – esa parte de sufrimiento, que por supuesto que la tenés, pero no la mostrás. Yo sé que personalmente fui muy reactiva a esa visión de alguien que iba a decir : 'contáme las cosas duras', porque por un lado no la podés contar y segundo que no se las vas a contar porque sos exótico… » (Entretien avec S.J, 12/5/2004, Grenoble).

Outre ces représentations françaises et ces idées nées au sein des organisations politiques argentines, un troisième chantier de recherche doit être exploré pour comprendre cette représentation de l'exil comme une souffrance. Il s'agit de l'imaginaire construit par les tortionnaires : les militaires argentins. Ainsi, le discours de la dictature qui cherchait une légitimation sociale à l'exercice de son pouvoir a modelé les représentations sociales circulant dans l'espace public argentin et, du même coup, l'image que les exilés ont eu et ont encore d'eux-mêmes aujourd'hui.

L'étude de la presse pour le grand public, des discours militaires des années 1970 et 1980 – l'analyse de leurs constructions idéologiques, de leurs stratégies discursives et de leurs dispositifs d'énonciation – vont nous permettre de mettre en évidence la place que les émigrés politiques y occupaient à travers les différentes représentations négatives à propos de ceux qui étaient partis du pays.

7. Par exemple : "yo sentía como una traición de buscar trabajo, ameliorar [sic] mis condiciones materiales, me decía que mis compañeros estaban presos, desaparecidos y que vivían muy mal en Argentina… Hay dificultades reales en Francia, pero los exiliados argentinos al darle la espalda a Francia y mirar hacia la Argentina no buscaban la integración y yo creo que toda tentativa de integración de la gente lo veían como una traición al objetivo principal de la vida que era la revolución en la Argentina." (entretien avec O.U., 23/04/2003, Paris.)
8. Sur l'importance de cette construction de la victime et la souffrance dans l'espace médiatique à cette époque et dans les années suivantes, voir Boltanski [1993]. Sur certaines représentations des Latino-américains en France, voir Rolland et Touzalin [1994].

Le discours du pouvoir militaire

Rappelons certains éléments qui faisaient partie des idéologies militaires du terrorisme d'État latino-américain durant ces années. Dès le milieu des années 1960, la doctrine de la sécurité nationale (DSN) devient l'idéologie qui légitime les forces armées du continent. En Argentine en particulier, elle a été le résultat de l'influence de la théorie de la « contre-insurgence » des États-Unis et, surtout, de l'influence de la théorie de la guerre contre-révolutionnaire née au sein de l'armée française pendant la guerre d'Indochine et d'Algérie [Robin, 2004]. Le nouveau conflit mondial était une guerre différente, nouvelle, intégrale, avec des armes psychologiques et idéologiques beaucoup plus puissantes que les armes traditionnelles. Cette guerre proposait un nouvel ennemi placé à l'intérieur des frontières géographiques de chaque pays. Il y avait, en effet, non seulement des *frontières physiques*, mais aussi des frontières *psychologiques* qui séparaient la partie « non-malade » du pays de la partie « malade » contaminée par ce nouveau péril intérieur. Dorénavant, cette menace, cet ennemi, sera perçu comme un « autre négatif » devant être éliminé ; l'élimination étant alors considérée comme la seule manière de faire face au danger et de le vaincre. Parallèlement, toute l'argumentation de la menace subversive n'était qu'une justification destinée à légitimer l'intervention des forces armées dans la politique intérieure du pays, du milieu des années 1960 jusqu'au coup d'état de 1976. Selon cette conception, seule la puissance militaire pouvait faire face à ce pouvoir non-conventionnel, seule l'armée pouvait remettre de l'ordre dans un pays frappé par le « chaos » [Armony, 1999].

Comme l'a montré la journaliste française Marie-Monique Robin, cette théorie de la guerre contre-révolutionnaire ou de la « lutte antisubversive » a été développée par les militaires français en Algérie et s'est répandue dans le monde occidental au cours des années 1950 et 1960. Formulée en pleine Guerre froide et pendant les processus de décolonisation, elle soulignait le « caractère permanent, universel et total [de cette nouvelle guerre moderne] et, en particulier, l'importance de l'action psychologique qui accompagne l'action des bandes armées – d'où la nécessité d'avoir les moyens "totaux" pour la combattre » [Robin, 2004, p. 44]. Cette conception insistait sur les liens intrinsèques qui unissaient les bandes armées subversives dans toutes les colonies françaises et sur leurs prolongations subversives dans la métropole. Pour l'armée française, un des éléments-clés pour faire face à cet ennemi était la recherche d'informations, et la méthode pour les obtenir, la torture.

Malgré les similitudes de cette théorie française avec la DSN des militaires argentins, il faut souligner la présence d'un élément essentiel. Pour les Français, l'ennemi intérieur était un ennemi colonial habitant des territoires d'outre-mer – c'est-à-dire, une menace intérieure avec ses prolongations, mais quelqu'un de différent, pas un « vrai » Français. Préjugés coloniaux et raciaux pouvaient jus-

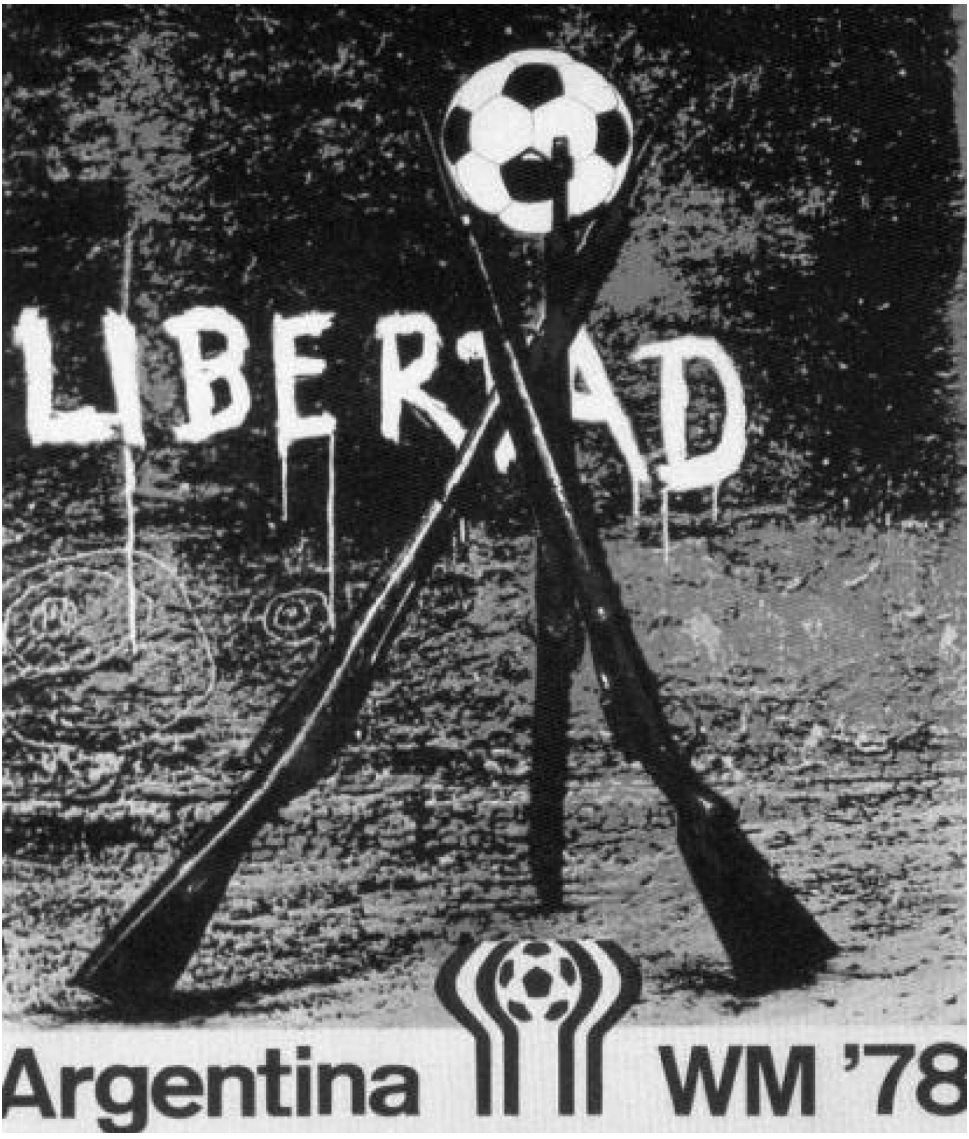
tifier ce regard négatif sur un autre vu, en quelque sorte, comme quelqu'un de vraiment différent. Au contraire, dans le cas argentin, ce regard *négatif* a dû se construire à partir de références strictement politiques, sans l'aide de préjugés raciaux ou biologiques. En théorie, la violence s'exerçait donc sur un égal, ou sur quelqu'un qui était vu comme un égal juste avant le conflit. Cet élément est essentiel dans la réflexion sur le niveau de violence exercé contre les opposants politiques en Argentine.

Le discours militaire de la « campagne anti-argentine »

Dès que les militaires sont arrivés au pouvoir, en mars 1976, ils ont commencé à dénoncer une campagne internationale contre l'Argentine orchestrée par les organisations humanitaires, certains gouvernements occidentaux et les exilés hors du pays. Mais si ce type de discours était fréquent dès le coup d'état, il monte en puissance au cours des années 1978 et 1979, autour de l'idée d'une « campagne anti-argentine », comme disaient les militaires et la presse. Cela s'explique par plusieurs raisons. Tout d'abord l'organisation de la Coupe du Monde de Football prévue en juin 1978 par l'Argentine. À l`étranger, l'événement sportif avait donné lieu à un fort mouvement international de boycott à cause de la dictature et de la répression dans le pays. Il faut souligner que l'épicentre de cette campagne était justement la France, d'où les accusations militaires contre ce pays[9]. Ensuite, un autre événement international en Argentine a donné lieu à un second boycott : le Congrès Mondial sur le Cancer réalisé en octobre 1978 à Buenos Aires. Cette fois, les médecins du monde entier – en particulier aux États-Unis et en France – ont organisé une forte campagne de dénonciation contre la situation du personnel de la santé emprisonné et disparu en Argentine, et ont réussi à faire un contre-congrès en France à la même date. À cela s'ajoute un élément encore plus important qui a beaucoup affaibli la dictature au cours de ces années : ce sont les dénonciations internationales des violations des droits de l'homme présentées devant les tribunaux internationaux comme l'ONU, à Genève ou l'OEA, à Washington. De même les pressions internationales au sujet des disparus de nationalité étrangère, et parmi eux, de deux religieuses françaises et de plusieurs ressortissants allemands et suédois, ont été assez importantes[10]. De plus, il ne faut pas oublier que la pression du gouvernement de James Carter aux États-Unis a joué un rôle-clé à travers l'action de son secrétariat des droits de l'homme et les réductions des crédits et aides financières à l'Argentine en

9. Le boycott de la Coupe du Monde de Football a eu un énorme succès en France, avec la formation de plus de 200 comités au cours de l'année 1978. L'ampleur de ce mouvement a eu une grande répercussion dans la presse argentine et dans la société en général, entraînant un fort sentiment nationaliste [Franco, 2005].
10. Au cours de l'année 1978, plusieurs plaintes ont été portées devant les tribunaux internationaux à partir des missions d'Amnesty, des témoignages et de la documentation recueillie par les exilés [Guest, 1990 ; Novaro et Palermo, 2004].

Affiche allemande appelant au boycott de la Coupe du Monde 1978
(droits réservés)



1978 et 1979. À cela s'est ajoutée la visite d'inspection de la Commission Internationale des Droits de l'Homme de l'Organisation des États Américains (CIDH), annoncée pour 1978 et réalisée en octobre 1979. Cette visite a porté atteinte au gouvernement militaire et l'a obligé à modifier certaines mesures répressives et, en particulier, les conditions de détention des prisonniers politiques dans tout le pays [Guest, 1990][11].

Ce contexte international adverse augmenta progressivement entre 1977 et 1979, l'inquiétude des militaires, ce qu'ils appelaient « l'image du pays à l'étranger ». Le régime a alors engagé une agence de publicité internationale aux États-Unis pour améliorer cette image. Parurent alors des dizaines de pages de publicités dans la presse des pays occidentaux (en France, on peut les retrouver dans les éditions de *France Soir* ou de *L'Express* de l'époque)[12].

La place de l'exil dans le discours militaire

L'étude des références du régime militaire sur ceux qui sont partis nous permet de montrer l'existence de deux constructions discursives différentes. Un premier volet est l'utilisation assez fréquente de l'appellation de « faux Argentins à l'extérieur » désignant tous ceux qui sont considérés comme les responsables de cette fausse image du pays. Par exemple, la Coupe du Monde est un défi :

> « … para poder presentar al mundo la imagen auténtica de nuestra patria y no la que suministraban – y suministran – los mal llamados argentinos que no pueden ser compatriotas, al cubrir con oscuros telones la cabal fisonomía argentina. »[13]

Ainsi, dans ce type de discours, les acteurs de cette campagne – les sujets politiques – ne sont jamais nommés, ils n'ont pas d'identité définie, mais sont seulement désignés comme « faux Argentins », ce qui revient à leur nier l'identité positive d'Argentins. L'idée qui sous-tend ces discours est l'existence d'un combat entre la vérité et le mensonge et l'essentiel du dispositif rhétorique est l'association faite entre la vérité et les vrais Argentins, d'un côté, et le mensonge et les faux Argentins, de l'autre. Un deuxième exemple fait apparaître la même stratégie invoquant le sentiment nationaliste :

> « Tal vez lo más notable de esta apoteosis popular [le triomphe argentin dans la Coupe du monde] es que ella tuvo un marco externo de hostilidad y escepticismo. En el exterior hubo quienes procuraron perjudicarnos […] hasta una mezquina campaña orientada a vejar la dignidad moral del país y a negar su capacidad de garantizar

11. À partir du document final produit pour la CIDH, cette visite a été d'une grande importance pour établir un consensus international sur la gravité de la situation, mais aussi pour activer le mouvement des Droits de l'Homme en Argentine [Jelin, 2005].
12. Par exemple : *France Soir*, 18/07/1978 ; *L'Express*, 18-23/12/1981. Il s'agissait de l'agence Burson-Martseller qui soulignait que l'Argentine devait améliorer son image à partir d'expositions et de campagnes de publicité dans tous les médias internationaux et promouvoir les visites de journalistes étrangers [Guest, 1990, p. 69].
13. Brigadier Cacciatore (maire de la ville de Buenos Aires), *La Nación*, 29/06/1978, p. 16.

condiciones mínimas de organización y seguridad. […] … Esta es nuestra respuesta patriótica a la campaña sufrida por la República Argentina en el exterior. »[14]

Les discours sont ainsi axés sur l'omission des sujets politiques réels. Les exilés, les émigrés n'existent pas en tant que tels. La seule idée est que le mensonge trouve ses sources à l'étranger et que ceux qui le soutiennent ne sont pas de vrais Argentins. Ils sont donc hors du « corps social » national. Ce type de discours s'organise à partir d'une antinomie classique : la patrie menacée incarnant le Bien et la Morale – avec des majuscules – contre un « autre » menaçant que sont les agents du monde extérieur. Ainsi, toute la situation est présentée comme un conflit patriotique dont le but est de justifier et de légitimer encore une fois le pouvoir militaire mis en place pour défendre cette patrie menacée. Tout cela est bien clair dans ce troisième exemple :

« El ejército… como brazo armado de la Nación [debe] preservar la integridad de su territorio y el ejercicio pleno de su soberanía pese a los intentos de quienes desde adentro pretenden desmembrarnos o quienes desde afuera pretenden cercarnos. »[15]

Néanmoins, ce dispositif n'est pas le seul à être utilisé dans le discours militaire. Il y a une autre façon de faire référence aux protagonistes responsables de cette campagne à l'étranger. Elle est beaucoup plus directe : dans ce cas, les émigrés sont dénoncés comme des « terroristes » et des « subversifs » ayant fui le pays et s'étant réfugiés ailleurs :

« La Argentina, es bien sabido, afronta hoy una denodada campaña instrumentada desde el exterior que intenta sumirnos en el desprestigio y en el aislamiento. El centro de dicha campaña, o mejor dicho, su motivo aparente es el de los derechos humanos.

[…] … cuando el gobierno fijó como objetivos prioritarios de su accionar el restablecimiento de la paz y la seguridad internas y la erradicación definitiva de la violencia terrorista destruyó, al mismo tiempo, toda esperanza de participación en el poder político que las organizaciones subversivas pudieran haber alimentado en el pasado. Esta circunstancia [las] impulsó a concentrar sus esfuerzos en el frente exterior de la República y a orquestar allí una campaña en la cual, por lo demás, han logrado la participación consciente o inconsciente de la prensa internacional, de algunos gobiernos occidentales temerosos del enfrentamiento con grupos terroristas y de organizaciones no gubernamentales de carácter consultivo supuestamente presididas por fines humanitarios. »[16]

Selon cette logique, tous ceux qui sont à l'extérieur sont condamnés comme terroristes et toute personne liée aux droits de l'homme, ainsi que tous les réfugiés politiques, reste associée à la subversion et au terrorisme. De plus, pour donner tout son sens à ce discours, il ne faut pas oublier que les droits de l'homme et la reconnaissance du statut de réfugié ont été les revendications permanentes des exilés argentins à l'étranger et leur principale ligne d'action publique. Dans tous les pays d'accueil, les émigrants argentins ont mené à bien des campagnes

14. Président J. R. Videla, *Clarín*, 03/07/1978, p. 3.
15. Président J. R. Videla, *La Nación*, 18/07/1978, p. 24.
16. Chancelier Walter Allara, *La Nación*, 18/09/1978, p. 5.

sur les droits de l'homme très importantes avec l'aide des organisations humanitaires comme *Amnesty*, et aussi avec le soutien de gouvernements et d'organisations politiques et syndicales de chaque pays. En outre, au Mexique et en Espagne, où le droit d'asile n'était pas bien réglementé, ils se sont beaucoup battus pour obtenir certaines conditions légales de résidence en tant que réfugiés[17].

Il est intéressant de souligner que, dans ce deuxième cas de figure, à l'inverse du premier exemple, ceux qui sont partis *sont nommés*, ils ont une identité très claire : ils sont, en effet, des « subversifs dangereux ». Mais cette nouvelle étiquette est accompagnée d'une autre idée essentielle : les émigrés politiques sont des personnes qui ont fui à l`étranger pour se cacher dans des « refuges dorés ». Ils sont, en conséquence, de « bons vivants » qui abandonnent l'Argentine et les Argentins pour profiter de beaux séjours à l'étranger. Par exemple,

> « Resulta así evidente… la falacia de la prédica y propaganda desarrollada en el exterior por los máximos delincuentes terroristas marxistas-leninistas que desde sus cómodos y lujosos refugios exteriores aprovechan la complacencia o complicidad de muchos para instrumentar una campaña que tiende, con un relativo éxito, a lograr nuestro desprestigio y eventual aislamiento. »[18]

On remarque que, dans ce discours, les exilés ou réfugiés sont vus comme des subversifs qui ne sont jamais seuls : ils se présentent toujours entourés de gouvernements socio-démocrates, d'organisations des droits de l'homme et de la presse internationale. En effet, il s'agit de donner l'image d'un vrai *réseau subversif*, entièrement conçu selon la doctrine de la sécurité nationale. Ainsi, les organisations politiques argentines réorganisées à l'extérieur, au sein desquelles une bonne partie des exilés argentins ont mené leurs activités militantes, sont considérées comme des « BDSM » (« bandes de délinquants subversifs marxistes ») et la « campagne anti-argentine » est présentée comme une partie de cette nouvelle « guerre intégrale ». Selon cette logique, les exilés font partie de cette guerre et de cette conspiration internationale à travers l'action psychologique et la propagande, qui seraient leur principale ligne d'action à l'étranger. Tout cela est très évident dans le passage suivant, où le régime militaire explique comment fonctionnent les organisations terroristes et leurs instruments de combat :

> « *Empleo de AS [acción sicológica] a nivel internacional*
>
> Con la finalidad de propagandizarse, desprestigiar al gobierno y obtener solidaridad de 'agencias difusoras' de su AS en Europa y América, [las bdsm] han creado :
>
> 1) Organizaciones aparentemente desvinculadas de la subversión, pero que actúan según sus fines. Por ejemplo, la Comisión Argentina por los Derechos Humanos (CADHU), propiciada por las bdsm cuya finalidad real es la de buscar la protección de las personas vinculadas a la subversión bajo el eufemismo de la 'defensa de los derechos humanos'.

17. Si l'exil argentin a été peu étudié, on compte toutefois quelques travaux importants : Bernetti y Giardinelli [2003] et Jensen [1998] ; sur les différents pays d'accueil, Yankelevich [2004] ; concernant la dénonciation de violations des Droits de l'homme en tant qu'action principale des exilés argentins en France, Franco [2004].

2) Organizaciones que expresamente efectúan la AS en el exterior : por ejemplo, la Agencia de Prensa Americana-Latina que edita una publicación titulada 'Denuncia' ; el Movimiento Antiimperialista y por Socialismo en la Argentina (MASA) ; el Centro Argentino de Información y Solidaridad (CAIS) formado sobre la base del acuerdo entre la bdsm ERP y Montoneros. […] »[19]

Signalons que tous les groupes mentionnés dans ce passage sont de nouvelles organisations créées par les exilés en France, en Espagne et au Mexique, c'est-à-dire qu'elles n'existaient pas avant la répression et le départ massif du pays. Mais à travers ce discours, la lutte contre ces nouvelles organisations est considérée comme une partie de la guerre intégrale et anti-subversive des militaires. Dans cette version, la chaîne logique établie est ce qu'il y a de plus marquant : d'abord, la défaite de la subversion argentine a produit sa fuite à l'étranger. Une fois ailleurs, aidée par les réseaux subversifs internationaux, cette subversion a déclenché ensuite la campagne d'action psychologique contre le pays à partir du thème des droits de l'homme. L'objectif de cette argumentation est d'instaurer l'idée que toute dénonciation humanitaire est subversive et que tout Argentin à l'extérieur est un terroriste lié aux Montoneros ou à l'ERP – les deux principales organisations révolutionnaires argentines. En effet, à propos de celles-ci et avant même le coup d'état, les militaires avaient déjà établi leur condition d'ennemis et le besoin de les éliminer ; il suffisait donc de les mentionner pour condamner tous ceux qui étaient à leurs côtés[20].

Cette analyse nous amène à une première conclusion : il existait deux types de discours militaire sur l'exil et les exilés. Un premier, où les sujets politiques sont effacés en faveur de la confrontation de deux camps représentant des principes essentialistes : d'un côté l'Argentine, la vérité, nous… et de l'autre côté, l'étranger, le faux, le mensonge, l'autre. Ainsi, les deux camps sont symbolisés par l'intérieur et l'extérieur et le conflit est réduit à l'opposition de ceux qui sont dedans et de ceux qui sont dehors. Un second type de discours dans lequel les acteurs politiques prennent corps, celui qui met en scène la subversion qui a été vaincue dans le pays mais qui continue sa lutte à l´étranger par tous les moyens possibles, alors même qu'elle profite d'une vie privilégiée. D'après cette version, les militaires sont les vainqueurs et ceux qui sont à l'étranger sont les ennemis vaincus, mais toujours actifs et « en vacances ». Dans les deux versions, les exilés représentent cet extérieur menaçant parce qu'ils habitent à l'étranger au *sens géographique*, et parce qu'ils sont des vaincus placés hors du corps social argentin au *sens idéologique*.

18. Mario B. Menéndez, directeur de l'École militaire Sargento Cabral, 17/06/1978.
19. *Clarín*, 21/04/77, p. 5.
20. Ces organisations avaient été interdites par le gouvernement constitutionnel avant même le coup d'état. En 1975, une opération militaire appelée « Operativo Independencia », dans la province argentine de Tucumán, avait déjà pratiquement détruit la plupart de forces de l'ERP. Montoneros a perdu la plupart de ses hommes entre 1976 et 1977. Ces deux principales organisations armées ne réunissaient pas plus de 1 300 membres armés (en prenant les chiffres les plus élevés), si bien que les chercheurs considèrent qu'il n'y a jamais eu une menace réelle de prise de pouvoir par ces groupes [Vezzetti, 2002].

Conclusion

Il n'y a pas de réelle nouveauté dans ces stratégies et dispositifs discursifs militaires. Dans le langage autoritaire, l'ennemi a toujours été pensé et conçu comme un autre, une menace à éliminer. De plus, il convient de rappeler qu'en Argentine la même logique a été soutenue par le péronisme, qui en traversant toute la deuxième partie du XX[e] siècle, opposait une même conception du « nous », les péronistes, les Argentins, opposés à « eux », les non-péronistes, les non-Argentins, toujours définis par catégories morales comme la vérité, le mensonge, le bien, le mal. Comme l'ont démontré Silvia Sigal et Eliseo Verón, deux spécialistes de l'analyse du discours politique, ces identifications trouvent leurs origines hors du champ de la politique et ont pour effet de vider celui-ci du sens politique même. Dans un régime démocratique, la disqualification de l'autre se fait par la disqualification du contenu de la véracité de son discours, mais dans un régime politique autoritaire et répressif, la négation de la parole signifie aussi la volonté de l'élimination physique de l'autre [Sigal y Verón, 1982, p. 151-205].

Il est intéressant de noter qu'à partir de 1977, les militaires ont déclaré que la subversion avait été éliminée et que le combat contre le terrorisme en Argentine avait été un succès. Ce ne sont pas des mots sans fondements, puisqu'en 1978 la répression commençait à être moindre et les trois années les plus violentes s'achevaient. Mais une fois la subversion vaincue et le combat contre le terrorisme terminé, comment justifier la continuité de la dictature militaire ? C'est à ce moment précis que le discours officiel commence à montrer ce déplacement d'une prétendue menace placée à l'intérieur des frontières du pays vers l'extérieur. Les exilés deviennent alors les ennemis idéaux : ils sont hors du territoire et hors du « corps social » à la fois.

De plus, d'après la logique militaire, le complot subversif est plus grand à ce moment-là, parce que c'est l'extérieur tout entier qui s'oppose à l'intérieur. Les effets idéologiques de cette opération discursive fonctionnent dans plusieurs directions : d'une part, le rôle des militaires est à nouveau justifié ; ils sont, encore une fois, légitimés en tant que sauveurs de la patrie et leur mission continue. L'Argentine a toujours besoin d'eux. D'autre part, les exilés sont définitivement stigmatisés comme des ennemis et réintroduits dans la logique de la guerre contre-révolutionnaire.

Mais cela ne s'arrête pas au discours, en effet les exilés ont été « niés » de façon plus concrète : la répression a voulu s'étendre hors des frontières argentines jusqu'aux pays limitrophes et même en Europe et en France. C'est le cas du Plan Condor qui était un accord militaire passé entre les autorités de l'Argentine, du Brésil, de la Bolivie, du Chili, du Paraguay et de l'Uruguay, pour poursuivre de manière coordonnée les exilés dans toute la région, et même ailleurs. C'est aussi le cas du projet du Centre Pilote monté par l'Armée argentine en 1978 dans son Ambassade à Paris, afin de contrôler les organisations

des Argentins exilés en France[21]. Ainsi, discours et pratiques du pouvoir militaire se complétaient de manière à mener à bien la logique du DSN.

Ajoutons que nous ne sommes pas face à un discours militaire isolé, sans effets sur la société argentine. Reproduits et mis en circulation par les médias nationaux les plus importants et en particulier par la presse écrite et la télévision, ces discours ont permis de justifier le coup d'état qu'une bonne partie de la société argentine a soutenu. De plus, la référence au discours péroniste – et nous aurions pu prendre d'autres exemples de différentes orientations dans la tradition politique argentine – met en évidence que si le discours des militaires a pu fonctionner et a pu être accepté par la société c'est parce qu'il y avait des cadres idéologiques et discursifs préalables dans lesquelles le nouveau discours pouvait s'insérer et trouver son sens. Tous ces antécédents ont aidé et permis la circulation et acceptation du discours du terrorisme d'État.

Si nous revenons sur notre problème de départ, les éléments étudiés apportent une nouvelle lumière sur la nécessité de légitimation présente dans les discours des acteurs exilés. Premièrement, le silence autour de leurs activités, appartenances et identités politiques, que l'on avait signalé au début, est, dans une certaine mesure, le résultat de l'image d'individus subversifs et terroristes que le discours militaire avait construit sur eux. Ainsi, même aujourd'hui, en cachant leurs activités politiques, ils essaient de montrer une image « propre » et de prendre leurs distances face à celle de la subversion liée à l'activité politique, une activité que la société argentine tout entière a condamnée comme la responsable du « chaos » des années 1970[22]. Deuxièmement, ce besoin de montrer la souffrance et la douleur de l'exil et de leur condition de victimes en tant qu'exilés cherche aussi à s'éloigner de toute représentation visant à montrer les émigrés comme des privilégiés qui profitent de vacances dorées à l'étranger. Il s'agit, au contraire, de se montrer comme des gens qui ont souffert et ont vécu une expérience non voulue et douloureuse.

Dans le cas des pouvoirs autoritaires des années 1970 en Amérique latine, l'analyse de leurs discours et de leurs pratiques peut contribuer à donner une nouvelle dimension aux effets pervers de ces pouvoirs et à leurs persistances dans les imaginaires sociaux des sociétés considérées, aujourd'hui, comme démocratiques et qui, pourtant, sont loin d'avoir tourné la page.

21. Il n'y a presque aucune recherche spécifique faite sur le sujet, sauf quelques pistes suggérées dans Guest [1990], ainsi que dans quelques témoignages (CADHU, *Testimonio de los sobrevivientes del genocidio en Argentina,* Paris, 1979).
22. Depuis la fin de la dictature et durant la première période post-autoritaire, une certaine explication du passé dominait l'espace public en Argentine. La soi-disant « théorie des deux démons » donnait une vision simple de la période précédente : c'était la violence de droite (les militaires) et de gauche (« la guérilla »), les deux responsables de ce qui était arrivé au pays. Cette hypothèse avait l'énorme avantage d'ôter toute responsabilité à la société civile à propos de l'accord actif ou passif donné à l'autoritarisme. [Vezzetti, 2002].

BIBLIOGRAPHIE

- Angenot Marc, « Pour une théorie du discours social », *Méditations du Social,* n° 70, mai, Paris, Larousse, 1988.
- Armony Ariel, *La Argentina, los Estados Unidos y la cruzada anticomunista en América Central,* Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1999.
- Bernetti Jorge, Giardinelli Mempho, *México. El exilio que hemos vivido,* Buenos Aires, Universidad de Quilmes, 2003.
- Boltanski, Luc, *La souffrance à distance. Morale humanitaire, médias et politique*, Paris, Métailié, 1993.
- Calveiro Pilar, *Poder y concentración*, Buenos Aires, Colihue, 1998.
- Dingues John, *Les années Condor*, Paris, La Découverte, 2005.
- Franco Marina, « Testimoniar e informar: exiliados argentinos en Paris (1976-1983) », *Cahiers ALHIM (Amérique Latine : Histoire des migrations)*, n° 8, janvier 2004, Université Paris 8, p.37-64.
- Franco Marina, "Derechos humanos, política y fútbol", *Entrepasados*, Año XIV, n° 28, 2005, Buenos Aires, 2005, p. 27-46.
- Franco Marina, « Les emigrés politiques argentins en France. Expériences et trajectoires. (1973-1983) », Thèse de doctorat, Université de Paris VII-Université de Buenos Aires, 1 010 p., 2006.
- Gillespie Richard, *Soldados de Perón. Los montoneros,* Buenos Aires, Grijalbo, 1987
- Guest Iain, *Behindng the disappearances*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1990.
- Jelin Elizabeth, "Los derechos humanos entre el Estado y la sociedad", *in* Suriano, Juan (dir), *Nueva Historia argentina*, *Dictadura y democracia, 1976-2001*, Buenos Aires, Sudamericana, 2005, p. 507-557.
- Jensen Silvina, *La huida del horror no fue olvido : el exilio político argentino en Cataluña (1976-1983)*, Barcelona, M.J. Bosch-Cosofam, 1998.
- Robin Marie-Monique, *Escadrons de la mort. L'école française*, Paris, La Découverte, 2004.
- Negroni M.M., Zoppi Fontana M.G., *Análisis lingüístico y discurso político. El poder de enunciar,* Buenos Aires, CEAL, 1997.
- O'Donnell Guillermo, « Democracia en la Argentina : micro y macro », *in* Oszlak, Oscar (comp.), « *Proceso* », *crisis y transición democrática/1,* Buenos Aires, CEAL, 1987.
- Pollak Michel, *L'expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*, Paris, Métailié, 1990.
- Pozzi Pablo, *Por las sendas argentinas. El PRT ERP la guerrilla marxista,* Buenos Aires, Eudeba, 2001.
- Rolland Denis, Touzalin Marie-Hélène, « Un miroir déformant ? Les Latino-américains à Paris depuis 1945 », *in* Antoine Marès y Pierre Milza, *Le Paris des étrangers depuis 1945*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1994, p.263-291.
- Sigal Silvia, Verón Eliseo, "Perón : discurso político e ideología", *in* Alain Rouquié (dir.), *Argentina, hoy,* México, Siglo XXI, 1982.
- Vezzetti Hugo, *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en Argentina,* Buenos Aires, Siglo XXI, 2002.
- Yankelevich Pablo, *Represión y destierro. Itinerarios del exilio argentino,* Buenos Aires, Ed. al Margen, 2004.

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

Fondée sur la doctrine de la sécurité nationale, la dictature militaire argentine des années 1970 a construit un discours visant à éliminer les ennemis politiques conçus comme « subversifs ». Au cours de l'année 1978, alors que la phase wde répression la plus violente se terminait, les militaires ont commencé à dénoncer une sorte de « campagne anti-argentine » menée par les agents de la subversion internationale, notamment les exilés argentins vivant à l'extérieur. À partir de ce moment, les émigrés politiques ont été la cible d'un discours militaire dénonçant la subversion argentine à l'extérieur et présentant une image « diabolisée » des exilés. Les exilés sont ainsi devenus un « autre négatif », comme les « guérilleros » l'étaient au début de la répression. Cet imaginaire a survécu jusqu'à leur retour en Argentine : en effet, ceux-ci ont souffert d'une stigmatisation due à leur séjour à l'étranger et ces images ont conditionné l'identité et la représentation qu'ils ont désormais d'eux-mêmes.

Basada en la doctrina de la seguridad nacional, la dictadura militar argentina de los años setenta llegó a construir un discurso destinado a eliminar los enemigos políticos llamados "subversivos". A lo largo del año 1978, al finalizarse la fase más violenta de la represión, los militares comenzaron a denunciar una especie de "campaña antiargentina" llevada por los agentes de la subversión internacional y concretamente por los exiliados argentinos que vivían fuera. A partir de entonces, los emigrantes políticos fueron el blanco de un discurso militar que denunciaba la subversión argentina del exterior y presentaba una imagen "diabolizada" de los desterrados. Fue así como los exiliados se convirtieron en un "otro negativo", tal como lo eran los "guerrilleros" en los comienzos de la represión. Este imaginario en torno a los desterrados ha sobrevivido hasta su regreso a la Argentina : los exiliados, en efecto, han sufrido una estigmatización debida a su estancia en el extranjero, que ha acabado condicionando su identidad y la representación que actualmente tienen de sí mismos.

Argentina's military dictatorship in the 1970s took a stance – based upon the doctrine of national security – aiming at eliminating "subversive" political enemies. In late 1978, when the most violent phase of repression had ended, the military started condemning an "Anti-Argentinean campaign headed by the leaders of international subversion – i.e. Argentinean exiles. From that point in time, political exiles were denounced by the military as being the acting agents of international Argentinean subversion and were considered as "evil outcasts. Thus, exiles became the "Negative Other, in the same way the "guerillos had been denounced in the early days of repression. This image surrounding the exiles subsisted after they returned to Argentina: they suffered from stigmatization due to their emigration and their own identity and self-image has been modeled by these negative representations.

MOTS-CLÉS

- **Argentine**
- **Dictature militaire**
- **Exil**
- **Doctrine de la sécurité nationale**

PALABRAS CLAVES

- **Argentina**
- **Dictadura militar**
- **Exilio**
- **Doctrina de la seguridad nacional**

KEYWORDS

- **Argentina**
- **Military dictatorship**
- **Exile**
- **National Security Doctrine**

Marianne González Alemán *

L'entrée en scène des périphéries

Citoyenneté des milieux populaires et rapport à l'espace à Buenos Aires (1916-1946)

En 1912, la loi Saenz Peña établissait le suffrage universel masculin, secret et obligatoire, bouleversant les règles du jeu politique jusque-là en vigueur en Argentine. Le vote cessait de n'être qu'un acte rituel censé légitimer, à travers une série de manipulations électorales[1], le pouvoir exclusif de l'élite gouvernante. Désormais, le système devait répondre aux transformations que connaissait la société argentine depuis la deuxième moitié du XIX^e^ siècle (augmentation de la population, modernisation économique, constitution d'une nouvelle société issue de l'immigration), pour intégrer politiquement de nouveaux secteurs populaires en pleine ascension sociale. Pourtant, ce projet impulsé par l'élite réformiste ne suffit pas à résoudre définitivement le problème de l'intégration politique de l'ensemble de la société argentine. En effet, comme l'ont fait remarquer Luis Alberto Romero et Leandro Gutiérrez, l'obligation d'aller voter, stipulée par la loi Saenz Peña, traduisait le faible intérêt porté par les Argentins à l'acquisition du principal mode d'exercice

* Université de Paris I / Université de Buenos Aires. Une version préliminaire de ce texte a été présentée au séminaire de doctorat « Paris : histoire d'une ville. XIX^e^-XX^e^ siècles » animé par Annie Fourcaut (Université de Paris I) au Centro Franco-Argentino de Altos Estudios de Buenos Aires en 2005.

1. Même si le droit de vote sans limitation existait depuis 1821 à Buenos Aires, dans la pratique, très peu de gens l'exerçaient : seule une minorité d'étrangers choisissait de se faire naturaliser et les citoyens natifs ne s'intéressaient que peu à l'activité électorale. Par ailleurs, le vote constituait une pratique collective et violente, souvent manipulée, et exercée localement par des factions partisanes encadrées par des *caudillos*. En établissant le caractère obligatoire et secret du vote, la loi Saenz Peña devait garantir une participation électorale individuelle et élargie à l'ensemble des citoyens.

de leur citoyenneté politique [Gutiérrez et Romero, 1995]. La loi ne fait pas le citoyen et, dans le cas argentin, elle ne fut que le point de départ d'un processus d'apprentissage et d'enracinement de la démocratie à travers une série de représentations et de pratiques politiques et sociales au sein desquelles le vote n'avait pas nécessairement une place centrale.

Ainsi, la période qui s'ouvre par la victoire d'Hipólito Yrigoyen[2] à la présidence en octobre 1916 est largement marquée par le problème de l'élargissement du système politique et par la question de l'intégration des milieux populaires à celui-ci, à travers l'acquisition, la construction et l'exercice de leur citoyenneté politique et sociale[3]. L'historiographie argentine considère généralement l'avènement du péronisme, en 1946, comme le moment clef où les milieux populaires accédèrent enfin à une complète citoyenneté, par le biais d'une démocratisation impulsée depuis un État interventionniste et autoritaire [Touraine, 1976 ; Torre, 1989 ; Gutiérrez et Romero, 1995]. La grande manifestation du 17 octobre 1945[4] est d'ailleurs traditionnellement considérée comme

2. En 1916, l'élection du radical Yrigoyen à la présidence marque un tournant dans l'histoire politique argentine. Les « masses », jusque-là exclues de toute décision politique, accueillent avec enthousiasme le premier président élu au suffrage universel masculin obligatoire et secret. Dans l'imaginaire politique argentin, il représente celui qui, par son élection, a délogé l'oligarchie des affaires publiques, alors qu'elle en avait jusque-là le monopole. La nomination de jeunes ministres portant des patronymes étrangers et la création de nombreux postes de fonctionnaires en sont quelques symboles. Yrigoyen inaugure également un nouveau style de gouvernement en recevant, lui-même, des centaines de citoyens qui lui transmettent leurs doléances. En 1928, il est à nouveau élu président. Mais, devenu un vieillard sans initiative, il doit faire face à une conjoncture économique mondiale inquiétante. La dépression de 1929 précipite le coup d'État du général Uriburu qui le déloge. Cependant, malgré une fin de carrière peu glorieuse, l'image d'Yrigoyen est associée à celle d'un leader charismatique soutenu par les nouvelles couches urbaines issues de l'immigration et les secteurs ruraux et provinciaux.
3. Nous avons choisi la définition de citoyenneté proposée par Leandro Gutiérrez et Luis Alberto Romero comme « une culture spécifique, cimentée par des pratiques de natures diverses *[non nécessairement limitées au vote]* […] desquelles dérivent des institutions, des attitudes, des valeurs et des idées qui construisent le modèle du citoyen » [Gutiérrez et Romero, 1995, p. 153]. Par ailleurs, la typologie classique (T. H. Marshall) distingue trois étapes évolutives dans l'acquisition des droits et des pratiques de citoyenneté : les droits civils (XVIII^{e}), correspondent à l'exercice des libertés individuelles et de propriété ; les droits politiques (XIX^{e}), sont ceux qui permettent la participation démocratique à la vie politique; quant aux droits sociaux (XX^{e}), ils garantissent les aspirations au bien-être et à la justice sociale, notamment à travers l'institution de l'État Prévoyance.
4. Le 4 juin 1943, le coup d'État du Groupe des Officiers unis met fin à plus de dix ans de gouvernements conservateurs et frauduleux en Argentine. Il donne naissance à un gouvernement militaire et autoritaire, qui, dans le contexte de la Seconde Guerre mondiale, ne cache pas ses sympathies pour les forces de l'Axe. Parmi les membres du GOU, le Colonel Juan Domingo Perón s'impose peu à peu au sein du gouvernement : nommé secrétaire du Travail en octobre 1943, il cumule la vice-présidence de la Nation en décembre 1944. Depuis le secrétariat du Travail, il mène une politique de rapprochement avec les syndicats afin de donner une assise populaire au régime. À partir de 1945, alors que la situation internationale se retourne en faveur des Alliés, les militaires voient leur légitimité contestée. Pendant plusieurs mois, les rues de Buenos Aires sont parcourues par des manifestations d'opposition qui appellent à un retour à la démocratie. Le 9 octobre 1945, le nouvel homme fort du régime, Juan Domingo Perón, est poussé à démissionner puis est emprisonné. Mais le 17 octobre, la CGT déclare la grève générale pour le 18, et des milliers de manifestants, venus des banlieues ouvrières, envahissent le centre de Buenos Aires pour demander sa libération. Quelques heures plus tard, sur la Place de Mai, Perón et la foule lient leur destin au cours d'un « dialogue fantastique » qui consacre la naissance d'un nouveau mouvement : le péronisme.

le symbole de l'irruption, au centre de la scène politique, des secteurs de la société qui jusque-là avaient été exclus de l'exercice et des bénéfices de la citoyenneté. Ces milliers de manifestants, venus des banlieues ouvrières, parcourant le *centre* de la ville pour converger sur la Place de Mai et réclamer la libération de Juan Domingo Perón, auraient accompli un acte fondateur : l'entrée, sur l'espace public, d'une nouvelle force sociale et bientôt politique, d'une Argentine jusque-là restée « invisible ».

Loin de contester cette vision, nous souhaitons cependant nuancer son caractère novateur et élargir la perspective en replaçant l'analyse du 17 octobre 1945 dans le cadre d'un contexte beaucoup plus large, au sein duquel la question de l'élargissement du système politique n'a cessée d'être posée, et où l'intégration progressive des milieux populaires à la citoyenneté s'est déjà traduite auparavant par une culture de la mobilisation dans les rues de la capitale. Par ailleurs, cette « irruption des masses » sur l'espace public de Buenos Aires est à mettre en relation avec les représentations de la société sur la ville, leur évolution et leur relation avec le contexte sociopolitique de la période.

Pour mener à bien cette étude de l'évolution du rapport entre espace, société et politique de 1916 à 1945, nous avons choisi de circonscrire l'analyse à l'espace de Buenos Aires. À la fois district fédéral, capitale nationale, centre politique, administratif, économique et culturel du pays, la capitale constitue un espace public névralgique qui tend à s'identifier à l'espace public national ; les conflits politiques y apparaissent comme surdimensionnés. Ainsi, la capitale sera envisagée en tant qu'espace public abstrait, mais également comme un espace physique qui doit être envisagé en tant que *centre,* au sens de C. Geertz [1977]. C'est parce qu'il réunit les attributs et les représentations de tous les pouvoirs qu'un espace prend un caractère central. Buenos Aires est donc choisie comme centre du pouvoir politique, administratif, économique et culturel ; mais surtout, nous considérons le *centre*-ville comme un espace qui rassemble de façon maximale l'ensemble des symboles de ces pouvoirs. Ce *centre* actif, expression physique de l'ordre politique et social dominant, représente un enjeu évident dans les conflits sociopolitiques qui ont pour scène les rues de la Ville. Enfin, à la période qui nous concerne, Buenos Aires est un espace urbain qui connaît une forte évolution et une double redéfinition. Les années 1910-1940 correspondent à une phase de métropolisation et de croissance de la Ville et de ses banlieues. Dans un mouvement inverse, le *centre* se modernise et tend à se réaffirmer en tant que représentant exclusif de la civilité, entraînant par là même une dévalorisation sociale et politique de sa périphérie. Au fil de la période, les territoires sur lesquels les Portègnes projettent leurs représentations, suivent ces évolutions et sont à mettre en relation avec la question de l'intégration politique de leurs habitants.

Ainsi, nous avons choisi d'étudier trois événements que nous considérons représentatifs des étapes du processus d'intégration des milieux populaires à la

pleine citoyenneté : la grande manifestation célébrant, au cœur de la capitale, la victoire d'Yrigoyen à la présidence ; les mobilisations liées à la grande grève de la construction dans les quartiers périphériques de la Ville en 1936 ; et bien sûr le 17 octobre 1945. Ces mobilisations seront l'occasion de réfléchir sur la dimension spatiale – en termes de centre/périphérie – de l'histoire de l'intégration politique et de l'apprentissage de la citoyenneté des milieux populaires dans le cadre d'une société en pleine évolution.

Représentations et pratiques de la ville

La Buenos Aires des années 1916-1945, est une ville en pleine évolution. Partant d'environ 500 000 habitants en 1887, elle en compte 2 millions en 1930, pour atteindre les 3 millions quinze ans plus tard. Au fil de ces années, la capitale argentine ne cesse de s'étendre au-delà du *centre*, développant d'abord ses quartiers périphériques puis, dans un deuxième temps, sa banlieue. De nouveaux espaces, nés de ce mouvement, font alors progressivement leur apparition, posant la question de leur statut social et politique et par extension de celui de leurs habitants.

L'apparition des périphéries – et leur identification en tant que telles – suppose l'existence préalable d'un *centre*. À Buenos Aires, il se constitue vers la fin du XIX[e] siècle, au moment où la croissance de la ville est la plus rapide. À cette époque, le développement et la modernisation de la métropole se cantonnèrent presque exclusivement à la Plaza de Mayo et ses alentours, définissant très rapidement le *centre* autour duquel s'organisa toute l'activité urbaine. En 1880, Buenos Aires devenait Capitale Fédérale. Traduisant l'ambition des élites portègnes, son premier intendant, Torcuato de Alvear, chercha à la convertir en métropole moderne et progressiste sur le modèle européen. Dans le cadre de cette grande entreprise, la Plaza de Mayo et les vingt *cuadras*[5] alentours reflétèrent rapidement la subordination de la Capitale à sa zone centrale. La Plaza de Mayo, réunissait concrètement et symboliquement les piliers du pouvoir : la Casa Rosada, abritait le siège du gouvernement ; le Cabildo qui lui faisait face, représentait le pouvoir municipal ; enfin, la Cathédrale rappelait la présence du pouvoir religieux. Par la grande Avenida de Mayo, le Palais du gouvernement était relié au Palais du Congrès national. C'est aussi dans cet espace des « *veinte manzanas* »[6] que l'on trouvait les ministères, les administrations, les sièges de partis, ainsi que le quartier général de l'armée sur la Plaza San Martín. Les banques et les sièges des grandes entreprises étaient également présents dans cet ensemble. Ainsi, la zone centrale formait un espace clairement marqué par les

5. Comme la majorité des villes latino-américaines, Buenos Aires est composée de rues parallèles et perpendiculaires composant des pâtés de maison de forme carré d'environ cent mètres de côté : ce sont les *cuadras*.
6. Terme utilisé pour désigner le « centre » de Buenos Aires dont les limites dessinent un carré d'environ vingt *cuadras* de côté.

attributs et les symboles de l'autorité politique, mais aussi du pouvoir économique et culturel. Elle constituait aussi un espace approprié par les groupes dominants qui y exhibaient leur pouvoir et y marquaient leur présence. C'est dans le centre-ville que brillait la culture des classes traditionnelles : l'Avenida de Mayo abritait de nombreux hôtels particuliers de style *Art Nouveau*, des cafés élégants, les théâtres et les bureaux des principaux journaux ; la rue Florida accueillait le très huppé *Jockey Club* qui, avec sa rotonde empire, était le symbole de l'oligarchie. Le *centre* était ainsi le territoire réservé aux gens « élégants », à la « *gente decente* », où il faisait bon se montrer : on y trouvait les magasins les plus luxueux, les salons de thé, les librairies et les galeries d'art. Les travailleurs qui s'y aventuraient, sans veste ni cravate, étaient très souvent « priés » de s'éloigner, parfois même, ils étaient arrêtés [James, 1990, p. 49]. Dans les années 1930, le projet de modernisation du *centre* reprit son cours, comme pour en réaffirmer le pouvoir face au développement des périphéries internes et externes de la ville. La rectification du fleuve Riachuelo et la construction de l'avenue General Paz[7] permirent de borner concrètement les frontières de la ville et de distinguer clairement les territoires méritant le statut de capitalins de ceux qui étaient rejetés à la périphérie. En complément de la définition des « bords », le vieux *centre* se voyait consolidé dans son rôle traditionnel par la percée de nouvelles grandes avenues comme l'avenue 9 de Julio et son obélisque, ou les Diagonales Norte et Sur donnant sur la Grande Place.

Parallèlement à cette (ré)affirmation du *centre*, la croissance de la population se traduisit par l'extension de nouveaux quartiers sur une large bande de territoire jusqu'alors inhabitée, dans la partie ouest de la ville. En effet, à partir de la fin du XIX[e] siècle, le développement des transports en commun offrit la possibilité d'aller s'installer dans des zones plus éloignées du centre. Peu à peu, la « société marginale » issue du mélange entre créoles et immigrants européens, jusque-là entassée dans les *conventillos* du centre et des quartiers sud, commença à se dissoudre pour former « une nouvelle ville » dans les zones périphériques[8]. Le statut politique et social de ce nouvel espace restait alors à déterminer, tout comme celui de ses habitants en pleine ascension sociale. Dans un premier temps, l'existence de ces grandes étendues où les éléments urbains côtoyaient les terrains vagues et les espaces ruraux, apparaissait, depuis le *centre,* comme le signe d'un retard contraire aux valeurs dominantes du progrès. Pourtant, l'expérience du nouvel habitat

7. Le fleuve *Riachuelo* constitue depuis toujours la limite naturelle et administrative séparant les quartiers sud de Buenos Aires de la province. La construction de la *General Paz*, ceinturant la capitale de l'ouest jusqu'au nord, accomplit la même fonction.
8. Vers 1910, une première périphérie est déjà visible : Almagro, Caballito, Flores, Belgrano, Palermo, Villa Crespo. Pendant les années 1920, le déplacement des milieux populaires urbain s'intensifia vers les zones sud et ouest. Dans les années 1930, les quartiers plus éloignés de Parque Patricios, Pompeya, Mataderos, Villa Soldati, Villa Lugano, La Paternal, Versailles, Saavedra, Villa Devoto et Villa Urquiza connurent une croissance importante.

« suburbain[9] » joua rapidement un rôle décisif dans la redéfinition de la société et de ses représentations sur la ville[10]. Progressivement, des formes de vie et de sociabilité originales se développèrent dans les nouveaux quartiers : maison particulière, séparation entre lieu de résidence et de travail, diminution de la journée de travail, centrèrent la culture des travailleurs sur le foyer et le temps libre. De nouveaux liens sociaux se nouèrent autour du club, du café, du comité de parti. Ces nouvelles formes de vie et pratiques façonnèrent une identité originale que l'on peut définir comme populaire. Enfin, l'absence d'accès aux services publics fondamentaux (eau, tout-à-l'égout, tracé et pavement des rues) commença à faire l'objet de réclamations de la part des nouveaux résidents, et justifièrent la création de réseaux de solidarité dont l'activité politique des *sociedades de fomento*[11], durant les années 1920, est l'exemple le plus notable. Ainsi, la société suburbaine se construisit progressivement en un espace public original et ses habitants se constituèrent peu à peu en membres intégrés à la ville. Malgré tout, le *centre* restait l'espace civique par excellence, l'espace de ceux qui avaient un certain statut politique, économique et culturel. Au moment où se constituait une culture inédite dans les quartiers, le *centre* continuait à affirmer la séparation entre « ville patricienne » et « nouvelle ville », consolidant la structure pyramidale tant de la capitale que de la société et disqualifiant la périphérie par cercles excentriques.

C'est de cette même façon que fut décidé d'assumer, à partir des années 1930, le défi de l'incorporation à la métropole des nouveaux quartiers de migrants partis de province pour la banlieue. À cette époque en effet, l'industrialisation et les migrations internes qui l'accompagnèrent modifièrent profondément le visage des abords de Buenos Aires. Le « Gran Buenos Aires » s'étala comme une tâche d'huile et la société y présenta rapidement un profil homogène. Un nouveau type d'identité apparut dans cette succession de *partidos*[12] qui

9. Il est intéressant de remarquer qu'à cette époque, le terme de *suburbanos* désignait les quartiers à l'intérieur de la ville, mais périphériques au *centre* (seul le *centre* semblait donc bénéficier dans les représentations de la qualité d'*urbs*, c'est-à-dire, par analogie avec la Rome antique, d'espace sacré à l'intérieur duquel les habitants ont le statut de citoyens). Quant à la banlieue, au-delà de la *General Paz*, elle était appelée *conurbano*.
10. L'extension suburbaine de la ville se produisit à partir de la possibilité d'acquérir un terrain propre, puis une maison, pour des travailleurs en pleine ascension sociale. Dans les nouveaux quartiers se constituèrent de nouvelles sociétés composées d'éléments variés et hétérogènes (ouvriers et employés, commerçants, professionnels, travailleurs indépendants ou petits chefs d'entreprise) mais qui, localement, se manifestaient comme plus égalitaires et homogènes.
11. Les *Sociedades de Fomento* sont des organisations de quartier dont l'objectif consistait à faire pression sur la municipalité pour améliorer les aspects édilitaires du quartier qu'elles représentaient et promouvoir la culture populaire ainsi que la sociabilité locale. À partir du coup d'État de 1930, les *sociétés*, dépourvues de véritables canaux de participation, périclitent. Sur la sociabilité de quartier à Buenos Aires et son rôle dans le processus d'enracinement de la démocratie dans la société argentine entre 1912 et 1945, voir les ouvrages de Leandro Gutiérrez et Luis Alberto Romero [1995] et Luciano De Privitellio [2003].
12. Nom donné aux quartiers de la banlieue qui n'ont pas de statut réel de commune ou de municipalité.

séparaient sur une distance d'environ cinquante kilomètres la capitale de la ville de La Plata. Dans cette région, en effet, la concentration des quartiers ouvriers (Avellaneda, Lanús Quilmes, Berisso, Ensenada, etc.) devint prépondérante. Les activités y étaient principalement liées à l'industrie portuaire et frigorifique. Vers l'ouest, l'ouverture et l'amélioration des axes routiers avaient également favorisé l'implantation et l'expansion d'usines (San Martín, La Matanza), achevant ainsi la formation d'une ceinture ouvrière autour de la capitale. Les habitants de la banlieue ne participaient pas aux bénéfices de la citoyenneté politique et sociale réservés à la ville : on ne comptait que peu de rues pavées, l'éclairage public y était rare et l'interlocuteur politique n'y était plus le Conseil municipal mais les *caudillos* conservateurs.

Ainsi, le problème de l'intégration politique et de l'appropriation de la citoyenneté par les milieux populaires recouvre une dimension spatiale qu'il est nécessaire de prendre en compte. Ce panorama nous a paru important pour mieux aborder les rapports entre espace, politique et société, qui animent ce processus à l'époque qui nous concerne. À partir de cet état des lieux de la Ville, au sens propre comme figuré, il est possible d'analyser le processus de démocratisation du système politique argentin à travers l'exemple de trois grandes mobilisations dont le rapport à l'espace révèle les frontières sociopolitiques auxquelles nous avons fait référence.

Le 12 octobre 1916 : la pression de la périphérie sur le centre

Comme nous l'avons vu, pour ses promoteurs, la loi Saenz Peña devait fournir au régime une nouvelle base de légitimité en ouvrant celui-ci aux secteurs jusque-là exclus des modes de décision politique. Les élections présidentielles de 1916 devaient donc correspondre à la culmination du processus de transformation politique. Pourtant, la victoire électorale d'Yrigoyen, loin d'avoir été prévue par les réformateurs, provoqua presque immédiatement un sentiment de stupeur chez les élites politiques traditionnelles, effrayées par le style et la composition sociale du nouveau groupe dirigeant. Avec l'Union civique radicale[13] (UCR), une part importante des secteurs qui commençaient peu à peu à refuser leur marginalisation entrait dans le jeu politique. Une nouvelle société semblait se manifester par le vote, mais aussi dans la rue. La grande mobilisation du 12 octobre 1916 apparaît comme une métaphore de cette nouvelle centralité des milieux populaires urbains dans la vie politique, mais également des tensions nouvelles qu'allait engendrer la pression de la périphérie sur le *centre*. En effet, le 12 octobre 1916, alors qu'Hipólito Yrigoyen prenait ses fonctions présidentielles au cours d'une cérémonie ayant pour scènes la Casa Rosada et le Palais du Congrès, une immense foule vint

13. Parti d'Hipólito Yrigoyen.

occuper les rues alentours pour acclamer le nouveau représentant de la Nation. Comme le rapportait le journal conservateur *La Nación* du même jour :

> « La participation populaire fut énorme. Tout le long de l'Avenue de Mai, sur les places qui la bordent et aux alentours des palais du gouvernement et du Congrès, l'agglomération de gens offrit un spectacle auquel nous avions peu assisté auparavant. »

Cette insistance sur l'aspect extraordinaire de la mobilisation, dès les premières lignes de l'article, laisse entrevoir son caractère péjoratif aux yeux des membres de l'élite. Rien dans cette cérémonie n'était comparable aux extériorisations mesurées que le journal avait pu décrire en 1910 lorsque Roque Saenz Peña avait pris ces mêmes fonctions. À cette occasion, l'assistance avait fait preuve d'une « culture populaire merveilleusement accentuée dans Buenos Aires »[14]. Le souvenir de l'attitude modérée de cette assistance « civilisée », des lancés de fleurs depuis les balcons au passage du carrosse présidentiel et de la présence des dames de la bonne société sur le parvis du Congrès, contrastait nettement avec la « multitude » dont les agissements paraissaient irrationnels. Dans ses mémoires, le nationaliste Carlos Ibarguren exprime bien ce regard porté par les élites longtemps marquées par cette scène inédite :

> « Le 12 octobre 1916, les habitants de la ville de Buenos Aires assistèrent à un spectacle qu'ils n'avaient jamais contemplé jusqu'à présent : une multitude immense de peuple, délirant d'enthousiasme, dételа les chevaux du carrosse présidentiel face au Congrès et remorqua jusqu'au siège du gouvernement la voiture dans laquelle se tenait debout le nouveau président de la République don Hipólito Yrigoyen qui venait d'assumer son mandat et de prêter serment devant l'assemblée législative. Il parcourut un long trajet parmi la foule entassée qui remplissait les places du Congrès et de Mai et l'avenue qui les unit, et qui ovationnait frénétiquement le nouveau mandataire. » [Ibarguren, 1955, p. 315]

La Nación du 13 octobre 1916 rapporte la même scène :

> « Quand M. Irigoyen descendit les grandes marches du palais du Congrès pour occuper le carrosse de gala qui devait le conduire jusqu'au siège du gouvernement, la foule renversa les agents de police qui la contenaient et entoura la voiture. […] la police tenta alors d'ouvrir le passage sur l'avenue, et elle aurait pu le faire si le président n'avait pas fait un geste et donné l'ordre de laisser en liberté la multitude. Celle-ci, comme obéissant à un signe convenu, profita de ce geste pour agir à partir de ce moment à sa guise. En un instant, elle dételа les chevaux et commença à tirer le carrosse. »

Cet épisode d'une multitude qui, sur le passage du cortège présidentiel, s'était jetée sur le carrosse et, après avoir dételé les chevaux, l'avait tiré depuis le Congrès jusqu'à la Casa Rosada est systématiquement repris par les descriptions contemporaines ou postérieures, comme s'il cristallisait l'horreur de cette journée pour l'élite traditionnelle. À partir des extraits cités plus haut, plusieurs points méritent d'être analysés. Tout d'abord, Carlos Ibarguren semble sous-

14. *La Nación*, 13 octobre 1910, p. 12.

entendre que les véritables habitants « respectables » de Buenos Aires ne sont pas ceux qui ont participé à la manifestation, mais ceux qui ont « assisté », malgré eux, à un « spectacle » inattendu. La « multitude frénétique », la « foule entassée » sur l'Avenue de Mai ne représentait pas les citoyens civilisés. Pour *La Nación*, cette foule semblait déborder les cordons de police et agir selon des patrons contraires aux règles de la bienséance publique. D'ailleurs, à plusieurs reprises, le journal décrivit la présence des manifestants comme une sorte d'invasion des rues du centre : « la multitude augmentait par moments et rapidement, elle envahit la chaussée jusqu'à l'occuper complètement » ; « la multitude retentissante […] prit d'assaut les tramways »[15].

Ce peuple, qui jusque-là débordait des marges étroites de la République des notables, envahissait désormais la scène politique, tant abstraite que concrète, au moyen de nouvelles formes de représentations. Ceux qui acclamaient Yrigoyen sur la Place de Mai exprimaient, par ce symbole, tout un bagage d'idées, la réalité d'une périphérie dont la culture populaire urbaine en pleine formation méritait d'être intégrée à la citoyenneté. Deux cultures allaient désormais se compénétrer, et, dès les années 1920, il apparut évident que cette rencontre se consumerait en peu de temps.

En effet, la victoire de l'UCR, et de son candidat Hipólito Yrigoyen, fit rapidement douter les élites des bienfaits de la démocratie : le vote populaire servait-il à élire les plus aptes au gouvernement, ou à plébisciter les plus démagogues ? Pour récupérer le pouvoir perdu en 1916, la société traditionnelle dut recourir à la conspiration et au coup d'État. Le 6 septembre 1930, c'est un défilé militaire qui occupait la place de Mai et destituait Yrigoyen pour le remplacer par le général Uriburu. L'intégration de la périphérie urbaine qui ne cessait de se développer restait encore à parachever.

La grève générale de la Construction de 1936 : l'entrée en scène depuis la périphérie

Le coup d'État de 1930 vint déstabiliser un système politique qui fonctionnait, jusque-là, sur des bases démocratiques. Pendant le rétablissement démocratique (1931-1943), la « Concordancia », coalition de partis conservateurs, se maintint au pouvoir au prix d'un usage intense du clientélisme, de la fraude électorale et de la répression. Le contrôle de l'intervention populaire en politique demeurait ainsi l'un des enjeux principaux de la période.

D'autre part, le développement industriel des années 1930, modifia peu à peu le paysage urbain de Buenos Aires. Entre 1935 et 1946, les emplois dans l'industrie doublèrent, absorbant les travailleurs de la ville mais aussi une partie des provinciaux. Les installations d'ateliers et d'usines dans les zones périphériques

15. *La Nación*, 13 octobre 1910, p. 12.

intensifièrent le développement des quartiers suburbains au-delà de ceux déjà existants, à l'ouest et au nord de la ville[16]. Ce dynamisme industriel favorisa le développement d'un syndicalisme politique, orienté par les partis de gauche, et plus enclin qu'auparavant à se manifester dans le cadre du système. C'est surtout dans les années 1935 que la réactivation économique et la baisse du chômage rendit leur capacité de négociation aux syndicats les plus importants. Peu à peu, une tendance à institutionnaliser les conflits entre ouvriers et patrons commença à se dessiner. Un mouvement de protestation sociale parcourait le pays. Pour illustrer cette évolution, la grève générale des 7 et 8 janvier 1935 nous paraît tout à fait représentative d'un surgissement des milieux ouvriers sur la scène politique.

Le 23 octobre 1935, en effet, les ouvriers de la construction entraient en grève pour réclamer une hausse des salaires, le repos dominical, la responsabilité de l'employeur en cas d'accident et la reconnaissance de leur syndicat. Le 30 décembre, alors que le travail n'avait toujours pas repris, les organisations patronales rejetèrent catégoriquement l'ensemble des revendications et intimèrent aux ouvriers de reprendre leur poste le 7 janvier, sous peine de licenciement. Le 4 janvier 1936, le Comité de Défense et de Solidarité avec les Ouvriers de la Construction (regroupant 68 organisations syndicales de branches diverses) déclara la grève générale de 24 h pour le jour de « reprise du travail » fixé par les patrons. Le 7, les grévistes et leurs partisans devaient se réunir en petites assemblées dans différents points de la ville, pour converger vers le centre et assister, à 16 h, au grand meeting sur la Plaza Once.

On considère généralement qu'environ 50 000 personnes participèrent aux manifestations des 7-8 janvier 1936. Le 7, la journée commença, tôt le matin, par une grève des transports. Rapidement, des piquets de grève s'organisèrent dans les zones les plus éloignées du centre et des groupes de grévistes commencèrent à parcourir les rues pour inviter les ouvriers à cesser le travail. Certains s'attaquèrent aux chauffeurs d'autobus qui avaient choisi de rouler. De part en part, de petites assemblées se formèrent. Jusqu'à la mi-journée, les partisans de la grève jouirent d'un pouvoir incontesté sur les quartiers nord et ouest de la ville. Mais la situation se renversa quand, vers 13 h, le gouvernement prit les mesures nécessaires pour reprendre le contrôle des rues : perquisitions de locaux, arrestations de grévistes et affrontements, parfois armés, avec les manifestants, donnèrent le ton. Dans l'après-midi, ceux qui cherchaient à avancer vers la Plaza Once trouvèrent des barrages de police sur leur passage. En fin de journée, l'agitation finit par diminuer, mais le Comité décidait déjà de prolonger la grève jusqu'au 8 – cette fois pour réclamer la liberté des prisonniers et la réouverture des locaux syndicaux. À l'issue de cette deuxième journée de bataille rangée, la police reprit en main les rues de la ville. Pourtant, la mobili-

16. Belgrano, Saavedra, Villa Crespo, Villa Luro, Velez Sarfield, Liniers, Almagro, Parque Patricios, etc.

sation ouvrière avait gagné le combat politique. Dès le 10 janvier, le ministre de l'Intérieur se décidait à intervenir dans le conflit et ordonnait aux entrepreneurs de modifier les salaires minimums[17], ainsi que de reconnaître la Fédération ouvrière des Syndicats de la Construction.

Plusieurs éléments de cette grève générale méritent d'être ici étudiés. Tout d'abord, une analyse géographique des actions permet d'établir que la totalité d'entre elles se déroulèrent dans les zones périphériques de la ville, presque exclusivement dans les quartiers les plus excentrés dont le peuplement datait essentiellement des années 1920-1930[18]. Selon Nicolás Iñigo Carrera [2004, p. 70], 21,6 % des ouvriers de la capitale travaillait dans ces quartiers : ces périphéries récentes concentraient une partie importante des nouvelles populations ouvrières portègnes dont l'importance ne cessait de croître. D'ailleurs, les grands quotidiens ne cessaient d'évoquer le caractère périphérique des événements :

> « Dans la matinée les première version annonçant qu'il se passait quelque chose dans les quartiers ouvriers de la ville commencèrent à circuler avec insistance. De nombreuses personnes, dans les couloirs et par téléphone initièrent la propagation de nouvelles, peu précises mais significatives. Il se passait quelque chose dans la périphérie des quartiers centraux. On parlait de tramways incendiés, d'autobus renversés et incendiés, de fusillades dans différents lieux, de la mort d'un policier et de civils. »[19]

> « Des groupes de personnes habillées de vestes "pyjamas" et d'"overall" comme si ces vêtements constituaient le complément d'un uniforme prévu à l'avance, circulaient sur les différentes artères éloignées du centre de la ville, intimidaient les commerçants et exerçaient divers rapports de force contre les conducteurs de véhicules. »[20]

Ces extraits reflètent clairement une vision de l'élite depuis le *centre*. La définition géographique des faits y est systématiquement élaborée à partir du rapport au *centre* : il s'agit de « la périphérie des quartiers centraux » ou des « artères éloignées du centre de la ville ». Ces espaces lointains, dont les nouvelles n'arrivent que de façon sporadique et floue, apparaissent comme des territoires que l'on connaît mal où les habitants s'adonnent à des actes de vandalisme qui n'ont rien à voir avec la politique. Mais ce rapport au *centre* est ambigu. D'une part, l'éloignement semble rassurer : la zone centrale n'a pas été souillée par ces comportements indignes d'elle. D'autre part, l'insistance sur le caractère périphérique des événements laisse deviner une inquiétude face à l'existence de ces populations ouvrières qu'il va bien falloir accepter un jour, *intra muros*, comme des citoyens à part entière.

Enfin, il est important de souligner que les actions collectives des grévistes ne dépassent jamais les frontières qui les séparent du *centre*. De ce point de vue,

17. Il convoqua également les syndicats pour leur promettre des libérations, la réouverture des cantines et des locaux syndicaux.
18. Selon l'étude systématique de Nicolás Iñigo Carrera, les actions de rue significatives concernent La Paternal, Villa del Parque, Villa Devoto, Villa Mitre, Villa Urquiza, Villa Crespo, Colegiales.
19. *Crítica*, 7 janvier 1936.
20. *La Prensa*, 7 janvier 1936.

la grève générale de 1936 symbolise une étape supplémentaire dans notre réflexion : pendant deux jours, une fraction ouvrière entre sur le champ de la lutte politique, cherche à occuper une place dans le système existant et à acquérir une visibilité en devenant un nouvel acteur à prendre en compte sur la scène politique. La reconnaissance officielle de la Fédération des ouvriers de la construction, fin janvier, en est une illustration. Cependant, le *centre* n'a pas encore été atteint, il a été refusé à ces manifestants vêtus de « vestes pyjamas ».

Le 17 octobre 1945 : remise en question des jeux de forces sur la scène politique

Comme nous l'avons vu au début de cette étude, à la fin des années 1930 et au début des années 1940, le *centre* s'embellit et se réaffirma en tant que représentant de la civilité. Les quartiers, quant à eux, progressèrent peu, et leur population commença à changer avec l'arrivée des immigrants de province qui débordèrent rapidement les limites urbaines pour s'établir en banlieue. Cette évolution n'était pas visible – ou contemplée – depuis le *centre*, pourtant elle existait.

C'est seulement avec les événements du 17 octobre 1945 que les rapports de forces furent enfin remis en cause sur l'espace de Buenos Aires. Ce jour-là, après des semaines tourmentées qui aboutirent à la chute de Perón, des milliers de personnes, en majorité des ouvriers, vinrent demander la libération du Colonel. Toute la journée, des dizaines de colonnes de manifestants parcoururent le centre-ville pour converger sur la Place de Mai. En fin de journée, Perón fit enfin son apparition au balcon de la Casa Rosada pour prononcer un célèbre discours au cours duquel il scella son destin à celui des ouvriers et des syndicats. Cet épisode doit être replacé dans un contexte immédiat de mobilisations qui avaient commencé en août 1945, et dont les acteurs politiques traditionnels étaient les principaux instigateurs. Cependant, le contexte plus large des tensions socio-spaciales que nous avons cherché à mettre en avant est également à prendre en compte, afin de comprendre comment ces manifestations constituent une remise en cause et un bouleversement du monopole jusqu'ici détenu par les acteurs intégrés à l'espace de Buenos Aires[21].

Dès 7 heures du matin, et jusque dans la soirée du 17 octobre, des milliers de manifestants, venus des banlieues ouvrières, se pressèrent aux portes de la ville afin de pénétrer et occuper l'espace de la capitale. Pour la plupart, ils se réunirent sur les lieux de travail, puis se dirigèrent vers le *centre*, à pied, à vélo ou à cheval [Reyes, 1984, p. 222-240 ; Perelman, 1961, p. 69-132 ; Luna, 1971, p. 283]. Beaucoup venaient des banlieues sud[22] et ouest et furent rejoints par

21. Au cours de cette analyse nous nous appuierons beaucoup sur les articles de Daniel James [1987], Mariano Plotkin [1995 ; 1996].
22. La Plata, Ensenada, Berisso, Temperley, Lanús, Quilmes, Dock Sur, Avellaneda.

des groupes issus des quartiers populaires de la ville[23]. Cette vague de manifestants qui convergeaient sur la capitale apparut rapidement comme une invasion de Buenos Aires par des gens qui en étaient étrangers et qui, pour beaucoup, la parcouraient pour la première fois. Tous les journaux notamment soulignèrent que cette « masse populaire »[24] venait de la « zone populeuse »[25] pour affluer dans la capitale. Le commentaire de *La Prensa* du 18 octobre, par exemple, est très représentatif : « les colonnes organisées dans les premières heures de la nuit ont réussi à pénétrer le territoire de la Capitale ».

À travers le vocabulaire utilisé, on note bien sûr la référence explicite à l'idée d'intrusion d'un corps étranger : le « territoire » de la ville est pensé ici comme un espace sacré que la présence de ces personnes qui n'en font pas partie viendrait profaner. Le journal exprime également l'idée d'une subversion : en entrant dans la ville, ces manifestants, venus de la périphérie, envahissaient un territoire qui théoriquement leur était « interdit ». En effet, comme nous l'avons déjà vu, Buenos Aires, représentait le « territoire » de ceux qui avaient un certain statut politique et culturel. Son *centre,* constituait un espace respecté et respectable alors que la banlieue représentait la « non-ville », l'inconnu, ce qui ne valait pas la peine d'être connu. En quittant la périphérie pour occuper la Ville, les manifestants du 17 octobre violaient alors les normes rigides et traditionnelles de la hiérarchie spatiale et des « propriétés » territoriales établies. La traversée du Riachuelo est d'ailleurs un symbole majeur de cette transgression des hiérarchies : franchir le fleuve, c'était passer la limite naturelle entre la capitale et ses banlieues ouvrières, mais aussi la frontière symbolique, sociale et politique entre le Centre et la Périphérie, entre la « ville authentique » et la banlieue[26].

Ainsi, l'entrée dans Buenos Aires des manifestants du 17 octobre fut vécue, depuis le *centre*, comme une profanation de l'espace sacré de la ville. Toute la journée, les colonnes défilèrent, depuis le sud et l'ouest, prenant d'assaut la capitale. Au passage des manifestants, les commerces, cinémas et cafés fermaient leurs portes – certains en signe d'adhésion, d'autres pour préserver leurs façades –, alors que les transports en commun furent détournés par les manifestants. Cette absence d'activité accentua l'image d'une ville occupée. Tous se dirigeaient vers deux points principaux de rassemblement : l'Hôpital militaire sur la place San Martín, où l'on pensait trouver Perón, et la Place de Mai. Le journal *La Nación* du 18 s'indignait de cette présence en plein cœur

23. La Boca, Barracas, Parque Patricios, Mataderos, Villa Lugano, Liniers, Villa Urquiza, Flores, La Paternal, Floresta Norte.
24. *La Nación,* 18 octobre 1945.
25. *La Prensa*, 18 octobre 1945.
26. Cette distinction est d'autant plus marquée que seuls des ponts-levis, ouverts la journée, permettaient de traverser le fleuve pour entrer dans la capitale. Le 17, les ponts du Riachuelo firent l'objet d'une bataille entre les manifestants qui cherchaient à les traverser pour rejoindre le centre et ceux qui cherchaient à les en empêcher. Quand les ponts étaient baissés, la foule se pressait pour les emprunter, quand ils étaient levés, certains se jetaient dans les eaux sales pour traverser à la nage.

de la ville et dénonçait « l'insolite et honteux spectacle des groupes qui, pendant toute la journée, se sont emparés de la Place de Mai ».

Mais les manifestants ne se contentaient pas de prendre position sur la place de Mai. Des centaines de petits groupes parcouraient sans cesse les rues du centre et les quartiers du Barrio Norte où les membres de l'élite devenaient les spectateurs de l'invasion de « leurs » propres rues par des foules venues des banlieues. Les manifestants y marquaient leur présence au son des *bombos*, des cris et des chants, tout en arborant les portraits de Perón et les drapeaux nationaux, comme pour signifier à leurs adversaires, de façon visuelle et sonore, qu'ils avaient pris possession de la capitale.

Par ailleurs, la prise de Buenos Aires constituait une atteinte aux normes esthétiques de la ville. Félix Luna exprime très bien cette idée [Luna, 1971, p. 282] :

> « […] le plus singulier dans le 17 octobre fut la présentation violente et dénudée d'une nouvelle réalité humaine qui était l'expression authentique de la nouvelle réalité nationale. Et c'est justement cela qui choqua le plus cette orgueilleuse Buenos Aires au visage européen : reconnaître cette horde effrénée, chaude comme la terre, cette caricature honteuse de sa propre image. Des visages, des voix, des chœurs, des tons inconnus : la ville les regarda avec la même appréhension qu'elle aurait regardé des martiens débarquant sur la planète ».

L'image de cette foule, venue des quartiers ouvriers pour envahir la ville, s'avéraient esthétiquement désagréable pour de nombreux observateurs. Pour le quotidien conservateur *Crítica* par exemple, « les foules ont offensé le bon goût et l'esthétique de la ville enlaidie par leur présence dans nos rues »[27]. Les manifestations du 17 octobre étaient très souvent décrites par les journaux d'opposition en termes esthétiques : ces personnes dépeignées, ces hommes en habits de travail, ces gens sales et transpirants constituaient un choc, une transgression des normes du décor et de l'élégance de la ville. D'ailleurs, l'emploi du terme de « nos rues » par le journal *Crítica* suggère un sentiment d'exclusivité sociale. L'opposition entre « eux » et « nous » y est opérée en fonction de la hiérarchie territoriale : il y a « le Peuple », « nous », ceux qui ont le droit légitime d'habiter l'espace de la ville et « les foules », « eux », les intrus qui envahissent les rues de la ville et qui ne méritent pas de jouir de la condition de citoyens.

Par leur comportement, ces manifestants jugés indignes de Buenos Aires transgressèrent également les formes d'expression traditionnellement acceptées lors des manifestations :

> « La majeure partie du public qui défila dans les rues au sein des diverses colonnes marchait en manches de chemise. Il s'est vu des hommes en tenues *gauchos* et des femmes en paysannes, […] des jeunes transformèrent les avenues et les places en piste

27. *Crítica,* 17 octobre 1945.

de patinage, et des hommes comme des femmes vêtues excentriquement […]. Des hommes à cheval et des jeunes à bicyclette arboraient des vêtements criards. »[28]

Cette ambiance qui régna parmi la foule du 17 octobre ne ressemblait en rien à celle d'un « véritable » rassemblement politique. Les références semblaient plutôt empruntées à la culture populaire : les groupes d'ouvriers déguisés qui dansaient dans les rues, au son des grosses caisses – qui d'ordinaire servaient dans les stades de football – contribuaient à créer un climat festif sur le mode des *murgas*[29] du folklore argentin, alors que la présence des femmes accompagnées de leurs enfants ajoutait un aspect familial au défilé. Les formes d'expression des manifestants du 17 octobre transgressaient aussi les normes traditionnelles de la manifestation ouvrière. Ils ne chantaient pas les hymnes classiques et militants mais utilisaient des chansons populaires dont ils gardaient la musique pour y ajouter des paroles improvisées et humoristiques. Ils ne marchaient pas non plus en colonnes régulières et bien formées, ni ne suivaient les règles tactiques de la décence et de la contention civique. Au contraire, ils dansaient au milieu des rues, sifflaient, vociféraient et étaient dirigés par des hommes à cheval habillés en *gauchos*. Toutes ces comportement, empruntés à la culture populaire, ce mélange de fête et de soulèvement carnavalesque, ces slogans chantés au rythme des tambours, donnaient naissance à une nouvelle forme d'expression qui, plus tard, constituera le répertoire classique de la liturgie péroniste.

Daniel James met en avant l'importance des aspects carnavalesques des manifestations. Pour lui, certains gestes et conduites des participants reflétèrent une volonté de subversion de l'ordre établi, comme c'est le cas lors des carnavals classiques [Bakhtin, 1984]. L'exemple le plus évident est celui de ces manifestants faisant des gestes obscènes aux « femmes élégantes » qu'ils rencontraient sur leur passage. Ou encore cette image très connue de manifestants fatigués se lavant les pieds dans la fontaine de la Place de Mai, désacralisant ce « lieu de mémoire » de la tradition politique argentine. Dans les deux cas, leur conduite transgressait temporairement l'ordre social dominant. Ces comportements carnavalesques constituent pour Daniel James ce qu'il appelle un « iconoclasme laïc »[30]. Au cours des manifestations des 17 et 18 octobre, on note en effet de nombreux cas de violations d'institutions, de symboles et de normes qui d'habitude accomplissaient la fonction de transmettre et légitimer le prestige social. En transgressant ces institutions, en blasphémant contre ces symboles, en outrageant ces normes du décor et de la bonne conduite, la foule mettait en évidence

28. *La Capital,* 19 octobre 1945.
29. La *murga* désigne les groupes qui, pendant le carnaval, se déguisent et parcourent les rues en chantant, dansant et jouant d'un instrument de musique. Cette conduite était tolérée uniquement dans le cadre du carnaval et se manifestait surtout dans les quartiers ouvriers.
30. Daniel James (1987) désigne par ce terme « la destruction publique et délibérée de symboles sacrés, dans le but implicite de supprimer toute loyauté à l'institution qui utilise ces symboles, et d'annuler tout le respect dû en général à l'idéologie diffusée par cette institution ».

leur impuissance, refusait leur autorité et leur pouvoir symbolique. C'est un « ressentiment social » qui, sous des formes très diverses, s'exprimait contre les représentations du Pouvoir contenues dans l'espace du *centre*.

De même, à travers les slogans, les manifestants cherchaient à humilier les représentants de l'élite, le plus souvent en utilisant la moquerie ou la dérision. La cible principale était bien sûr l'oligarchie. Elle fit l'objet de violentes railleries, comme en témoigne ce refrain chanté par des manifestants, devant le bâtiment du *Jockey club* : « Tire-toi du coin de la rue, oligarque fou / ta mère ne t'aime pas, Perón non plus » [Perelman, 1961, p. 77]. Le statut et le prestige de l'oligarque sont ici outragés et insultés, alors qu'un autre mot d'ordre très fréquemment chanté renversait les modèles de la hiérarchie sociale : « Sans chapeau ni canne, nous sommes les partisans de Perón »[31]. Celui qui portait les attributs vestimentaires de l'élégance et de l'éducation n'était plus présenté comme une référence. Alors que jusqu'ici le centre-ville avait été un espace réservé aux « gens décents » de la société portègne, les manifestants des journées d'octobre renversaient les repères sociaux et culturels traditionnels : celui qui, par son apparence, représentait l'antithèse de l'oligarque, était désormais valorisé.

Cette inversion des repères et cette subversion de l'ordre social établi s'exprima également de façon plus directe contre les lieux considérés comme représentatifs de l'élite. Le *Jockey Club* fut visité par des manifestants et subit quelques dégradations[32]. Les grands journaux furent également pris pour cible : l'assaut des locaux du quotidien *Crítica* dans la nuit du 17 au 18 août fit sept blessés ; au même moment, les journaux *La Razón, La Prensa* et *La Vanguardia* furent attaqués par des jets de pierres. Ces attaques contre la presse anti-péroniste étaient autant d'affronts envers des institutions qui déterminaient traditionnellement les idées sur la légitimité sociale et culturelle d'où les milieux populaires étaient exclus. Enfin, les édifices publics et les monuments représentatifs de l'ordre social dominant subirent des détériorations symboliques. Dans la « dégradation » des édifices de prestige, de ces institutions ou symboles d'institutions, les manifestants cherchèrent à détruire et à violer leur « sainteté », à nier leur autorité et leur pouvoir symbolique.

Conclusion

À travers toutes ces formes d'actions collectives, les manifestants d'octobre remirent en cause l'appropriation traditionnelle et symbolique de l'espace urbain par les élites et les classes moyennes. Cette prise de la capitale par les manifestants le 17 octobre, prolongée les 18, 19 et 20, nous renvoie directement à la relation entre espace et société, entre espace et luttes politico-sociales. Dans le choix des lieux occupés, des slogans récités, des symboles profanés par les manifes-

31. *La Prensa*, 18 octobre 1945.
32. *La Prensa*, 18 octobre 1945 : murs peints à la craie, jets de pierres, et vitres cassées.

tants, rien n'est anodin. Bien au contraire, ces « nouvelles » formes d'action collective ont une signification qui paraît évidente quand on les met en rapport avec un contexte plus général, celui de la longue et progressive intégration des milieux populaires sur la scène politique portègne – et par extension argentine. Le 12 octobre 1916, la foule rassemblée autour d'Yrigoyen semblait symboliser la pression sur le centre-ville des nouveaux secteurs populaires en cours d'intégration politique dans la capitale. En 1936, ce sont les milieux ouvriers venus des périphéries internes à la ville qui cherchèrent à acquérir une visibilité politique sans réussir cependant à conquérir une centralité sur l'espace public. Avec le 17 octobre 1945, les rues du *centre*, étaient désormais envahies par ceux qui jusqu'ici en avaient été exclus, et révélaient un changement substantiel dans la composition sociale de la ville. Par ailleurs, l'entrée des « masses ouvrières » sur l'espace public physique de la ville est à mettre en relation avec l'entrée d'une nouvelle force sociale et bientôt politique sur l'espace public abstrait. En s'appropriant le *centre,* les manifestants se donnait le droit à la reconnaissance de leur citoyenneté. Cette nouvelle force, qui lia son destin à Perón sur la Place de Mai, conquit une centralité politique qu'elle consolidera ensuite sous le régime péroniste. Les journées d'octobre 1945 apparaissent donc comme l'aboutissement d'un long processus d'élargissement du système, et inaugurent un nouveau type de relation entre la ville et la société, entre Buenos Aires et les conflits sociaux, entre le *centre* et les milieux populaires.

BIBLIOGRAPHIE

- Colomb Eduardo, *17 de octubre: la revolución de los descamisados*, Buenos Aires, Edit. La Época, 1946.
- De Privitellio Luciano, *Vecinos y ciudadanos. Política y sociedad en la Buenos Aires de entreguerras*, Buenos Aires, Siglo xxi Edit., 2003.
- Geertz Clifford, « Centers, kings and charisma: reflections on the symbolics of power », *in* Ben-davis J. et Clark T. N., *Culture and its creators*, Presses de l'Université de Chicago, 1977.
- Gutiérrez Leandro, Romero Luis Alberto, *Sectores populares, cultura y política : Buenos Aires en la entreguerras*, Buenos Aires, Edit. Sudamericana, 1995.
- Ibarguren Carlos, *La historia que he vivido*, Buenos Aires, Ed. Peuser, 1955.
- Iñigo Carrera Nicolás, *La estrategia de la clase obrera, 1936*, Buenos Aires, Ed. de Plaza de Mayo, 2004.
- James Daniel, « 17 y 18 de octubre de 1945: el peronismo, la protesta de masa y la clase obrera argentina », *Desarrollo económico*, n° 107, oct.-déc. 1987.
- James Daniel, *Resistencia e integración. El peronismo y la clase trabajadora argentina 1946-1976*, Buenos Aires, Edit. Sudamericana, 1990.
- Luna Félix, *El 45: crónica de un año decisivo*, Buenos Aires, Edit. Sudamericana, 2e ed., 1971.
- Perelman Ángel, *Como hicimos el 17 de octubre*, Buenos Aires, Coyoacan, 1961.
- Reyes Cipriano, *Yo hice el 17 de octubre. Memorias*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1984.
- Romero José Luis, romero Luis Alberto (dir.), *Buenos Aires, historia de cuatro siglos,* Buenos Aires, Ed. Abril, 1983.
- Torre Juan Carlos, « Interpretando (una vez más) los orígenes del peronismo », *Desarrollo económico*, n° 112, janvier-mars 1989, p. 1-32.
- Touraine Alain, *Les Sociétés dépendantes*, Duculot, 1976.

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

La période qui s'ouvre en 1912 avec la loi Saenz Peña est largement marquée par le problème de l'élargissement du système politique et de l'intégration des milieux populaires à celui-ci. Celle-ci établissait le suffrage universel masculin, secret et obligatoire, bouleversant les règles du jeu politique jusque-là en vigueur. Le système devait désormais répondre aux transformations de la société argentine pour intégrer politiquement de nouveaux secteurs en pleine ascension sociale. Mais la loi ne fut que le point de départ d'un long processus d'enracinement de la démocratie au sein duquel le vote n'a constitué qu'un élément parmi d'autres. L'avènement du péronisme est souvent considéré comme le moment clef où les milieux populaires accédèrent enfin à une complète citoyenneté. La grande mobilisation du 17 octobre 1945 est d'ailleurs le symbole de l'irruption sur la scène politique de secteurs de la société qui jusque-là en avaient été exclus. Pour notre part, nous souhaitons replacer l'analyse du 17 octobre dans le cadre d'un contexte plus large au sein duquel l'intégration des milieux populaires à la citoyenneté s'est déjà traduite par une culture de la mobilisation de rue. Ainsi, nous avons choisi d'étudier trois événements que nous considérons représentatifs de ce processus : le rassemblement célébrant le président Hipólito Yrigoyen en 1916, les manifestations lors de la grande grève de la Construction en 1936, et le 17 octobre 1945.

El problema de la ampliación del sistema político argentino y de la integración de los sectores populares a éste marca profundamente el periodo abierto por la Ley Saenz Peña en 1912. Ésta estableció el sufragio universal masculino, secreto y obligatorio, modificando las reglas del juego político hasta entonces vigente. De este modo, el nuevo sistema pretendió responder a las transformaciones de la sociedad argentina, integrando políticamente a los nuevos sectores en plena ascensión social. Pero la ley sólo fue el punto de partida de un largo proceso de arraigo de la democracia en el marco del cual el voto no necesariamente constituyó el elemento central. Se considera a menudo que el surgimiento del peronismo representó el momento clave en el que los sectores populares pudieron acceder a una ciudadanía completa. De hecho, la movilización del 17 de octubre de 1945 aparece comúnmente como el símbolo de la irrupción en el escenario político de los sectores de la sociedad que hasta entonces habían sido excluidos de éste. Por nuestra parte, proponemos reubicar el 17 de octubre en un contexto más amplio en el marco del cual la integración de los sectores populares a la ciudadanía ya pasó por una cultura de movilización callejera. Para eso, elegimos estudiar tres acontecimientos que consideramos como representativos de este proceso : la concentración que celebró al nuevo presidente Hipólito Yrigoyen en 1916, las manifestaciones de la huelga de la Construcción en 1936, y el 17 de octubre de 1945.

The integration of popular sectors into Argentinean political system after Saenz Peña's Law of 1912 is one of the most remarkable features of the period. This Law, that established the masculine, secret, obligatory and universal suffrage can be considered as an attempt to face the social transformations of Argentinean society by incorporating its new rising sectors. Nevertheless, the vote was only a starting point after a long process through which democracy was rooted. The mobilization of October 17 of 1945 is considered frequently as a symbol of the irruption of the sectors that had been excluded from the political arena. In our perspective, we propose to replace the October 17 in a wider context in which the incorporation of this sectors to the citizenship was part of a street mobilization's previous culture. In doing so, we studied three key events in this process: the popular mobilization that celebrated the victory of the new president Hipólito Yrigoyen in 1916, the demonstrations during the general strike of Construction Unions in 1936, and the October 17 of 1945.

MOTS-CLÉS

- **Politisation**
- **Espace urbain**
- **Manifestations de rue**
- **Argentine**

PALABRAS CLAVES

- **Politización**
- **Espacio urbano**
- **Manifestaciones callejeras**
- **Argentina**

KEYWORDS

- **Politization**
- **Urban space**
- **Street demonstrations**
- **Argentina**

Marie-Laure Geoffray*

Dynamiques de résistance aux normes révolutionnaires à Cuba

Les espaces urbains sont, à Cuba, particulièrement propices à l'installation de marqueurs idéologiques, sortes de bornes ou de balises des territoires concrets et des imaginaires collectifs. Ceux-ci produisent des mécanismes d'apprentissage qui permettent aux individus d'intérioriser les normes de la société révolutionnaire. La Havane est le parangon de l'inscription spatiale de la normativité révolutionnaire : pleine d'images, de bustes, de portraits, de pancartes-slogans, elle concentre tous les signes, les bornes et les normes du pouvoir politique dans son espace urbain. Celui-ci est porteur de signes d'un « devoir-être » révolutionnaire qui prône avant tout l'unité de la nation.

Pourtant, depuis la crise économique des années 1990 liée à l'effondrement de l'URSS, l'espace national mythifié comme un et indivisible a connu une logique centrifuge de territorialisation. Certains quartiers sont devenus des territoires avec des dynamiques propres, susceptibles de produire une contestation sociale qui viendrait s'inscrire en faux par rapport à la matrice de la révolution dont l'un des objectifs est la production d'une socialisation homogène. La ville d'Alamar, en banlieue est de La Havane, en est un exemple singulier. Cette ville avait fait l'objet d'expérimentations politiques et sociales particulières au début de la révolution : elle avait été imaginée et construite comme la ville de l'« Homme Nouveau ». Elle est aujourd'hui la capitale de la contre-culture. En

* IHEAL / Sciences Po – CERI.

effet, malgré le monopole et l'emprise du pouvoir socialiste, Alamar est l'objet de dynamiques alternatives d'appropriation de l'espace par la pratique d'une contre-culture (graffiti, rap, performances). Dès lors, ce cas permet de comprendre à la fois comment la crise a généré une fragmentation de l'espace national mythifié comme un et indivisible et à quel point les dynamiques de contestation qui en résultent, à travers notamment la création artistique, viennent questionner la matrice totalisante de l'expérience révolutionnaire. Nous sommes ici confrontés à des acteurs engagés dans une démarche d'objectivation de l'expérience révolutionnaire et qui revendiquent leur différence et leur diversité. Cela leur permet-il de recréer un espace public qui ne soit pas le lieu de la « concurrence à la conformité » [Bloch, 2006a], mais celui d'une émancipation, de l'épanouissement de la diversité, du dialogue et de l'expression libre ? Les pratiques artistiques de ces acteurs, explicitement liées à une volonté d'exercice alternatif de la citoyenneté, permettent-elles une autre socialisation politique que celle promue par les autorités révolutionnaires ?

Je m'appuierai pour répondre à ce questionnement sur la conception foucaldienne de la dissémination du pouvoir et des notions d'assujettissement et de subjectivation. Je montrerai tout d'abord à quel point l'inscription spatiale des normes révolutionnaires est un vecteur de dissémination idéologique dans la société cubaine [Ortega, 2006], un rappel constant d'un « devoir-être » révolutionnaire. Puis, à travers l'étude d'un groupe artistique de poètes et performaticiens installés dans la ville d'Alamar et du mouvement hip hop qui s'y est cristallisé avant d'essaimer dans toute La Havane, j'analyserai la présence de formes d'émancipation de ces normes de pensée et de comportement et l'existence de stratégies de resocialisation de l'expérience révolutionnaire. Enfin, j'essaierai de déterminer si ces nouvelles pratiques permettent la (re)création d'un espace public pluriel.

L'inscription spatiale des normes révolutionnaires

Il n'y a pas d'affiches publicitaires à La Havane, mais partout s'étalent d'immenses panneaux de propagande classables en quatre catégories : les slogans du régime formulés en termes d'affirmations performatives (*Vamos Bién !*) et de définitions normatives (*Revolución es : luchar por conquistar toda la justicia*) ; les modèles didactiques offerts en exemple (les figures devenues mythiques dans l'imaginaire national comme le Che ou José Marti, dont les images, bustes ou statues sont omniprésentes dans la ville et les cris de guerre des indépendantistes : *Nadié se rendira, honor y valentía*) ; les cadres structurants de la pensée et les normes de l'action (*El deber de un revolucionario es hacer la revolución*) ; enfin, les instruments de surveillance avec visée performatrice (*Capital cuña de los CDR, La guardia en alto*).

Photo n° 1 : Vamos bién !

Cliché : Marie-Laure Geoffray.

Pour le philosophe Daniel Ortega, ces signes ont deux fonctions :

> « Premièrement, promouvoir un récit de la communauté qui place l'honneur et la gloire contre la classe et le privilège comme la forme la plus élevée de gouvernement, et deuxièmement ils fonctionnent comme des instruments pan-optiques de promotion d'une communauté qui s'auto-surveille et génère ainsi un paysage culturel cubain normalisé ».

Ces signes serviraient donc à construire une identité et un sentiment d'appartenance à la communauté cubaine à l'aide de la promotion d'un récit national mythifié et du contrôle de tous sur tous. Ils fonctionnent donc comme des vecteurs de dissémination d'un « ensemble de valeurs culturelles » [Ortega, 2006], mais aussi comme des marqueurs idéologiques. Leur fonction n'est pas seulement de rappeler des valeurs et des combats fondateurs mais d'imposer les normes du « devoir-être » révolutionnaire et les catégories acceptées du comportement et de la pensée. L'existence de ces signes dans le paysage crée immédiatement une intériorité et une extériorité aux normes ou comme le dit Ortega un « nous » et un « eux » : ceux qui s'y conforment, et les autres, les « dissidents », les « non-conformes »[1]. En cela, ces signes ont une dimension performative.

Normer l'imaginaire, naturaliser la norme

Daniel Ortega effectue un parallèle entre le fonctionnement de ces signes sur le territoire cubain et celui du *Panopticon*[2] de Bentham. Pour ce faire, il reprend une analyse de Vaz et Bruno [2003] mettant l'accent sur la notion

1. Ces deux termes « dissidente » et « no conforme » et même « gusano » (ver de terre, en fait traître, la pire insulte à Cuba) sont couramment employés dans les conversations de tous les jours.
2. Le *Panopticon* est un dispositif inventé par le philosophe anglais Jeremy Bentham au XVIII[e] siècle. Il permet aux surveillants de prison, à partir d'une tour disposée au milieu de la prison avec vue sur toutes les cellules, d'observer tous les prisonniers sans être vus par eux. Les prisonniers ne sachant jamais s'ils sont observés ou pas finissent par s'auto-surveiller.

Photo n° 2 : La guardia en alto

Cliché : Marie-Laure Geoffray

d'auto-surveillance plutôt que sur l'opposition entre surveillants et surveillés et insistant sur la nécessité de dépasser l'idée de « force invisible et invérifiable », dont parle Foucault par l'introduction de celle de « jugement normatif ». Les signes inscrits dans les espaces publics singulariseraient et classifieraient les comportements selon les normes révolutionnaires, mais totaliseraient également les individus dans une expérience politique censée recouvrir totalement la cubanité. L'unité deviendrait la norme suprême dans laquelle se subsumeraient toutes les singularités.

Pourtant, le cadre foucaldien permet de penser à la fois la dissémination de ces signes comme des « relais instrumentaux » du régime avec un impact direct sur la projection politique et sur l'imaginaire social et politique de leurs cibles, mais aussi la façon dont ces cibles deviennent porteuses de cette « situation de pouvoir ». Foucault décrit ainsi « l'effet majeur *Panopticon* » :

> « Faire que la surveillance soit permanente dans ses effets, même si elle est discontinue dans son action ; que la perfection du pouvoir tende à rendre inutile l'actualité de son exercice ; que cet appareil architectural soit une machine à créer et à soutenir un rapport de pouvoir indépendant de celui qui l'exerce ; bref que les détenus soient pris dans une situation de pouvoir dont ils sont eux-mêmes les porteurs » [Foucault, 1975].

Cette définition a une portée heuristique évidente pour Cuba où être révolutionnaire crée cette surveillance de tous sur tous et où ce n'est pas tant la réa-

lité de la surveillance qui importe que la croyance de tous en son effectivité. En cela, les Cubains deviennent – comme les détenus – porteurs de cette « situation de pouvoir ». « Soumis à un champ de visibilité » sans jamais savoir qui les surveillent, ils reprennent à leur compte les « contraintes du pouvoir » et deviennent « le principe de [leur] propre assujettissement » [Foucault, 1975]. C'est la notion d'assujettissement, plus que celle d'auto-surveillance, qui nous permet de saisir ici comment le pouvoir devient un mécanisme. En effet, les signes disséminés dans l'espace transforment les citoyens à la fois en sujets et en objets de ce dispositif normatif du pouvoir, mais cela leur permet aussi de s'approprier les normes et de les transformer dans un processus de subjectivation comme je le montrerai plus loin.

Si ces normes ont pu fonctionner comme des catalyseurs pour construire la société cubaine post-révolutionnaire, elles engendrent aujourd'hui des logiques diverses, de la reproduction à la divergence implicite ou explicite. On ne peut donc préjuger de la réception de ces normes de la pensée, du comportement et de l'action par les citoyens. Et ce d'autant plus qu'il existe depuis la mise en place de la Période Spéciale une forte « dissonance cognitive » [Hirschman, 1983][3] entre la vie quotidienne des cubains (engluée dans les difficultés) et les normes édictées par les autorités révolutionnaires (héroïsme, vertu, sacrifice). Par ailleurs existe également un véritable brouillage des lignes : on peut promouvoir la norme dans l'espace public et la subvertir dans des activités privées [Bloch, 2006a] ; on peut être l'archétype du bon révolutionnaire, vigilant sur l'action de ses voisins, et être le premier à partir vers Miami si l'occasion se présente. Il devient donc impossible de reconnaître les citoyens réellement « conformes » de ceux qui sont dans une démarche de monstration stratégique de leur « conformité ».

Alamar : de ville modèle à ville dégradée

Les années 1990 sont particulièrement propices à l'apparition de logiques centrifuges au sein de la société cubaine. L'économie entre en crise, l'État n'a plus les moyens de subventionner autant la production nationale ni le système de protection sociale puisque les subsides de l'URSS disparaissent. La rédaction d'une nouvelle Constitution prend acte de certains changements dans la société et témoigne d'une certaine ouverture : liberté de culte et possibilité

3. Albert Hirschman (1983) reprend la théorie psychologique de la dissonance cognitive de Léon Festinger [1956] pour l'utiliser dans le cadre de son analyse de la déception comme force motrice dans les affaires humaines. La dissonance cognitive est ce que les personnes chercheraient à tout prix à éviter pour préserver leur cohérence cognitive. Hirschman prend l'exemple d'une personne qui lirait beaucoup de magazines automobiles et qui achèterait une Ford et ne lirait plus dès lors que des publicités pour Ford pour éviter toute information dissonante, i.e. être persuadé d'avoir fait le bon choix. À Cuba, il est quasiment impossible de préserver sa 'cohérence cognitive', ou alors au prix d'un déni de réalité (parler du progrès alors que tout devient vétuste, de résistance héroïque des Cubains alors que tous luttent pour leur survie au quotidien, etc.)

nouvelle pour les croyants d'assumer des fonctions politiques, nouvelle loi électorale et lois de décentralisation qui donnent plus de pouvoirs aux municipalités. C'est dans ce contexte-là d'autonomie accrue et de plus grande fluidité sociale et politique [Dobry, 1986] qu'émergent des groupes ou collectifs qui construisent des possibilités d'organisation plus autonome à Cuba.

Alamar est une ville utopique. Che Guevara a convaincu Fidel de créer une ville nouvelle pour un « Homme Nouveau ». Construite par des petites brigades de volontaires en attente d'un logement – *las micros* – [Morucci, 2006], par des ouvriers, journalistes, professeurs, infirmières, etc., Alamar ressemble aux banlieues françaises avec ses grandes barres, son espace rationalisé et sa segmentation par rapport au centre-ville. On était sélectionné pour y habiter : il fallait être un « bon révolutionnaire ». Les habitants pouvaient donc avoir des origines sociales très différentes, ils étaient unis par leur « excellence » révolutionnaire commune[4]. Ces critères se sont petit à petit relâchés jusqu'à disparaître complètement lors de la construction du dernier quartier, Micro X, le plus éloigné du centre-ville, qualifié aujourd'hui de repaire de bandits et de marginaux. Le peuplement d'Alamar a été socialement extrêmement hétérogène[5] et le brassage social et culturel important car il y a très tôt existé des logiques de rotation. Or, des études de sociologie urbaine ont démontré, certes dans un contexte différent, que les peuplements hétérogènes dans les grands ensembles ne produisent souvent pas d'acculturation, mais plutôt un renforcement des différences [Chamboredon et Lemaire, 1970].

L'ancienne ville modèle est désormais perçue par une grande partie des habitants de la capitale comme une ville marginale. Elle a été la matrice des mouvements musicaux les plus contestataires depuis les années 1980, avec le rock, le reggae et le hip hop. Alors qu'elle était au centre du projet révolutionnaire, symbole à la fois concret (architecture et confort modernes) et imaginaire (la création de l'« Homme Nouveau »), Alamar a été marginalisée du fait de la segmentation urbaine engendrée par la crise et de la diminution drastique des transports collectifs qui dépendaient des approvisionnements du bloc de l'Est. Il faut cependant constater que la territorialisation de fait subie par Alamar n'a pas seulement été vécue comme un drame imposé, mais aussi

4. Interview de Miguel [Morucci, 2006, p. 62-63] : « J'étais administrateur de mon immeuble, c'est-à-dire que je devais surveiller que tout se passait bien entre les voisins dans l'immeuble et que les habitants entretenaient correctement leur logement. Je visitais les familles tous les mois pour vérifier l'état des appartements. S'il était sale, ou si des familles posaient des problèmes à leur entourage, on discutait pour régler cela. On pouvait aller jusqu'au renvoi de la famille. Il y a des gens qui pouvaient se retrouver à la rue pour comportement non révolutionnaire, par exemple, pour la religion […] Trois ans ont passé comme ça. Ensuite, les appartements ont été distribués aux plus nécessiteux, et non plus aux méritants. »
5. Manuscrit *Relatos de Alamar* [Morucci, p. 147] : « Nous nous sommes faits à l'idée que les micro-brigades sont constituées de travailleurs de secteurs et professions les plus divers. Il est fréquent de voir un cuisinier à côté d'un rouleur de cigares, une secrétaire préparant le ciment à côté d'un architecte, ou de voir un marin à côté d'un soldat reconverti en maçon. »

comme la possibilité d'une action artistique créatrice. Cette territorialisation vient s'opposer à la lecture totalisante de l'expérience révolutionnaire opérée par le *leadership* politique du régime.

Concurrence pour l'appropriation ou la génération du sens

À Alamar, deux groupes de jeunes artistes sont particulièrement actifs : les rappeurs et le collectif Omni-Zona Franca, composé de poètes, de plasticiens et performaticiens. La trajectoire de ces deux groupes est intéressante dans le contexte cubain car ils existent malgré les pressions et les obstacles depuis une dizaine d'années, alors que la plupart des groupes informels ont une durée de vie moyenne de trois ou quatre ans. De plus, ces deux groupes fonctionnent sur un principe d'autonomie – ou de semi-autonomie – par rapport aux institutions étatiques et entretiennent des connexions internationales tout en intervenant directement sur le terrain, au niveau local. Cette double dimension est essentielle pour assurer la survie des groupes.

Le mouvement hip hop s'est cristallisé au début des années 1990 avec la création d'un festival annuel à Alamar, tandis que le collectif Omni-Zona Franca s'est installé à la galerie d'art de la maison locale de la culture (*casa de cultura*) avec l'idée que c'est la territorialisation de l'expérience artistique qui pouvait permettre l'émancipation. Mon analyse fait plus de place à l'expérience d'Omni-Zona Franca, car le collectif pratique paradoxalement plus le graffiti que les groupes de hip hop. Or, c'est la manifestation artistique qui m'intéresse le plus ici dans la mesure où elle entre en concurrence avec les signes normatifs du pouvoir pour la génération de sens dans l'espace urbain.

Omni-Zona Franca signifie le tout, la zone franche. Il s'agit selon ses membres de s'occuper de tout, de parler de tout, partout et librement. Omni-Zona Franca utilise notamment le graffiti pour s'approprier les murs gris, sales et peu entretenus de la ville laissée plus ou moins à l'abandon, pour la remodeler par la couleur et par la forme afin d'y imprimer l'image d'utopies nouvelles[6]. Ils voient Alamar comme un « espace d'action » et veulent « créer une mythologie d'Alamar car tout quartier a besoin de ses mythes »[7] pour générer une culture commune. Ils partent du constat suivant : pensée comme cité modèle, Alamar a été érigée dans la plus grande rigueur de l'époque soviétique, mais est devenue une cité-dortoir extrêmement hétérogène à l'habitat vétuste qui laisse peu de place à la créativité et à l'imagination. Ils viennent alors subvertir les signes idéologiques disséminés dans l'espace en reprenant parfois le signe lui-même, mais en en changeant radicalement la forme. Ce travail de re-signification porte à la fois

6. « Le concept du graffiti nous intéresse car il signe la liberté de marquer les espaces publics, avec cette même liberté qu'ont le gouvernement ou les gens des quartiers marginaux ». citation tirée du document de présentation d'Omni Zona Franca.
7. Entretien avec un membre du collectif Omni Zona Franca.

sur des noms, sur des catégories de la pensée et de l'action et sur des demandes sociales.

Une des premières actions du collectif a été d'effectuer des graffitis et des peintures murales dans des lieux de grande fréquentation : arrêts de bus, murs ou portes de garages. L'une de leurs réalisations est par exemple la reprise du signe indiquant l'entrée d'Alamar : face à une œuvre monumentale et monocolore, inspirée par les canons du réalisme socialiste et qui projette une image d'ordre et d'austérité, le collectif a repris le signe *Alamar* et l'a remodelé par une floraison de formes, de couleurs et de petits détails – dont une banane éminemment phallique, des fleurs et des tâches de lumières – qui signent un mouvement infini et rigolard. C'est une manifestation particulièrement expressive d'une volonté de redessiner du sens pour la vie dans la communauté, à partir d'un élément graphique qui donne une autre identité à la ville.

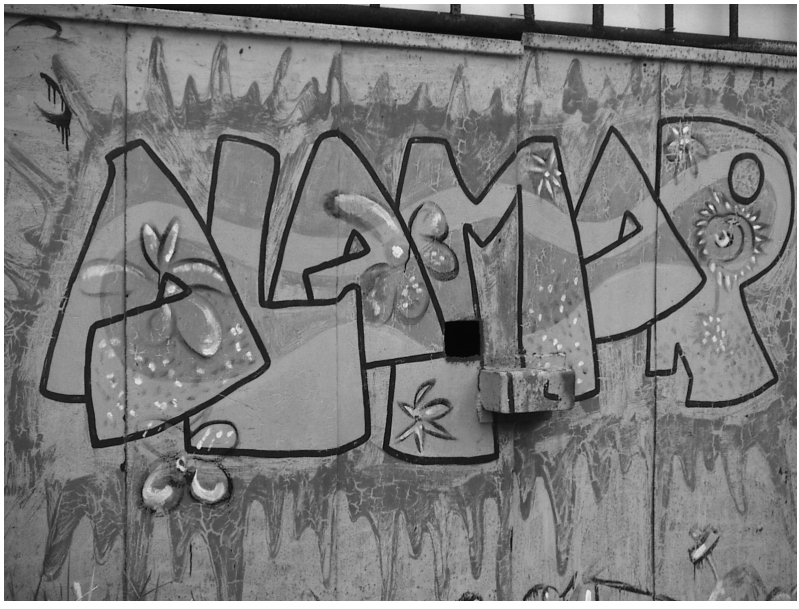
Omni-Zona Franca a créé son propre logo, un visage tout rond, loin de la sécheresse de l'art réaliste, composé de lettres. En légende, on peut lire *revolución del ser* et *hip hop liberación. Hip hop liberación* fait référence à une chanson du groupe de rap *Anónimo Consejo* intitulée *hip hop revolución,* une proposition de révolution dans la révolution – contre le racisme, les discriminations et pour une réelle justice sociale. Omni-Zona Franca reprend la formulation et joue sur la proximité de la sonorité pour lui substituer *liberación*, notion plus contestataire car elle implique en creux l'existence de structures contraignantes dans la révolution. *Revolución del ser* renvoie à la multitude de panneaux qui affichent la définition de la révolution selon Fidel Castro[8]. En contrepoint de cette définition normative de l'action révolutionnaire, Omni propose un retour réflexif sur l' « être révolutionnaire », un questionnement plutôt qu'un schéma idéologique à suivre. Pour se penser comme révolutionnaire, il faudrait d'abord se penser et agir comme citoyen, car « la révolution doit partir du centre de chaque individu […], elle a à voir avec la spiritualité de chacun mais de manière collective ».[9] Sur un autre graffiti réalisé à Micro X, on peut lire ce que les jeunes artistes souhaitent (liberté, pensée, illumination, vérité, croissance, amour de soi-même) et ce qu'ils combattent (la bureaucratie, le mal, l'hypocrisie, la prostitution, la drogue, l'individualisme-séparation entre moi et toi). Il signale une problématisation alternative de la participation de jeunes citoyens à la construction de la communauté politique, critique de l'imposition de normes extérieures de pensée et d'action.

8. Dans son discours du 1er mai 2002, Fidel Castro a rappelé précisément ce qu'il entendait par révolution : « revolución es sentido del momento histórico, es cambiar todo lo que debe ser cambiado, es igualdad y libertad plenas, es ser tratado y tratar a los demás como seres humanos. Es unidad, es independencia, es luchar por nuestros sueños de justicia para Cuba y para el mundo, que es la base de nuestro patriotismo, nuestro socialismo y nuestro internacionalismo. »
9. Entretien avec un membre d'Omni Zona Franca.

Photo n° 3 : Le monument de style réaliste soviétique à l'entrée d'Alamar

Cliché : Marie-Laure Geoffray

Photo n° 4 : La recréation du signe *Alamar*
par le collectif Omni-Zona Franca



Cliché : Marie-Laure Geoffray

Ces œuvres, parmi des dizaines d'autres dans le quartier, témoignent de la création de réponses ou de tentatives de réponses à la « normalisation des paysages urbains » [Ortega, 2006], de l'existence d'une concurrence pour le sens et pour l'appropriation du sens. Par l'expression graphique libre, les graffeurs membres du collectif Omni-Zona Franca occupent l'espace pour le transformer. Leurs œuvres ont, comme les signes politiques disséminés dans l'espace, une dimension performative. Elles se lisent comme des contrepoints de ces signes, comme des invites à repenser et à reformuler les normes pour se les approprier. Cette mise en perspective des normes révolutionnaires permet une objectivation de la réalité sociale au sens foucaldien, puisque cette réalité devient objet de connaissance. Ce faisant, les acteurs du collectif expérimentent des modes de résistance à cette réalité. L'art du graffiti peut être compris comme une forme de cette résistance avec une dimension émancipatrice. En effet, au-delà de l'appropriation autre de l'espace, Omni-Zona Franca touche à des questions peu présentes dans les espaces publics du régime. Ses membres mettent en question les pratiques quotidiennes des citoyens, qui se plient devant l'imposition qui leur est faite des normes de comportement et de pensée. Un membre du collectif affirme :

> « Omni est un groupe particulier car il transgresse les limites. Notre objectif est de perdre la peur. De montrer que c'est possible. Si tu es prêt à te lancer en *balsa*[10] sur une mer pleine de requins, ne me dis pas que tu n'es pas prêt à monter un projet ici. Il faut de l'amour. Mais il y a des mots qu'il faut laver comme il faut se laver soi-même avant de les ré-utiliser. »

Laver les mots, c'est reformuler le sens du quotidien en étant conscient des formes de sujétion vécues au jour le jour et en leur résistant. La proposition foucaldienne d'analyse des relations de pouvoir reste donc pertinente : dans les relations de pouvoir, contrairement aux relations de violence, l'individu est libre, c'est-à-dire qu'il dispose toujours de différentes possibilités d'action même si on tente de « conduire [sa] conduite » [Foucault, 1984] et de diriger ses formes d'action. Le travail du collectif Omni-Zona Franca est le signe de la possibilité d'une action collective qui tente de récupérer la pluralité des réponses et des modes de pensée et d'agir possibles.

« Pour la santé de la poésie »

Omni-Zona Franca construit aussi des actions éphémères, ce qui constitue une autre appropriation de l'espace, par la peinture éphémère, le corps et la voix. Ces actions constituent autant de pratiques de résistance et de contestation, moins dans le registre discursif que dans celui du faire. Deux actions, l'une chronique et l'autre unique, témoignent de cette quête d'émancipation :

10. Pneu de voiture et par extension radeau. En 1994, une trentaine de milliers de cubains se sont jetés à la mer sur des radeaux de fortune pour fuir la crise économique. Cela a fortement marqué l'imaginaire des cubains qui sont restés.

le pèlerinage annuel à Saint Lazare et une action publique en faveur de la liberté d'expression.

Omni-Zona Franca effectue tous les ans, chaque 17 décembre, un pèlerinage en hommage à Saint Lazare qui réunit des catholiques et des croyants de religions afro-cubaines pour honorer le saint et lui demander santé ou guérison. Les membres d'Omni ne viennent pourtant pas demander la santé physique, mais celle de la poésie. Le sens est alors double puisqu'il s'agit de lier poésie et spiritualité. Ils lisent tout au long du parcours des pèlerins des textes de poètes nationaux devenus des références révolutionnaires mythifiées pour leur soutien à la révolution. Or, leur lecture dans un contexte religieux et collectif fait souvent émerger une compréhension autre des textes, au point que certains policiers chargés de surveiller le pèlerinage aient tenté d'arrêter des lecteurs pour profération contre-révolutionnaire. Cette expérience spirituelle collective est une dimension centrale de l'action d'Omni-Zona Franca, à visée à la fois externe (ici, vers les pèlerins) et interne (vers le groupe). En effet, elle constitue en creux une critique de la vulgate matérialiste enseignée dans les écoles et une revendication de la prise en compte des dimensions multiples de l'expérience humaine. Dans le collectif, ce pèlerinage constitue un prolongement de leur pratique spirituelle, qui constitue un des ressorts de leur action. Les membres du groupe pratiquent la méditation collective quotidiennement et avant chaque sortie publique. Cette pratique est un instrument de mise à distance de la peur et surtout de communion entre les membres qui crée des liens forts entre eux et permet le passage à l'action. La spiritualité génère ici une « force insurrectionnelle », selon les termes de Foucault [2004], qui est indissociable de la subjectivation, car le sujet n'est plus seulement l'individu assujetti : il affirme, dans la résistance au pouvoir, sa singularité.

Omni-Zona Franca pratique aussi des actions ponctuelles, uniques et éphémères, dans lesquelles le collectif promeut une expression baroque et délibérément non-conformiste : les hommes s'habillent en filles ou se dénudent dans la rue, se peignent le corps et le visage, dansent selon des rituels complexes et pratiquent la méditation en public. L'une de ces actions se lit comme une revendication de la liberté d'expression : il s'agit d'une mise en scène de l'émancipation par rapport au discours officiel des médias. Des hommes sont littéralement ficelés dans une vision nationaliste et étroite du monde (costumes fabriqués en papier journal et parsemés de drapeaux qui symbolisent le nationalisme). Ils ne puisent leur information que dans des sources très restreintes (ils respirent uniquement par un tuyau raccordé à une valise matérialisant l'Information). Ils vont réussir à s'émanciper de ce carcan (ils se débarrassent de leurs costumes et de leur unique approvisionnement d'air/d'information) et les brûlent. Ils redeviennent alors des êtres libres. S'ensuit tout un rituel de célébration du recouvrement de leur liberté, à travers la méditation.

Les membres d'Omni-Zona Franca construisent donc une problématisation alternative du collectif dans lequel le commun serait le fruit de l'imbrication des subjectivités de chacun. Omni-Zona Franca propose une démarche inverse à celle pratiquée par les autorités révolutionnaires : du singulier vers le commun et du bas vers le haut.

La configuration d'un nouvel espace public ?

Roger Chartier définit, d'après Habermas, la notion d'espace public comme un espace de discussion et d'échanges soustrait à l'emprise de l'État – c'est-à-dire à la « sphère du pouvoir public » – et critique à l'égard des actes ou fondements de celui-ci. Cette définition pose la question de la socialisation politique et des lieux de cette socialisation. Qui échange ? Qui produit la pensée critique ? Comment est opérée la « fabrique du citoyen » cubain ? [Neveu et François, 1999]

À Cuba, la socialisation politique est construite et contrainte par toutes les organisations de masse, qui encadrent la population dès son plus jeune âge, et par l'absence d'une information libre, fiable et plurielle, des libertés civiles d'expression, de réunion, d'association. Cette socialisation est aujourd'hui mise en question par plusieurs facteurs : le retour du rôle de la famille dans le fonctionnement social avec la crise, l'arrivée du tourisme qui permet l'entrée de flux d'informations et génère autant de rêveries spéculatives sur la réalité de la vie « ailleurs » et une distinction de plus en plus grande entre espace public et privé. Il faut, à Cuba, connaître les types de discours qu'on peut tenir dans les types de lieux appropriés. Un discours critique peut fort bien être accepté s'il est proféré dans un lieu classé « alternatif » comme certains centres de recherche, certaines antennes de l'université, certaines librairies, certains quartiers dits « marginaux », certaines organisations dites « alternatives », mais beaucoup moins s'il s'agit d'une réunion de section du parti, d'une réunion publique du syndicat, devant un public large, à la télévision, etc.

Or, les membres du collectif Omni-Zona Franca et certains collectifs de rap ont entrepris, dans leur vie et dans leurs actions, une mise en cohérence des sphères publique et privée. Si la pression sociale et la crainte de la répression peuvent venir contraindre cette entreprise de mise en cohérence, non exempte de contradictions et de retours en arrière, elle est porteuse d'un enjeu d'appropriation symbolique de l'expérience révolutionnaire : tenter d'obvier la dissonance cognitive, expérience fondamentale du quotidien cubain. C'est peut-être là qu'il faut chercher les éléments de configuration d'un nouvel espace public à Cuba.

L'un des objectifs du collectif Omni-Zona Franca est la socialisation du pouvoir de création : autrement dit, apporter l'art à la communauté. Ils organisent

pour cela des ateliers libres de création et d'expression et d'autres – plus encadrés – de sculpture ou de multimédia, des expositions dans les halls et les couloirs et même les ascenseurs des immeubles. Se revendiquant post-modernes, ils prônent l'abolition de la distance entre le créateur et le public et encouragent les habitants à créer pour retrouver une estime d'eux-mêmes qu'ils auraient perdue[11]. On peut comprendre ce travail comme une stratégie d'*empowerment* de la communauté. La trame de ces activités permet à la collectivité de se retrouver autour d'une pratique de l'art qui permet l'expression singulière, mais qui est partagée dans un autre cadre que celui de la politique mobilisatrice des organisations de masse. L'objectif n'est pas tant la fin – découvrir de nouveaux talents locaux – que le moyen, à savoir l'expérimentation sociale et artistique. En même temps, ce travail dans le quartier protège l'existence d'Omni-Zona Franca, qui construit progressivement le soutien des habitants à son implantation.

L'impact de ces pratiques est difficile à mesurer car elles construisent une socialisation politique et culturelle alternative : *una cívica* selon un membre d'Omni-Zona Franca, la promotion d'un vivre ensemble différent par l'objectivation de la réalité. Les membres d'Omni-Zona Franca n'opposent pas d'autres normes de pensée et de comportement à celles des autorités ; ils prônent plutôt une liberté subjectivée de penser, d'agir et de créer par la libération des esprits et des corps.

Il existe dans le mouvement hip hop une vision proche de celle d'Omni-Zona Franca, quoique peu théorisée. Les rappeurs se vivent comme des chroniqueurs sociaux[12] et disent vouloir exprimer sur scène les espaces obscurs de l'expérience révolutionnaire – obscurs car absents des bulletins d'information nationaux et des réunions politiques officielles : la prostitution, les inégalités, les problèmes aigus de logement, du racisme, du sexisme et des discriminations, la corruption, les abus de pouvoir, l'absence de liberté d'expression, etc. Plutôt que de constituer des réceptacles passifs, les rappeurs se proposent par conséquent de construire activement le sens de leur quotidien. Selon les thèmes et leur perception par la population cubaine, les autorités ont été contraintes d'ouvrir des débats (notamment sur la question du racisme)[13] et le mouvement hip hop n'est pas étranger à cela. De plus, alors que les rappeurs étaient traités en jeunes marginaux, ils ont soudain été accueillis au sein d'instances culturelles prestigieuses (Asociación Hermanos Saíz (AHS), Agence Cubaine de Rap ou autres entreprises musicales)[14].

11. Entretien avec des membres du collectif.
12. Entretiens avec plusieurs rappeurs appartenant à des courants différents au sein du rap cubain et thème qui revient dans de nombreuses chansons et le titre d'un album du groupe Obsesión : *Supercrónica*.
13. On constate que ces thèmes de préoccupation sont beaucoup plus présents dans les discours et les médias officiels depuis que Raúl Castro est devenu chef de l'État (par intérim entre le 31 juillet 2006 et le 24 février 2008, en titre depuis).
14. Voir, en bibliographie, les références aux travaux de Baker, de la Fuente, Fernandes et Perry sur le hip hop à Cuba.

Si, paradoxalement, les rappeurs contribuent peu à l'œuvre graphique dans les espaces publics cubains, ils sont actifs sur un autre plan. Ils créent des scènes et improvisent des *peñas* (scènes ouvertes) dans la rue, dans des parcs ou s'organisent pour se produire dans des lieux de culture plus officiels afin de formuler leur critique sociale. Ils participent ainsi de l'entreprise de mise en cohérence de l'expérience révolutionnaire en proférant un discours qui « colle » à cette expérience. En mettant en scène une réalité quotidienne identifiable comme sienne, le mouvement hip hop permet à l'expérience révolutionnaire de prendre corps et de contrebalancer en partie ce que Vincent Bloch [2007] analyse comme une altération du sens de la réalité – par la production de rumeurs, l'absence d'accès à une information fiable, etc. Les rappeurs et les membres du collectif Omni Zona Franca contribuent donc à faire circuler la parole, à donner une cohérence à la vie quotidienne de leurs concitoyens et, surtout, à créer des lieux de débat (la rue, un atelier, un parc, une maison de la culture, etc.), essentiels pour la (re)constitution d'un espace public. Ils investissent leurs « énergies civiques » dans ce qu'Erik Neveu [1999] appelle des « espaces publics partiels ».

Il n'est cependant pas simple pour les membres de ces collectifs de continuer à exister sans adapter leur travail. En effet, la stratégie des autorités centrales de la culture est double face à l'expression contestataire[15] : déterritorialisation et cooptation ou marginalisation des collectifs trop turbulents. L'ébauche de contributions autonomes à un espace public peut, comme cela a été le cas pour le mouvement hip hop, être en partie absorbée ou censurée car promue dans des structures officielles. [Fernandes, 2006, p. 124] Toutefois, cette tactique engendre des logiques d'opposition et on note une certaine radicalisation du mouvement hip hop avec la création au printemps 2007 de la *Comisión Depuradora* (forte d'une quarantaine de membres), dont les textes et les pratiques artistiques (dialogue avec le public, sketches improvisés, *spoken word* et travail soutenu avec des vidéastes) ont redonné un nouvel élan à un hip hop plus frontalement contestataire. Les membres du collectif Omni Zona Franca ont aussi subi de fortes pressions depuis leur création et cela n'a pas été sans impact sur leurs activités : les performances de rue se font plus rares et les activités dans des cadres officiels plus nombreuses (exposition de la galerie de la maison de la culture, biennale de La Havane). Mais l'impact de ces politiques a cependant été limité par l'autonomie réelle de ces collectifs (autofinancement, public captif, reconnaissance internationale, réseaux nationaux entre artistes, intellectuels et promoteurs culturels) et leur capacité à penser leur réalité. Leurs connexions internationales sont de plus salvatrices pour la continuité du travail au quotidien (contacts, finances, accès à l'information, diffusion de la production), car elles les

15. Il s'agit d'une contestation qui s'exprime par des voies artistiques car la contestation politique est l'objet d'une ferme répression.

protègent d'une répression trop vive ; elles peuvent toutefois aussi générer des stratégies d'adaptation à d'autres normes de production, comme en témoigne le documentaire « Alamar Express » de Patrycja Satora (2007) qui construit une image rebelle d'Omni-Zona Franca et néglige – car ce n'est évidemment pas très graphique – la part essentielle des négociations quotidiennes pour assurer la survie de l'espace physique et culturel gagné, à Alamar, au cours de plus de dix années d'existence.

Conclusion

Les villes fonctionnent dans la Cuba socialiste comme des espaces de socialisation dans lesquels le processus de production des êtres sociaux est avant tout pensé en termes de transmission, de continuité et de reproduction de l'expérience révolutionnaire. Cependant, de jeunes Cubains viennent subvertir ce processus en promouvant une socialisation politique et culturelle alternative dont les effets ne pourront être mesurables qu'à long terme. Ils sont les acteurs de pratiques de résistance qui questionnent les normes de pensée et d'action et leur résistent par des stratégies d'émancipation comme l'usage de la chronique sociale, de l'art performatif et d'une forte spiritualité.

Le caractère collectif de ces stratégies et leur objectif de diffusion d'une expérience sociale alternative en font des éléments intéressants pour la configuration d'un nouvel espace public à Cuba. Cette analyse vient donc s'inscrire en faux par rapport à la théorisation de l'apathie sociale et politique dans l'île. Elle vise à contribuer à l'analyse des logiques de fuite existant dans la société cubaine, possibles prémisses de la construction d'un dialogue politique.

Tableau récapitulatif

Normes du régime	**Résistance créative**
Ordre et discipline	Créativité baroque
Contrôle et surveillance	Liberté et dialogue
Hiérarchie	Horizontalité
Unité monolithique	Diversité dans l'unité
Masse/peuple	Collectif d'individualités
Vertu	Quête questionnante de valeurs
Révolutionnaires	Citoyens
Idéologie/politique	Poésie
La Vérité	L'expérimentation
Athéisme d'Etat et matérialisme	Ouverture à la spiritualité/mystique

BIBLIOGRAPHIE

- «¡ Hip hop, Revolución ! Nationalizing Rap in Cuba », *Ethnomusicology*, n° 49, 3, 2005, p. 368-402.
- Baker Geoffrey, « La Habana que no conoces : Cuban rap and the social construction of urban space », *Ethnomusicology Forum*, 15, 2, 2006, p. 215-246.
- Bloch Vincent, « Le sens de la lutte », *Communisme*, n° 85-86, 2006 (a), p. 125-147.
- Bloch Vincent, « L'imaginaire de la lutte », *Problèmes d'Amérique Latine*, n° 61-62, été/automne 2006 (b).
- Bloch Vincent, « La rumeur », http://nuevomundo.revues.org/document3651.html, 2007.
- Chamboredon Jean Claude, Lemaire Madeleine, « Proximité spatiale et distance sociale : les grands ensembles et leur peuplement », *Revue française de sociologie*, XI, n° 1, 1970.
- Chartier Roger, *Les origines culturelles de la Révolution française,* Paris, Seuil, 1990.
- De la Fuente Alejandro*, Race, inequality and politics in 20th century, Cuba, A nation for all*, Chapel Hill/London, The University of North Carolina Press, 2001.
- Dobry Michel, *Sociologie des crises politiques*, Paris, Presses de la FNSP, 1986.
- Fernandes Sujatha, *Cuba Represent !,* Durham, Duke University Press, 2006.
- Foucault Michel, « Deux essais sur le sujet et le pouvoir », *in* Hubert Dreyfus et Paul Rabinow, *Michel Foucault, un parcours philosophique*, Paris, Gallimard, 1984, p. 297-321.
- Foucault Michel, *Surveiller et Punir*, Paris, Gallimard, 1975.
- Foucault Michel, *Sécurité, Territoire, Population*, Cours au collège de France 1977-1978, Paris, Gallimard/Seuil, 2004.
- Habermas Jürgen, *L'espace public*, Paris, Payot, 1978.
- Hirschman Albert, *Bonheur privé et action publique*, Paris, Fayard, 1983.
- Morucci Bérangère, *Alamar, un quartier cubain*, Paris, L'Harmattan, 2006.
- Neveu Erik, François Bastien (dir.), *Espaces publics mosaïques:acteurs, arènes et rhétoriques des débats publics contemporains*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 1999.
- Ortega Daniel, « En cada barrio : timocracy, panopticism and the landscape of a normalized community », *Culture Machine*, vol. 8, 2006.
- Perry Mark, *Los Raperos: Rap, Race, and Social Transformation in Contemporary Cuba*, thèse de doctorat soutenue à l'Université du Texas (Austin), 2004.
- Vaz Paulo, Bruno Fernanda, « Types of Self-Surveillance: from abnormality to individuals «at risk» », *Surveillance and Society*, n° 1, 3, 2003, p. 272-291.

RÉSUMÉ/RESUMEN/ABSTRACT

Les normes du régime révolutionnaire sont, à Cuba, inscrites dans l'espace. Elles fonctionnent comme des signes performatifs qui à la fois rappellent constamment la présence du pouvoir et catégorisent les individus selon leur conformité aux normes. Mais, depuis la crise économique des années 1990, des logiques centrifuges à l'œuvre au sein de la société cubaine viennent remettre en question la capacité du régime à générer une socialisation révolutionnaire homogène. On observe des dynamiques singulières dans des collectifs de jeunes artistes. Ceux-ci cherchent à s'émanciper des normes révolutionnaires en tentant de retrouver un héritage historique, politique et artistique distinct de la lecture qu'en font les leaders du pays. Leur objectif est de socialiser la capacité de création afin de promouvoir la diversité et de la pluralité des modes de pensée et d'action.

Las normas del régimen revolucionario están, en Cuba, inscritas en el espacio. Funcionan como signos performativos que al mismo tiempo recuerdan la presencia constante del poder y categorizan los individuos según su conformidad con estas normas. Pero desde la crisis económica de los años 1990, lógicas centrifugas existen dentro de la sociedad cubana y cuestionan la capacidad del régimen para generar una socialización revolucionaria homogénea. Se observan dinámicas singulares en colectivos de jóvenes artistas. Ellos tratan de emanciparse de las normas revolucionarias y de reencontrar una herencia política, histórica y artística distinta a la herencia promovida por los lideres del país. Su objetivo es socializar la capacidad de creación para promover la diversidad y la pluralidad de modos de pensamiento y de acción.

The norms of the revolutionary regime are, in Cuba, inscribed into space. They can be analyzed as performative signs, which at the same time remind of the constant presence of power and categorize people according to their conformity to those norms. But since the economic crisis of the 1990s, some logics at work in the Cuban society question the regime's capacity to generate a homogeneous revolutionary socialization. There exists striking dynamics in groups of young artists. They try to emancipate from the revolutionary norms and to recall a political, historical and artistic heritage distinct from that which is promoted by the leaders of the country. Their objective is to socialize the capacity for creation in order to promote diversity and the plurality of modes of thought and action.

MOTS-CLÉS

- **Cuba**
- **Normes**
- **Espace**
- **Socialisation révolutionnaire**

PALABRAS CLAVES

- **Cuba**
- **Normas**
- **Espacio**
- **Socialización revolucionaria**

KEYWORDS

- **Cuba**
- **Norms**
- **Space**
- **Revolutionary**
- **Socialization**

INFORMATION SCIENTIFIQUE

Jeffrey Quilter, Gary Urton (éd.), *Narrative Threads. Accounting and Recounting in Andean Khipu*, Austin, University of Texas Press, 2002, 363 p.

Gary Urton, *Signs of the Inka Khipu. Binary Coding in the Andean Knotted-String Records*, Austin, University of Texas Press, 2003, 202 p.

Frank Salomon, *The Cord Keepers. Khipus and Cultural Life in a Peruvian Village*, Durham, Duke University Press, 2004, 331 p.

Les *khipu* sont des cordelettes à nœuds qui furent utilisées dans l'ensemble de la région andine et dont les premiers spécimens connus à ce jour datent de l'Horizon Moyen (600-1000 après J.-C.). Le terme quechua *khipu*, comme son équivalent aymara *chinu*, signifie « nœud » et désigne, par métonymie, la cordelette. Il serait prématuré de proposer dès maintenant une définition de ces artéfacts dans la mesure où sa formulation même constitue l'un des enjeux des recherches actuelles.

Les *khipu* restent en grande partie un mystère. On sait qu'ils étaient, d'une manière ou d'une autre, des artéfacts cognitifs et qu'ils permettaient à ceux qui les utilisaient, les *khipukamayuq*, de réciter divers genres de discours. Quel était le lien entre ces discours et la structure de la cordelette ? La question reste en grande partie ouverte. En effet, les chroniqueurs espagnols, s'ils ont su utiliser les *khipukamayuq* pour obtenir les informations qui les intéressaient, ne se sont jamais penchés de très près sur le fonctionnement des cordelettes. Il n'y a pas de Diego de Landa dans les Andes, qui pourrait au moins nous fournir une piste aisément exploitable.

Pourtant, l'étude des *khipu* connaît depuis quelques années une véritable renaissance. Coup sur coup, trois livres viennent d'être publiés qui synthétisent utilement ce domaine de recherches – auxquels il faut ajouter deux bases de données disponibles en ligne : celle de Marcia et Robert Ascher (http://instruct1.cit.cornell.edu/research/quipu-ascher) et celle de Gary Urton et de Carrie Brezine (http://khipukamayuq.fas.harvard.edu). Le premier, *Narrative Threads*, est un ouvrage collectif dirigé par Jeffrey Quilter et Gary Urton. Il fait le point sur les descriptions des *khipu* conservés dans les musées, reprend l'analyse des rares sources historiques offrant un aperçu sur leur usage traditionnel, évoque les usages spécifiquement coloniaux de ces cordelettes et décrit diverses pratiques contemporaines liées à des artéfacts apparemment semblables.

Les deux autres livres auraient difficilement pu être plus différents l'un de l'autre. *Signs of the Inka Khipu*, de Gary Urton, propose, à partir d'une relecture des sources historiques et surtout d'une nouvelle description de la structure matérielle des cordelettes, de considérer les *khipu* de l'Etat Inka comme des codes binaires. C'est un livre court écrit dans un langage clair et précis. *The Cord Keepers*, de Frank Salomon, se fonde quant à lui sur la découverte récente d'un usage

cérémoniel des *khipu* dans une communauté péruvienne contemporaine. Le livre prend la forme d'une monographie composée à part égale d'une ethnographie très détaillée et de longs passages spéculatifs. Les deux auteurs sont par ailleurs loin d'avoir conclu leurs recherches : le premier poursuit l'analyse de deux anciens ensembles de *khipu* conservés à Chachapoyas et à Puruchuco ; le second travaille désormais sur d'autres *khipu* d'usage cérémoniel au sein de la communauté de Rapaz.

La première interprétation sérieuse et précise des *khipu*, qui domina le champ de recherche tout au long du siècle dernier, est celle que L. Leland Locke a présentée dans son ouvrage classique, *The Ancient Quipu or Peruvian Knot Record* (New York, The American Museum of Natural History, 1923). L'historien américain se fondait sur une recension critique des témoignages historiques et sur une observation de première main des spécimens conservés à l'*American Museum of Natural History* afin de déchiffrer la valeur numérique des différents nœuds des cordelettes. Son analyse continue à faire autorité, même si le vocabulaire descriptif s'est progressivement standardisé.

On distingue ainsi d'abord trois types de cordes. L'armature du *khipu* est assurée par une corde primaire sur laquelle sont attachées, en séries parallèles, de multiples cordes pendantes (leur nombre pouvant varier de quelques-unes à plus de mille cinq cent). C'est sur ces cordes pendantes que se situent les nœuds, mais leur sont également attachées, très souvent, des cordes subsidiaires (auxquelles, mais c'est rare, d'autres cordes subsidiaires peuvent être nouées). Ces cordes supportent trois genres de nœuds : des nœuds en huit qui représentent chacun une unité, des nœuds longs dont la valeur varie en fonction du nombre de boucles qu'ils contiennent, de deux à neuf, et des nœuds simples dont la valeur décimale est déterminée par leur position. Les nombres se lisent sur la corde pendante de haut en bas. Les premières zones comportent les nœuds simples à valeur décimale : les nœuds d'une première zone auront la valeur de centaines s'ils sont suivis d'une autre zone composée de ces mêmes nœuds simples, qui dès lors auront la valeur de dizaines. Par exemple, six nœuds simples suivis de trois nœuds simples, s'ils ne sont pas suivis d'autres nœuds simples, pourront être additionnés : 600 + 30 = 630. S'il est nécessaire d'ajouter des unités à ce nombre, une dernière zone accueillera, de manière exclusive, soit des nœuds en huit (valant « 1 »), soit des nœuds longs (valant de « 2 » à « 9 »).

L. Leland Locke était ainsi parvenu à reconstruire le système décimal exhibé par les *khipu*. À quoi correspondaient ces nombres ? Les suggestions ne manquaient pas : impôts, ressources diverses, effectifs d'armée, calendrier, etc. ; mais le rapport précis que chacun des *khipu* entretenait avec cet aspect sémantique apparaissait définitivement inaccessible. L'auteur admettait également que les couleurs des cordes devaient jouer un rôle dans cette arithmétique ; mais, très rationnellement, il concluait : « il est impossible de dire dans quelle mesure le schème conventionnel de couleurs était utilisé » (p. 15). Le lien précis entre les

cordelettes et les discours des *khipukamayuq* restait en dehors du champ d'une recherche réaliste.

Était-il possible d'aller plus loin ? C'est le défi que Gary Urton, dans *Signs of the Inka Khipu*, a choisi de relever. Puisque, dans cette perspective de déchiffrement, les sources historiques disponibles étaient épuisées, Urton décida de reprendre l'étude à partir d'une nouvelle description, plus précise, des *khipu* qui nous sont parvenus. Avant de résumer son propos, il convient de noter qu'Urton – il le répète à de maintes reprises – a l'intime conviction que les *khipu* peuvent être déchiffrés, qu'il ne suffit que de plus d'observations et de plus de travail, théorique s'il le faut. Il se retrouve ainsi dans une situation où, d'une part, il ne peut que considérer les *khipu* comme des codes et où, d'autre part, son agenda de recherche ne peut consister qu'en l'identification des éléments matériels variables susceptibles d'encoder de l'information.

Pour trouver ces éléments, Urton se penche sur l'ensemble des opérations de confection des *khipu*. Chacune de ces opérations, il en dénombre sept, consiste selon lui en un choix intentionnel entre deux alternatives exclusives (d'où sa métaphore insistante du *khipu* comme code binaire). Ainsi, le confectionneur de *khipu* doit choisir son matériel (coton ou laine), son « ethno-catégorie » de couleur (« arc-en-ciel rouge » ou « arc-en-ciel sombre »), la relation entre les orientations respectives du filage et du tressage de la corde (Z/S ou S/Z, Z indiquant un filage ou un tressage dans le sens des aiguilles d'une montre et S le contraire), la direction relative des attaches des cordes pendantes à la corde primaire (recto ou verso), l'orientation des boucles des nœuds (Z ou S), l'« ethno-catégorie » du nombre qu'il veut exprimer (« impair » et « pair ») et le type d'information qu'il veut transmettre (numérique ou non). Les codages matériels sont décrits dans le troisième chapitre et les codages « linguistiques » (classe du nombre, type d'information et couleur) dans le quatrième.

Presque tous ces « encodages », s'ils ne sont pas théoriquement impensables, peuvent assez facilement être critiqués. Le choix du matériau peut résulter d'une variabilité régionale ; l'auteur cite lui-même une étude montrant que des couturières américaines, indépendamment du fait qu'elles soient gauchères ou droitières, présentent le même ratio Z/S et S/Z que les confectionneurs de *khipu* ; l'orientation des attachements des cordes pendantes et celle des nœuds, s'ils constituent (surtout le premier) des codages réalistes, n'exhibent toutefois pas de régularité apparente de répartition ; enfin les « ethno-catégories » sont issues d'observations de pratiques andines contemporaines entièrement hétérogènes aux *khipu*. Le lecteur sera dès lors difficilement convaincu du caractère intentionnel de ces « décisions binaires », d'autant plus que nous ne disposons d'aucune information sur l'identité de ceux qui confectionnèrent les cordes des *khipu*, peut-être distincts des *khipukamayuq*.

Reste cependant la dernière alternative : celle entre *khipu* numérique et *khipu* anormaux. En effet, une certaine proportion des *khipu* qui nous sont parvenus présente des violations aux règles

numériques exposées par L. Leland Locke : des nœuds simples situés en dessous des nœuds en huit, des nœuds longs de dix à seize boucles, etc. Pour Urton, ces *khipu* correspondent à ce que les historiens, à partir des témoignages des sources historiques, ont nommé des *khipu* narratifs.

Ce genre de *khipu* est au centre de l'ouvrage collectif *Narrative Threads* et c'est peut-être là son principal intérêt. Les contributions de Gary Urton (chap. 1) et de Carlos Sempat Assadourian (chap. 6), en particulier, établissent bien, à partir d'une relecture détaillée des sources historiques, le fait que les *khipu* étaient utilisés pour la mémorisation non seulement de données numériques mais aussi de discours narratifs. « Les sources, du début à la fin de la période coloniale, indiquent clairement que les Inka, tout autant que les fonctionnaires locaux non-Inka, répartis dans toute l'étendue de l'Empire, enregistrèrent un certain genre d'information qui était "consultée" par le *khipukamayuq* lorsqu'il récitait des narrations, que celles-ci soient historiques ou non » (Urton, p. 20). « Par le biais d'un code institué de relations entre les couleurs et les formes des cordes, des nœuds et des tressages, les *khipu* étaient susceptibles de représenter certains mots choisis qui stabilisaient et gouvernaient des narrations entières » (Sempat Assadourian, p. 132).

De ce point de vue, le témoignage clef est celui de l'Inca Garcilaso de la Vega. Ce fils métis d'une princesse Inka et d'un conquistador espagnol, né en 1539 à Cusco, partit en Espagne à vingt-et-un ans pour réclamer l'héritage de son père et y resta jusqu'à la fin de sa vie, composant ses fameux *Comentarios reales de los Incas* (1609). Au chapitre neuf du sixième livre, il explique en détail comment étaient conservés en mémoire les faits et gestes de l'Inka (tome 1, Lima, Fondo de Cultura Económica, éd. de 1991) Il distingue trois spécialistes : les « savants » (*amautas*) qui se transmettaient, de génération en génération, les contes historiques et les fables allégoriques ; les « poètes » (*harauicus*) qui composaient et chantaient, en vers brefs et précis, la geste de l'Inka ; et les *quipucamayus* qui « écrivaient » grâce aux nœuds, « aux fils et à la couleur des fils, en y ajoutant l'aide des récits et de la poésie » (« *por los hilos y por los colores de los hilos y con el favor de los cuentos y de la poesia* ») : on remarquera le parallélisme de la phrase, délibéré puisque devant exclure un terme, les « nœuds », de la période), la tradition de cette geste. Ces derniers « *tenían señales que mostraban les hechos historiales hazañosos o haber habido embajada, razonamiento o plática hecha en paz o en guerra. Las cuales pláticas tomaban los indios quipucamayus de memoria en suma, en breves palabras y las encomendaban a la memoria y por tradición las enseñaban a los sucesores, de padres a hijos y descendientes* » (p. 346-347).

Ainsi, L. Leland Locke le reconnaissait d'ailleurs tout à fait, le déchiffrement numérique des *khipu* ne constituait pas le fin mot de l'usage de ces cordelettes. La structure qu'ils exhibaient, d'apparence « numérique » ou non, correspondait *in fine* à un discours susceptible d'être récité. Les auteurs de *Narrative Threads* ont toutefois tendance, à la suite

d'Urton, à distinguer les *khipu* eux-mêmes en deux catégories : les numériques et les narratifs. C'est là un choix qui ne repose guère que sur le caractère « anormal » de certains *khipu* conservés jusqu'à ce jour. Certaines contributions ne se satisfont toutefois pas de ce dualisme, en particulier celle de Tristan Platt (chap. 10), qui souligne de manière convaincante la diversité régionale de l'usage des *khipu*. C'est d'ailleurs pour cette raison qu'Urton, dans son petit livre, limitera son décodage binaire à ce qu'il nomme les *khipu* impériaux. Si l'on accepte au moins une certain forme de continuité entre l'époque pré-colombienne et l'époque coloniale, la description que Regina Harrison (chap. 11) propose d'un usage « confessionnel » des *khipu*, distinct de la confession chrétienne, adressé aux « chamanes indigènes » et réparti dans l'ensemble de la population, est une pierre de plus à mettre dans le camp de la thèse de la diversité des contextes et des modes d'utilisation des cordelettes.

Dans *Signs of the Inka Khipu*, Urton consacre de nombreuses pages à essayer de démontrer que les *khipu* ne sont pas des systèmes mnémotechniques. C'est qu'il est persuadé qu'il nous sera un jour possible de « lire » les *khipu* ; or si ceux-ci fonctionnaient comme des systèmes mnémotechniques, ils reposeraient de manière ultime sur la mémoire orale et interdiraient à jamais une telle lecture. Prenant l'exemple des arts de la mémoire du « Moyen Âge », il tente de montrer que ceux-ci ne sont guère que des idiosyncrasies qui ne pourraient en aucun cas correspondre aux artéfacts raffinés que sont les *khipus* impériaux.

Pourtant, le premier à avoir effectué une telle comparaison est l'un des rares espagnols à s'être intéressé d'un peu près à ces cordelettes. Antonio de la Calancha, frère augustin qui avait étudié la théologie à l'Université San Marcos de Lima et qui est une de nos principales sources concernant les *khipu* dans la mesure où il en eut une connaissance de première main, écrivit ainsi, aux alentours de 1630, ces quelques lignes que personne n'est encore parvenu à traduire de manière satisfaisante : « *i los Quipo Camayos, ya por les privilegios con que les onrava el oficio, ya porque si no davan razón de lo que se le preguntava tenían grandes castigos, i así estavan continuamente estudiando en las señales, cifras i relaciones, enseñadoselas a los que les avían de suceder en los oficios, i avía número destos Secretarios, que cada qual tenía repartido su género de materia, aviendo de corresponder el cuento, relación, o cantar a los ñudos que servían de índice, i punto para memoria local* » (cité dans Locke, 1923, planche 15). « *Memoria local* », il s'agit là, tout simplement, d'un synonyme « d'art de la mémoire », couramment utilisé au XVII[e] siècle, comme l'ont montré les beaux travaux de Lina Bolzoni (*La chambre de la mémoire. Modèles littéraires et iconographiques à l'âge de l'imprimerie*, Genève, Droz, 2005). Il n'y a en effet rien d'étonnant à ce qu'Antonio de la Calancha, comme, ailleurs, Diego Valadés et Matteo Ricci, puis Gabriel Druillettes et Joseph-François Lafitau, considère comme allant de soi la connaissance de ces arts de la mémoire alors très en vogue.

En quoi consistaient ces arts maintenant largement oubliés ? Il s'agissait de procédés permettant d'organiser et de mémoriser un discours en faisant correspondre à chacune de ses parties, prédécoupée par la rhétorique idoine, une image mémorable, elle-même située dans un lieu d'une structure spatiale (d'où son nom de « mémoire locale »), typiquement un ensemble architectural. Ils établissaient ainsi une correspondance entre d'une part la structure d'un discours et d'autre part une structure matérielle (voir Frances Yates, *L'art de la mémoire*. Paris, Gallimard, 1975 [1966] ; Paolo Rossi, *Clavis Universalis. Arts de la mémoire, logique combinatoire et langue universelle de Lulle à Leibniz*, Paris, Million, 1993 [1960] ; Mary Carruthers, *Machina Memorialis. Méditation, rhétorique et fabrication des images au Moyen Âge*, Paris, Gallimard, 2002 [2000]). Les images étaient certes mentales, mais il est arrivé que l'on construise de véritables « théâtres de la mémoire » où des images réelles venaient prendre place au sein de la structure matérielle d'un théâtre (Giulio Camillo, *Le théâtre de la mémoire*, Paris, Allia, 2001 [1544]).

Carlo Severi a très bien montré qu'il était possible de trouver des matérialisations de tels arts de la mémoire au sein de nombreuses sociétés dont la tradition est pourtant qualifiée « d'orale ». Il a ainsi montré que des artéfacts aniconiques tels que les cordelettes à nœuds des Iatmul de Papouasie Nouvelle-Guinée (« Warburg anthropologue ou le déchiffrement d'une utopie. De la biologie des images à l'anthropologie de la mémoire », *L'Homme*, n° 165, p. 77-128) aussi bien que des artéfacts iconographiques tels que les pictographie des Cuna du Panama (*Il percorso e la voce. Un'antropologia della memoria*, Torino, Einaudi, 2004) étaient gouvernés par les mêmes principes généraux que les arts de la mémoire. Dans les deux cas, l'artéfact permet d'apprendre ou de réciter un discours rituel hautement formalisé. Le rapport entre le discours et l'artéfact s'établit au niveau de la structure qui leur est commune : les nœuds successifs d'une cordelette correspondront à des listes de noms, toponymes et anthroponymes, rituellement récités conjointement à des versions chantées de mythes ; les images successives d'une pictographie correspondront aux variables de la structure paralléliste d'un chant. Et dans un cas comme dans l'autre, les deux modalités de l'expression, matérielle ou verbale, resteront irréductibles l'une à l'autre : chacune d'elle comprendra, en sus de la structure commune, des informations différentes de l'autre.

De ce point de vue, les arts de la mémoire ne sont pas seulement une technique facilitant la mémorisation d'un discours formalisé ; ils ont leur propre façon d'organiser l'information. Ainsi, la forme de la cordelette (son orientation, ses deux genres de nœuds, ses diverses zones) permet aux Iatmul de cristalliser en une seule structure cohérente, simple et irréductible les multiples structures qui organisent les discours auxquels elle est liée : les listes de paires de noms associées à leur nom secret (petits nœuds), le parallélisme des chants rituels (grands nœuds) et la structure épisodique de la mythologie

construite autour du trajet de la migration des ancêtres (orientation) et de la genèse spatiale de l'organisation sociale (zones). L'exemple de cette cordelette, comprenant certes quelque 200 nœuds, mais à la forme plutôt simple, montre bien comment peut fonctionner l'association entre un artéfact aniconique et un discours à multiples dimensions.

Il est difficile de nier que de telles propriétés font fortement penser aux *khipu* : les attaches des cordes pendantes, les cordes subsidiaires, les nœuds, les zones délimitées et les couleurs forment une structure matérielle suffisamment complexe pour pouvoir correspondre à la structure ou aux multiples structures homologues des discours que les *khipukamayuq* étaient chargés de mémoriser et de réciter. Si l'on veut bien, en suivant la comparaison d'Antonio de la Calancha, faire l'hypothèse que les *khipu* étaient de tels arts de la mémoire, certes parfois plus complexes encore que les cordelettes des Iatmul, des Emérillons ou des Yagua (voir Jean-Pïerre Chaumeil, « De fil en aiguille dans les Basses Terres d'Amérique du Sud, les cordelettes à nœuds », *in De l'ethnographie à l'histoire. Les mondes de Carmen Bernand*, Paris, L'Harmattan, 2006), les recherches peuvent alors s'orienter vers une direction très différente de celle qu'a empruntée Gary Urton. Elles doivent ainsi commencer par clarifier le contexte d'utilisation des *khipu*. Urton souhaite considérer, à la suite de plusieurs autres chercheurs, les *khipu* comme un outil de communication plus ou moins proche de l'écriture. Pour lui, les *khipu* n'ont d'intérêt que s'ils pouvaient être lus par un *khipukamayuq* sans l'aide d'autre chose qu'une technique de décodage. C'est là un contexte qui reste désespérément absent des sources disponibles qui insistent plutôt sur les deux usages classiques des arts de la mémoire : la transmission (ou l'apprentissage) et la récitation de discours officiels.

Nous savons en effet que les *khipu* étaient employés au cours de l'apprentissage, par les *khipukamayuq*, des discours qu'ils devaient mémoriser avec exactitude ; l'inexactitude était d'ailleurs sévèrement punie si l'on en croit Antonio de la Calancha. Cette transmission organisée du savoir est peut-être le seul élément que les habitants de la communauté de Tupicocha (province de Huarochiri), qui utilisent encore des *khipu* dans un contexte cérémoniel, ont conservé. C'est peut-être là l'intérêt principal du livre de Frank Salomon, *The Cord Keepers*, pour qui s'intéresse aux *khipu* de la période pré-colombienne. Même si les habitants hispanophones de la communauté ne savent plus « lire » les *khipu*, ils continuent à se les transmettre au cours d'une cérémonie annuelle de passation des charges. Chacun des *ayllu* (groupes de descendance dont Salomon montre la relation complexe avec les *parcialidades*) possède un *khipu* dont un « président » est le dépositaire pendant une année ; ce dernier le transmettra à son successeur, au cours d'une cérémonie complexe, où le *khipu* est littéralement enroulé autour du corps du nouveau président. Salomon montre bien comment ces *khipu* organisent la mémoire de la communauté : ils viennent rythmer le cycle des travaux des *ayllu* (ils ont d'ailleurs fait l'objet de multiples manipulations)

et surtout ils entretiennent un rapport d'homologie avec les livres d'inscription des charges qui, très progressivement, vinrent les compléter. D'une certaine manière, les *khipu* viennent simplement prendre une place originale dans un contexte rituel combinant de manière nouvelle transmission, organisation calendaire et mémorisation écrite des événements.

Si les *khipukamayuq* de la période précolombienne avaient pour fonction de mémoriser et de réciter des discours formalisés, de quels indices disposons-nous pour reconstruire la forme de ces discours ? Pour esquisser une réponse, il convient d'abord de se débarrasser de l'opposition, probablement stérile, entre *khipu* numériques et *khipu* narratifs. Ainsi, dans *Narrative Threads*, la contribution de Marcia Ascher (chap. 4, p. 94) montre que certaines des listes d'impôts dérivées de la lecture de *khipu* qui nous sont parvenues, étaient caractérisées par une structure paralléliste ayant la forme suivante : « et tous les 15 jours, ils donnaient 12 bocaux de miel et dorénavant ils en donneront 10 ; et ils donnaient tous les 15 jours 150 pains de cire et dorénavant seulement 40 ; et ils donnaient tous les 15 jours 40 paires de sandales et dorénavant seulement 30 ». Les variables numériques se coordonnent ici à des variables nominales (unités de miel, de cire et de sandales) au sein d'une structure globalement paralléliste. Il n'est pas trop difficile d'imaginer que les *khipus*, d'une part par leurs nœuds dotés de valeurs numériques et d'autre part par l'agencement de leurs cordes pendantes, permettaient de coder chacune de ces variables. Une telle correspondance entre la structure matérielle des *khipu* et la structure formelle des discours est même pensable dans le cadre des divers genres discursifs que les Inka utilisaient afin d'assurer la transmission de leur passé. C'est ce qu'a très bien montré Catherine Julien (*Reading Inca History*, Iowa City, University of Iowa Press, 2000) en reconstruisant, par-delà les chroniques espagnoles, les principes de la composition de ces discours qui exhibaient une structure épisodique régulière ; ils reposaient sur un plan fixe d'ensemble au sein duquel il était possible d'inscrire diverses variables, telles que les dates, les protagonistes et les épisodes particuliers d'un événement donné. On peut voir dans cette composition discursive une forme de macro-parallélisme. De ce point de vue, tous les discours structurés par la poétique des paires sémantiques (Urton, p. 154-160) ou par le parallélisme (Howard, chap. 2 de *Narrative Threads*) auraient été susceptibles de correspondre à un *khipu*.

Ce codage des variables du parallélisme devait cependant se limiter à ce genre d'énumération, et il est plus probable que les discours récités dont parle Garcilaso de la Vega n'entretenaient avec les *khipu* qu'un rapport du type « bibliothèque » : chaque nœud, ou chaque combinaison de nœuds, correspondait à un discours entier, sur le mode des cordelettes yagua ou émérillon, et l'apport des *khipu* consistait à organiser, par exemple avec l'aide des couleurs, ces discours, ou ces segments de discours, les uns par rapport aux autres. « Par ce même moyen ils rendaient compte des lois et ordonnances, des rites et cérémo-

nies, car ils savaient par la couleur du fil et le nombre des nœuds ce que telle ou telle loi défendait, et quelle punition devait être infligée à celui qui la violait. De cette façon encore ils savaient quels sacrifices et cérémonies il fallait faire au Soleil à certaines fêtes de l'année, quelles ordonnances et quels édits étaient pris en faveur des veuves, des pauvres ou des voyageurs, et ils pouvaient de la sorte parler de toutes les choses qu'ils avaient apprises par cœur et par tradition. Chaque fil et chaque nœud leur remettaient en mémoire ce qu'ils contenaient » (p. 347). De cette manière, on comprend comment les *khipu* pouvaient organiser des corpus de lois, des rituels composés de diverses séquences successives, à la manière des Emérillons, ou même le calendrier annuel de cérémonies entières.

Finalement, en poursuivant la piste des arts de la mémoire, on peut se demander si les *khipu* ne faisaient l'objet que de « lectures » aniconiques. En particulier, il n'est pas impossible que la lecture des *khipu* ait pu consister en un usage combiné d'une part de la structure des *khipu* et d'autre part de diverses variables iconographiques. L'idée n'est pas absolument saugrenue dans la mesure où l'on sait que la récitation des discours liés aux cordelettes pouvait passer par un usage combiné de *khipu* et de pierres blanches ou de couleur ; c'est ce que montre très bien Tristan Platt dans son analyse d'une affaire présentée devant un tribunal colonial où il s'agissait de démontrer la réalité des dépassements d'impôts subis à Salaka, (chap. 10 de *Narrative Threads*). Si, dans un contexte qui ne se réduit pas à une simple opération de comput, un usage combiné de *khipu* et de pierres colorées est possible, rien n'empêche d'envisager le fait que des images aient pu être associées aux cordelettes au cours de leur « lecture » officielle.

On sait que l'iconographie des Inka manifestait une indéniable tendance vers la « géométrisation » et que plusieurs de leurs traditions iconographiques (les divers supports des *tocapu*) pouvaient probablement être comprises comme des variables iconographiques complexes, susceptibles de faire intervenir des mécanismes tels que le rébus (voir Tom Cummins, « Representation in the Sixteenth Century and the Colonial Image of the Inca », *in Writing without Words. Alternative Literacies in Mesoamerica and the Andes*, Dirham, Duke University Press, 1994). Peut-être même que les « *ruedas hechas de pedrezuelas* » qu'évoque le père Acosta (*Historia natural y moral de las indias*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, vol. 1, 1998, p. 411) ou les tablettes peintes figurant les événements de certaines dynasties (Catherine Julien, p. 12) auraient pu être utilisées en contrepoint des cordelettes. L'utilisation combinée de *khipu* et de représentations iconiques, quoique fort hypothétique, aurait pu enrichir considérablement cette forme d'art de la mémoire, la rapprochant ainsi de la pictographie. Plusieurs « nouveaux » usages des *khipu* semblent d'ailleurs être allés dans ce sens. Ainsi, certains *khipu* coloniaux, utilisés pour la confession, où étaient « inscrits » les dix commandements et leurs violations, étaient parsemés de « signes de pierre, d'os ou de plume » (Harrison,

chap. 11 de *Narrative Threads*). Ce rôle éventuel des images dans la lecture des cordelettes pourrait alors être comparé, peut-être de manière productive, aux insertions de figurines que l'on trouve dans le *khipu* géant de Rapaz.

Pierre Déléage
(CNRS / LAS)

Éric Roulet, *L'évangélisation des Indiens du Mexique. Impact et réalité de la conquête spirituelle (XVIe siècle)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2008, 321 p.

L'ouvrage d'Éric Roulet fait suite à la désormais incontournable *Conquête spirituelle* de Robert Ricard (1933) et l'on ne saurait s'intéresser à l'un sans poursuivre par la lecture du deuxième. Les limites temporelles que se sont fixées les deux auteurs sont sensiblement les mêmes (1521-1571), période se situant entre la prise de Mexico par Cortés et la date à laquelle le tribunal permanent du Saint-Office s'établit à Mexico, un an avant l'arrivée des premiers jésuites en Nouvelle Espagne. Quant à la limite spatiale couverte, il s'agit principalement des évêchés de Mexico et de Puebla-Tlaxcala, dont les réalités sont ponctuellement comparées à la situation de la Nouvelle Galice et de la Mixtèque.

Alors que Robert Ricard s'interrogeait avant tout sur les méthodes missionnaires, les investigations effectuées par Éric Roulet, dans le cadre de sa thèse doctorale d'histoire (soutenue en 2005) dont ce livre est la publication, ont permis d'effectuer une remise en contexte détaillée de cette véritable « aventure humaine ». Ce sont non seulement les récits des clercs et des laïcs espagnols que ceux des Indiens eux-mêmes qui nous sont rapportés. À travers la restitution des dispositions prises lors des conciles et chapitres provinciaux réunis durant cette période, des diverses cédules royales, brefs, ordonnances et bulles papales, se pose en filigrane la question de leur application.

Certes, il y eut des méthodes pour la transmission de la foi chrétienne, plus ou moins pédagogiques, plus ou moins coercitives suivant les hommes et les époques, mais comment savoir quel en fut le réel impact ? Si, en effet, les textes officiels peuvent nous faire part d'un certain climat du point de vue des dispositions prises pour une meilleure évangélisation, ce sont finalement au travers de textes plus intimes, issus de la vie quotidienne, juridique (procès), économique (comptes et tributs) ou personnelle (testaments), que l'historien peut tenter de mieux toucher du doigt leur « réalité ». Cette mise en abyme des sources permet la restitution d'un contexte politique et économique particulièrement compliqué. Le demi-siècle décrit par l'auteur correspond à la première génération de missionnaires dont le labeur, les utopies, les déboires et les ajustements sont rapportés avec finesse.

Suite à la prise de Mexico par Hernán Cortés en 1519, dont le souhait est l'éradication de l'idolâtrie et la transmission de la foi chrétienne aux Indiens, la conquête des âmes des Indiens, tombées selon ces hommes dans les mains du démon, est confiée aux membres du clergé. Mais les velléités des laïcs se

confrontent vite aux espérances des clercs, qui eux-mêmes ne forment pas un corps homogène et dont les intérêts particuliers divergent. Les décisions issues des autorités se voient adaptées sur le terrain en fonction des réalités locales, elles-mêmes contrastées d'une région à l'autre ou en fonction des différentes franges de la population. Ainsi, se déroulent sous nos yeux non pas une histoire officielle et linéaire mais *des* histoires, fluctuantes et personnelles, reconstituées grâce à la mise bout à bout de bribes collectées dans des archives dépouillées patiemment (archives de Mexico et de Puebla, de Séville, Madrid et Paris, complétées par celles de la bibliothèque Bancroft de Berkeley).

L'auteur donne en premier lieu une approche méticuleuse de ce qu'il nomme les évangélisations, ce qui permet de percevoir la chronologie d'une telle période, faite de réajustements et d'affrontements. Il n'y a pas une mais de multiples évangélisations, qui fluctuent au cours des décennies et en fonction des hommes. Les divers points de vue restitués permettent d'adopter le focus de celui qui promeut une loi, est en charge de l'appliquer, mais également en subit les conséquences, les détourne, les adapte ou, plus rarement, les respecte. Les cinquante années abordées sont parcourues par les règnes de Charles Quint et de Philippe II, dont la politique était relayée sur place par quatre vice-rois (les plus célèbres sont Antonio de Mendoza et Luis de Velasco). L'arrivée au siège épiscopal de Juan de Zumárraga en 1528 marque une première époque, plutôt utopique résumerions-nous, alors que l'évêché de Mexico connaît des durcissements en terme de politique d'évangélisation lorsqu'il est remplacé, après six ans de vacance, par le dominicain Alonso de Montúfar. L'ouvrage redonne quelques couleurs, sons et odeurs à une Nouvelle Espagne en train de se constituer, changeante et passionnée, celle des missions franciscaines, bientôt relayées par les dominicains et les augustins. Les rapports entre réguliers et séculiers, les liens entretenus avec les évêques et les discordes au sujet des privilèges qui sont initialement octroyés aux religieux sont patiemment passés en revue.

Puis l'auteur s'interroge au sujet de l'image donnée par les missionnaires eux-mêmes au travers de leurs chroniques, celle de religieux aimants et bons pères : s'accompagne-t-elle réellement d'une compréhension du monde et de la culture indigènes ? Quelle est la réalité de la mauvaise réputation de certains membres du clergé et comment leur moralité a-t-elle été contrôlée ? Le mauvais exemple donné par certains a-t-il conduit à un ralentissement de l'effort évangélique ? L'auteur décrit aussi les liens tissés entre laïcs et religieux (les rapports entre *encomenderos* et missionnaires sont particulièrement instructifs), entre frères et évêques, et entre les évêques entre eux ; il donne à voir également les conséquences de la sécularisation des paroisses et de la politique des réductions.

Dans une troisième partie, intitulée « la réponse indienne », la lecture minutieuse des procès et des testaments indiens permet de mesurer la réalité des pratiques indigènes malgré l'évolution de l'évangélisation. On remarque ainsi un durcisse-

ment de l'attitude des clercs qui, initialement conciliants et tolérants, finissent, sous la pression de l'archevêque Montúfar, par interdire tout comportement suspect. La législation encadrant les danses est évocatrice : tolérées dans les premières années, celles-ci finissent par être totalement remplacées par des danses espagnoles dont le contenu est plus facile à contrôler, les *morismas*. Parallèlement à ce durcissement de l'attitude des Espagnols envers les Indiens, et de la même manière que rites, processions et cultes aux dieux païens se poursuivent malgré la législation, la culture indienne dans tous ses aspects, notamment politique, est aussi entretenue. Les Espagnols voient par exemple dans les anciennes élites indiennes (caciques et *principales*) de solides appuis pour une meilleure évangélisation et l'adhésion du plus grand nombre. Par ailleurs, prêtres et sorciers poursuivent leurs activités (en témoignent leurs procès), les idoles sont parfois encore vénérées derrière les portes fermées, et les rites perpétrés dans le secret. L'auteur pense malgré tout qu'il est difficile de parler de syncrétisme pour cette époque : les Indiens pratiqueraient les deux religions en parallèle, héritées de deux univers culturels qui, déjà perméables, ne se croisent pas encore.

En outre, l'imposition de ces lois, le changement en terme stratégique permet d'entrevoir les aléas et les interrogations qu'ont pu se poser les « conquérants » spirituels ou laïcs décrits par Éric Roulet. On voit ainsi se détacher la personnalité d'un membre du clergé régulier au sein de son groupe, mais toujours en miroir avec celle de ses interlocuteurs (l'audience, l'évêque, les membres des autres ordres religieux, l'Indien, le métis ou même encore le créole). Ces histoires plurielles soulignent combien un témoignage, héritier de son temps, ne vaut jamais pour la généralité. Ceci invite le lecteur à toujours questionner les sources afin de mieux pouvoir en mesurer la portée et l'influence.

L'auteur s'attache à la restitution des discours, qui peuvent être tour à tour naïfs, enthousiastes, pessimistes, politiquement corrects, censurés ou bien passés par le spectre déformant des traductions, mais en tout cas rarement neutres et objectifs. Issu d'une minutieuse analyse des archives, ce bilan est tout à fait différent de celui qu'avait présenté Robert Ricard en 1933. Il permet de prendre le pouls d'une époque et de mieux en comprendre les désillusions et les conséquences.

Bérénice Gaillemin
(Université Paris X – Nanterre / LESC)

Clément Thibaud, *Républiques en armes. Les armées de Bolivar dans les guerres d'indépendance du Venezuela et de la Colombie*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2006, 427 p.

La publication en français de cette thèse d'histoire soutenue à l'Université de Paris I et déjà parue en espagnol est un événement à plus d'un titre. Evénement éditorial tout d'abord, car c'est toujours une victoire que de parvenir à faire paraître un ouvrage d'histoire universi-

taire sur un monde extra-européen. Evénement historiographique d'autre part, car c'est une pierre supplémentaire – et non des moindres – à l'édifice entrepris dans les années 1980 par François-Xavier Guerra (dont Clément Thibaud fut l'étudiant) visant à une relecture des indépendances américaines dans le cadre d'une histoire renouvelée du politique.

En ce sens, le pari est tenu de ne pas envisager l'épopée bolivarienne isolément, mais de l'intégrer, en tant qu'une des pièces maîtresses des indépendances, dans l'ère des révolutions. Ceci permet ainsi à Clément Thibaud non seulement de réaffirmer avec force que les indépendances américaines ne sont pas le résultat d'un processus interne arrivé à maturation, mais une réponse à la crise que connaît la monarchie espagnole suite à l'invasion de la péninsule Ibérique par les troupes de Napoléon en 1808 ; mais aussi qu'elles participent de plain pied de la modernité politique et des enjeux que représente l'adoption de ses principes. Dans le strict champ de l'historiographie américaniste, le pari était également audacieux. Il s'agissait en effet, en s'attaquant aux armées de Bolívar, de prendre à rebours ce qui constitue encore aujourd'hui, au Venezuela peut-être plus encore qu'en Colombie (les deux espaces étudiés dans l'ouvrage), l'un des fondements de l'histoire patrie – en ce que l'homme en armes, et Bolívar tout particulièrement, « dominent le panthéon républicain » –, mais aussi d'écorner quelque peu les mythes fondateurs des indépendances tels que dessinés dans le récit des origines de l'histoire nationale.

Pourtant, au-delà de la nécessaire révision historiographique, il y avait aussi une nécessité heuristique puisque, pour parvenir à une « histoire totale » de la geste politique des indépendances, il manquait encore – après des travaux sur le processus politique en tant que tel et l'analyse du discours sur la nation (voir Véronique Hébrard, *Le Venezuela. Une nation par le discours (1808-1830)*, Paris, L'Harmattan, 1996) – une histoire politique et culturelle de la période sans laquelle nous sommes face à une saisie imparfaite du projet politique révolutionnaire mené par les élites libérales, puisque c'est pendant près de dix ans par les armes que ces nations tant postulées ont été portées sus les fonds baptismaux. C'est ce vide historiographique, ce chaînon manquant, que l'ouvrage de Clément Thibaud vient aujourd'hui combler.

Composé en neuf chapitres qui alternent le thématique et l'approche par aire géographique, *Républiques en armes*, grâce au recours à la prosopographie, donne un visage à ces armées de l'indépendance qui connaissent de profonds changements durant cette période. Changements qui sont tout à la fois le reflet de l'évolution du contexte politique et des rapports de force, mais aussi de la nécessaire adaptation des idéaux patriciens des premiers temps, ceux du citoyen-soldat engagé dans les milices qui prévalent de 1810 à 1812 (objet du chapitre 1), aux impératifs d'une guerre qui connaît, tout particulièrement au Venezuela, une montée aux extrêmes marquant de son empreinte les cultures politiques en gésine. Au cœur de cette mutation qui transforme, à partir de 1816-1817, ces milices en armée nationale, l'année 1813 est un point de bascu-

lement à la fois tactique et idéologique, qui permet tout à la fois de saisir les logiques qui transforment ces guerres civiques en guerre civile ; et par une analyse comparative entre les deux espaces, de mettre au jour les éléments ayant rendu possible ce basculement. Pour cela, il fallait en premier lieu créer la figure d'un ennemi, l'Espagnol, cette « fiction identitaire » énoncée par Bolivar en juin 1813 dans son fameux « décret de Guerre à mort ». Le combat se livre dès lors au-delà des cités et entraîne, au Venezuela tout particulièrement, une déterritorialisation des armées jusque-là relativement attachées aux *pueblos*, alors qu'en Nouvelle Grenade, c'est précisément le maintien du lien avec la cité et au terroir qui permet d'éviter cette montée aux extrêmes, ainsi que la saignée humaine que connaît le Venezuela.

Dans ce moment de basculement émerge une nouvelle forme de combat, la petite guerre, menée par les guérillas qui sont magnifiquement analysées ici – tant du côté loyaliste que patriote. Ces guerres irrégulières sont en effet d'abord le fait des loyalistes et indissociable d'un autre grand mythe de l'histoire patrie, celui des *llaneros*, ces hommes à cheval des plaines vénézuéliennes et néo-grenadines. Et Clément Thibaud se livre dans le chapitre 3 sur le moment Boves, en référence au nom du premier « chef » de ces groupes armés, à une déconstruction de ce « fantasme historiographique », voire de cette « invention », ce qui lui permet de resituer ce moment et ces hommes dans la trame événementielle tout comme dans l'histoire longue de la région et des conflits autour de la terre qui se jouent depuis la fin du XVIII[e] siècle. C'est également un excellent observatoire de la fragilité des identités et des allégeances dans ce moment d'acmé de la désarticulation des solidarités d'Ancien Régime et de renégociation des allégeances, ne serait-ce que pour survivre ainsi que nous le montre Clément Thibaud avec force dans le chapitre 5 précisément intitulé « Survivre », mais aussi au début du chapitre 7 sur les années 1816-1818 lorsque les patriotes adoptent à leur tour, dans le moment même du basculement des *llanos* dans leur camp, la guerre irrégulière. Dans une perspective plus anthropologique permise par la nature de certaines des sources (notamment les procès en félonie intentée au patriotes par les autorités de pacification de Monteverde), l'auteur aborde alors le vécu de ces conflits par les individus et les groupes, des stratégies de survie aux modes de sociabilité qui s'y développent ; armées déterritorialisées qui vont constituer paradoxalement le creuset d'un sentiment d'appartenance plus large.

De fait, le chapitre 6 consacré aux guérillas et caudillos, mais aussi le chapitre 8 plus spécifiquement centré sur la réorganisation des forces armées néo-grenadines – où l'auteur met au centre de l'analyse son travail prosopographique –, montrent la difficulté de cette réorganisation à laquelle se livrent principalement Bolivar et Santander, en vue de la formation d'unités hiérarchisées et d'une armée nationale définitivement déterritorialisée. Cette territorialisation signant l'échec, provisoire dans le cas vénézuélien, de la prétention de la cité à être « la cellule de base de la république

naissante ». La victoire des patriotes qui se joue dans les années 1820-1821 est définitive avec la bataille de Carabobo, qui scelle la fin du conflit après la prise de Caracas par les patriotes et ouvre la voie à la libération des régions voisines – notamment le Pérou.

Comprendre les mutations de ces armées et la façon dont les hommes s'y sont (plus ou moins volontairement et sur fond de désertion en masse) incorporés, c'est mieux appréhender ces différents visages que prennent ces guerres d'indépendance. En cela, elles sont le reflet du caractère accidentel de la rupture et du conflit de souveraineté qui s'est joué tout d'abord en cités rivales à l'intérieur de chacun des deux espaces ici étudiés, mais aussi au nom du monarque déchu et pour la sauvegarde de la monarchie espagnole.

Ces armées qui, tour à tour, incarnent la Nation et sont le bras armé de la République, tout en servant de « cheminée sociale » et de lieu de brassage social et ethnique, ont marqué de leur empreinte un rapport spécifique au politique, mais aussi son fonctionnement. Ce sont elles qui élisent le Congrès vénézuélien de 1818 ; si celui-ci, scellant la fondation de la République de Colombie en 1821 (borne chronologique terminale de cette enquête) bénéficie d'une plus large assise populaire, il n'en demeure pas moins que l'on assiste à une militarisation du pouvoir et à une surdétermination de l'élément armé aussi bien dans la culture politique que dans la conformation des identités nationales dès lors que ce sont elles qui ont refondé la République.

On est loin d'avoir ici épuisé toutes les problématiques abordées par Clément Thibaud dans cet ouvrage dense et érudit, notamment celles liées au développement du caudillisme qui permettent de comprendre dans une perspective renouvelée la participation de ces corps armées aux *pronunciamientos* qui vont se développer au cours des décennies postérieures et qui renvoient, comme le soulignait si justement François-Xavier Guerra pour la Mexique, à la force des armes, mais aussi à l'imaginaire qui fait d'eux l'autre face de la représentation de la nation (« El pronunciamiento en México : prácticas e imaginarios », *Trace*, n° 37, juin 2000, p. 23-24). Enfin, un regret peut-être : l'absence dans les annexes par ailleurs riches, qui attestent la variété et le volume des sources consultées aussi bien en Amérique qu'en Espagne, d'une bibliographie thématique qui aurait permis que soient mieux mis en valeur le renouvellement historiographique ici proposé et les fondements théoriques extrêmement riches sur lesquelles il s'appuie.

Véronique Hébrard
(Université Paris I / MASCIPO)

Jacobo Machover, *La face cachée du Che*, Paris, Buchet / Chastel, 2007, 196 p.

S'attaquer aux mythes est une tâche prométhéenne et Jacobo Machover, dans son livre sur *La face cachée du Che*, en fait la cruelle expérience. S'il faut savoir gré à cet auteur de porter un regard sans complaisance sur la figure emblématique d'Ernesto Guevara de la Serna, il faut aussi s'interroger sur l'échec de son entreprise. À sa décharge et comme le

confirme les commentaires – ou bien laudateurs ou bien injurieux – suscités par ce livre, il n'est pas aisé de proposer une lecture critique de l'histoire cubaine récente. Pour une gauche en mal de repères, on peut comprendre qu'il est ardu de malmener l'un de ses derniers héros, même si cela lui serait salutaire. En revanche, on aurait pu attendre de la part d'un intellectuel exilé de longue date une étude plus dépassionnée et vraiment rigoureuse. En effet, à la différence de certains exilés de la dernière heure qui brûlent aujourd'hui ce qu'ils ont servilement vénéré auparavant, Machover, parti de Cuba en 1963 à l'âge de neuf ans, se présente depuis la fin des années 1970 comme un déçu du castrisme et se range derrière la figure de Régis Debray. Pourquoi, alors, cet insuccès ?

Les raisons sont multiples et ne peuvent être abordées toutes ici. Cependant, la limite de ce livre se trouve peut-être résumée dans son titre même. Cette face « cachée » du Che – « cachée » écrit en lettres de sang – sent malheureusement le coup éditorial et laisse présager dès le départ la partialité du point de vue. À partir de sources accessibles à toute personne qui désire s'informer, Machover prétend rétablir ici la vérité sur le Che, vérité selon lui tronquée par les hagiographes qui ont façonné le « mythe Guevara ». Or, reconnaissant que les archives le concernant font encore défaut (p. 16), Machover n'hésite pourtant pas à procéder par affirmations sentencieuses, comme par exemple lorsqu'il écrit dans sa conclusion : « savent-ils seulement, tous ceux qui continuent de brandir sa figure comme un étendard, que le Che n'avait comme idéologie que le culte de la mort, la sienne et celle des autres, ainsi que l'instauration de régimes totalitaires partout dans le monde ? » (p. 196).

De fait, la question des sources est primordiale. Jacobo Machover se targue d'avoir lu la production guévarienne. C'est une approche pertinente si l'on considère que nombre de ceux qui se revendiquent aujourd'hui de Guevara ne l'ont jamais lu. Et cela n'est pas une mince affaire car l'homme a beaucoup produit et beaucoup parlé. Mais pourquoi citer si peu de textes et de discours ? Et quand cela est le cas, pourquoi n'utiliser que des références et concepts épars venant généralement étayer une idée préconçue du personnage ? Par ailleurs, et sous prétexte que les exégètes du Che ont brouillé les pistes et transformé ses errances d'aventuriers et ses errements d'homme politique en destin révolutionnaire (p. 17), Machover ne se fie qu'à la vision des opposants. Tout précieux qu'ils soient, les témoignages d'Huber Matos et de Dariel « Benigno » Alarcón, pour ne citer qu'eux, ne sauraient renfermer l'entière vérité sur l'homme et sur son action. À ne privilégier qu'une lecture de l'histoire, l'auteur n'arrive pas à percevoir la complexité du personnage historique et à dissiper le malaise qui pointe dès les premières lignes quant à ses intentions : régler son compte au personnage historique à coup d'assertions péremptoires, au motif qu'il ne correspond pas au mythe actuel.

Faut-il rappeler que le rôle de tout mythe est de proposer un récit à visée téléologique, donc en règle générale magnifié, qui permette à un groupe

humain de se projeter vers un avenir en accord avec ses origines ? En si peu de pages, Machover aurait dû choisir : ou bien étudier le personnage ou bien étudier le mythe, mais en aucun cas opérer un aller-retour constant entre l'un et l'autre. Car cela soulève la question épistémologique fondamentale de la périodisation et de la contextualisation de la production intellectuelle et de la geste de Guevara. En effet, comment reprocher au Guevara des années 1960 de ne pas correspondre à l'image que l'on en a aujourd'hui ? Si la faute en revient à ceux qui ont utilisé son image, il faut alors montrer comment ils l'ont construite et comment ils l'instrumentalisent. Si la faute en incombe « aux innombrables sympathisants [de la Révolution cubaine] dont la capacité d'aveuglement est infinie » (p. 196), il faut alors s'intéresser aux transferts culturels et s'interroger sur la fonction des mythes. Mais ce n'est pas là le propos de l'auteur puisqu'il affirme (p. 16-17) que « le plus significatif dans ce travail, ce sont les mots de Guevara lui-même. À quarante ans de sa mort, débarrassés du contexte dans lequel ils ont été produits, ils acquièrent une dimension différente, beaucoup moins lyrique que par le passé. Ils constituent les jalons qui annoncent une course vers l'abîme du guérillero argentin ».

À titre d'exemple, l'auteur dénonce l'homophobie d'Ernesto Guevara qui cadrerait mal avec le rôle de porte-étendard des victimes de toutes les oppressions. Mais il eût été plus pertinent de se demander pourquoi un révolutionnaire, qui prétend incarner « l'homme nouveau » et représenter les « damnés de la terre », partage sur ce point les mêmes idées conservatrices que la quasi-totalité de ses contemporains ? Et, en contrepoint, questionner le grand malentendu entre la jeunesse rebelle du Tiers Monde qui prend les armes dans le cadre des guerres de décolonisation ou des luttes anti-impérialistes et celle des pays du « Centre » qui, avec mai 68 et ses suites, parle plus de révolution culturelle que de révolution proprement politique. Ainsi, plutôt que d'en rester à l'anecdote du voyage du *beatnik* Allen Ginsberg à Cuba en janvier 1965 qui se voit refouler par les autorités cubaines alors qu'il est censé présider le jury du Prix *Casa de las Américas* (p. 94), il eût été éclairant de se demander pourquoi il n'y avait « rien de plus éloigné de la mentalité de Guevara que les écrivains de la *beat generation* ou les hippies » (p. 24).

Si l'on peut souscrire à de nombreuses hypothèses avancées de ce livre, la principale d'entre elle étant qu'Ernesto Guevara a commis de multiples erreurs et qu'il a échoué dans nombre de ses entreprises, on ne peut accepter la caricature qui est donné du personnage. D'une manière générale, l'absence de périodisation et de contextualisation contribue à l'ébauche d'un personnage archétypique : bourreau sanguinaire et autoritaire, stalinien dogmatique et révolutionnaire messianique, incohérent intellectuellement parce qu'il s'oppose à l'Union soviétique à partir de 1964 après avoir professé son admiration pour Staline en 1953. Rappelons qu'ils sont nombreux, sympathisants et d'intellectuels de gauche, à tenir ce discours à la mort du « petit père des peuples », ce qui naturellement ne les excuse pas, mais

qui soulève tout de même la question de la fascination qu'exerce l'URSS sur une partie de la gauche à cette époque. Il ne s'agit en aucun cas ici de minimiser les exactions commises par Ernesto Guevara et de porter un regard lénifiant sur son idéologie et sa personnalité, mais il n'est pas possible non plus de souscrire à la conclusion de Machover lorsqu'il écrit : « comment a-t-on pu voir en un homme qui distillait la haine par tous ses pores un symbole de la rédemption, pratiquement une résurrection du Christ sur terre ? » (p. 193).

Sur le plan idéologique par exemple, il eût été passionnant de s'intéresser aux sources intellectuelles du « guevarisme » qui ne sont qu'effleurées dans le livre : « le guévarisme n'a été qu'un semblant de doctrine, une somme de concepts plus ou moins bien assimilés, un mélange de péronisme et d'anti-péronisme, de stalinisme et de maoïsme, parfois de trotskisme, le tout teinté de quelques fulgurances vaguement humanistes » (p. 193). Comment présenter un *patchwork* aussi complexe sans mentionner les textes et sans replacer toutes ces idéologies dans une pensée tiers-mondiste en construction, qui cherche son autonomie par rapport aux centres intellectuels des premier et deuxième mondes. Car c'est là, en pleine guerre froide – à laquelle il est à peine fait allusion – et dans des mondes périphériques en proie à la misère et aux affrontements politiques violents que se forge progressivement la pensée de Guevara. Même traitement superficiel pour des sujets aussi importants que le « messianisme » et la culture politique violente de la gauche latino-américaine, évoqués sans l'ombre d'une analyse critique et de références historiques.

À l'issue de ce livre, on peut se demander si ces interrogations présentent un quelconque intérêt pour Machover. Car selon lui, le Che, une fois enrôlé dans les troupes castristes, n'a plus jamais été maître de son propre destin. Opérant par sous-entendus qui seraient autant de secrets de polichinelle, l'auteur insinue que Guevara aurait été totalement soumis aux diktats de Fidel Castro qui, en démiurge tout puissant, aurait eu droit de vie et de mort sur lui : « son sacrifice ultime a été voulu par Fidel Castro et accepté par lui-même, comme expiation d'innombrables fautes politiques (réelles ou supposées) envers son chef vénéré, dont le but principal était de se perpétuer au pouvoir le plus longtemps possible » (p. 196). En fait, la clef de compréhension du guévarisme et du personnage historique serait à rechercher dans cette obéissance à la fois subie et acceptée de Guevara envers Castro : « depuis sa rencontre avec Castro au Mexique, [il] avait eu quelqu'un à admirer et à servir. Ce n'était plus Staline, mais un chef bien vivant » (p. 74). Partant de l'idée que « Fidel Castro ne laissait à personne d'autre que lui-même le soin de définir ses propres orientations » (p. 74), Machover affirme alors que le Che ne fut qu'un instrument dans les mains du chef suprême : « Guevara était chargé de polémiquer en lieu et place de Castro […] Il avait défini le caractère marxiste de la révolution cubaine avant tout le monde, à la fois par conviction et comme acte de défi envers les américains [mais] les textes et les discours de Guevara étaient, à cette époque, contrôlés et, au

besoin, expurgés par Castro de ce qui ne lui convenait pas » (p. 70-73). Quid du dernier acte, la campagne de Bolivie, où Ernesto Guevara aurait été trahi par le Parti communiste bolivien et par Fidel Castro ? Cette trahison a-elle été une punition pour celui qui avait désobéi au chef lors de son discours d'Alger en 1965 en s'en prenant ouvertement à l'Union soviétique pour son manque de soutien aux pays du Tiers Monde engagés dans des luttes d'indépendance politique et économique ? Là encore, l'auteur de cet ouvrage – non sans quelques accents de compassion envers celui qu'il considère alors comme une victime – tranche cette question fondamentale des rapports entre Castro et Guevara sans apporter la moindre preuve tangible de ce qu'il avance. Bref, une conclusion à l'image de ce livre qui confortera les opposants du Che dans leur rejet et qui ne s'attirera que le mépris de ses défenseurs à tout crin. En tout état de cause, un livre qui laissera sur leur faim les personnes désireuses de rentrer dans la complexité d'un personnage aux multiples facettes et reflets.

Stéphane Boisard
(Université Paris III / MASCIPO)

Carlos A. Aguirre Rojas, *L'Amérique latine en rébellion. Mouvements antisystémiques et mort de la politique moderne*, Paris, L'Harmattan, 2008, 158 p.

El actual *sistema-mundo* se encuentra en una profunda crisis estructural, por tanto, su geo-cultura en tanto mecanismo ideológico pierde legitimación. No es fortuito que la pérdida de hegemonía del Atlántico Norte esté articulada a la irrupción de movimientos sociales en América Latina. En este sentido surge la interrogante sobre la trascendencia de América Latina en la reconfiguración de la relaciones de poder en el siglo XXI. Desde una perspectiva emanada indudablemente de las ciencias sociales históricas y sustentada en los aportes teóricos de Immanuel Wallerstein y Fernand Braudel, Aguirre Rojas reflexiona sobre el significado de la civilización latinoamericana en la transición histórica que presenciamos. Para ello no sólo recurre al análisis de los procesos sociales de los últimos tres lustros, sino que además intenta, desde la larga duración, entender dichos procesos como expresiones de crisis estructurales inmanentes a la *economía-mundo*.

En el primer capítulo, Aguirre Rojas desarrolla una interpretación sobre la política exterior norte-americana a partir del 11 de septiembre de 2001 y su efecto en América Latina. La guerra preventiva denominada por el autor como "proyecto macartista global" (p. 31) está ligada a la defensa de la centralidad del Atlántico Norte y la implantación de programas de corte neo-colonial en el espacio latinoamericano (Área de Libre Comercio para las Américas, Plan Colombia e Iniciativa Mérida otrora Plan Puebla-Panamá) con la finalidad de preservar relaciones asimétricas entre centro y periferia. La diversidad y riqueza en recursos naturales cifran a Latinoamérica como una pieza clave en la lógica de acumulación y expoliación capitalista.

La segunda sección aborda la emergencia de las nuevas derechas y las nuevas

izquierdas en América Latina. La figura paradigmática es Luiz Inazio Lula da Silva puesto que con una trayectoria de lucha y militancia en el Partido de los Trabajadores, que lo llevaron a la presidencia de Brasil, su mandato se vio teñido por la implantación de políticas públicas de corte neoliberal. Del festejo multitudinario en 2003 se pasa a una pérdida de credibilidad galvanizada en la dimisión de Frei Betto de su equipo de trabajo. De ahí que, apoyándose en Wallerstein, Aguirre Rojas sostenga que es resultado de una situación de bifurcación histórica (p. 55) acaecida en la crisis sistémica de 1972-1973, esto es, en el umbral de la fase B de Kondratieff.

En la tercera parte el autor apunta una tesis provocadora sobre "la muerte de la política" (p. 68 y 102) que, concretamente, refiere a la enajenación de la política como actividad social. La "corrupción" de las instituciones políticas es percibida por la sociedad como otro síntoma de la crisis sistémica y civilizatoria que padecemos. Al respecto, el autor considera a "la Otra Campaña" (la del movimiento neozapatista) como alternativa radical a los planteamientos reformistas del discurso liberal. El "mandar obedeciendo" (p. 70) como imperativo ético-político es un principio normativo de toda "otra política".

Aunque en el capítulo cuarto Aguirre Rojas prescinde del concepto de "colonialidad del poder" – propuesto por Aníbal Quijano – para realizar una configuración de la estructura de clases en América Latina su categorización es un tanto pertinente. Por nuestra parte argüimos que dicha omisión es significativa pues incluso Wallerstein admite que la lógica del *sistema-mundo* está estrechamente vinculada a la dinámica de la "colonialidad del poder", en otras palabras, las categorías de raza/género/-trabajo son determinantes en las relaciones sociales de Latinoamérica. Al respecto, dentro de la geopolítica del conocimiento existe una pléyade de intelectuales en Latinoamérica, – indudablemente con diferencias epistémicas – que abordan el desenvolvimiento del *sistema-mundo* en estrecha relación con la emergencia de la modernidad y del colonialismo.

Finalmente el autor nos ofrece, en esta versión francesa, dos anexos que esgrimen algunas pistas sobre la diferencia entre una política tradicional (p. 128) y una "otra política" ; distinciones que se expresaran en la manera de entender la democracia, la primera concebida como un momento político de la maquinaria electoral y la segunda como un proceso que enfatiza las cuestiones éticas. Si bien la distinción que presenta Aguirre Rojas no es novedosa, al menos tiene el mérito de contextualizarla en el discurso del neozapatismo.

En términos generales, el ensayo de Aguirre Rojas es una interesante radiografía de la dinámica endógena y exógena de los movimientos anti-sistémicos en Latinoamérica principalmente a partir de la rebelión indígena en Ecuador, ya que contextualiza demandas, exigencias y conquistas político-estratégicas de los movimientos sociales teniendo en consideración la debilidad fáctica – en el concierto político internacional – de nuestros Estados-nacionales.

Luis Martinez Andrade
(EHESS)

« (Des)illusions des politiques multiculturelles », *L'Ordinaire latino-américain* (Toulouse), n°204, 2006, 219 p.

Ce numéro de *L'Ordinaire latino-américain*, coordonné par Valérie Robin, offre un regard nouveau et original sur les politiques multiculturelles. Rarement critiquées, elles sont ici questionnées à partir de cas empiriques où sont montrées à la fois les avancées sociales qu'elles permettent, mais aussi – et c'est là que ce numéro se distingue des écrits généralement produits sur ce sujet – leurs limites. Cette approche critique force la réflexion et elle est importante dans un contexte où ces politiques tendent à se généraliser sur la scène continentale latino-américaine tout comme sur la scène internationale

L'introduction de l'auteur rompt avec le consensus qui existe autour du multiculturalisme, cette nouvelle idéologie souvent perçue comme un idéal vers lequel toute démocratie devrait tendre. Il nous est offert dans ce dossier, à partir de cas précis dans toute l'Amérique latine, un bilan complexe rarement établi sur les conséquences plus ou moins directes de ces politiques. Verushka Alvizuri dans son article « Du rejet de l'Indien à l'élection d'un président aymara », explique dans une perspective historique la genèse de l'ethnicisation actuelle de la vie politique bolivienne. Elle étudie comment se construit une idéologie ethnonationaliste qui instaure deux Bolivies – l'une blanche et l'autre indienne – et qui prône la destruction de la première pour la renaissance de la seconde. Enrique Herrera Sarmiento analyse de son côté la façon dont les frontières ethniques s'édifient dans un contexte de demande territoriale en Amazonie bolivienne et l'importance des ONG dans ce processus très contemporain. Cet article rejoint celui de Carlos Agudelo à propos des populations noires en Colombie et celui de Carmen Salazar-Soler sur les conflits miniers dans le nord du Pérou. Tous soulignent que l'ethnicité devient aujourd'hui un moyen alternatif de résoudre légalement des conflits agraires ou territoriaux restés sans solution depuis des décennies. Les paysans discriminés peuvent ainsi trouver une audience sur la scène nationale ou internationale, non pas avec les arguments politiques et sociaux qui sont à l'origine de leur mobilisation, mais seulement parés des arguments naturalistes et écologistes attribués à l'appartenance ethnique.

Valérie Robin, à partir de l'analyse d'un procès pour meurtre suite à un lynchage produit dans une communauté près de Cuzco, explique comment le recours à la différence culturelle peut venir justifier légalement la barbarie et par là réifier des stigmates que les politiques multiculturelles avaient pourtant pour mission d'abolir. Abigail Mira Crick fait ce même type de constat sur les politiques de santé publique dans le Chiapas au Mexique. Avec l'instauration de « praticiens de la médecine traditionnelle » qui représente finalement une forme de contrôle social par la médicalisation assistée, l'auteur montre comment le discours culturaliste réifie les stigmates à l'encontre des indigènes sans vraiment intervenir sur les problèmes socioéconomiques de ces populations.

Richard Marin, pour sa part, souligne la complexité de la situation des Afro-brésiliens. Il montre que la discrimination positive et l'instauration de quotas raciaux au Brésil ont eu le mérite de poser clairement les questions du racisme et de la discrimination jusque-là occultées par le mythe de la démocratie raciale. Mais l'auteur interroge ce processus de racialisation des rapports sociaux et revient sur les inquiétudes que cela peut susciter au sein de la société brésilienne qui préfèrerait peut-être des quotas sur critères sociaux.

Ce numéro analyse donc des situations tout à fait distinctes, tant sur le plan géographique que thématique. Mais ces articles ont tous pour fil conducteur l'instauration des politiques multiculturelles et leurs conséquences. On peut voir que leur objectif premier est d'enrayer la pauvreté, de permettre à des franges de la population jusque là marginalisées d'accéder à une plus grande justice sociale. Mais les dérives essentialistes qui en découlent sont ici signalées. La question principale qui est posée, et sur laquelle il est important de débattre aujourd'hui, est de savoir s'il est nécessaire pour régler les problèmes d'accès à des droits fondamentaux et aux ressources naturelles, de naturaliser les rapports sociaux en les ethnicisant.

Maïté Boullosa-Joly
(Université de Picardie)

Cristina Adams, Rui Murrieta, Walter A. Neves (org.), *Sociedades caboclas amazônicas : modernidade e invisibilidade*, São Paulo, FAPESP / Annablume, 2006, 362 p.

Débutant sur la critique des représentations mythiques de l'Amazonie, qui oscillent entre les idéaux de la « forêt naturelle » et ceux des « populations pures », cet ouvrage collectif traite d'une manière générale des sociétés non urbaines de l'Amazonie contemporaine et s'attache spécifiquement aux sociétés paysannes historiques de l'Amazonie, également appelées « traditionnelles » ou *caboclas*. Pour des motifs spécifiques, les trois catégories de population amazoniennes identifiées (indigènes, traditionnelles et néo-paysanne) partagent la même absence de visibilité sociopolitique et occupent une position marginale dans les préoccupations des pouvoirs publics. Cependant, selon les auteurs, la légitimité croissante du discours environnementaliste/écologique aurait justifié l'insertion des sociétés *caboclas* dans les politiques de gestion des ressources naturelles, libérant ainsi à ces populations certaines marges de négociation, et aurait également permis leur entrée dans le discours académique et institutionnel. En 2000, forts du constat que l'approche académique des sociétés *caboclas* reposait

sur l'image d'une « Amazonie fétichisée », Cristina Adams (Université de São Paulo) et Mark Harris (Université de St. Andrews) ont organisé un groupe de travail réunissant des anthropologues spécialistes de ces sociétés. Leurs objectifs de travail étaient la révision critique de la production en anthropologie sur ce thème, mais surtout la redéfinition des manières d'aborder ces sociétés. En 2002, ces échanges ont donné lieu à un colloque dont les présentations sont synthétisées dans cet ouvrage. Dans le souci de replacer ces débats dans leur contexte intellectuel, *Sociedades caboclas amazônicas* fait l'effort de présenter les deux grandes traditions intellectuelles ayant sous-tendu les études anthropologiques (américaines, britanniques et brésiliennes) des sociétés *caboclas* depuis les années 1970 à travers un excellent état de l'art. Adams, Murrieta et Neves s'attachent également à replacer les anthropologues brésiliens dans leur lignée académique respective – introduisant notamment les auteurs ayant participé à l'ouvrage dans lequel les deux positionnements intellectuels sont nettement représentés. Au final, le livre se répartit en cinq chapitres correspondant aux différents ancrages thématiques proposés et rassemble les réflexions de 17 anthropologues brésiliens, américains et britanniques.

La première partie est intitulée « Identité, histoire et société ». Stephen Nugent (« Utopie et distopie dans le paysage social amazonien ») traite de l'invisibilité des sociétés caboclas dans la littérature anthropologique des années 1960 et 1970, une invisibilité qui repose sur quatre facteurs : l'idéalisation d'un paysage et de sociétés « naturelles », la frontière amazonienne, l'absence historique de relations avec le milieu des plantations et l'utilisation de système agraires allogènes qualifiés « d'expérimentations néo-coloniales ». William Balée (« Transformação da paisagem e mudança na língua : um estudo de caso em ecologia histórica amazônica »), dans une perspective historique et à partir de l'exemple du cacao, démontre l'influence de la colonisation et de la pénétration du système européen sur le vocabulaire natif et sur les représentations associées à la connaissance du paysage amazonien et des ressources associées. Décio Alencar Guzmán (« Índios misturados, caboclos e curibocas : análise histórica de um processo de mestiçagem ») revient sur la politique de mariages interraciaux entre indiens, européens et africains promue par la Couronne portugaise et, comme Balée et Nugent avant lui, tente de déconstruire l'idéal stewardien d'une population naturelle. Enfin, Mark Harris (« Presente ambivalente : uma maneira amzônica de estar no tempo »), à partir des concepts de résilience et de flexibilité, propose une analyse de la modernité *cabocla*, reflet de sa constante réadaptation identitaire qui garant sa reproduction sociale et biologique.

La deuxième partie est consacrée à la durabilité et aux politiques de développement. Henyo Barretto Filho (« Populações tradicionais : instrodução à crítica da ecologia política de uma noção ») revient sur la question de la définition des populations traditionnelles et de leur éventuel droit de permanence dans les aires protégées amazoniennes

– au nom de leur faible impact environnemental. Il propose d'ailleurs, dans les cas où il leur est autorisé de rester, de modifier le terme de population traditionnelle pour celui de « population résidente ». Deborah de Magalhães Lima (« A economia doméstica em Mamirauá ») discute les présupposés du développement durable et propose le concept de « développement auto-soutenable », à partir de l'étude de la composition du revenu des unités familiales de la RDS Mamirauá et de l'idéal « d'autonomie économique » identifié localement. Fábio de Castro (« Economia familiar cabocla na várzea do Médio-Baixo Amazonas ») offre une analyse de l'hétérogénéité des stratégies économiques familiales recensées dans 172 communautés combinant toutes les mêmes éléments : pêche, agriculture, élevage bovin et travail salarié/pension de retraite.

Consacrée à la gestion des ressources, la troisième partie commence par un texte de Eduardo Brondízio, (« Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade… »), qui procède à une étude comparée des stratégies productives des *caboclos* et des colons amazoniens et regroupe ces deux catégories d'agriculteurs sous le vocable de « petits producteurs », dans l'idée qu'un regroupement sous un même terme puisse contribuer à redéfinir leur identité et à détruire les préjugés existants dans la société régionale et nationale. À cet article répond celui de Célia Futemma, intitulé « Uso e acesso aos recursos florestais : os caboclos do Baixo Amazonas e seus atributos sócio-culturais ».

La quatrième partie traite du genre et de la vie quotidienne. Andréa Siqueira (« Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico ») conclut que le degré de pouvoir des femmes, lors de la prise de décision au sein de l'unité familiale, repose fortement sur les facteurs suivants : droits sur la terre, contribution à l'économie domestique et niveau d'éducation. Rui Murrieta et Antoinette Winkler Prins (« *Gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas* ») démontrent que, dans ce groupe de femmes du bas Amazone, la mise en culture de certaines plantes repose sur des motivations d'ordre social, écologique, économique et émotionnel.

Enfin, la dernière partie sur « Diète et santé » réunit deux articles : le premier (« *O pão da terra : da invisibilidade da mandioca na Amazônia* ») présente des données rares, issues de treize ans de recherche, sur la diète des caboclos amazoniens et porte un regard d'anthropologue sur l'alimentation et sur l'association historique poisson/farine de manioc comme source de calories et de protéines ; le second, signé par Hilton P. Silva (« Sócio-ecologia da saúde e doença ») s'attarde sur la dénutrition chronique et aiguë observée chez les enfants de quatre communautés riveraines vivant de pêche, de chasse, de petite agriculture et de l'extrativisme de l'açaí.

Stéphanie Nasuti
(IHEAL / CREDAL)

Erratum

Dans le numéro 51-52 des *Cahiers des Amériques latines*, il fallait lire dans le titre et le texte de l'article de Jean Foyer (p. 49-62) « réticularité » et non « réticule ». L'article s'intitule donc bien « Le CIEPAC à la croisée des réseaux militants globalisés : la réticularité comme forme organisationnelle de la globalisation » et le titre exact de la troisième partie est « réticularité militante : connectivité, fléxibilité, horizontalité ».

Achevé d'imprimer : Belle Page
Dépôt légal n° 90741
septembre 2009